

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Do preço para o apreço:

Novas relações entre atores em processos de agricultura apoiada pela comunidade

Tese de Doutoramento em Desenvolvimento, Sociedades e Territórios

ROSÂNGELA OLIVEIRA SOARES

Orientadores:

Prof. Doutor Manuel Luís Tibério

Prof. Doutor Paulino Varela Tavares

Prof. Doutor Artur Fernando Arêde Correia Cristóvão



Vila Real, 2022

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Do preço para o apreço:

Novas relações entre atores em processos de agricultura apoiada pela comunidade

Tese de Doutoramento em Desenvolvimento, Sociedades e Territórios

ROSÂNGELA OLIVEIRA SOARES

Orientadores:

Prof. Doutor Manuel Luís Tibério

Prof. Doutor Paulino Varela Tavares

Prof. Doutor Artur Fernando Arêde Correia Cristóvão



Vila Real, 2022

Rosângela Oliveira
Soares

**Do preço para o apreço: Novas relações entre atores em processos de
agricultura apoiada pela comunidade**



2022

Do preço para o apreço:

Novas relações entre atores em processos de agricultura apoiada pela comunidade

Tese de Doutoramento em Desenvolvimento, Sociedades e Territórios

ROSÂNGELA OLIVEIRA SOARES

Orientadores

Prof. Doutor Manuel Luís Tibério

Prof. Doutor Paulino Varela Tavares

Prof. Doutor Artur Fernando Arêde Correia Cristóvão

Composição do Júri:

Presidente: Prof. Doutor Carlos da Costa Assunção. (UTAD)

Vogais:

Prof^ª. Doutora Maria do Mar Perez Fra (Universidade de Santiago de Compostela, ES)

Prof^ª. Doutora Elisabete Figueiredo (Universidade de Aveiro)

Prof. Doutor Carlos Jorge Fonseca da Costa (UTAD)

Prof. Doutor Manuel Luís Tibério (UTAD)

Prof^ª. Doutora Maria Alexandra Campos Seabra Pinto (Universidade de Lisboa)

Vila Real, 2022

Tese apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Desenvolvimento, Sociedades e Territórios.

A mãe e pai que me fizeram, Nadir e Jorge, gratidão pela vida. Aos pais que me criaram, Catarina e Julião, a minha consideração por me aceitar e compartilhar comigo seu amor, cuidados e ensinamentos. Tudo o que sou devo a vocês. Ao meu filho, Licurgo, minha fonte de inspiração e razão do meu crescimento, sempre esteve comigo nos momentos mais especiais da minha vida, o meu reconhecimento pela paciência e carinho e a minha eterna gratidão por ter sido capaz de suportar as minhas ausências. Vocês foram a base para que eu trilhasse toda essa caminhada de aprendizagem e autoconhecimento. Gratidão eterna.

Agradecimentos

Ao Criador por todas as bênçãos recebidas ao longo dessa minha caminhada.

Ao Instituto Federal Farroupilha, Campus de Júlio de Castilhos, pela liberação para qualificação.

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) pela oportunidade de aprendizado.

Aos Professores orientadores e amigos, Luís Tibério, Paulino Tavares e Artur Cristóvão, gratidão pela disponibilidade, incentivo, perspicácia e compreensão, expressos em cada palavra, em cada gesto, em cada ação, servindo-me de referência constante em todas as etapas do processo; a autonomia que me foi concedida para a construção desta tese e concretização de micro projetos desenvolvidos durante o período de doutoramento. Agradeço cada oportunidade. Meu respeito e admiração.

No nome da Professora Livia, agradeço a todos os docentes do curso de doutoramento em Desenvolvimento, Sociedades e Territórios com quem tive a oportunidade de conviver, dentro e fora da sala de aula, pelas informações e reflexões no decorrer das atividades presenciais do curso.

Aos servidores da UTAD pelo auxílio em minhas demandas burocráticas.

A Universidade de Santiago de Compostela, Campus Terra de Lugo, pela extraordinária vivência por meio do Projeto IACOBUS.

As professoras María Mar Pérez Fra e Ana Isabel García Arias pelo acolhimento, envolvimento e parceria em todas as atividades experienciadas em Lugo.

A professora Elisabete Figueiredo, da Universidade de Aveiro, por sua valorosa contribuição e incentivo durante minha qualificação do projeto de tese.

A colega Fabiola pela gentileza de me receber em Vila Real, pelas dicas iniciais sobre a universidade, a cidade, o país. Nossos mates no início do curso foram bem importantes, aqueceram o corpo e o espírito.

As colegas Iris, Cristina, Taiana, e também o colega Alberto que juntamente de vossas famílias abriram as portas de vossas casas e possibilitaram momentos agradabilíssimos. A Iris pela indicação do maravilhoso apartamento onde passei meus dias de estudo, pesquisa e repouso em Vila Real.

Aos estimados colegas Artur, Ubirajara e Marcos, a praticidade e clareza de vocês sustentou os meus dias, tornando-os mais leves e me fazendo entender que “tudo são etapas”.

Aos demais colegas de turma, Sandra, Susana, Maria João, Paulo, Raphael e Jorge, que em pequenos momentos trouxeram um auxílio e trocas de experiências, seja em sala de aula, nos almoços ou nos passeios.

Aos colegas Susana e Alexandra pelo convite para participar da Grow Green Food Association.

A Lucimara, pela troca de saberes e sabores.

A dona Augusta, Ines e João, por me receber em vossa casa. Foram momentos de conforto, carinho, calor humano, amorosidade e abundância de frutas, legumes e as deliciosas comidinhas de forno, também os animais de quatro patas da casa, Leia, Luki, Pintado e Tobi.

Especialmente agradeço aqueles que se dispuseram a compartilhar comigo um pouco de suas histórias e trajetórias para que esta tese pudesse ser escrita, as agricultoras e agricultores, os consumidores e os especialistas.

Agradeço às(aos) valiosas(os) agricultoras(es) Liliana, Paula, Rita, Rosa e Raquel, Alfredo, Marcia, Paulo, Eduardo, Rosiele, Tuté, Isabel, Diego e Endrigo. Grata pela disponibilidade, pelas amizades e por nossos Encontros, aprendi muito. Por vocês a existência da CSA/AMAP.

Aos queridos Wagner, Claudia, Ariel, Carlos, Cintia, Alexandre, Neiva, Venice, Decio, Jander, Maria da Graça, Juarez, Igor, Kerstin, Filipa, e Sara, pelo aprendizado de como criar e manter uma iniciativa de CSA/AMAP.

Agradeço às(aos) estimadas(os) coagricultoras(es)/coprodutoras(es) que espontaneamente responderam ao questionário on line.

Aos amigos e amigas que conquistei nesse processo de construção da tese.

A Deise e Lizi pelas vibrações amorosas e benções renovadoras em cada Benção da lua cheia e a cada Conto curativo na lua nova.

Aos familiares, amigos e colegas que compreendendo minha ausência sempre emitiram palavras de incentivo e coragem. Em especial a Paulo, Ándila, Patricia, Rose e família, Fatima, Tania, Rejane, Antonio Carlos, Franciane, Mariangela e Luci.

A Sonia, Lilian, Lilia e Ana Claudia, por me ajudar a clarear cada etapa percorrida.

A todas as energias que me foram emanadas, retribuo-as em dobro.

Gratidão aos meus antepassados, especialmente as mulheres que vieram antes e me abençoaram para fazer melhor.

Gratidão a todos os seres e paisagens que me acompanharam: ao Universo, ao sol, a lua, ao vento, a chuva, a neve, o frio, o calor.

Um bem haja a tudo aquilo, aquelas e aqueles que de alguma maneira contribuíram para este processo.

Amar o campo ao fazer a plantação
Não envenenar o campo é purificar o pão
Amar a terra e nela planar semente
A gente cultiva ela e ela cultiva a gente
(Ludtke, 2021)

RESUMO

A Agricultura Apoiada pela Comunidade (AAC), ou *Community Supported Agriculture* (CSA) ou Associação pela Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP), representa novos arranjos na relação entre o agricultor e a sociedade que ultrapassam a lógica do mercado, reforçando os anseios dos consumidores e agricultores que buscam a forma mais humana e holística de tratar a produção e o consumo de alimentos. Com o propósito de compreender esse fenômeno, buscou-se na Teoria das Convenções e no conceito de Redes Alimentares Alternativas, as bases teóricas e contextos para conseguir, por meio da pesquisa interpretativa, compreender os motivos pelo quais os consumidores decidem apoiar um agricultor familiar e, com isso, fazer a transição da cultura do preço para a cultura do apreço. Esta tese tem como objetivo geral analisar as formas de coordenação ou de convenção observadas nas relações entre os atores envolvidos nas Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) do Rio Grande do Sul, Brasil, e na Associação pela Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP/CSA) de Portugal. Como objetivos específicos foram estabelecidos os seguintes: i) Aprofundar aspectos teóricos sobre a Teoria das Convenções; ii) Identificar os cenários das CSA do Rio Grande do Sul, Brasil, e das AMAP/CSA, Portugal; iii) Descrever as iniciativas, analisando os papéis desempenhados pelos atores sociais envolvidos, bem como as ações que justificam seus posicionamentos; iv) Analisar as dinâmicas e os elementos que revelam a forma de coordenação ou convenção (doméstica; mercantil; industrial; cívica; opinião; inspiração) das iniciativas. A Teoria das Convenções contribuiu para se chegar à compreensão sobre os tipos de relações existentes entre os consumidores e agricultores. Para tal, foram realizadas uma pesquisa empírica qualitativa exploratória, entrevistas, aplicação de questionários e análise de redes sociais das CSA do Rio Grande do Sul e AMAP/CSA de Portugal. O resultado da pesquisa revela que a motivação para fazer parte de uma CSA ou AMAP não é econômica e está alicerçada no consumo de alimentos orgânicos, melhorias na saúde, participação em práticas culturais, diversificação da produção e consumo local. O perfil dos atores das CSA do Rio Grande do Sul e da AMAP/CSA de Portugal é constituído com base nas relações entre agricultores e coagricultores envolvidos, as quais caracterizam-se por diferentes formas de convenção, com destaque para: a) as convenções doméstica, cívica e opinião nas AMAP; e b) doméstica, opinião e inspiração nas CSA. Para a sociedade, esse novo arranjo de produção e distribuição de alimentos se apresenta como positivo em diversos aspectos, principalmente, pelo aumento da consciência ambiental, valorização da atividade da agricultura familiar campesina, consumo consciente e soberania alimentar. Considera-se como uma contribuição importante desta pesquisa o entendimento de como as atividades de um sistema alimentar alternativo propiciam o desenvolvimento de redes e fortalecem as relações entre os envolvidos.

Palavras-chave: Redes Alimentares Alternativas; Agricultura Apoiada pela Comunidade; Relações entre os atores; Teoria das Convenções; Brasil; Portugal.

ABSTRACT

Community Supported Agriculture (CSA), or Association for the Maintenance of Proximity Agriculture (AMAP), represents new arrangements in the relationship between the farmer and society that go beyond the logic of the market, reinforcing the expectations of the consumers and farmers who seek the most humane and holistic way of dealing with food production and consumption. To understand this phenomenon, the Theory of Conventions and the concept of Alternative Food Networks were searched for the theoretical bases and contexts to be able, through interpretive research, to understand the reasons why consumers decide to support a family farmer and, with this, make the transition from the culture of price to the culture of appreciation. This thesis aims to analyze the forms of coordination or convention observed in the relationships between the actors involved in Communities that Support Agriculture (CSA) of Rio Grande do Sul, Brazil, and in the Association for the Maintenance of Proximity Agriculture (AMAP/CSA) from Portugal. As specific objectives, the following were established: i) To deepen theoretical aspects on the Theory of Conventions; ii) To identify the scenarios of CSA in the Rio Grande do Sul, Brazil, and AMAP/CSA in Portugal; iii) To describe the initiatives, analyzing the roles played by the social actors involved, as well as the actions that justify their positions; iv) To analyze the dynamics and elements that reveal the form of coordination or convention (domestic, commercial, industrial, civic, opinion, inspiration) of the initiatives. The Theory of Conventions contributed to the understanding of the types of relationships that exist between consumers and farmers. To this end, exploratory qualitative empirical research, interviews, questionnaires, and analysis of social networks of the CSA of Rio Grande do Sul and AMAP/CSA of Portugal were carried out. The survey results reveal that the motivation to be part of a CSA or AMAP is not economic and is based on the consumption of organic foods, improvements in health, participation in cultural practices, diversification of production, and local consumption. The profile of CSA actors in the Rio Grande do Sul and AMAP/CSA in Portugal is based on the relationships between farmers and co-farmers involved, which are characterized by different forms of convention, with emphasis on a) domestic conventions, civic and opinion in the AMAP; and b) domestic, opinion and inspiration in the CSA. For society, this new food production and distribution arrangement are positive in several aspects, mainly due to the increase in environmental awareness, appreciation of the activity of peasant family farming, conscious consumption, and food sovereignty. An important contribution of this research is the understanding of how the activities of an alternative food system promote the development of networks and strengthen the relationships between those involved.

Keywords: Alternative Food Networks; Community Supported Agriculture; Relations between actors; Convention Theory; Brazil; Portugal.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	iii
LISTA DE QUADROS.....	v
LISTA DE MAPAS.....	vii
LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS	ix
CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Encontro com o Tema de Pesquisa.....	3
1.2 Construção para a Tese.....	12
1.3 Questões e Objetivos da Investigação.....	16
1.4 Justificativa e Contribuições da Investigação.....	18
1.5 Estrutura da Investigação	19
CAPÍTULO 2 PERCURSO TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO	21
2.1 Tendências alimentares e movimentos de aproximação agricultor-consumidor	23
2.2 Redes Alimentares Alternativas	27
2.2.1 Outra forma de fazer agricultura: ecológica, orgânica e agroecologia.....	33
2.2.2 Inovação Social	39
2.2.3 Direito à Alimentação Saudável	45
2.3 Teoria das Convenções e formas de coordenação	49
2.4 A Agricultura Apoiada pela Comunidade	56
2.4.1 Origem, princípios e conceitos	56
2.4.2 Estudos sobre CSA.....	61
2.4.3 Iniciativas CSA no Brasil	70
2.4.4 Projetos AMAP/CSA em Portugal.....	72
2.5 Resultados do percurso teórico	76
CAPÍTULO 3 PERCURSO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO	79
3.1 O desenho da pesquisa	81
3.2 Os métodos e técnicas para recolha e análise de dados	83
3.2.1 Fase I – Exploratória.....	85
3.2.2 Fase II - Descritiva	90
3.3 Os locais de pesquisa	94
3.4 O tratamento e análise dos dados	95
CAPÍTULO 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	97
4.1 O quadro heurístico para explorar as iniciativas agroalimentares	99
4.2 Os casos e seus papéis nas iniciativas observadas	101

4.2.1 A CSA Porto Alegre	102
4.2.2 A CSA Caxias	104
4.2.3 O Grupo Resignificar a Vida	105
4.2.4 A CSA FlorEser/Guandu.....	110
4.2.5 As AMAP	116
4.2.6 A CSA Partilhar as Colheitas	120
4.3 <i>Convergências e divergências</i>	123
4.3.1 Localização	123
4.3.2 Origem.....	124
4.3.3 Cadeia de abastecimento	124
4.3.4 Métodos de produção de alimentos	125
4.3.5 Forma de encomenda	125
4.3.6 Forma de entrega	125
4.3.7 Colaboração/aporte financeiro	125
4.3.8 Consumidores	126
4.3.9 Governança	127
4.3.10 Entidade legal	128
4.3.11 Interação agricultor-consumidor.....	128
4.3.12 Rede de atuação.....	129
4.4 <i>Quem são os agricultores</i>	131
4.5 <i>Quem são os coagricultores</i>	133
4.5.1 O conhecimento dos coagricultores sobre a iniciativa CSA/AMAP	135
4.5.2 Os coagricultores: hábitos e comportamento de consumo de alimentos	137
4.6 <i>Relação coagricultor-agricultor</i>	141
4.7 <i>Relação entre os coagricultores</i>	148
4.8 <i>O que apontaram os coagricultores sobre os motivos para participar do grupo</i>	155
1ª etapa - Análise das 24 afirmações.....	156
2ª etapa - Análise dos construtos/convenções.....	166
CAPÍTULO 5 SÍNTESES DA PESQUISA E CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
5.1 <i>Síntese da Pesquisa</i>	171
5.2 <i>Considerações Finais</i>	177
5.3 <i>Contribuições da Tese</i>	179
5.4 <i>Limitações da pesquisa</i>	181
5.5 <i>Sugestões para investigações futuras</i>	181
REFERÊNCIAS	183
APÊNDICES.....	203
ANEXOS	223

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Composição para a escultura social _____	15
Figura 2 - Estrutura da Tese _____	20
Figura 3 - Áreas de ação das redes alimentares cívicas _____	31
Figura 4 - Diferentes narrativas sobre o fracasso dos sistemas alimentares _____	47
Figura 5 - Iniciativas AMAP e CSA vinculadas à Rede REGENERAR, 2020 _____	74
Figura 6 - Desenho da pesquisa _____	82
Figura 7 - Esquema das fases da pesquisa e capítulos da tese _____	96
Figura 8 - Agricultores e Coagricultores em um espaço de partilha da CSA POA _____	103
Figura 9 - Um dia de campo na unidade familiar de um dos agricultores da CSA Caxias e o espaço de partilha em uma loja de orgânicos _____	105
Figura 10 - Espaços de partilha dos alimentos e famílias agricultoras _____	109
Figura 11 - Agricultores na primeira entrega de alimentos CSA FlorEser/Guandu _____	114
Figura 12 - Planejamento de culturas, 2020; Barômetro da AMAP, janeiro 2021 _____	118
Figura 13 - Um espaço de partilha dos alimentos da CSA Partilhar as Colheitas _____	122
Figura 14 – Número de respondentes ao questionário on-line _____	136
Figura 15 - Pedidos extras/complementares _____	137
Figura 16 - Colaboração dos coagricultores para o funcionamento das CSA/AMAP _____	138
Figura 17 - Tipo de relação entre os coagricultores e agricultores _____	143
Figura 18 - Contribuição da iniciativa para a agricultura familiar local _____	144
Figura 19 - Gráfico das Especificidades e Análise Fatorial de Correspondência _____	149
Figura 20 - Dendograma CHD das palavras ativas advindas das contribuições dos depoimentos do WhatsApp e Facebook _____	150

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Contraste entre os sistemas alimentares: convencional e alternativo _____	28
Quadro 2 - Formas de Coordenação ou Convenção _____	51
Quadro 3 - Pesquisas que recorreram à TC como abordagem metodológica _____	53
Quadro 4 - Princípios básicos da CSA _____	58
Quadro 5 - Conceitos de CSA _____	60
Quadro 6 - Iniciativas AMAP/CSA e número de envolvidos diretamente _____	74
Quadro 7 - Autores consultados _____	76
Quadro 8 - Qualificação dos respondentes da entrevista _____	87
Quadro 9 - Distribuição das evidências por atores _____	88
Quadro 10 - Distribuição, em dias, das evidências por processos _____	89
Quadro 11 - Convenções avaliadas pelos coagricultores, para cada mundo _____	91
Quadro 12 - Convenções avaliadas pelos agricultores, para cada mundo _____	93
Quadro 13 - Total de respostas obtidas pela aplicação do questionário online _____	95
Quadro 14 - Campos analíticos heurísticos da CSA Porto Alegre _____	102
Quadro 15 - Campos analíticos heurísticos da CSA Caxias _____	104
Quadro 16 - Campos analíticos heurísticos do Grupo Ressignificar a Vida _____	106
Quadro 17 - Campos analíticos heurísticos da CSA FlorEser/Guandu Agroecológico _____	110
Quadro 18 - Campos analíticos heurísticos das AMAP em Portugal _____	116
Quadro 19 - Campos analíticos heurísticos da CSA Partilhar as Colheitas _____	120
Quadro 20 - Valor da cota _____	126
Quadro 21 - Semelhanças e diferenças das iniciativas _____	129
Quadro 22 - Variáveis sociodemográficas categorizadas por país de origem das iniciativas _____	134
Quadro 23 - Respostas dos coagricultores sobre a cooperação com a iniciativa _____	139

Quadro 24 - O papel das iniciativas lincada com a Teoria das Convenções _____	146
Quadro 25 - Processos de análise das avaliações dos participantes _____	155
Quadro 26 - Médias e desvios padrões da convenção Doméstica dos participantes das CSA _____	156
Quadro 27 - Médias e desvios padrões da convenção Mercantil _____	157
Quadro 28 - Médias e desvios padrões da convenção Industrial _____	157
Quadro 29 - Médias e desvios padrões da convenção Cívica _____	158
Quadro 30 - Médias e desvios padrões da convenção Opinião _____	158
Quadro 31 - Médias e desvios padrões da convenção Inspiração _____	159
Quadro 32 - Médias e desvios padrões da convenção Doméstica dos participantes das AMAP _____	159
Quadro 33 - Médias e desvios padrões da convenção Mercantil _____	160
Quadro 34 - Médias e desvios padrões da convenção Industrial _____	160
Quadro 35 - Médias e desvios padrões da convenção Cívica _____	161
Quadro 36 - Médias e desvios padrões da convenção Opinião _____	162
Quadro 37 - Médias e desvios padrões da convenção Inspiração _____	162
Quadro 38 - Estatística descritiva _____	163
Quadro 39 - Média e desvios dos construtos CSA e AMAP _____	167
Quadro 40 – Nomenclaturas utilizadas no mercado versus utilizadas na CSA/AMAP ____	175

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - CSA no mundo	66
Mapa 2 - Iniciativas CSA no Brasil	71
Mapa 3 - Projetos AMAP/CSA em Portugal	73

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

AAC	Agricultura Apoiada pela Comunidade
ADAO	Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica
AFN	<i>Alternative Food Network</i>
AMAP	Associação pela Manutenção da Agricultura de Proximidade (Portugal); <i>Association Pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne</i> (França)
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CCA	Circuitos Curtos Agroalimentares
CCAFS	<i>CGIAR Research Program on Climate Change, Agriculture and Food Security</i>
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CETRAD	Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento
CFN	Civic Food Network
CHD	Classificação hierárquica descendente
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CQFD	C - Características dos produtos; Q - Qualidade percebida; F - Fatores de qualidade; D - Garantia de qualidade
CRISES	<i>Centre de Reserche sur les Innovations Sociales</i>
CSA	<i>Community Supported Agriculture</i>
DESIS	<i>Design for Social Innovation and Sustainability</i>
DP	Desvio Padrão
EEB	<i>European Envinmental Bureau</i>
EMATER	Empresa de Assistência Técnica, Extensão Rural
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FEICOOP	Feira Internacional do Cooperativismo, da Economia Solidária e da Agricultura Familiar
GAS	<i>Gruppi di Acquisto Solidari</i>
GT	Grupo de Trabalho
IFFar	Instituto Federal Farroupilha
IS	Inovação Social

MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
NEA	Núcleo de Estudos em Agroecologia
OCS	Organização de Controle Social
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PROVE	Promover e Vender
Re.Ci.Pro.Co	Relação de Cidadania entre Produtores e Consumidores
REGENERAR	Rede Portuguesa de Agroecologia Solidária
RS	Rio Grande do Sul
SAF	Sistema Agroflorestal
SIMRA	<i>Social Innovation in Marginalised Rural Areas</i>
SPG	Sistema Participativo de Garantia
SPSS	<i>Statistical Package Social Science</i>
TC	Teoria das Convenções
TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
TS	Tecnologia Social
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
USDA	<i>United States Department of Agriculture</i>
UTAD	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

CAPÍTULO 1
INTRODUÇÃO

1.1 Encontro com o Tema de Pesquisa

Início esta tese com a expectativa de que será uma das melhores experiências de minha vida. Estou ciente de que esta introdução poderá, aos olhos de alguns e, especialmente no contexto onde a tese foi defendida, ser rotulada como algo *sui generis*, e está tudo certo. Sempre gostei de estudar, pesquisar, buscar e ir além, me superar. Minha trajetória estudantil foi de muito esforço e dedicação. Quando concluí o ensino médio com habilitação para o magistério (1991) e apta para trabalhar com estudantes do ensino infantil e os primeiros anos da educação fundamental, o pai que me criou disse: “Está bem assim”. Fui aprovada, em 1992, no concurso municipal para ser professora de séries iniciais. No entanto, eu queria mais. Fui morar noutra cidade, trabalhava durante o dia e fazia faculdade à noite, entre 1991 e 1994. Concluí a graduação em Administração e, em 1995, uma Formação Pedagógica que me habilitou para dar aulas de contabilidade nos cursos técnicos de nível médio.

Como estagiária do Banco do Brasil, aos 18 anos, minha primeira experiência no mundo laboral, aprendi muito e passei por diversos setores administrativos de empresas conceituadas no município de Alegrete/RS. Aos 23 anos retornei à minha cidade natal com a minha melhor conquista: meu filho. Nesta cidade prestei serviços administrativos a um escritório de contabilidade e, posteriormente, para um consultório médico. Nesse meio tempo fui aprovada num concurso público estadual para professora de contabilidade em uma escola técnica na cidade de São Vicente do Sul/RS. Foi uma experiência “interessante”. Durante o dia, era profissional celetista¹. No turno da noite, servidora pública estadual. Trabalhei quase dez anos nesse ritmo. E o meu filho? Estava com 11 anos quando fui aprovada com professora temporária² no Instituto Federal Farroupilha (IFFar)³. Então nossa vida começou a mudar. Tinha

¹ O trabalhador celetista é aquele cuja relação de emprego é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), independentemente de o empregador ser do setor público ou privado. Esse é o chamado trabalho formal, com benefícios e carteira profissional assinada. Consiste em trabalho fornecido por uma empresa, com todos os direitos trabalhistas garantidos. O papel ocupado ou a função que a pessoa desempenha em alguma atividade econômica lhe confere uma remuneração. No caso dos empregados de uma empresa, por exemplo, essa remuneração pode ser chamada de salário ou de vencimentos, sendo esta muito utilizada para se referir aos rendimentos dos que trabalham em órgãos do governo. Fonte: <https://bit.ly/38LCe4A> Acesso em: 15 maio 2020.

² O professor temporário é contratado para suprir demandas decorrentes do Programa Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, respeitados os limites e as condições fixados na Portaria Interministerial nº 149, de 10/06/2011 e Portaria MEC nº 1.738 de 09/12/2011, publicada no DOU de 13/12/2011. Fonte: <https://bit.ly/3tixNro> Acesso em: 15 de maio 2020.

³ O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, de sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos, da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, e do acréscimo da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto que anteriormente pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves.

Nascido a partir da união de duas autarquias cinquentenárias, o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, e das então recém constituídas Unidades de Ensino Descentralizadas de Júlio de Castilhos e Santo Augusto, o IFFar integrou-se aos territórios das regiões Central, Noroeste e Oeste do Rio Grande do Sul, desenvolvendo larga diversidade de atividades de ensino, pesquisa e extensão, articuladas com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais. A Reitoria, instalada por força da mesma lei no município de Santa Maria, constituiu-se como estrutura de gestão da nova institucionalidade. Caracteriza-se como uma instituição com natureza jurídica de autarquia, que lhe confere autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

De acordo com a lei de sua criação, o IFFar é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, desde a formação inicial e continuada

duas atividades, durante o dia professora estadual e no turno da noite professora temporária federal. Após um semestre fui aprovada no concurso para professora efetiva do IFFar, com dedicação exclusiva. Meu filho, com 14 anos, foi aprovado no ensino técnico do IFFar *campus* São Vicente do Sul. Então tudo mudou. Ele foi morar no internato da escola. Eu fui designada para trabalhar no *campus* de Panambi, aproximadamente a 300 km de distância do meu local de origem. Foi uma experiência maravilhosa. Éramos todos novos, o *campus*, os Professores e os Técnicos Administrativos. Aprendíamos juntos, errávamos juntos também. A necessidade de qualificação era urgente.

Em 2012 fui aprovada no mestrado em Desenvolvimento da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), na cidade de Ijuí/RS. Minha proposta de estudo estava centrada na análise das agroindústrias existentes na região de Ijuí e Panambi/RS. Construí o projeto de pesquisa. Foram tantas andanças! Durante a semana em Panambi e Ijuí, e nos finais de semana em Santa Maria (onde fixamos residência a 175 Km). Assim fiz o primeiro ano do mestrado. No ano de 2013 consegui a remoção para exercer minhas atividades profissionais no *campus* de Júlio de Castilhos/RS⁴. Assim as viagens ficaram menos distantes, apenas 60 km (certo, 120 km ida e volta) diários e podia repousar em casa todos os dias. No entanto, ao iniciar as atividades laborais no *campus* de Júlio de Castilhos/RS, meu foco de pesquisa no mestrado mudou, porque, em Júlio de Castilhos, não existiam pequenas agroindústrias familiares.

Em 2013, conheci as unidades familiares de assentamentos da reforma agrária⁵ que aceitaram a minha inserção na realidade delas e me permitiram observar o motivo pelo qual aquelas

até a pós-graduação, priorizando os cursos técnicos de nível médio e a graduação, em especial nas áreas tecnológicas e na formação de professores.

Equiparados às universidades, os institutos são instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária. O IFFar está presente, com *campi*, em 11 municípios e, em mais de 30 cidades, possui Polos de Educação a Distância e Centros de Referência (Carazinho, Santiago, Candelária e São Gabriel). O IFFar, em 2018, possuía 128 cursos aprovados sendo 72 cursos técnicos e 56 cursos superiores, com aproximadamente treze mil alunos (Garcez *et al.*, 2018).

⁴Em 2008, iniciaram as atividades da então UNED – Júlio de Castilhos, vinculada ao CEFET São Vicente do Sul, sendo ofertadas 235 vagas. Uma nova política educacional criou os Institutos Federais através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro 2008, e a UNED foi transformada em Campus Júlio de Castilhos, do IFFar, no final deste mesmo ano. Essa nova perspectiva, criada pelo governo Luís Inácio Lula da Silva, proporcionou o avanço das políticas públicas, tornando possível a sua expansão física e estimulando a abertura de novas vagas. O IFFar JC atua nos seguintes eixos tecnológicos: Recursos Naturais, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação e Produção Alimentícia. Tem atuação integrada aos espaços de ensino, as atividades dos Núcleos de Ações Inclusivas (NAPNE – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais; NEABI – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas; e NUGEDIS – Núcleo de Gênero de Diversidade Sexual), que constantemente permitem a reflexão sobre a importância de uma sociedade que respeite as diferenças físicas, culturais e sexuais. Cursos ofertados em 2020: i) Cursos Técnicos Integrado (Técnico em Agropecuária, Técnico em Comércio (PROEJA), e Técnico em Informática); Cursos Técnicos Subsequentes (Técnico em Alimentos e Técnico em Agropecuária); ii) Bacharelados (Administração e Agronomia); iii) Cursos Tecnológicos (Gestão do Agronegócio, e Produção de Grãos); iv) Licenciaturas (Ciências Biológicas e Matemática); v) Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão Escolar (A. de C. Rocha *et al.*, 2018). Em 2019 havia 923 discentes, 74 docentes e 67 técnicos administrativos em educação (TAEs) (CPA, 2020).

⁵Nas décadas de 1980 e 1990, o território de Júlio de Castilhos teve parte de sua área desapropriada para formação de assentamentos rurais e a prática de agricultura familiar. As grandes extensões de terras ociosas formada pelo latifúndio, cerca de 4.895,89 hectares, motivou a formação de três assentamentos no município. Onde era apenas três propriedade, habitam aproximadamente 228 famílias, cerca de 761 pessoas, com lotes que variam de 18 a 25 hectares. Foram implantados os Assentamento Ramada em 15 de março de 1989, Assentamento

famílias não utilizavam as boas práticas de fabricação, mesmo sendo conhecedoras de tais normativas de qualidade. Ao final, pude perceber o envolvimento desses agricultores que, paulatinamente, participavam de treinamentos, oficinas e dias de campo e, a cada aprendizagem, se tornavam mais fortalecidos no seu saber fazer, fosse na rotina do plantio, da produção e transformação dos alimentos, como no trato com e entre os agentes envolvidos. Tais estratégias de convivência despertaram minha curiosidade, pessoal e profissional. Nessa ocasião pude vivenciar a organização e formalização de uma feira, a Feira da Produção da Reforma Agrária da Agricultura Familiar de Júlio de Castilhos (FEPRAF) (Lanes, 2014; Meneses *et al.*, 2019), constituída exclusivamente por agricultores que faziam parte dos assentamentos locais. Pude ver como eles se organizaram para efetivar a feira, suas rotinas nos assentamentos, a maneira como cultivavam e transformavam os alimentos. Isso foi importante. Sentir as lutas e as adversidades superadas, por exemplo, vencer as barreiras culturais da cidade: “comprar comida de assentado; essa gente não trabalha; será mesmo que os produtos são de boa qualidade?”, entre outras tantas, foi bem impressionante. Pois, essas palavras que antes eram proferidas por aqueles que duvidavam da capacidade das feirantes da FEPRAF, hoje, foram substituídas pelos elogios.

Nesse período, participei da constituição do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) no IFFar *campus* Júlio de Castilhos – NEA Arapuá, ocasião em que participei de grupo de estudos sobre agroecologia e oficina de bioconstrução. Coordenei dois projetos. O primeiro, “Diagnóstico ambiental: um estudo de caso no empreendimento Mundo Vivo”, um empreendimento que fornece alimentação ovolactovegetariana. Neste projeto traçamos o perfil do empreendimento, identificamos a origem da matéria prima dos alimentos utilizados na cozinha do restaurante e a prática de aproveitamento integral dos alimentos. O segundo, “A Feira da Produção da Reforma Agrária da Agricultura Familiar de Júlio de Castilhos: uma análise”. Alguns resultados desses projetos foram apresentados no VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia, X Congresso Brasileiro de Agroecologia e V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno – Agroecologia2017 (Oliveira *et al.*, 2018; Padilha *et al.*, 2018).

Presenciar a superação daquelas agricultoras familiares da FEPRAF e suas famílias me estimulou a continuar meus estudos em agricultura familiar, porque entendi o sentimento de partilha, de cooperação e de desenvolvimento entre os agricultores. Um dos meus objetivos de

Alvorada em 10 de fevereiro 1996 e Assentamento Santa Júlia em 15 de setembro de 1999 (Peronio *et al.*, 2017). Mais informações ver: mst.org.br

vida era fazer intercâmbio para conhecer as outras realidades. O tempo passou e esse meu sonho se concretizou, melhor do que eu havia planejado. Após saber que meu filho participaria de um programa de intercâmbio em uma universidade europeia, busquei programas de pós-graduação e me identifiquei com um programa. Encaminhei a documentação e fui aprovada para fazer o doutoramento em Desenvolvimento, Sociedades e Territórios da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), na região norte de Portugal, em Vila Real. O IFFar me concedeu liberação para a qualificação. Assim, pude conhecer o velho mundo e realizar a tão sonhada pós-graduação. Meu filho ficou seis meses em Portugal participando do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional⁶. Foi um dos melhores semestres de convivência mãe e filho até agora, em toda a nossa trajetória de vida.

Ledo engano o meu em imaginar que ir morar em um país de língua portuguesa seria fácil! A cultura, os costumes, os hábitos, a gastronomia, o clima, o relevo, tudo é diferente. Nunca tinha vivenciado tantas curvas, curvas e mais curvas que inicialmente me causavam desconforto. A compreensão do significado de “distância” - para atravessar o país eram apenas 400 km, distância semelhante à de percorrer da minha cidade de origem até a capital do estado, no Brasil; a história – afinal nós, brasileiros só temos 500 anos... E quantas vivências e aprendizados! Destaco o acolhimento, e os pratos e bebidas típicas (a francesinha, o pastel de nata, o vinho do Porto, o vinho de Vila Real). Espetacular! Queria muito tudo aquilo.

Nas primeiras aulas de doutoramento de que participei, colocava o meu propósito de fazer o estudo com foco na agricultura familiar. Fui bastante contestada, porque na Europa a agricultura familiar rural deu lugar a empresas que podem ser familiares ou não. Diferentemente do Brasil, em que até 2018 o tema era uma das prioridades do governo federal. Mas, finalmente, encontrei professores que compreenderam a minha ideia! Então, o que especificamente pesquisar na agricultura familiar? Qual a lacuna a compreender?

Após a pesquisa inicial sobre os circuitos curtos de comercialização ou *short food supply chains*⁷, e dentre as diversas formas de comercialização, encontrei a Agricultura Apoiada pela Comunidade (AAC) ou *Community Supported Agriculture* (CSA)⁸. Uma alternativa de

⁶ Parceria Assessoria de Relações Acadêmicas Interinstitucionais (ARAI) da Universidade Franciscana e O Gabinete de Relações Internacionais e Mobilidade (GRIM) da UTAD.

⁷ Pesquisa inicial sobre os circuitos curtos de comercialização ou *short food supply chains*: Aubry e Kebir (2013); Ettouzani, Yates e Mena (2012); Feng, Siu, Guan e Hubacek (2012); Forssell e Lankoski (2015); Friedmann (2007); Grimm, Hofstetter e Sarkis (2016); Ilbery, Maye, Kneafsey, Jenkins e Walkley (2004); Marsden, Banks e Bristow (2000); McMichael (2009); Migliore, Schifani e Cembalo (2015); Renting, Marsden e Banks (2003); Tibério, Baptista e Cristóvão (2013). Esses estudos serão abordados ao longo do texto, especialmente nos itens 2.1 e 2.2 do capítulo 2.

⁸ Pesquisa inicial sobre a Agricultura Apoiada pela Comunidade (AAC) ou *Community Supported Agriculture* (CSA): Brown e Miller (2008); Cone e Myhre (2000); Cooley e Lass (1998); Darolt (2012); Darolt, Lamine, Brandenburg, Alencar e Abreu (2016); DeLind (2011); Feagan

consumo onde os consumidores se dispõem a apoiar, por pelo menos uma estação produtiva, um ou mais agricultores, pagando antecipadamente pelos alimentos que receberão. Desta maneira, os agricultores, sem a pressão do mercado e do preço, podem se dedicar à sua produção e os consumidores recebem alimentos de qualidade. A relação de confiança mútua entre o agricultor e o consumidor, neste contexto, é uma variável relevante para minimizar a pressão do mercado e do preço, além de cultivar o apreço das relações.

Ao pesquisar mais sobre a CSA (CSA, 2020; Darolt, 2012; Henderson, 2010; Henderson & Van En, 2007; Perry & Franzblau, 2010; Urgenci, 2016), percebi que essa alternativa de comercialização vai além dos alimentos. Trata-se de algo a mais, onde os envolvidos desenvolvem o respeito pela terra aonde os alimentos são cultivados e por tudo o que está a montante e a jusante da produção (Henderson & Van En, 2007; Peneireiro & Silva, 2018). Por esse motivo, os agricultores são levados a praticar a agricultura orgânica ou, posteriormente, migrar para formas de cultivo orgânico, ou biológico, ou biodinâmico e/ou, atualmente, para o cultivo na modalidade agroflorestal (Cechin, Araújo & Amand, 2021). Com isso, os envolvidos em uma CSA seguem princípios orientados para a promoção de um modelo de produção que não seja prejudicial ao ser humano e seu entorno (Peneireiro, 2016). A autogestão democrática, colaboração mútua, diversificação da produção, respeito à sazonalidade, preços justos, aprendizagem mútua, produção e consumo locais e a estabilidade são os demais princípios da CSA (CSA Brasil, 2020).

Me identifiquei com os princípios da iniciativa porque acredito ser o formato ideal de cultivo, tanto dos alimentos, quanto das relações entre os envolvidos. Desta maneira todos ganham, o agricultor familiar, os consumidores, o meio ambiente. Busquei os lugares em que a iniciativa ocorria. Percebi que está nos mais diversos cantos do mundo, em todos os continentes. Pesquisei nas páginas da Urgenci⁹, uma agência internacional que faz a interligação das iniciativas com os consumidores. No *site* existe um mapa com a disposição e os contatos da maioria das CSA mundiais.

Naturalmente que busquei saber se no Brasil existiam CSA. Fui aprofundando a pesquisa e encontrei o registro de iniciativa de CSA na cidade onde resido – Santa Maria/RS. Para minha

e Henderson (2009); Galt (2013); Henderson e Van En (2007); Kolodinsky e Pelch (1997); Lagane (2015b); Matzembacher e Meira (2019); Nost (2014); Pole e Gray (2013).

Esses estudos serão abordados ao longo do texto, com maior ênfase no item 2.4 do capítulo 2.

⁹ Rede internacional de apoio aos cidadãos da agricultura que visa reunir cidadãos, agricultores, consumidores, ativistas e políticos em uma abordagem econômica alternativa denominada parcerias locais e solidariedade entre produtores e consumidores. Disponível em: <https://urgenci.net/french/>

surpresa, precisei atravessar o oceano para “ver” que na cidade onde morava existia um tipo alternativo de comercialização que identifiquei após a realização de pesquisa bibliométrica. Assim, tive a certeza do que desejava pesquisar e me aprofundar durante o percurso do doutoramento. Queria conhecer iniciativas de CSA e compreender o motivo pelo qual determinados consumidores, normalmente urbanos, decidem apoiar alguns agricultores familiares locais, normalmente rurais ou periurbanos, e, através da troca e do apreço por pessoas, produtos e o meio, todos ganham. Diferentemente do contexto mercantil de compra e venda em que cada qual deseja tirar vantagem nas transações, ou seja, na iniciativa CSA migravam da cultura do preço para a cultura do apreço (Peneireiro & Silva, 2018).

Após um semestre de aulas teóricas, em setembro de 2018 apresentei o projeto de pesquisa para a qualificação. A ideia inicial era realizar a pesquisa em todo o território brasileiro, no entanto, meu orientador principal me fez “colocar os pés no chão”: sem bolsa ou algum outro tipo de recurso que financiasse a minha pesquisa, seria inviável, por conta própria, arcar com os custos para realizar o estudo num território tão extenso quanto o Brasil, além do limite de tempo para cumprir o processo de doutoramento. Razão pela qual inicialmente optamos por realizar a pesquisa somente no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

O enquadramento teórico estaria embasado na Teoria das Convenções (Boltanski & Thévenot, 1991 [2020]; Coq-Huelva, García-Brenes, & Sabuco-i-Cantó, 2012; Coq-Huelva, Sanz-Cañada, & Sánchez-Escobar, 2014, 2017; Ponte, 2009, 2016; Wilkinson, 1997), que serviria de base para, além de analisar a qualidade nos processos de produção agroalimentar, neste caso, analisar a qualidade das relações existentes entre consumidores e agricultores envolvidos nas CSA.

Durante a qualificação dúvidas afloraram: em Portugal existe esse tipo de iniciativa ou alguma semelhante? Onde se localizam? As iniciativas são mesmo no modo agricultura orgânica/biológica com vistas à agroecologia? É possível realizar um estudo comparativo pelo fato se serem “mundos” diferentes, Brasil e Portugal? Aprofundei pesquisas e identifiquei a existência, em Portugal, de iniciativas com a filosofia semelhante que utilizavam a nomenclatura de Associação para a Manutenção da Agricultura de Proximidade – AMAP -, provavelmente o termo adaptado da nomenclatura francesa *Association de Maintien de l'Agriculture Paysanne*. No final de 2018 comecei a acompanhar as iniciativas em Portugal, momento em que, através da Rede Portuguesa de Agroecologia Solidária (REGENERAR)¹⁰,

¹⁰ Mais informações em: <https://amap.movingcause.org/rede-regenerar/>

formalizaram a existência de AMAP/CSA de norte a sul do país¹¹. Primeiros contatos e interações feitas, seguiram-se as etapas de construção da tese.

Em outubro de 2018, juntamente com meus orientadores, participei da reunião de lançamento e apresentação do Projeto STRINGS - *Selling The Rural IN (urban) Gourmet Stores – establishing new liaisons between town and country through the sale and consumption of rural products*. Este projeto de investigação desenvolvido na Universidade de Aveiro e em cooperação com o Instituto de Ciências Sociais, o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa e o Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Nesta reunião foi apresentado o planeamento de atividades para o trimestre. A primeira etapa do projeto consistiu na revisão de literatura¹². A partir dessa revisão construí o primeiro trabalho que embasou as demais atividades da tese “Análise bibliométrica das cadeias curtas de abastecimento de alimentos” (Soares, Tibério, Tavares, *et al.*, 2021). Assim, a Tese de Doutoramento “Do preço para o apreço: Novas relações entre atores em processos de agricultura apoiada pela comunidade”, bem como alguns trabalhos publicados ao longo do processo de pesquisa, foram parcialmente elaborados tendo como foco alguns objetivos¹³ e pressupostos do projeto STRINGS (PTDC/GES-OUT/29281/2017/ POCI-01-0145-FEDER-029281).

Em janeiro de 2019, tivemos o parecer favorável do Conselho Científico da UTAD para o registro do projeto (Anexo A). No primeiro trimestre desse ano tive a oportunidade de participar do Programa IACOBUS¹⁴ – intercâmbio entre as universidades do norte de Portugal e a Galícia, na Espanha. Vivenciei diversos grupos de consumo, feiras de agricultores familiares (Soares, Tavares, *et al.*, 2020) e algumas unidades produtivas galegas nas quais todos são ativistas sociais e militam frente às desigualdades de gênero, cor, raça, LGBT, feminismo, cultivo e comércio justo, agroecologia, entre outros (Soares, Tibério, Cristóvão, Tavares, *et al.*, 2021). Experiência que reforçou a minha intenção de pesquisa sobre CSA, visto ser uma iniciativa social em que os valores cívicos e a preocupação com apoio mútuo, aprendizagem e crescimento integrado, cuidado com o ambiente e com as pessoas são fundamentais.

¹¹ Mais informações em: <https://amap.movingcause.org/2019/01/27/habemus-rede-acta-da-assembleia-constituente-da-rede-de-amaps-csa/>

¹² Foram definidos oito tópicos e colaboradores: Produtos alimentares tradicionais; Conexões rurais urbanas; Lojas gourmet ou especializadas; Consumidores e motivações e práticas de consumo; Marketing e promoção de alimentos tradicionais; Alimentos tradicionais rurais e turismo rural; Alimentos tradicionais rurais e desenvolvimento rural; e, Mapeamento dos produtos da produção ao consumo. Posteriormente, foram promovidas novas reuniões com membros específicos para preparar, coordenar e conduzir as diferentes tarefas. Mais informações em: <https://www.stringsproject.pt/>

¹³ O projeto visa identificar, produzir e disseminar conhecimento sobre os circuitos acionados entre varejistas, distribuidores, produtores e consumidores, suas dimensões e conteúdo, bem como os impactos nos territórios rurais, visando desenvolver novos *insights* que possam ser úteis aos diversos atores e instituições envolvidas.

¹⁴ Mais informações em: <https://iacobus.gnpaect.eu/pt/programa-iacobus>

No final de 2019, na última semana de outubro, participei do curso de formação em CSA realizado no Bairro Demétria, Botucatu/SP, organizado pela Associação Comunitária CSA Brasil¹⁵. Pude sentir a energia vital dos facilitadores da iniciativa no país, e vivenciar práticas da agricultura biodinâmica – agente sanador do solo, dos alimentos e do próprio homem, baseadas nos princípios da antroposofia¹⁶, que une o lado espiritual à prática agrícola (Steiner, 2017). Fiquei mais fortalecida para seguir a minha busca sobre as dinâmicas que ocorrem nas CSA e, nesse momento, compreendi o significado de algumas nomenclaturas sobre as quais passo a discorrer.

Produtor – Segundo o Estatuto do Produtor Rural - PLS 325/06¹⁷, produtor rural no Brasil é a pessoa física ou jurídica que explora a terra, com fins econômicos ou de subsistência, por meio da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo sustentável, da aquicultura, além de atividades não agrícolas, respeitada a função social da terra. Produz em grande escala, sempre aproveitando ao máximo o que a terra pode dar, utilizando os recursos necessários para aumentar a produção¹⁸. Normalmente são monoculturas de café, de soja, de olivais, de banana, etc. O que importa é a produção, o resultado. Produtos com tamanho padrão, peso ideal, cor chamativa.

Não raramente, os termos “agricultor familiar” e “produtor rural” de pequeno porte, são adotados como sinônimos, não havendo um consenso na legislação brasileira acerca da matéria (Ferreira *et al.*, 2018, p. 175). Tema abordado por Mafra (2013) quando descreve o significado dos termos “agricultor” e “produtor”, onde “a agricultura é apenas a exploração pelo ser humano de certos processos biológicos [...] a produção da matéria nutritiva é realizada pelos próprios organismos vivos”(p. 91). Para o agrônomo, o papel do ser humano limita-se a fornecer a esses organismos o conjunto das condições necessárias a seu desenvolvimento e a recolher a matéria produzida.

Agricultor – No Brasil é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais¹⁹, trabalhadores da própria família, renda vinculada ao próprio estabelecimento e

¹⁵ Ver: <http://www.csabrasil.org/csa/>

¹⁶ A antroposofia, do grego "conhecimento do ser humano", introduzida no início do século XX pelo austriaco Rudolf Steiner, pode ser caracterizada como um método de conhecimento da natureza do ser humano e do universo, que amplia o conhecimento obtido pelo método científico convencional, bem como a sua aplicação em praticamente todas as áreas da vida humana. Disponível em: <http://www.sab.org.br/portal/antroposofia/o-que-e-antroposofia>

¹⁷ Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/quadros/qd_152.html

¹⁸ Sobre regimes agrários e agricultura no contexto globalizado, ver: Maia (2015); Maia e Riedl (2017).

¹⁹ A classificação é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o módulo fiscal, que varia de acordo com cada município. Em relação ao tamanho da área, os imóveis rurais são classificados em: Minifúndio: imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal; Pequena Propriedade: imóvel com área entre 1 e 4 módulos fiscais; Média Propriedade: imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais; Grande Propriedade: imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais. <https://antigo.incra.gov.br/pt/modulo-fiscal.html>

gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família²⁰. Cultiva a terra, se preocupa com o meio onde está inserido, pode trabalhar e desenvolver o sistema de agroflorestas, por exemplo. Gera condições para que a natureza produza. Além de cultivar o alimento, cuida dos animais, do solo, das nascentes, do bem-estar das pessoas que trabalham com ele, faz rotação de culturas, deixa a terra descansar. Os alimentos são cultivados conforme a estação propícia de cada cultura, logo, existe uma diversidade de cultivares. Na colheita, não se preocupa com o tamanho, a cor, o peso de cada alimento. “Comida feia” é mais saudável (Peneireiro & Silva, 2018).

Coagricultor – “Coagricultor” é o termo que mundialmente designa os consumidores que decidem apoiar uma AMAP ou CSA. Os envolvidos compreendem que, ao se envolver, o consumidor deixa de ser apenas um cliente e passa a, literalmente, ajudar o agricultor em todas as etapas da produção. Nem sempre o “consumidor” vai até a lavoura plantar, mas ele – então coagricultor – pode auxiliar na recolha e distribuição dos alimentos, no transporte, na parte administrativa, na organização do espaço onde serão entregues os alimentos, entre outras atividades (Molina & Pohlmann, 2015; Peneireiro & Silva, 2018)

Organismo agrícola – Entendemos que tudo no mundo está integrado. Fazemos parte do todo e o todo faz parte de nós. Logo, as pessoas que cultivam alimentos fazem parte de um organismo agrícola e de toda a sua diversidade. O organismo agrícola faz parte das pessoas, uma simbiose, uma categoria de convivência rítmica e equilibrada entre todos os reinos: os seres humanos, o solo (reino mineral), a policultura do reino vegetal e os insetos, pássaros, répteis e mamíferos (incluindo-se aí os animais domesticados), bem como os planetas, as estrelas e a lua. O ritmo da vida na Terra e as influências dos astros interferem no cultivo e produção de alimentos. Nesse sentido, a agricultura biodinâmica olha para o céu e inclui o cosmos como natureza (Steiner, 2017). A unidade agrícola biológico-dinâmica é concebida como um organismo integrado, diversificado, autossustentado, onde os diversos departamentos se inter-relacionam mutuamente. Formando um conjunto de plena interdependência, vindo com o tempo a constituir um ciclo fechado de nutrientes, onde a compra de insumos externos é paulatinamente reduzida a um mínimo, tendendo a zero. Diversificação, integração e auto-sustentação formam o tripé que mantém a funcionalidade do sistema. A partir destes três pilares do sistema produtivo, o agricultor vai pouco a pouco montando os diversos departamentos que compõem a unidade rural²¹, integrando uns aos outros (Avila, 2006, p.8).

Compreendi que, no Brasil, aquele consumidor que passa a apoiar um agricultor recebe a denominação de “coagricultor” e, em Portugal, esse consumidor é denominado “coprodutor”²².

²⁰No Brasil, a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm

Em Portugal, o Estatuto da Agricultura Familiar foi publicado em Diário da República, através do Decreto-Lei n.º 64/2018 de 7 de agosto, regulamentado pela Portaria n.º 73/2019, de 7 de março.

²¹A floresta, a pecuária, o pasto, o estábulo, o manejo do gado, os grãos, a horticultura, a fruticultura, a avicultura, a apicultura, a suinocultura, a compostagem, entre outros (Avila, 2006).

²²Entende-se que o Brasil é conhecido como país exportador de *commodities* e que a monocultura é bem significativa e quem movimenta este negócio são os produtores (agro + negócio). No entanto, no contexto desta tese, que tem o foco no modo de cultivo local, queremos resgatar o conceito e significado da agricultura, que é cultivar a terra e cuidar do ambiente, respeitar os saberes e cultura local. Motivo pelo qual é muito significativo, neste trabalho, resgarmos o sentido de agri+cultura.

O Censo Agropecuário de 2017, levantamento feito em mais de 5 milhões de propriedades rurais de todo o Brasil, aponta que 77% dos estabelecimentos agrícolas do país foram classificados como da agricultura familiar. Em extensão de área, a agricultura familiar ocupava no

Nesta tese utilizarei a expressão “coagricultor” para referir o consumidor brasileiro e “coprodutor” ao referir o consumidor português.

Ah, sobre o meu filho, em 2020 ele concluiu a graduação de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Franciscana em Santa Maria/RS, Brasil. E, passadas três décadas desde a minha primeira inserção no mercado de trabalho, eu, agora com 48 anos, construo este documento de tese.

Por ser sobre uma modalidade de relacionamento diferenciada entre consumidor e agricultor, compreendi que, até o momento, nem todas as pessoas estão preparadas para participarem deste tipo de inovação social, o que me motiva a continuar a pesquisa. E terei a possibilidade de compreender como ocorrem as dinâmicas de relacionamento entre os atores envolvidos e, mesmo, como ocorre o meu relacionamento para e com os demais, ao mesmo tempo em que poderei difundir para outros grupos este tipo de iniciativa – a CSA/AMAP.

Como sugerem Cechin *et al.* (2021), “Mais estudos como este no Brasil seriam de grande valia, uma vez que as diferenças culturais, econômicas, institucionais e edafoclimáticas²³ neste país continental são enormes”, assim como Sendin (2020), em Portugal “há muito a haver”.

1.2 Construção para a Tese

Ao descrever minha caminhada para definir o motivo da escolha deste tema, assim como o envolvimento com a problemática da agricultura familiar, compreendo que os agricultores familiares, muitas vezes, têm dificuldade em comercializar seus produtos, não obtendo preços justos, e, por vezes, ocorrem perdas durante as fases de colheita e comercialização. É uma atividade que normalmente apresenta altos riscos, que não são compartilhadas com a comunidade. Logo, os agricultores não têm garantia de ganho financeiro estável, passam por dificuldades para produzir certos alimentos que o mercado exige e ficam sujeitos às oscilações de preços e amarrados a contratos de entrega de produtos.

Por outro lado, os consumidores buscam, cada vez mais, alimentos saudáveis, mas não conhecem a origem dos mesmos, quem produz, onde são produzidos, como são produzidos (Peneireiro, 2016). Esse desconhecimento, em parte, contribui para o desenvolvimento de uma

período da pesquisa 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (BRASIL, 2019). Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>

²³ Relativo aos solos e ao clima (ex.: o vinho é produzido em condições edafoclimáticas excepcionais).

determinada pressão do mercado. Por isso, a agricultura familiar sofre grande pressão por uma ideia mercantilista centrado no preço. Este preço é o que determina o valor das coisas: “bom, bonito e barato” ou “quanto mais caro melhor”. São frases comuns que expressam esta ideia.

O agricultor familiar representa uma ponta da cadeia produtiva e está longe do consumidor final, sendo muitas vezes enganado pelos atravessadores²⁴ que encarecem o produto para o consumidor e o afastam da realidade do dia a dia no campo. Além disso, o agricultor sempre arca sozinho com as responsabilidades de produção e, muitas vezes, carece de recursos para investir em novas tecnologias para melhorar a produtividade e o manejo com a terra, ilustrando assim, as dificuldades da vida no campo.

Porém, nas últimas duas décadas surgiram iniciativas e movimentos em torno de temas como comércio justo, responsabilidade social corporativa e consumo sustentável, devido à conscientização, mudança de comportamento e preferências dos consumidores (Chen *et al.*, 2019; Freedman & King, 2016), que buscam alternativas de consumo diferenciadas da pré-estabelecida pela indústria.

A procura por alimentos pode ocorrer através da modalidade de venda direta, a qual representa uma via importante para maior integração de pequenos agricultores no mercado, com produtos diversificados e aproveitamento dos recursos disponíveis locais, tais como a mão de obra, o solo, os equipamentos e os seus rendimentos (Baptista, Cristóvão, Rodrigo & Tibério, 2014). Neste contexto, as Redes Alimentares Alternativas, ou *Alternative Food Networks*, revelam uma pluralidade de realidades, onde todas possuem, em comum, características que podem definir as preferências alimentares dos consumidores (Opitz *et al.*, 2017).

Um tipo de rede alimentar alternativa é denominado CSA. Esta caracteriza-se pela articulação de grupos de pessoas que propõem novos modos de vida baseados no consumo sustentável e responsável (Chen *et al.*, 2019; Feagan & Henderson, 2009; Galt, Van Soelen Kim, *et al.*, 2019), bem como no comportamento ético em relação a determinadas práticas produtivas, na sustentabilidade ambiental e que seja capaz de reduzir os riscos à saúde e proporcionar maior segurança aos consumidores, assim como o bem-estar animal, um comércio justo, as melhores condições de trabalho e o respeito incondicional dos direitos humanos.

Esses supracitados modos de vida vão ao encontro da filosofia da CSA, “da cultura do preço para a cultura do apreço”. Esta filosofia demonstra uma mudança de paradigma, onde os

²⁴ Indivíduo que atravessa mercadorias, que as compra para monopolizar o mercado. Esta atividade normalmente ocorre na comercialização de circuito longo.

consumidores e os agricultores adeptos do movimento CSA procuram buscar o melhor significado para os sistemas socialmente responsáveis, economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis (Peneireiro & Silva, 2018; Zoll *et al.*, 2018). Conforme Peneireiro e Silva (2018), trata-se de uma economia solidária ou associativa, que vai além da lógica do mercado, onde os produtos não têm preço e que as relações de afeto, de cuidado, de confiança e de apoio mútuo se estabelecem com um dinamismo próprio, produzindo endogenamente.

1.2.1 Do preço para o apreço

As unidades de produção são reconhecidas como um organismo vivo, em que o solo, as plantas, o ser humano e os restantes animais estão em interdependência (Brandenburg, 2002). Com isso, os princípios que embasam a proposta de CSA, no Brasil, tiveram influência das ideias do austríaco Rudolf Steiner: a) Novas formas de propriedade comunitária: a terra deve pertencer e ser mantida pela comunidade, para gerar alimentos para si; b) Novas formas de cooperação: as redes de relações humanas superam o velho sistema de empregador/empregado; e c) Novas formas de economia: a questão não é “Como nós aumentamos os lucros?”, mas, sim, “Quais são as necessidades da terra e das pessoas envolvidas?”.

Nesta parceria de ajuda mútua, nas CSA, em que o agricultor conta com um grupo de apoio para a produção, os consumidores recebem alimentos de qualidade e passam a saber de onde vem o seu alimento e como é produzido. Deste modo rompe-se a lógica de alimento como mercadoria, diminui-se o desperdício, o agricultor garante segurança financeira para viabilizar sua produção e tem seu trabalho remunerado de forma justa (Peneireiro, 2018).

A CSA pode ser considerada uma “escultura social”, em que a matéria-prima são as pessoas envolvidas. Desse modo, cada grupo apresenta características específicas, e funciona, portanto, conforme os desejos e os membros do grupo. Trata-se de outro paradigma, diferente do dominante, onde a cultura do preço dá lugar à cultura do apreço. A relação impessoal dominante de consumo passa para uma relação de afeto e confiança. Ao invés de pontos de comércio como supermercados, os locais onde se distribuem os alimentos passam a ser espaços de partilha que podem ser o próprio local de produção, uma escola, um restaurante, ou mesmo uma garagem de um coagricultor, situados próximos às residências dos outros coagricultores (Peneireiro, 2016).

Vicini (2014, p. 465) apresenta características de comunicação no conceito de escultura social, originado do artista alemão Joseph Beuys, ao qual se refere ao princípio da linguagem e a presença do corpo como meio de comunicação – a fala, que requer pensamento e raciocínio; e do comportamento, atitudes e relações: ambos requerem uma estrutura cultural, filosófica, política e histórica.

Pohlmann²⁵ (2021) destaca que para Beuys todo o ser humano é regido por necessidades. Essas necessidades são os pilares da escultura social: liberdade (no mundo das ideias e expressões), igualdade (no mundo dos acordos) e fraternidade (no mundo econômico). A ideia de sustentar a agricultura tem algo a ver com todas as pessoas, a CSA representa “um lugar para treinar o futuro”.

Beuys refere as sete formas de artes (Figura 1) representadas através da letra “u”. Do lado esquerdo, a primeira forma de arte é a arquitetura, seguida da escultura e da pintura. São formas de arte onde se utilizam materiais ou as próprias mãos para materializá-las. Do lado direito, tem-se o espelho destas artes. O espelho da pintura é o teatro ou a poesia, assim, a pintura é uma poesia cristalizada, o teatro, é uma pintura em movimento. A dança é uma escultura em movimento, uma escultura é uma dança cristalizada. Por fim, a arquitetura é uma escultura social cristalizada, no espelho a escultura social é uma arquitetura em movimento. Ao centro, a música, a qualidade imaterial “musa das musas”, que tudo vibra, tudo movimenta, o sentir.



Figura 1 - Composição para a escultura social

Fonte: Foto da autora, curso de formação em CSA, Demétria/SP (2019).

²⁵ Atualmente Pohlmann desenvolve o projeto *Teikei Community Supported Coffe* – reúne agricultores de café orgânico do México. O café é colhido e transportado em barco a vela (12 semanas) até Hamburgo onde é processado e comercializado para os membros da comunidade na Alemanha e na Suíça. Outros projetos, inspirados nos princípios do Teikei estão sendo planejados para azeite de oliva na Grécia, óleo de cânhamo na Alemanha, pimenta do Peru e cacau no México. Todos os projetos da Teikei se organizarão através de uma rede sem fins lucrativos que oferecerá oportunidades de treinamento e suporte. O objetivo do *teikei.global* é um novo modelo econômico onde não exista perdedores, mas onde as necessidades de todas as partes interessadas possam ser consideradas de forma justa. Disponível em: <https://www.teikeicoffee.org/en/project/> Acesso: 13 junho 2021.

A Figura 1 mostra que a escultura social está embasada nos pilares: i) liberdade para pensar; ii) igualdade para todos, e iii) fraternidade para as necessidades pessoais, sociais, ambientais e econômicas. A teoria de Beuys, no entendimento de Portugal (2007), traz o pensamento como primeira forma de escultura. Seu conceito de escultura ia além do objeto físico, compreendia a política, a cultura, a educação, e organização social na totalidade, porque a escultura social compreendia o próprio pensamento humano (p. 48). Assim, as ideias deveriam ser consideradas potencialmente pelas pessoas como forma, uma forma criada por meio do pensamento, que poderia ser direcionada para atitudes políticas e sociais. Deste modo, ao artista cabia a função de oferecer instrumentos aos outros que levassem a um debate. Por isso, a obra de Beuys muitas vezes centrava-se no sujeito, na ação, e não necessariamente no objeto.

No pilar da igualdade, Beuys defende que todo o ser humano possui em si a capacidade de mudar, de moldar, de esculpir o mundo através da sua criatividade que é desenvolvida num ambiente de liberdade, e somente através de uma consciência de si mesmo, da importância dada à espiritualidade, à emoção, o homem pode conquistar um equilíbrio e desta maneira transformar a vida e a sua existência e possibilitando, assim, um ambiente mais fraterno para os seres que nela habitam (Portugal, 2007).

1.3 Questões e Objetivos da Investigação

A resistência das redes alimentares alternativas contra a globalização da produção e consumo de alimentos e suas iniciativas para aumentar o consumo responsável, através de estudos sobre ética e solidariedade das relações entre consumidores e agricultores, podem transformar o sistema alimentar (Lagane, 2015a). Porém, segundo Henderson e Van En (2007), não é fácil descrever e ordenar as percepções, práticas e questões sobre a operação da CSA/AMAP, tais como as modificações para se adaptar e acomodar determinadas circunstâncias, como o entendimento dos membros e as mudanças na dinâmica agrícola e familiar de cada iniciativa. Assim, constata-se a importância do envolvimento do agricultor e do consumidor para que, com as relações estreitadas, as parcerias estabelecidas e a confiança desenvolvida, possam proporcionar benefícios para ambos (Galt, 2013; Goland, 2002; Pole & Gray, 2013).

Para averiguar junto dos envolvidos as razões pelas quais decidem apoiar agricultores familiares locais, tomei como referência a Teoria das Convenções. Durante o período de revisão bibliográfica consegui elaborar algumas reflexões ensejando compreender: Qual é o

entendimento dos consumidores que participam da CSA/AMAP sobre ajuda mútua e solidariedade? Como os atores envolvidos nas CSA interagem para a organização do processo agrícola? Quais são as trajetórias desenhadas pelos atores para a transição para a CSA? Como o apoio às CSA pode mudar a dinâmica de uma comunidade e ser um modelo de inovação social? As CSA, no Brasil e Portugal, são resultantes de construções sociais? As CSA como uma forma alternativa de vida, cultivo e relacionamento, poderão responder às tendências alimentares demandadas, ou, por outro lado, serão as CSA/AMAP que ditam tendências alimentares? De que maneira apoiar a agricultura sustentável, promover pequenos negócios agrícolas, expandir o acesso aos alimentos locais e fomentar a conexão consumidor-agricultor? Que convenções estão envolvidas e como elas fundamentam as interações e o posicionamento dos atores envolvidos nas CSA/AMAP?

Assim, tomando a trajetória do projeto, esta tese pretende responder à seguinte questão central: Que formas de coordenação ou convenção predominam nas relações entre os atores envolvidos nas CSA/AMAP? Partindo da questão central de pesquisa, o objetivo geral do estudo é analisar as formas de coordenação ou convenção observadas nas relações entre os atores envolvidos nas CSA do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e na Associação pela Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP/CSA) de Portugal. Esta análise basear-se-á na revisão de literatura, em entrevistas, em questionários e na observação direta aos envolvidos nas iniciativas, podendo identificar as formas de coordenação ou convenção predominante em cada grupo.

Para atender ao objetivo geral proposto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- I) Aprofundar aspectos teóricos sobre a Teoria das Convenções pelo viés das inter-relações no contexto CSA/AMAP, como uma contribuição aos estudos de Desenvolvimento, Sociedades e Territórios;
- II) Identificar os cenários das CSA do Rio Grande do Sul (Brasil) e das AMAP (Portugal) (breve histórico, aspectos socioeconômicos, tipo de cultivo);
- III) Descrever as iniciativas²⁶, analisando os papéis desempenhados pelos atores sociais envolvidos, bem como as ações que justificam seus posicionamentos;
- IV) Analisar as dinâmicas e elementos que revelam a forma de coordenação ou convenção (doméstica; mercantil; industrial; cívica; opinião; inspiração) ativadas em cada uma das CSA/AMAP.

²⁶ Nesta tese o termo “iniciativas” será designado para CSA e/ou AMAP.

Nesta investigação, a sigla CSA será utilizada para as diversas nomenclaturas do termo: Agricultura Apoiada pela Comunidade, Comunidades que Sustentam a Agricultura ou *Community Supported Agriculture*.

1.4 Justificativa e Contribuições da Investigação

De forma mais abrangente, esta tese justifica-se pela importância do tema no contexto da agricultura familiar, da valorização do agricultor familiar e da produção diversificada de alimentos. Assim, o presente trabalho pretende contribuir para o aprofundamento do conhecimento científico, respeitando e destacando que a temática é debatida em diferentes áreas de estudo (agricultura, economia, meio ambiente, tecnologia científica, sociologia, geografia, história, administração pública, ciência gastronômica, estudos de desenvolvimento, entre outras).

A iniciativa CSA pode representar uma renovação do olhar sobre a agricultura porque está focada na ligação consumidor-agricultor com potencial para desenvolver agricultura comunitária, como base para a reativar o relacionamento sustentável com a terra. Desta forma, esta pesquisa procura somar indiretamente aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Agenda da Organização das Nações Unidas com metas para o ano de 2030²⁷):

- i) ODS 3 – saúde e bem-estar: uma agricultura mais sustentável produz alimentos mais saudáveis, preservando, assim, a saúde dos consumidores e dos agricultores;
- ii) ODS 8 – trabalho decente e crescimento econômico: ao considerar que uma agricultura mais sustentável pode contribuir para um trabalho mais digno, crescimento econômico e reduzir a desigualdade;
- iii) ODS 11 – cidades e comunidades sustentáveis: a agricultura sustentável oferece alimentos de qualidade e, por consequência, pessoas saudáveis e comunidade sem doenças; e
- iv) ODS 12 – consumo e produção responsáveis: uma agricultura mais sustentável também tende a contribuir para que haja uma produção e um consumo mais sustentáveis no planeta.

Portanto, é fundamental contribuir efetivamente para a construção de sociedades e agriculturas sustentáveis, em que as relações econômicas aconteçam na base da cooperação, solidariedade,

²⁷ Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/criacao-de-uma-unidade-de-comunidade-que-sustenta-a-agricultura-csa>-
Acessado em 15 dezembro 2020.

reciprocidade, confiança, e ocorram em circuitos curtos, dado que têm lugar ao nível local, a curtas distâncias (Chen *et al.*, 2019; Peneireiro, 2016). A este respeito existem estudos que enfatizam as motivações, percepções, custos e benefícios (Flora & Bregendahl, 2012) de uma visão alternativa e positiva da terra e como nos relacionamos com ela, ou seja, um movimento ativista que estabelece um compromisso filosófico com o lugar (Schnell, 2007, 2013). Do mesmo modo, pode ocorrer mudança de comportamento por parte dos participantes (agricultores, consumidores, voluntários) quanto à aceitação dos alimentos e preparo dos produtos, envolvidos em valores cívicos e espirituais (Andreatta *et al.*, 2008).

Outros estudos abordam os processos que ocorrem em uma CSA, tais como: a comunicação, a diversidade da produção de alimentos, a mudança de atitude dos membros, as motivações para ingresso e permanência no grupo, os custos de produção, os impactos da CSA no comércio local e regional, a preocupação ecológica e sustentabilidade da iniciativa (Bougherara, Grolleau & Mzoughi, 2009; Cox *et al.*, 2008; Goland, 2002; Pole & Gray, 2013; Uribe, Winham & Wharton, 2012).

Um terceiro grupo analisa o contexto da CSA com temáticas referentes à interação econômica e social, modelos, envolvimento, comprometimentos, táticas, afetos, mudanças, deficiências, relação com a sustentabilidade e o ambiente, observando as características de cada local (DeLind, 2011; Hayden & Buck, 2012; Lang, 2010; Pole & Gray, 2013). No entanto, a relação entre os membros que participam da CSA analisada sob a ótica da Teoria das Convenções, onde o que se deseja analisar é a qualidade das relações, traz novas perspectivas analíticas ao debate tais como os momentos críticos, os desafios, a comunicação, e a auto-gestão.

1.5 Estrutura da Investigação

Com relação à organização, a Tese conta com cinco Capítulos. Sendo este primeiro capítulo, o da Introdução. O segundo capítulo, “Percurso teórico da investigação”, apresenta as abordagens teóricas que serviram de base à construção do trabalho e à discussão dos resultados. Um dos principais enfoques utilizados é a Teoria das Convenções. Por sua vez, aspectos como redes alimentares alternativas, evidências empíricas da CSA/AMAP no mundo, tendências alimentares e inovações sociais, entre outras, fazem parte da abordagem proposta.

O terceiro capítulo, “Percurso metodológico da investigação”, aborda as definições metodológicas da pesquisa, com a descrição dos métodos e técnicas implementados para a obtenção e análise dos dados, a clarificação dos locais e o desenho da pesquisa.

No quarto capítulo, “Apresentação dos resultados: na fase i) abordam-se os participantes e seus papéis nas iniciativas; a fase ii) Diagnóstico e análises das iniciativas - analisa e sistematiza as informações recolhidas através de questionários aplicados (e tabulados pela escala de Likert), das entrevistas, das observações e da análise de documentos, além de caracterizar os elementos que revelam a forma de coordenação ou convenção (doméstica, mercantil, industrial, cívica, opinião, inspiração).

O quinto capítulo, “Sínteses da pesquisa” sistematiza a análise e a discussão em torno das relações dos consumidores e agricultores e faz a correlação com a Teoria das Convenções; nas “Considerações Finais”, são apresentadas as contribuições e as limitações do estudo, bem como sugestões para investigação futura. E, por fim, são apresentadas as comprovações do embasamento da Tese nas Referências, os Apêndices e os Anexos. A Figura 2 apresenta de forma resumida a estrutura da tese contendo a relação entre os objetivos estabelecidos e os capítulos produzidos.



Figura 2 - Estrutura da Tese
 Fonte: Elaboração própria (2021).

CAPÍTULO 2
PERCURSO TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO

2.1 Tendências alimentares e movimentos de aproximação agricultor-consumidor

A alimentação, muito mais que provimento de sustentação biológica, representa um importante elo na relação entre homem e o meio, entre o campo e a cidade, de acordo com Truninger (2014), Baltazar *et al.* (2017) e Opitz *et al.* (2017), entre o rural e o urbano e, no entendimento de Steiner (2006), envolve produtos que tocam diretamente na vida. Assim, o acesso à alimentação como um direito individual foi adicionado às qualificações geopolíticas e culturais.

De acordo com Montanari (2008, p 62) a comida é cultura onde “as pessoas não utilizam apenas o que é oferecido pela natureza, mas criam alimentos, preparam-nos seguindo técnicas e não comem qualquer coisa, escolhendo o que lhes convém conforme critérios também culturais”, econômicos, religiosos, nutricionais, entre outros, desenvolvendo tendências alimentares que são imensas e muito diferenciadas.

A obra de Niederle e Wesz Junior (2018) apresenta novas formas alimentares e/ou práticas de consumo, tais como: i) um dos efeitos mais notórios deste processo é a ampliação do acesso a alimentos “exóticos”; ii) outra evidência é a proliferação das cozinhas étnicas por todo o mundo – comer comida japonesa, chinesa, tailandesa, coreana, vietnamita, marroquina, indiana, libanesa, mexicana, entre outras; iii) a expansão das cozinhas regionais, por exemplo, restaurantes de cozinha mineira e nordestina, bem como as churrascarias especializadas; iv) a incorporação de ingredientes e produtos que o meio promove, por exemplo, o uso cada vez mais recorrente de especiarias e temperos orientais na cozinha global; v) alimentos regionais que passaram a constar nas prateleiras dos supermercados de todo o país; vi) ressignificação de produtos locais; e, vii) incorporação, às dietas, de farinhas (integrais) de diferentes produtos, o que incentiva a procura por variedades mais artesanais.

A incorporação de novos instrumentos e utensílios às práticas de preparo dos alimentos caracteriza outra evidência na mudança dos hábitos alimentares, mencionada por Poulain (2013, *in* Niederle & Wesz Junior, 2018). Por exemplo, a volta das panelas de barro e ferro ou das colheres de madeira. Os autores mencionam que “não apenas os objetos, os atores também mudaram” (p. 64), por exemplo, o aumento de homens ocupados que realizam afazeres e cuidados domésticos foi significativa. Junto com isso, há mudança no tipo de alimento que é comprado e consumido, bem como as práticas de preparo.

Para Niederle e Wesz Junior (2018), é possível visualizar a pluralidade de ordens sociais quando observado o arranjo mais amplo das práticas alimentares, tais como, conservação (secagem,

defumagem, compotas, recipientes), preparo (debulha, filtragem, cortes, raspagem, cozimentos) e consumo (individual, coletivo, à mesa, no sofá, em casa, fora de casa, no trabalho). Práticas que se modificam a todo instante conforme a necessidade local ou global.

A busca por formas alternativas e solidárias de produção, articuladas com experiências bem-sucedidas em mercados limpos e justos ligados a movimentos de consumidores organizados para resistir aos modelos produtivos vigentes surgiu a partir dos meados dos anos 70, conhecidos como “a virada da qualidade” que, de acordo com Goodman (2003), diz respeito às transformações em práticas alimentares, tanto de produtores, consumidores, no fundo transformações no modo de pensar o sistema em torno da alimentação. Este conceito surgiu na sequência da globalização alimentar (industrialização e massificação) e agrícola para evidenciar novas formas de relação.

Para Wilkinson (2015, p. 4), a virada da qualidade caracterizou o surgimento de nova categoria de produtos (*e.g.* produtos orgânicos, indicações geográficas, comércio justo, amigo dos animais, florestas sustentáveis), cujas qualidades essenciais estão relacionadas com as condições e processos de produção, e não exclusivamente com o conteúdo e a aparência do produto final. No entanto, a extensa movimentação dos alimentos – além da relação agricultor e consumidor - modificou o sistema agroalimentar, ocasionando agravantes como desmatamento, queimadas, extermínio das comunidades tradicionais.

Como contraponto a esse movimento de extermínio - que decorre entre outras coisas dos processos de globalização, da produção e consumo de alimentos industrializados/massificados (Allen *et al.*, 2003), o movimento orgânico é uma das formas que os agricultores encontraram para sobreviver em um sistema alimentar capitalista que os deixa dependentes das ajudas do governo para sobreviver. Neste caso, os agricultores conquistaram a lealdade e a participação dos consumidores com consciência ambiental. Os consumidores que aderem aos modelos alternativos de comercialização de alimentos constataram não só a contraposição ao sistema alimentar convencional, mas também, por questões sociais, culturais, políticas, ambientais, econômicas e a busca pelo bem-estar individual, possuem grande peso na decisão de participação em redes alimentares alternativas (Blättel-Mink *et al.*, 2017; Pedrosa, 2019).

Iniciativas de resistência ao sistema alimentar global com o interesse de defender o pequeno agricultor, manter ou reconstruir sistemas alimentares de proximidade e promover ligações entre produtores e consumidores por meio de Circuitos Curtos Agroalimentares (CCA) são cada vez mais frequentes (Cristóvão & Tibério, 2009). De acordo com François (2000), os circuitos

curtos agroalimentares criam identidade nos processos produtivos, na produção e, por consequência, refletem a especificidade de cada território. Por isso, e de acordo com François (2000, p. 15), o que define circuitos curtos não é a característica espacial (distâncias terrestres), mas sim o número de intermediários entre a produção e o consumo²⁸ – quanto menos atravessadores houver, melhor estruturado estará o circuito curto.

Para Renting *et al.* (2003), os CCA podem ser caracterizados em três tipos: face-to-face; proximidade espacial; e espacialmente estendidos. Na primeira categoria, os consumidores compram produtos diretamente do produtor ou processador, e a autenticidade e a confiança são mediadas pela interação pessoal. Na segunda categoria, as redes são baseadas principalmente na proximidade espacial, na qual os produtos são vendidos na região (ou local) de produção e os consumidores estão conscientes da natureza “local” do produto no ponto de venda. Na comercialização de proximidade espacial geralmente incluem-se atores intermediários na cadeia agroalimentar, na qual eles assumem o papel de garantir a autenticidade do produto.

Nesta linha de pensamento, vários autores referem CCA como via importante para maior integração de pequenos agricultores no mercado, por exemplo, na Bélgica, Gow e Swinnen (1998); em Portugal, Tibério, Baptista, e Cristóvão (2013); na França, Deverre e Lamine (2010); na Espanha, Guzmán, López, Román, e Alonso (2012); na Itália, Migliore, Schifani, e Cembalo (2015); nos Estados Unidos e França, Fleury, Lev, Brives, Chazoule, e Désolé, (2016); no Brasil, Darolt (2012); Viegas, Rover, e Medeiros (2017).

O ambiente local é entendido como o espaço resultante da construção social que, de acordo com Corezola, Oliveira, e Almeida (2010), permite a integração, as práticas e a articulação entre os diversos atores sociais. Podem encurtar distâncias entre produção e consumo e oferecer alimentos frescos e menos processados (Renting & Wiskerke, 2010; Chiffolleau, 2012). A maior proximidade dos agricultores e consumidores em CCA (Renting, Marsden & Banks, 2003; Lawson, Guthrie, Cameron & Fischer, 2008; Blay-Palmer, Landman, Knezevic & Hayhurst, 2013) é destacada como vetor de desenvolvimento à medida que potencializa o capital social, produzido pela rede de relações sociais que valorize a prática e o papel social da agricultura por parte de agricultores, consumidores e instituições (Darolt *et al.*, 2016; Franzoni & Silva, 2016). Esta proximidade pode ocorrer através dos CCA, tais como mercados de agricultores, caixas de entrega, lojas de pequenos agricultores, vendas agrícolas associadas ao agro turismo, vendas

²⁸ Em geral, o consumidor final paga menos e o agricultor recebe mais pelo fato da inexistência ou quase inexistência de atravessadores (François, 2000).

institucionais a escolas, entre outras formas de venda direta (Marsden, Banks & Bristow, 2000), hortas comunitárias (Berti & Mulligan, 2016).

Opitz *et al.* (2017) referem que a aproximação entre o agricultor e o consumidor potencializa o aprendizado dos consumidores sobre alimentação (sazonalidade, culinária/nutrição, aspectos de limpeza) e a produção agrícola (perspectivas dos agricultores, cultivo). Para Darolt *et al.* (2016), a interação envolve valores sociais, económicos, ambientais e políticos que contribuem para o consumo consciente.

Como exemplo desta relação, cita-se o Projeto PROVE²⁹ – Promover e Vender, promotor da venda de cabazes de frutas e legumes do produtor local diretamente ao consumidor, que gerou mudanças em diferentes níveis, seja no território, no produtor/exploração, na relação produtor/consumidor ou nos comportamentos, traduzidos na revalorização social da atividade agrícola; no aumento da área de produção e diversificação de produtos; na melhoria de rendimento das famílias; no comportamento dos consumidores (Baptista *et al.*, 2014).

Berti e Mulligan (2016) reforçam que a “transparência” permite a conexão entre os agricultores e os consumidores. Para estes autores, a qualidade e a salubridade dos alimentos de origem local estão na base da estratégia de diferenciação da qual o preço é derivado, ao passo que Rossi (2017) refere a eficiência nas diversas etapas para garantir a acessibilidade e a manutenção dos recursos de sustentabilidade social e ambiental, e dos objetivos éticos. Também o direito à informação sobre a procedência dos alimentos e sobre o sistema agroalimentar diante dos riscos alimentares e dúvidas que permeiam o prato e a mente de quem consome alimentos, tornou-se cada vez mais pertinente (Azevedo, 2018).

Os Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) de produtos agroecológicos e orgânicos, no entendimento de Menezes e Santos (2020), fortalecem os laços entre produtores e consumidores, promovem o reconhecimento do trabalho, preço justo e contribuem para a soberania alimentar dos agricultores familiares/camponeses. Desta maneira, nas diferentes formas de comercialização direta, o cultivo de alimentos tradicionais, produzidos localmente, com técnicas sustentáveis, sem uso de defensivos químicos, possibilita o respeito pela cultura

²⁹ Associadas ao PROVE estavam 124 explorações agrícolas divididas por 12 distritos, sendo o Porto o distrito com maior número de produtores, 28, seguindo-se Setúbal e Braga, respetivamente com 20 e 18 produtores. Em 2019 existiam 117 núcleos PROVE com 158 locais de entrega, envolvia cerca de 7.000 consumidores ativos. A Rede PROVE era constituída por 20 parceiros, dos quais 17 eram Grupos de Ação Local (GAL), 2 Municípios e 1 Associação de Desenvolvimento Local (ADL) com intervenção concelhia. A previsão de faturação para o ano foi de 3 milhões de euros (Delgado, 2020, p. 53). Mais informações em: <http://www.prove.com.pt/www/>

e as tradições locais e são incorporadas nas relações entre produção e consumo nesse tipo de comercialização direta (Menezes e Santos, 2020).

No amplo contexto dos circuitos curtos agroalimentares existem propostas específicas para novos espaços de produção, comercialização e consumo de alimentos diferenciados (Escobar-López, Amaya-Corchuelo & Espinoza-Ortega, 2021), as denominadas redes alimentares alternativas (Goodman, DuPuis & Goodman, 2012) .

2.2 Redes Alimentares Alternativas

Os primeiros estudos sobre as redes alimentares alternativas, na literatura anglo-saxônica designados *Alternative Food Networks* (AFNs), abordaram a relação agricultor-consumidor nas cadeias curtas ou circuitos curtos de comercialização, ou seja, o fato de um produto chegar nas mãos do consumidor com informações que lhe permitam saber onde o produto foi produzido (lugar), por quem (produtor) e de que forma (sistema de produção) em detrimento à alimentação padronizada da agricultura industrial (Marsden *et al.*, 2000).

Posteriormente, Renting *et al.* (2003) focaram na relação entre produção de alimentos e localidade e os modos sustentáveis de produção, assim, propuseram duas dimensões para descrever essas redes: uma, relativa à sua estrutura organizacional e aos processos específicos que estas implicam para estender as relações no tempo e no espaço; outra refere-se às diferentes definições e convenções de qualidade envolvidas na construção e funcionamento das redes. Estas dimensões foram estudadas por múltiplos autores (Blumberg, Leitner & Cadieux, 2020; Chiffolleau *et al.*, 2019; Ilbery & Maye, 2005; Maye, 2013) em diferentes aspectos como ecologia, política, geográfica, organizações econômicas, e sustentabilidade.

Nesta mesma linha de pensamento, Ilbery e Maye (2005) agregaram a oferta alternativa de alimentos com os conceitos de localidade, qualidade, confiança e imersão ao mesmo tempo que referem-se às distinções desenhadas entre sistemas de alimentos “convencionais” e “alternativos” (Quadro 1).

Quadro 1 - Contraste entre os sistemas alimentares: convencional e alternativo

Convencional	Alternativo
Moderno	Pós-moderno
Fabricado ou processado	Natural ou fresco
Produção em massa (em larga escala)	Produção artesanal (pequena em escala)
Cadeias de fornecimento de alimentos longos	Cadeias de fornecimento de alimentos curtos
Custos externalizados	Custos internalizados
Racionalizado	Tradicional
Normalizado	Diferenciado e diversificado
Intensivo	Extensivo
Monocultura	Biodiversidade
Homogeneização dos alimentos	Paladares regionais
Hipermercados	Mercados locais
Agroquímicos	Agricultura orgânica e sustentável
Energia não renovável	Energia renovável
<i>Fast food</i>	<i>Slow Food</i>
Quantidade	Qualidade
Desenraizado	Enraizado

Fonte: Ilbery e Maye (2005, p.824).

Ilbery e Maye (2005) distinguem os sistemas convencional e alternativo de fornecimento de alimentos, destacando alguns desses contrastes no Quadro 1, onde vários opostos binários são listados. Por exemplo, palavras como “qualidade”, incorporada “sustentável”, “tradicional”, “natural”, “artesanal”, e “diversidade” caracterizam sistemas alternativos de produção de alimentos. Por outro lado, no sistema convencional a produção desenvolve-se em modo intensivo, normalmente de monocultura, com a utilização de agrotóxicos e energia não renovável.

No entendimento de Watts, Little e Ilbery (2018), as redes alimentares alternativas não são opostas às redes convencionais de comercialização de alimentos. No entanto, ocupam um nicho dentro delas. Isso ocorre porque os consumidores podem escolher se querem consumir eticamente no contexto de um sistema econômico que opera, em grande medida, de acordo com um conjunto diferente de critérios normativos. Tal como sinalizam Escobar-López *et al.* (2021), o interesse em compreender a dinâmica desenvolvida nessas iniciativas a partir da perspectiva social é cada vez mais presente.

Assim, o interesse dos consumidores por alimentos oriundos de cultivo e produção que respeite o meio ambiente, sem a utilização de agrotóxicos tem sido acompanhado por um crescimento nas vendas de alimentos a partir de sistemas “alternativos” de fornecimento de alimentos que são, de alguma maneira, diferentes das cadeias convencionais. Esses sistemas incluem feira de produtores (orgânicos/agroecológicos), pontos de venda coletiva, CSA, AMAP, cestas

entregues em domicílio, produtores orgânicos independentes, grupos de compra solidária, cooperativas de produtores e consumidores, redes de comercialização (certificação participativa), venda na propriedade, acolhida na propriedade (gastronomia, lazer, esporte, alojamento, propriedade pedagógica), restaurantes coletivos públicos ou privados, restaurantes tradicionais, lojas virtuais (*site* internet de produtos ecológicos) (Cone & Myhre, 2000; Goodman *et al.*, 2012; Grasseni, 2014; Pérez & Cartea, 2020; Lagane, 2015b; Lamine, Garçon & Brunori, 2019; Rocha & Albuquerque, 2017; Tibério, 2011)

No entendimento de Jarosz (2008), as redes alimentares alternativas passaram a ser percebidas como forma de capitalismo reestruturado, com um desafio agroecológico, visão social com consciência ambiental, progressivas metas sociais e comprometidas com a sustentabilidade.

No Brasil, o tema foi estudado com o viés de segurança alimentar e questões éticas (Wilkinson, 2015); inovação social (Rover, Gennaro & Roelli, 2016); a escala de lealdade dos consumidores (Dias, Schuster, Talamini & Révillion, 2016); como novos caminhos para o desenvolvimento rural no país, numa comparação entre o mercado agrícola tradicional e o mercado agrícola emergente (Schneider, Salvate & Cassol, 2016); como forma adaptativa ao mercado, visando garantir a inserção e preservação dos princípios da autonomia dos agricultores e da agro biodiversidade (Viegas *et al.*, 2017).

Conforme Lockie (2009), a aprendizagem através do envolvimento nas redes alimentares alternativas pode significar um afastamento do “artificial” e a valorização da “autenticidade” dos alimentos (e.g. naturalidade, tradição, comunidade e confiabilidade), aspecto reafirmado por Opitz *et al.* (2017), quando investigaram os efeitos das interações consumidor-agricultor na aprendizagem e valorização da agricultura por parte dos consumidores em três tipos de rede alimentar alternativa na Alemanha (CSA, Grupos de Compra Solidária e Jardins de colheita automática), e concluíram que ocorre a aprendizagem de conteúdo específico, conforme cada tipo de canal, onde os consumidores aprendem com os agricultores e vice versa. Assim, a participação na rede possibilita a aprendizagem por parte dos consumidores, normalmente urbanos, sobre alimentos (sazonalidade, culinária/nutrição, aspectos de manutenção) e produção agrícola (perspectivas dos agricultores, cultivo) (Opitz *et al.*, 2017).

Com isso, a busca por formas alternativas e solidárias de produção, articuladas com as experiências bem-sucedidas em mercados limpos e justos, vem ocorrendo junto aos movimentos de consumidores organizados para resistir aos modelos produtivos vigentes. As redes alimentares alternativas são vertentes que ligam a produção, distribuição e consumo de

alimentos e criam modelos que abrangem aspectos comunitários, de saúde e justiça social, que se ligam a outros, de segurança alimentar e sustentabilidade ambiental (Fernandez & Wives, 2016), de reconhecimento e aprendizagem mútua (Thorsøe e Kjeldsen, 2016), de cooperação (Chiffolleau *et al.* (2019).

David e Guivant (2020) descrevem sobre esses novos arranjos – redes alimentares alternativas – que têm o potencial para fazer frente ao fornecimento industrial longo e de larga escala, a partir das novas formas de relacionamento entre produtores e consumidores. Neste estudo destacam a utilização das tecnologias digitais e redes sociais de maneira profissional, como a ferramenta facilitadora para organizar a dinâmica organizacional do processo de comercialização e distribuição de alimentos (gerenciamento de assinatura, pedidos e entregas, cobranças), possibilitando a interação virtual entre consumidores e produtores. Outro exemplo da utilização das mídias sociais para reconhecimento da rede foi descrito por Martindale (2020).

Na mesma linha de pensamento, Renting, Schermer e Rossi (2012) mencionaram que a expressão “cidadania alimentar” reformula a relação entre práticas alimentares e mercado, bem como com instituições públicas, de modo a ir além das trocas materiais e econômicas e contribuir para a “moralização” (ou mesmo “civilização”) dos alimentos (Renting *et al.*, 2012). Por isso, o termo “cidadania alimentar” pode ser descrito como o envolvimento dos atores para além do ato de compra e venda de produtos, mas com sentimento de luta e defesa dos bens compartilhados através da participação dos cidadãos na vida comunitária e na esfera pública, como, por exemplo, participando na elaboração de questões relacionadas à alimentação e no planejamento de políticas alimentares.

No entanto, a falta de atenção às questões de inclusão e justiça social é uma crítica apontada pelos autores (Renting *et al.*, 2012, p. 292), levando-os a explorar perspectivas teóricas alternativas para os estudos agroalimentares, que conduziram ao termo “rede alimentar cívica”, que surge como um complemento aos circuitos curtos agroalimentares e aos sistemas alimentares localizados.

Em termos de diferentes mecanismos de governança do sistema alimentar, Renting *et al.*, (2012) estabeleceram uma variedade de expressões de cidadania alimentar com referência a duas áreas de ação (Figura 3) onde as organizações formais e informais desempenham um papel significativo, especialmente quando esses grupos têm interesse local ou territorial. Por este motivo, no entendimento destes autores, as redes alimentares alternativas podem ter um

contexto ampliado, no sentido de levarem o cidadão a participar mais ativamente das questões político-sociais do entorno.

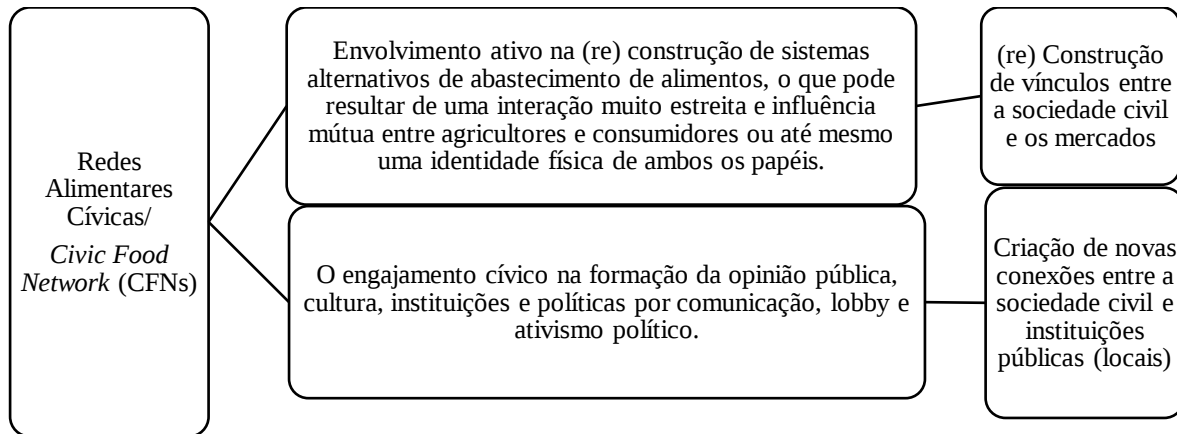


Figura 3 - Áreas de ação das redes alimentares cívicas
Fonte: Adaptado Renting *et al.* (2012, 289-307).

As áreas de ação envolvem processos de aprendizado social (Figura 3), principalmente entre consumidores e agricultores, bem como entre outros atores e instituições públicas podem ser estimuladas para uma nova consciência e diferentes atitudes em relação aos alimentos se consolidam (p. 300). Por isso, Renting *et al.* (2012, p 293) enfatizaram as características desta nova abordagem para as redes alternativas de comercialização de alimentos, destacando: i) as novas formas de cooperação entre agricultor/consumidor e sociedade civil; ii) a relação cidade-campo; e iii) os novos conhecimentos e novos processos produtivos, por exemplo, a permacultura, “faça você mesmo” e ecofeminismo. Nesse sentido, as redes alimentares cívicas referem-se à rede de todos os atores envolvidos no sistema alimentar local que, como cidadãos ecológicos, participam da responsabilidade pela sustentabilidade da economia alimentar e endossam o valor dos alimentos como um bem comum e direito de todos.

A “produção local” e o “consumo local” são apresentados como forma de superar algumas das limitações problemáticas do sistema alimentar globalizado (Rocha & Albuquerque, 2017). Nesta mesma linha, Fonte e Cucco (2019) mencionam que os alimentos não podem ser simples mercadoria; são a base na qual se constrói uma sociedade emancipada, na qual os direitos básicos são adquiridos e a equidade, a solidariedade e a democracia podem prevalecer. Assim, destacam a economia alimentar utópica como estratégia coletiva que pode mover um sistema na direção da emancipação social. Por isso, para Lozano-Cabedo e Gómez-Benito (2017, p. 6-7) e Niederle e Wesz Junior (2018, p.221), é imprescindível compreender o sentido de cidadania

alimentar, no qual os cidadãos respeitam o conceito do direito universal à comida e assumem os deveres como pessoas que lutam pelo coletivo, realizando seu ativismo cívico e influenciando outras pessoas com a intenção de alcançar um impacto em maior escala (Saraiva, Fernandes & Schwedler, 2021).

Sobre o engajamento político não tradicional – política de “p-pequeno” -, em movimentos locais, Kennedy, Johnston e Parkins (2018) concluem que surge de um local onde: (a) a mudança cultural é priorizada acima da política contenciosa; (b) a rejeição da atividade política tradicional está associada à obtenção de resultados tangíveis; e (c) os consumidores são considerados os agentes ideais de mudança. A política não tradicional desempenha um papel proeminente na paisagem do engajamento cívico contemporâneo, visto que os consumidores políticos estão cada vez mais frustrados com as instituições tradicionais e o sistema de consumo.

Para os autores DuPuis *et al.*, (2006), Niederle e Wesz Junior (2018) e Tregear (2011), o papel da sociedade civil nos mecanismos de governança nas redes agroalimentares aumentou significativamente, em comparação com os atores do mercado e do Estado. Tal ocorre no momento em que a agroecologia se tornou a principal expressão deste conjunto de práticas, onde potencia as novas alternativas de produção, de consumo, de comercialização, de certificação e de intercooperação, tais como: as estratégias alimentares urbanas apresentadas por Lamine *et al.*, (2012) e Compagner (2015); o envolvimento dos governos para criar demanda por alimentos locais e sustentáveis (e.g. compras públicas de alimentos produzidos localmente), cadeias curtas de abastecimento destacadas por Pascucci, Dentoni, Lombardi & Cembalo, (2016) e Dupré, Lamine e Navarrete (2017), os espaços de economia solidária ou social, apontados por Sumner, Mair e Nelson (2010) e Rodet (2015); as CSA e *Gruppi di Acquisto Solidari* estudados por Fonte (2013), Fonte e Cucco (2019) e Grasseni (2014), da mesma forma que as AMAP citadas por Wezel *et al.* (2018) ou os espaços coletivos de consumo ecológico identificados por Pérez e Cartea (2020), entre outros.

Uma análise qualitativa e comparativa de redes de produtos ecológicos e novas relações produção-consumo em França e no Brasil, realizada por Darolt *et al.* (2016), destaca que o consumidor busca produtos com a “cara do agricultor”, onde são evidentes as características locais das comunidades, como as tradições, o modo de vida, a valorização do saber-fazer, o cuidado com a paisagem, além de produtos ecológicos, de época e com preços justos. Por isso, Blumberg *et al.* (2020) analisaram os pontos fortes e fracos das redes alimentares alternativas para perceber como oferecer um meio de vida sustentável para os agricultores que nelas

participam. Tal como afirmam van der Ploeg *et al.* (2019), os agricultores agroecológicos – que normalmente fazem parte das redes alimentares alternativas - obtêm rendas agrícolas que excedem as das fazendas convencionais e industriais proporcionam mais emprego por hectare (apoando assim as economias regionais), utilizam menos combustíveis fósseis e fazem contribuições positivas para a manutenção de paisagens cênicas e biodiversidade.

2.2.1 Outra forma de fazer agricultura: ecológica, orgânica e agroecologia

A crise socioambiental e agroalimentar que a humanidade enfrenta é inegável. Por isso a agroecologia luta pela soberania alimentar e busca pela sustentabilidade como uma alternativa ao modelo hegemônico de produção. Esse movimento tende a integrar, através da auto-organização, territórios e sujeitos (Val & Rosset, 2020), contribuindo, assim, para que o processo de transição seja orientado para a mudança socioecológica e inter/transdisciplinar. Por sua vez, aproveita a capacidade intelectual dos envolvidos no que respeita à biodiversidade ambiental, à segurança dos alimentos e à soberania alimentar para desenvolver uma justiça alimentar através da resistência ao poder econômico e enfrentar as mudanças climáticas e pandemias em curso (Gliessman, 2020).

O desafio para a agricultura é produzir mais alimentos para atender à crescente demanda global, sem aumentar os impactos negativos da atividade sobre os recursos naturais, aliando segurança alimentar e sustentabilidade (Wilkinson, 2015)³⁰. Deseja-se a otimização do uso de recursos, o respeito pela integridade cultural das comunidades rurais e a promoção de objetivos ecológicos, sociais e a sustentabilidade ambiental (Guzmán Casado & Gonzáles de Molina, 2007).

Para Elizabeth Henderson (2020)³¹, a agricultura orgânica é a adaptação moderna do conhecimento indígena em evolução na África, Ásia, Europa e Américas desde o início da agricultura. A agricultura orgânica moderna utiliza muitas inovações tecnológicas e baseia as práticas que utiliza em um alto nível de conhecimento sobre ecologia, solos e nutrição de plantas, manejo de pragas e plantas adventícias, potencial genético e biológico de cultivares e animais, bem como melhor gestão de técnicas agrícolas e pecuárias.

³⁰ John Wilkinson apresentou diversos estudos sobre a Teoria das Convenções com destaque para a qualidade nos processos do sistema agroalimentar (1997, 1999). Na última década o foco é segurança alimentar.

³¹ Membro fundador da *Northeast Organic Farming Association* (NOFA) em Massachusetts, está profundamente envolvida com o movimento orgânico desde os anos 1970 e atua em vários conselhos relacionados à agricultura orgânica e justiça alimentar.

A procura de alternativas ao tipo de agricultura dita convencional levou ao surgimento de diversas propostas mais sustentáveis, como as agriculturas biodinâmica, biológica, ecológica, natural, orgânica ou regenerativa (Navarro, 2002 cit. por Marta-Costa, 2010), permacultura (Mourato & Bussler, 2019; H. Oliveira & Penha-Lopes, 2020) e sintrópica/agrofloresta³² de sucessão (Canuto, 2017b; Cechin *et al.*, 2021; Götsch, 2018; Lopes, Bento, Cristóvão & Baptista, 2015). A Biodinâmica e a Agricultura Natural pertencem a uma escola de base ideológica, enquanto a Permacultura e a Agricultura Orgânico-Biológica vêm de uma escola de base científica formal (Agroecológica, 2006).

Por isso, ao estudarem os diferentes significados da agroecologia, Wezel *et al.* (2009) analisaram o desenvolvimento histórico da agroecologia como disciplina científica, como movimento político e/ou social e como prática agrícola, a partir de exemplos dos EUA, Brasil, Alemanha e França.

Canuto (2017a) ponderou sobre a dialética conceitual em agroecologia, a partir dos autores clássicos como Stephen (Steve) Gliessman – que trabalhou no resgate de sistemas camponeses tradicionais no México –, e Miguel Altieri, que delineou o conceito contemporâneo de agroecologia. Neste contexto, os estudos de Gliessman sobre os processos agroecológicos em agricultura sustentável desenvolveram-se em cinco níveis de conversão/transição de um sistema convencional/industrial para um sistema ecológico. Os três primeiros níveis foram caracterizados em 1997, no livro “Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible”, o quarto nível, na edição de 2005, e o quinto nível, em 2015 (Gliessman, 2020). São os seguintes níveis³³:

- 1º nível - Aumentar a eficiência no uso de insumos, reduzindo assim o uso de insumos caros, escassos ou prejudiciais ao meio ambiente;
- 2º nível - Substituir insumos e práticas convencionais por alternativas;
- 3º nível - Redesenhar agro ecossistemas para funcionar com base em um novo grupo de processos ecológicos (1997);

³² A agrofloresta vem se consolidando cada vez mais no cenário mundial como uma tecnologia social altamente apropriada para responder aos imensos problemas socioambientais da atualidade (Canuto, 2017b, p.37). Por exemplo, o Projeto LIVE, realizado na Herdade Freixo do Meio, em Portugal, com orientação pessoal do agricultor e investigador suíço Ernest Götsch, para reflorestar aproximadamente 70 hectares ao estilo sintrópico (Rosa, 2018, p. 82). Com a intenção de socializar a prática, em março de 2019, Götsch realizou uma formação sobre Agricultura sintrópica onde discorreu sobre o funcionamento dos ecossistemas naturais e a gestão dos sistemas de produção na perspectiva da funcionalidade, regeneração, abundância e autossuficiência. Disponível em: <https://bit.ly/3yxi9uy>. Acesso 10 março 2021.

³³ Tradução nossa.

4º nível - Reconectar produtor e consumidor - redes e relacionamentos alternativos e diretos (2005); e

5º nível - Construir um novo sistema alimentar global, baseado na equidade, participação e justiça, e não apenas para a sustentabilidade, mas também para ajudar a restaurar e proteger os sistemas que sustentam a vida no planeta (2015).

Os níveis de transição agroecológica estão pautados na substituição de manejos convencionais por práticas ecológicas aplicadas de maneira gradual, através do tempo, da compreensão do agroecossistema e da conscientização da sua importância pelos atores sociais que, paulatinamente, por meio da ação participativa, transformam suas atitudes e valores em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais (Caporal & Dambros, 2017; Gliessman, 2010, 2020; Méndez, Caswell, Gliessman & Cohen, 2017; Veisi, Carolan & Alipour, 2017).

No entendimento de Gliessman, “os estudos de caso mostram que a mudança nem sempre começa no campo. A transição pode ser iniciada por atividades de construção da comunidade, parcerias entre agricultores e pesquisadores e até mesmo por choques externos que fazem as pessoas questionarem o *status quo*” (IPES-Food, 2018). Por isso, o autor define que, a

Agroecology is the integration of research, education, action, and change that brings sustainability to all parts of the food system: ecological, economic, and social. It's transdisciplinary in that it values all forms of knowledge and experience in food system change. It's participatory in that it requires the involvement of all stakeholders from the farm to the table and everyone in between. And it is action-oriented because it confronts the economic and political power structures of the current industrial food system with alternative social structures and policy action. The approach is grounded in ecological thinking where a holistic, systems-level understanding of food system sustainability is required (Gliessman, 2018, p. 599).

Neste universo pode-se apontar exemplos de comunidades de diferentes partes do mundo³⁴ que iniciaram este processo de transformação para a agricultura ecológica³⁵. Para Gliessman (2018), a agroecologia evoluiu para a abordagem fundamentada no pensamento holístico que, através da compreensão de todas as partes do sistema alimentar, busca valorizar todas as formas de conhecimento e experiência que, além de requer o envolvimento de todas as partes interessadas, procura confrontar as estruturas de poder econômico e político do atual sistema alimentar industrial com as estruturas sociais alternativas e ação política.

³⁴ Califórnia, EUA; San Ramón, Nicarágua e Veracruz, México; Chololo, Tanzânia; Shanxi, China; Vale do Drôme, França; Andaluzia, Espanha; e Cuba.

³⁵ Mais informações em: <http://www.ipes-food.org/pages/Seven-Case-Studies-of-Agroecological-Transition#>

Segundo Fernandez e Wives (2016), organizações como a Via Campesina³⁶, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra do Brasil e o movimento de “Campesino a Campesino”³⁷, de Cuba, utilizam a agroecologia como um tema chave para alcançarem seus objetivos. Assim, o caminho para fazer a consolidação da agroecologia passa, necessariamente, pelo desenvolvimento de conhecimentos sobre a agricultura local, tradicional e orgânica, como estratégia para enfrentar a crise alimentar, a fome, a insegurança alimentar, a desnutrição, entre outras, reforçando, por sua vez, a imperativa segurança alimentar, a soberania alimentar³⁸ e a autossuficiência.

Val e Rosset (2020) apresentam, no contexto da educação campesina para a transformação agroecológica, a “agroecologia integrada”, que redefine e atualiza as dimensões produtivas, afetivas, sensíveis e espirituais das relações humanas, com a natureza fora das coordenadas do capital e da racionalidade patriarcal moderna. Com esta integração, pode-se desenvolver a agroecologia campesina e popular, que almeja à soberania alimentar, autonomia e bem viver com justiça, equidade e harmonia com a Mãe Terra. Para os autores, a agroecologia dos povos e para os povos é aquela que resgata, redefine e recupera a agricultura como um modo de produção e de vida de milhões de seres humanos.

O livro “Ecologia Política da Agricultura. Agroecologia e Pós-desenvolvimento”, especialmente o capítulo dedicado a agroecologia no pós-desenvolvimento (Giraldo, 2018), refere que o movimento “campesino a campesino” inicia quando camponeses de diferentes comunidades visitam um promotor³⁹ que aplicou uma prática efetivamente em sua propriedade. Pois, os camponeses retornam para suas unidades produtivas e começam a experimentar ou implementar um aspecto que os interessou durante a visita. Assim, os novos conhecimentos são trocados entre as famílias, ampliando, por exemplo, a transformação de lotes dependentes de

³⁶ Movimento surgiu em Mons, Bélgica em 1993, durante a I Conferência Internacional de La Via Campesina (LVC) onde representantes dos movimentos campesinos das Américas, da Ásia e da Europa decidiram criar um movimento internacional de campesinos que os representasse. A LVC teve e continua tendo a Soberania Alimentar como conceito primordial e objetivo principal de suas lutas, isto é “que os povos - produtores de alimentos associados aos demais cidadãos - têm o direito de definir e construir seu próprio sistema alimentar, do nível mais local ao mais global” (Hubert, 2019).

³⁷ Toda a pessoa que se dedica ou pretende dedicar-se, individualmente ou em associação com outrem ou em comunidade, à pequena produção agrícola de subsistência ou comércio e que dela recorre em grande medida, embora não necessariamente exclusivamente, ao trabalho dos membros da sua família ou agregado familiar e a outras formas não monetárias de organização do trabalho, e que tenha um vínculo especial de dependência e apego à terra (Giraldo & Rosset, 2008). Caracterizado como alternativa político-pedagógica de desenvolvimento rural, alicerçado nas comunidades, desvelado por Holt-Giménez (2008). A práxis é desenvolvida a partir da realidade do educando, do diálogo e da experiência compartilhada, na sua metodologia e se converteu em um novo paradigma de educação popular. Movimento que coincide com a teoria do educador brasileiro Paulo Freire – método de ensino voltado para educação de adultos que leva em conta o contexto em que o aluno está inserido – com o objetivo de estimular o senso crítico nas pessoas e ensiná-las a “ler o mundo” para, então, poderem transformar suas realidades (Rodrigues, 2019).

³⁸ Seis pilares da soberania alimentar: o direito à alimentação suficiente, saudável e culturalmente apropriada; o reconhecimento e a proteção dos produtores de alimentos, entre os quais estão as pessoas mais marginalizadas; a realocação dos sistemas alimentares; controle sobre os recursos naturais; o uso, preservação e desenvolvimento do conhecimento do saber fazer local e, por fim, o trabalho conjunto com a natureza. Tradução de Hubert (2019, p. 24).

³⁹ É denominado de “promotor” o agricultor ou agricultora que aplica com sucesso algumas técnicas agroecológicas em sua unidade produtiva e, posteriormente, promove e incentiva outros camponeses a adotá-los em seus espaços. Os promotores realizam o processo de disseminação do conhecimento agroecológico com os seus vizinhos, que através do exemplo os encorajam a experimentar e fazer diferente (Zirardo, 2018, p. 132).

insumos externos derivados de combustíveis fósseis e plantadas com monoculturas, em parcelas relativamente autônomas e diversificadas, a partir da inovação local e uso de energia solar. Esta metodologia não tem uma receita pronta, mas transmite princípios flexíveis e capazes de responder e se adaptar a cada situação o que incentiva a criatividade para que encontre soluções para seus próprios problemas, ao invés de esperar passivamente por receitas prontas (Giraldo, 2018; Val & Rosset, 2020).

A pressão social fez com que muitas instituições multilaterais, governos, universidades e centros de pesquisa, organizações não governamentais (ONGs), entre outras, reconhecessem a importância da “agroecologia”. Mesmo assim, Giraldo e Rosset (2018) acrescentam duas consequências fundamentais: alguns camponeses são expulsos de seus territórios dando lugar para a manipulação das grandes instituições que controlam a indústria alimentícia; e, aqueles que ficam em seus territórios ficam dependentes de agentes externos que controlam os sistemas de produção, distribuição e consumo e subordinados ao mercado. Semelhantes receios são destacados em Holt-Giménez e Altieri (2012), por ocasião da nova revolução verde⁴⁰.

Para Magda *et al.* (2019), a transição agroecológica revive debates sobre como lidar com a gestão dos diversos tipos de incertezas ligadas às complexidades nos processos de mudança, que vão surgindo como resultado de novos paradigmas de sustentabilidade ambiental, ecológica e interação entre os atores. As transformações no sistema serão determinadas pela vontade e capacidade dos diferentes atores de se organizarem coletiva ou individualmente. Assim, os autores destacam a necessidade de uma abordagem mais complexa e renovada da pesquisa agroecológica e participativa. Esta abordagem, que poderá ter início a partir dos 10 elementos⁴¹ da agroecologia (FAO, 2019), mencionados nos estudos de Barrios *et al.* (2020), os quais enquadram a complexidade dos sistemas agrícolas e alimentares em uma versão holística da realidade, pode facilitar a tomada de decisões por todas as partes interessadas em diferentes escalas ao longo das transições agroecológicas. Além disso, as partes interessadas podem adotar uma linguagem comum que estimule a ação coletiva e o alinhamento para alcançar o maior impacto possível.

⁴⁰ Revolução verde foi o nome pelo qual ficou conhecido o processo de modernização da agricultura ocorrido, sobretudo, nas décadas 1960 e 1970. Dentre as práticas agrícolas que passaram a vigorar a partir de então, destacam-se o uso intensivo do solo, o crescimento no uso de fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, sementes modificadas e motomecanização de grande porte (Oderich, 2020, p. 135).

⁴¹ Os 10 Elementos da Agroecologia são um guia para formuladores de políticas, profissionais e partes interessadas no planejamento, gerenciamento e avaliação das transições agroecológicas: diversidade; sinergias; eficiência; resiliência; reciclagem; co-criação e compartilhamento de conhecimento; valores humanos e sociais; cultura e tradições alimentares; governança responsável; economia circular e solidária. Os 10 elementos estão interligados e interdependentes (FAO, 2019).

Para Peeters *et al.* (2020), com base no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), as prioridades da Comissão Europeia para a futura Política Agrícola Comum (PAC) para o período de 2021–2027 e o “Acordo Verde” europeu abordam as dinâmicas sobre a adaptação e mitigação das mudanças climáticas, gestão de recursos naturais, conservação e restauração da biodiversidade e melhoria dos serviços ecossistêmicos e aspectos econômicos e sociais e propõem um redesenho dos sistemas agrícolas e alimentares europeus tendo em vista a transição agroecológica. No entanto, numa tentativa mais abrangente para efetivar a aplicação da agroecologia nas políticas que regem os sistemas alimentares da União Europeia, a *European Environmental Bureau* (EEB) elaborou um documento a partir do consenso entre agentes da sociedade civil da UE, agricultores e organizações científicas para promover os “10 Elementos de Agroecologia”⁴² e os “13 Princípios Agroecológicos”⁴³ da FAO, como um quadro para desenvolver os instrumentos e objetivos ajustados para as políticas da UE.

Os “10 Elementos” definem a agroecologia de forma global e inclusiva, enquanto que os “13 Princípios” relacionam as práticas e os conceitos que devem ser aplicados para que a transição agroecológica ocorra (EEB, 2021). Nesta mesma linha de pensamento, Anderson, Bruil, Chappell, Kiss e Pimbert, (2021), defendem que, nos últimos anos, a agroecologia passou a ser analisada em escalas mais amplas, envolvendo a agroecologia política como a base para a mudança do sistema alimentar - níveis 4 e 5 de Gliessman⁴⁴. Desta maneira, de acordo com López-García *et al.* (2021), abre-se um amplo campo social, político e de dinâmicas econômicas que fundamentam o potencial de transformação do sistema alimentar, com especial atenção para a construção deste processo realizado pelas pessoas.

O consórcio de investigadores de seis instituições em cinco países europeus (Hungria, República Checa, Portugal, Áustria e Romênia), no âmbito do Projeto trAEce⁴⁵ – formação Vocacional em Agroecologia para Agricultores – com o objetivo de situar o uso do conceito e das práticas de agroecologia, inicialmente analisaram a situação da agroecologia específica para os respectivos países. Assim, no contexto do projeto trAEce, foi delineada a definição mais apropriada de agroecologia (p.5):

A agroecologia constrói os seus conhecimentos com base em práticas heurísticas e ciência transdisciplinar que usa a investigação-acção participativa. Estes conhecimentos são ainda enriquecidos com as tradições ancestrais de pessoas que vivem em ecossistemas naturais que

⁴² Disponível em: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/I9037EN>

⁴³ Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca5602en/ca5602en.pdf> p. 41.

⁴⁴ 4º nível: Reconectar produtor e consumidor - redes e relacionamentos alternativos e diretos; 5º nível - Construir um novo sistema alimentar global, baseado na equidade, participação e justiça, e não apenas para a sustentabilidade, mas também para ajudar a restaurar e proteger os sistemas que sustentam a vida no planeta.

⁴⁵ Disponível em: <https://traece.eu/>

contribuem para a sustentabilidade do sistema alimentar. As práticas de agroecologia nutrem os ecossistemas do solo, promovem a reciclagem de nutrientes, a conservação de energia e a gestão dinâmica da biodiversidade, além de inspirar um movimento social para reformular as relações no sistema alimentar, promovendo proximidade e solidariedade entre consumidores e produtores. Em sistemas agroecológicos, tanto consumidores quanto produtores desafiam e transformam as estruturas de poder na sociedade, criando comunidades autônomas que se esforçam para afrouxar o controlo corporativo sobre os sistemas alimentares, a fim de alcançar a soberania alimentar dos povos (Queiroga, Encarnação, Horstink, 2020).

Outro projeto a destacar refere-se à pesquisa realizada por representantes de mais de uma dezena de países da Europa (Países Baixos, Dinamarca, França, Wallonia/Bélgica, Alemanha, Suíça, Itália, Polónia, Irlanda, Reino Unido, Espanha, Portugal e Áustria) denominado “o potencial económico da agroecologia”. Os resultados indicam que: i) as fazendas agroecológicas têm níveis de renda por pessoa igual ou superior a fazendas convencionais ou industriais; ii) a agroecologia ocorre quando se desenvolvem práticas agrícolas que combinam pastagens (e/ou agricultura arável) com a produção animal, o que permite a realização de ciclos ecológicos produtivos, diferentemente do que ocorre em culturas especializadas/monoculturas; iii) estas fazendas proporcionam mais emprego por hectare (apoando assim as economias regionais), utilizam menos combustíveis fósseis e fazem contribuições positivas para a manutenção de paisagens cênicas e biodiversidade (Ploeg *et al.*, 2019).

Projetos dessa natureza são de extrema importância para conscientização do real sentido da agroecologia e não correr o risco de considerar produção ecológica como marca de qualidade em lugar de um método de produção dirigido para conseguir a sustentabilidade agrária (Garcia, Gonzáles de Molina & Casado, 2020), que além de possibilitar produção mais sustentável de alimentos mais saudáveis, também melhora consideravelmente os rendimentos dos agricultores (Ploeg *et al.*, 2019). Desta forma se consolida outra forma de fazer agricultura, que poderá ser caracterizada como inovação social.

2.2.2 Inovação Social

A obra *The Theory of Economic Development*, escrita por Schumpeter em 1912, foi o primeiro trabalho acadêmico a investigar, exaustivamente, a relação entre desenvolvimento e inovação, com foco na tecnologia. A obra também destaca que há, muitas vezes, um elemento cooperativo em uma empresa, que poderia ser interpretado como inovação social (Rover *et al.*, 2016). Para

Rover *et al.*, (2016) o interesse pelas inovações que promovem o desenvolvimento sustentável é valorizado, com maior ênfase nas iniciativas de governança, com base no envolvimento das comunidades, sendo a inovação social o impulso para o desenvolvimento rural sustentável (Neumeier, 2012).

Neumeier (2012) cita três estágios-chave da inovação social (IS): (a) a problematização, desencadeada por um impulso inicial que estimula os atores sociais a agir; (b) chamar a atenção, engajar e aumentar o interesse na inovação dos grupos sociais envolvidos; e, (c) coordenar os participantes na implementação de novos comportamentos, durante os quais um processo dinâmico de coaprendizagem se desenvolve. A tecnologia social (TS) visa atender às necessidades apresentadas pelas comunidades locais, funcionando como ferramenta que tem o potencial de gerar inovação social. Esta, por sua vez, ao provocar difusão e institucionalização das novas práticas, abre novos caminhos em busca da tão almejada transformação social.

Franzoni e Silva (2016) afirmam que a inovação foi, por um tempo, abordada apenas pela perspectiva econômica e tecnológica, com estudos direcionados às organizações privadas. No entanto, ocorre um movimento de direcionamento das pesquisas na perspectiva social, estudando a IS no quadro das Ciências Sociais. Recentemente, Chiffolleau e Loconto (2018) apresentam contribuições de pesquisa com diversas abordagens de IS para enriquecer as discussões sobre redes alternativas agroalimentares na área da sociologia, da agricultura e da alimentação com isso confirmam a utilidade do setor agrícola e alimentar para ajudar a avançar na teorização da inovação social.

O conceito de IS, conforme pesquisa de Medeiros *et al.*, (2017), não tem uma definição consensual. Os autores afirmam que o termo foi utilizado pela primeira vez na década de 70 (Taylor, 1970), e, a partir dos anos 2000 as pesquisas se intensificaram em diversos centros de investigação ao redor do mundo - predominantemente relacionada ao bem estar social -, por exemplo, na América do Norte, nas universidades de Harvard, Stanford e Brown, nos EUA e no Canadá, no *Centre de Reserche sur les Innovations Sociales* (Crises); na Europa, *The Young Foundation*, o *Design for Social Innovation and Sustainability* (Desis), *Social Innovation in Marginalised Rural Areas* (SIMRA); no Brasil, o Instituto Brasileiro de Tecnologias Sociais (ITS)⁴⁶.

Bouchard *et al.* (2016, p. 135), vinculados ao CRISES, definem inovação social:

⁴⁶ Disponível em: <http://itsbrasil.org.br/>

Nouveaux arrangements sociaux, organisationnels ou institutionnels ou encore nouveaux produits ou services ayant une finalité sociale explicite résultant, de manière volontaire ou non, d'une action initiée par un individu ou un groupe d'individus pour répondre à une aspiration, subvenir à un besoin, apporter une solution à un problème ou profiter d'une opportunité d'action afin de modifier des relations sociales, de transformer un cadre d'action ou de proposer de nouvelles orientations culturelles. En trouvant preneur, les innovations sociales ainsi amorcées peuvent conduire à des transformations sociales.

Conforme o banco de dados de estudos de casos do CRISES, levando em consideração várias correntes teóricas - teorias institucionalistas e neo-institucionalistas, as teorias de regulamentação, bem como as abordagens das convenções, movimentos sociais e sistemas de inovação -, as inovações são qualificadas como sociais por sua finalidade (responder às aspirações e necessidades sociais, culturais e territoriais), seus processos (novas relações sociais, novas combinações) e seu alcance (ter encontrado um tomador nas instituições) (p.3,17). Assim, a trajetória percorrida por uma inovação é o resultado de interações entre diferentes atores sociais que levam à criação, implementação, avaliação e codificação da inovação social. É um processo de aprendizagem coletiva e um processo de coordenação onde, no final de um processo de inovação social, os atores adquirem novos valores, novos conhecimentos e novas habilidades que compartilham entre si. De um processo de inovação social bem-sucedido, outros podem surgir (Bouchard *et al.*, 2016; Bouchard & Levesque, 2010).

Tendo por referência o quadro síntese das dimensões de inovação social elaborado por pesquisadores ligados ao CRISES, os pesquisadores Souza e Silva Filho (2014) analisaram as dimensões tendo como objetivo a busca de soluções que possibilitem melhoria na qualidade de vida das pessoas. A partir de Medeiros *et al.* (2017), percebe-se a apropriação do termo inovação pelo mercado. Entretanto, a inovação no século XXI passa a ganhar dimensões além do mercado, influenciada por novas bases de conhecimento, e passa a fazer parte de setores como o público e o terceiro setor. Dentre outros desafios, citam conseguir a integração de competências que são ainda, em grande medida, competências desconectadas, especialmente tecnológicas e não tecnológicas, bem como as ciências naturais e sociais, e articular e integrar essas partes interessadas.

Deste modo, Medeiros *et al.* (2017) defendem a tese de que o conceito de Inovação Social vai além do conceito de Tecnologia Social. As diferenças entre a IS e a TS estão alicerçadas na perspectiva de que a IS pode ser originada a partir da iniciativa da comunidade (*bottom-up*), a qual detém ou busca o conhecimento para solucionar o problema e, de forma coletiva, organiza-

se para desenvolver a tecnologia social. Na TS (*top-down*), a comunidade recebe a ferramenta “pronta” para que possa ser implementada, haverá necessidade de disseminação da importância dessa novidade no cotidiano dos atores envolvidos, por meio da conscientização e aprendizado sobre a utilização da nova ferramenta pelos atores.

A IS traduz-se um conjunto de atividades e serviços diferenciado, que são motivados pelo objetivo de ir ao encontro da necessidade social ainda não satisfeita (Monteiro, 2019). Entre vários casos observados, podem ser destacados cinco exemplos de trabalhos ilustrativos, todos diretamente relacionados com a formação e/ou constituição de CSA/AMAP, que Junqueira e Moretti (2018) consideram a CSA uma TS inovadora⁴⁷ nas relações que se estabelecem entre agricultores e consumidores por meio de práticas coletivas de cooperação e revalorização das culturas alimentares locais, desta forma agregando valor aos mercados locais (Darolt *et al.*, 2016). Na verdade, no entendimento de Blättel-Mink *et al.* (2017) a participação na CSA não significa apenas questionar os próprios hábitos de compra ou consumo de produtos agrícolas, mas também pode servir de estímulo para mudança de consciência e um posterior processo de mudança social mais amplo, mencionado por diversos autores (Egartner, Ayrault & Niedermayr, 2020; Franzoni & Silva, 2016; Junqueira & Moretti, 2018⁴⁸; Zepeda, Reznickova, Russel & Hettenbach, 2014).

Portanto, a CSA é considerada como grande obra de arte social, através do impulso de Herman Pulmanh, discípulo do Iusef Bois. Nesta transformação o artista e o material têm uma relação de superação. Na obra de arte social existe um equilíbrio entre o artista e o material, “o artista somos nós, o material também somos nós; a relação entre eu e o próximo”, assim se constrói a grande obra de arte social que pode ser uma CSA também. A arte está presente na figura do agricultor que é o grande artista, onde podemos treinar através do nosso envolvimento com a célula produtiva (Santos, 2020).

O primeiro trabalho refere-se ao Projeto Esperança/Cooesperança e Banco da Esperança⁴⁹ - que promove, incentiva, desencadeia e contribui para o desenvolvimento urbano e rural e regional

⁴⁷ Conceito de tecnologia social adotado pela Rede de Tecnologia Social (RTS): “Conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS BRASIL. Caderno de Debate – Tecnologia Social no Brasil. São Paulo: ITS. 2004: 26). Disponível em: <http://itsbrasil.org.br/conheca/tecnologia-social/>

⁴⁸ A CSA Brasil foi reconhecida e premiada pela Fundação Banco do Brasil como a mais destacada tecnologia social inclusiva de 2017 (Disponível em: <https://fbb.org.br/pt-br/component/k2/conteudo/ods-15>). A CSA conecta tanto os pequenos produtores da agricultura familiar, que buscam a comercialização justa e adequadamente remunerada pelos gêneros alimentícios que produzem, quanto os consumidores interessados em alimentação diferenciada, baseada na segurança e na credibilidade da origem e dos modos de cultivo e produção empregados (Junqueira & Moretti, 2018).

⁴⁹ Um grupo de agricultores que ofertam alimentos na feira, com o incentivo do representante do COMSEA, foram mobilizados e constituíram, no ano de 2020, a CSA FlorEser/Guandu.

sustentável -, a Feira Internacional do Cooperativismo, da Economia Solidária e da Agricultura Familiar (Feicoop), escola de organização, formação de convivência, do voluntariado e dos Movimentos Sociais e Economia Solidária, com 27 anos de construção coletiva e interativa. É um braço do Fórum Social Mundial, que reúne trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, empreendimentos, fóruns, redes e consumidores/as, movimentos sociais, pastorais, diferentes denominações religiosas, entidades da sociedade civil, instituições públicas e privadas, através do trabalho voluntário de centenas de Comissões e um trabalho auto gestor, participativo e interativo.

Trata-se de “Experiência Andante, Aprendente e Ensinante” que fortalece a certeza de que “Um Outro Mundo Possível” e de “Uma Outra Economia que já Acontece”. Durante a Feicoop ocorrem práticas do comércio justo e consumo ético e solidário, trocas solidárias com moeda social e atividades de formação e interação. Mais de mil expositores comercializam na Feira cerca de dez mil produtos, entre agroindústria familiar, artesanato, alimentação, hortifrutigranjeiros, plantas ornamentais, serviços e produtos de povos indígenas (Cooesperança, 2020; Feicoop, 2020).

O segundo caso a citar é o projeto “Horta Comunitária Agroecológica Neide Vaz”⁵⁰, em desenvolvimento no Loteamento Dom Ivo Lorscheiter no Bairro João Luiz Pozzobom. O local, antes, era um depósito clandestino de lixo. O projeto, coordenado pelo zootecnista Juarez Felisberto⁵¹, iniciado em maio de 2018, envolve nove famílias da região no cultivo em horta urbana. Cada família que integra o grupo da horta, cuida do seu canteiro e há mutirões⁵² para trabalhos coletivos, com a participação de apoiadores, como o grupo Engenheiros Sem Fronteiras. Tudo o que é produzido vai para o consumo das próprias famílias e o excedente pode ser comercializado. O caráter inovador dessa intervenção é colocar a experiência para a construção coletiva e organização de cooperativa, onde cada um colabora com seus saberes, por exemplo dança, artesanato, bem estar, entre outros (ATENS-UFSM, 2019).

Outro exemplo de atividade que remete para a IS é o projeto de extensão “Promovendo a socialização da CSA e da agricultura biodinâmica como tecnologia social nas comunidades”⁵³, coordenado pela Associação Comunitária Recanto da Folha⁵⁴, espaço cultura da terra e

⁵⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3ws918D> Acesso em 10 fevereiro 2021.

⁵¹ Responsável pela articulação e processo de criação da CSA FlorEser/Guandu, na cidade de Santa Maria/RS.

⁵² Trabalho que se faz coletivamente, para ajudar de maneira gratuita, especialmente no meio rural, buscando melhorias na comunidade (<https://www.dicio.com.br/mutirao/>).

⁵³ Disponível em: <https://bit.ly/3rUmR0J> acesso em 14 fevereiro de 2021.

⁵⁴ Esta associação é responsável por organizar, no estado do Rio Grande do Sul, cursos de formação em CSA e posteriormente dá o suporte necessário para a constituição de iniciativas.

biodinâmica, ONG do Vale do Taquari, RS. O objetivo geral do projeto é promover a ação coletiva voltada a aproximar agricultores e coagricultores, a partir da socialização da agricultura biodinâmica, como um caminho para ofertar alimentos ricos em energia vital, visando a segurança alimentar e nutricional e fornecendo suporte aos agricultores por meio da tecnologia social da CSA. O projeto está sendo executado no Vale do Taquari, abrangendo os municípios de Pouso Novo, Taquari⁵⁵, Lajeado, Encantado, Teutônia, Estrela. Foram realizadas palestras virtuais sobre nutrição funcional, minicursos em agricultura biodinâmica para agricultores e formação de agentes multiplicadores em CSA junto a agricultores familiares agroecológicos e consumidores. O projeto fortalece circuitos curtos de comercialização de alimentos, estimulando o consumo consciente, aproximando os agricultores dos consumidores. A UERGS, Unidade em Tapes, por meio do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA/UERGS-Tapes), VP Nutrição Funcional, Instituto Mahle, CSA Brasil, CSA RS e Emater/Ascar/RS, são instituições parceiras na execução do projeto (Madruga, 2020).

Um quarto caso é a Caravana AgroEcológica⁵⁶, integrada no Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Os objetivos do projeto são: estabelecer o conceito de agroecologia de forma participativa, acompanhar e estudar experiências agroecológicas, apresentar e difundir boas práticas agroecológicas, facilitar processos participativos para políticas públicas e promover resiliência entre redes e comunidades. Com o apoio de equipes multidisciplinares, o projeto estreita relações entre produtores, consumidores e investigadores em iniciativas como: a) Dia dos produtores; b) Rotas da caravana; c) Hortas agroecológicas; d) Caravana na Rádio; e, e) Análise de políticas públicas. São exemplos de atividades realizadas⁵⁷ Tertúlias - A importância dos sistemas de distribuição curtos; Como sensibilizar e envolver todos os atores; Desperdício de alimentos; Como criar cinco AMAP⁵⁸; O impacto das práticas agrícolas sustentáveis na biodiversidade, solo e ciclo da água, entre outras.

Por fim, Monteiro (2019, p.8) refere que em Portugal “instituições financeiras que apoiam e financiam o surgimento de novas experiências socialmente inovadoras” patrocinam e criam negócios sociais, criam plataformas de *crowdfunding*, organizam *bootcamps* e concursos de ideias. Destacamos dois movimentos realizados pelas AMAP por meio de campanhas

⁵⁵ <http://ofatotaquari.com.br/novo/2020/12/11/comeca-a-entrega-das-cestas-organicas-em-taquari/>

⁵⁶ Disponível em: @caravana_agroecologica

⁵⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/caravanaagroecologicapt/>

⁵⁸ Disponível em: <https://anchor.fm/caravana-agroecologica/episodes/15--Rede-Regenerar---Rede-Portuguesa-de-Agroecologia-Solidria-eqjpb8>

crowdfunding: 1) para construção de uma estufa⁵⁹ no Monte Mimo, visando garantir o cultivo de hortícolas por mais tempo, especialmente durante o inverno; e, 2) para a realização de um documentário⁶⁰ sobre o movimento das AMAP/CSA do país.

Inovações Sociais surgem nos territórios para responder a necessidades sociais não atendidas por políticas públicas e mercados ou para refletir um desejo de mudança (Chiffolleau & Paturel, 2018), através da análise das dinâmicas das relações interpessoais, tendo em conta as individualidades. Para as autoras o setor alimentar representa um potencial para produção de novos conhecimentos sobre este tipo de inovação, devido a urgência de alimentação igualitária, saudável e justa.

2.2.3 Direito à Alimentação Saudável

O direito à alimentação é o pilar fundamental para o direito à vida. No entanto, o *Informe de la sociedad civil acerca del uso y la aplicación de las directrices sobre el derecho a la alimentación*, produzido pelo *Grupo de Trabajo sobre Monitoreo del Mecanismo de la Sociedad Civil (MSC) para las relaciones con el Comité de Seguridad Alimentaria Mundial (CSA)* (2018), menciona que mais de 800 milhões de pessoas vivem em situação de insegurança alimentar, sem acesso físico e económico constante a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para atender às suas necessidades dietéticas (Duminicioiu, 2018). O mesmo relatório descreve os grandes avanços pelo direito à alimentação devido ao processo de envolvimento da sociedade civil - nos espaços participativos, nos conselhos locais e nacionais de segurança alimentar e nutricional – para a formulação e aplicação de políticas baseadas em diminuir a insegurança alimentar (por exemplo, a aprovação das Diretrizes para o apoio e promoção da agricultura familiar nos Estados membros da CPLP) (Duminicioiu, 2018).

Desde que as Diretrizes do Direito à Alimentação foram adotadas, por meio de um processo participativo, no Comitê de Segurança Alimentar Mundial, e aprovadas por unanimidade por todos os Estados Membros da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura Nações (FAO) em 2004, os instrumentos e interpretações internacionais estão focadas no fornecimento das respostas *holísticas* para a realização do direito à alimentação. A resposta holística requer considerar as causas subjacentes e estruturais da insegurança alimentar e das

⁵⁹ Disponível em: <https://gf.me/u/y3pvsm>

⁶⁰ Disponível em: <https://bit.ly/32Z6qXg>

violações do direito à alimentação, além de responder às mesmas de forma coordenada e multifacetada. Nos anos que se seguiram à crise global de alimentos (2007 a 2009), tornou-se cada vez mais claro que os pequenos agricultores do Sul Global alimentam a maioria da população mundial, embora sejam os que apresentam maior insegurança alimentar.

Portanto, abordar a concretização do direito à alimentação requer investimento nos pequenos produtores, para garantir que eles possam contribuir para a segurança alimentar e resiliência ambiental, ao mesmo tempo que realizam seu direito à alimentação. Duminicioiu (2018 p. 17) estimou que 36% dos “muito pobres” escaparam da pobreza extrema graças às redes de segurança social, que incluem dinheiro, transferências em espécie, pensões sociais, obras públicas e programas de alimentação escolar. Para a alimentação ser um ato político, no entendimento de Azevedo (2019), o Estado precisa preocupar-se com sua qualidade de vida e bem estar, proporcionando a essas pessoas educação, direito à terra, saúde, cultura, alimento através do olhar para as ações coletivas e individuais, no contexto do cotidiano e da política da vida.

O CGIAR⁶¹ *Research Program on Climate Change, Agriculture and Food Security* (CCAFS), apresentou um relatório com diversas ações para transformar o sistema alimentar no contexto das mudanças climáticas. O relatório cita a revisão de Béné *et al.* (2019), com menção às principais falhas nos sistemas alimentares. A pesquisa dos autores menciona que os sistemas alimentares não estão entregando o que é esperado ou necessário para garantir o completo bem-estar social. Isto é, os sistemas alimentares estão falhando e identificaram diferentes dimensões dessa incapacidade (Figura 4):

- (i) Na produção de maiores quantidades de alimentos para alimentar a crescente população mundial;
- (ii) Para atender às necessidades nutricionais;
- (iii) Para beneficiar a todos igualmente e equitativamente, com o consumo excessivo e insuficiente nos sistemas alimentares atuais; e,
- (iv) Evitar os impactos negativos dos sistemas alimentares sobre o meio ambiente e os recursos naturais.

⁶¹ O CGIAR é uma parceria global de pesquisa para um futuro com segurança alimentar, dedicada a reduzir a pobreza, aumentar a segurança alimentar e nutricional e melhorar os recursos naturais.

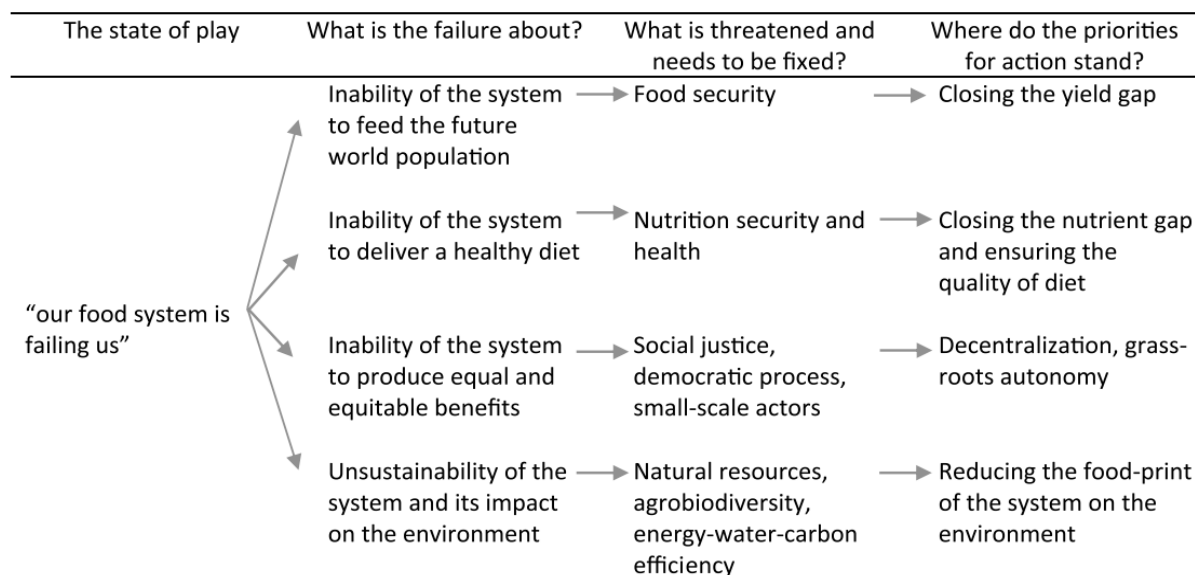


Figura 4 - Diferentes narrativas sobre o fracasso dos sistemas alimentares

Fonte: Béné *et al.* (2019).

Nesta figura, o principal desafio de aumentar a quantidade de produção acarreta a preocupação com a segurança alimentar e a indagação se o sistema alimentar global ainda é capaz de fornecer suprimento calórico suficiente para satisfazer a população mundial, e se este alimento tem qualidade nutritiva que assegure a saúde humana. A prioridade de ação é proporcionar que os sistemas alimentares possam fornecer alimentos nutritivos e saudáveis e limitar o consumo de alimentos que não levam a uma dieta saudável.

A produção e distribuição dos alimentos deveria ser realizada de maneira equitativa. No entanto, o acesso aos alimentos e à segurança alimentar global está associada às desigualdades econômicas e sociais, devido a concentração de atividades de distribuição e comercialização de alimentos nas mãos de algumas grandes empresas privadas focadas na manutenção da economia de escala – causando o esgotamento dos recursos de água doce, degradação do solo, desmatamento, extinção de espécies, erosão substancial, entre outros – e proporcionando estruturas socialmente injustas e deixando os mais vulneráveis para trás (Béné *et al.* 2019).

No entanto, a dificuldade para concretizar a produção e distribuição dos alimentos de maneira equitativa - quer sejam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e o Acordo de Paris da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) - é mensurável. Por exemplo, as atividades para reduzir a desnutrição são insuficientes para alcançar o ODS relativo à “fome zero”, assim como a falta de ações para limitar o aquecimento global a 2° C. Com isso, o número de desastres naturais aumenta numa

taxa alarmante, causando escassez significativa da produção em regiões específicas (Steiner *et al.*, 2020). O relatório de Steiner *et al.* (2020) destaca:

- i) O aumento da fome mundial nos últimos três anos, após um declínio prolongado, uma vez que cerca de uma em cada nove pessoas estão desnutridas e dois bilhões sofrem deficiências de micronutrientes, em que a desnutrição e a grave insegurança alimentar estão aumentando em quase todas as regiões da África, bem como na América do Sul;
- ii) Que as taxas de pobreza são mais elevadas nas áreas rurais do que nas urbanas, especialmente entre os moradores rurais do Sul da Ásia, África e América Central; e,
- iii) Que a grande expansão na produção de alimentos nas últimas décadas, através da produção agrícola e pecuária, contribuiu significativamente para a mudança do sistema terrestre, o uso de água doce e as emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Para enfrentar os desafios, Steiner e colegas propuseram quatro⁶² áreas de ação e 11 ações transformadoras com resultados a atingir até 2030, dentre as quais destacamos duas: a) mudança para dietas saudáveis e sustentáveis para o clima, reduzindo o consumo de carne bovina e de leite em 15 países de alta e média renda e em todas as cidades de C40⁶³; e, b) redução da perda e do desperdício de alimentos, com a meta de reduções de 50% na perda de alimentos e desperdícios em cinco grandes cadeias de suprimentos (Steiner *et al.*, 2020).

O CGIAR identificou prioridades para que diferentes grupos e partes interessadas possam desenvolver a ambiciosa missão de “salvar o ambiente”. São destacados seis grupos de tomadores de decisão necessários para a transformação dos sistemas alimentares: i) sociedade civil; ii) países; iii) comunidade de pesquisa; iv) organizações de desenvolvimento internacional; v) agricultores; e, vi) negócios (Steiner *et al.*, 2020). Sugestões de interações que seguem na tentativa, mundial, de que as organizações e os atores se mobilizem em prol da construção de atividades que visem a continuidade do cultivo saudável da terra e, consequentemente, a manutenção da vida, que visem a transformação de um sistema alimentar

⁶² 1) Redirecionar a agricultura e os meios de subsistência rurais para novas trajetórias. 2) Unidades de subsistência de risco e cadeias de valor. 3) Reduzir as emissões de dietas e cadeias de valor. 4) Realinhar políticas, finanças, apoio aos movimentos sociais e inovação.

⁶³ O Grupo C40 é uma rede de grandes cidades do mundo engajadas e comprometidas em implementar ações locais significativas e sustentáveis para resolver o problema das mudanças climáticas. Ele foi criado em 2005 pelo então prefeito de Londres Ken Livingstone e expandido por meio da parceria com a fundação Clinton Climate Initiative (CCI) em 2006. Entre as cidades lusófonas participam Lisboa, de Portugal, e Curitiba, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, do Brasil. Em 2019, a organização escolheu Copenhague para realizar o evento porque a capital da Dinamarca “é pioneira na criação das cidades sustentáveis e saudáveis do futuro.” Atualmente, a organização é liderada por Eric Garcetti, prefeito de Los Angeles. Mais informações em: <https://news.un.org/pt/story/2019/10/1690541>; <https://www.c40.org/leadership>

com dietas mais acessíveis e saudáveis. Para Azevedo (2017), os diálogos entre diferentes áreas pode contribuir para a construção de uma perspectiva criativa sobre a alimentação.

Rocha e Albuquerque (2017) exploram a proposta da realocização dos sistemas alimentares, o que, além da atenção às esferas econômica e social, envolve a dimensão ambiental, o cuidado com o planeta e as sinergias deste com a economia cotidiana dos seres humanos. Iniciativas da sociedade civil, de entidades pública e academia, por exemplo, o movimento da agroecologia, a permacultura, as AMAP/CSA, cooperativas de economia solidária, associações de desenvolvimento local, buscam outras formas de viver. Neste sentido, para analisar os processos e as relações no contexto das redes alimentares alternativas, especialmente nas CSA, busca-se na Teoria das Convenções reconhecer e esclarecer a maneira como opera a diferenciação entre as aproximações, a partir das várias formas de engajamento com vistas ao bem comum.

2.3 Teoria das Convenções e formas de coordenação

A Teoria das Convenções (TC) tem sua origem na Teoria da Regulação⁶⁴. Apresenta a visão interdisciplinar para a análise da atividade econômica, em contrapartida à análise mais setorial da teoria regulacionista (Nakahara, 2018). “A atividade econômica é socialmente construída e mantida e historicamente determinada por ação coletiva e individual expressa por organizações e instituições” (Wilkinson 1999, p. 66). Essa citação caracteriza a Teoria da Regulação, que analisa as atividades econômicas macro dinâmicas, resultando no crescimento da demanda e da produtividade, bem como na estabilidade de preços, ao passo que a escola das convenções firma um compromisso com a interdisciplinaridade fundamentada em abordagens complementares de problemas comuns e aborda o micro processo da razoabilidade do ponto de vista da interação dos indivíduos (Nakahara, 2018).

Portanto, na TC as regras surgem no decorrer do processo de coordenação de convenções, compromissos e confrontos (Coq-Huelva, Sanz-Cañada & Sánchez-Escobar, 2014) e dos conflitos (Coq-Huelva *et al.*, 2017), de acordo com a situação, os envolvidos e o momento. Mas, na obra original “De la justification: les économies de la grandeur”, escrita em co-autoria por um sociólogo e um economista, Boltanski & Thévenot (1991[2020]), os franceses

⁶⁴ Boyer, um dos principais expoentes da escola reguladora, em Orlean, editor da *Analyse économique des conventions* (1994), foi co-autor de uma série de artigos ao longo dos anos sobre a “convenção salarial” (1991, 1994), destacando a Teoria da Regulação, que define a regulação econômica através da análise de um quadro de mudanças que avalia a interação entre cinco campos, que tornam compromissos sociais institucionalizados, são eles: relação salarial, concordância, Estado, moeda e a inserção internacional (Wilkinson, 1997).

procuravam entender as arenas da disputa, oriundas de momentos críticos, cujos desacordos incitam a justificação de argumentos em prol de acordos. Estas diferenças podem surgir de situações de interação entre pessoas com relação ao que se considera o bem comum: instituições, ferramentas, máquinas, regulamentos, meios de pagamento, siglas, nomes, entre outros. Para os autores, “justificação/convenção” pode ser entendido como a base que sustenta e coordena a conduta dos indivíduos. Nesta obra apresentaram seis modelos de ordens de grandeza (definidos pelos autores como modelos de “mundos” ou “cités”) e que constituem ferramentas para medir a dinâmica dos atores e suas avaliações: mercantil, doméstica, inspirada, opinião, cívica e industrial (Boltanski & Thévenot, 1991[2020]).

A grandeza mercantil se supõe agir o tempo todo no mercado, à procura de ocasião favorável, sem observar tradições, ligações pessoais, regras de conduta. Caracteriza-se pela concorrência e rivalidade, tendo como base o mercado e fechamento de acordos, com a valorização do homem de negócios e do vendedor combativo.

A grandeza doméstica é construída com base nas relações de dependência entre as pessoas, na tradição e hierarquia familiar, isto é, na autoridade que podem exercer sobre outros, observada através das cerimônias familiares e rituais. Os sujeitos valorizados são o padre, chefe, ancião. Tais relações nem sempre são harmônicas e ocorrem muitos litígios, assim as pessoas buscam através da fé a grandeza maior que poderá beneficiá-las e que, inspiradas, transcendam da relação pessoal para o sobrenatural. Com efeito, é indissociável da pessoa, ligada ao seu próprio corpo, cujas manifestações são o modo privilegiado de expressão e o sacrifício pessoal como forma de realização mais completa (p. 189).

A grandeza opinião se manifesta pela estima que as pessoas se atribuem, permite fazer comparações entre as pessoas e calcular o seu valor. O reconhecimento atua diretamente sobre as pessoas e seus atributos, isto é, da opinião dos outros depende o valor ou a grandeza da pessoa (p. 205). Ser reconhecido aos olhos dos outros pela riqueza, cargos, grandes ações ou qualquer bem eminente, traz o renome.

A grandeza cívica se manifesta pela convergência das vontades humanas quando os cidadãos renunciam às suas individualidades e se dissociam de seus interesses particulares para se voltarem apenas ao bem comum, o “compromisso recíproco do público com os particulares” (p. 217). Estas relações podem ser demonstradas através da consciência coletiva e democrática, na condição de cidadão, que proporcione um recurso para interromper conflitos e tensões de

toda ordem, seja doméstica, social ou política, por meio da associação comunitária, entidade de classe ou partido político, por meio de eleição ou manifestações.

A grandeza industrial, na sociedade, é caracterizada como a “máquina organizada”, cujas partes são “órgãos” cumprindo diferentes “funções”. Órgãos e funções participam de um ser real cuja existência é mais ou menos vigorosa ou instável conforme realize regularmente as funções que lhe foram determinadas, seguindo regras e padrões para obter resultado eficaz. São valorizadas o desempenho, a confiabilidade e a funcionalidade por meio de testes realizados por profissional perito (Boltanski & Thévenot, 1991[2020]).

Cada ordem de valor⁶⁵ (Quadro 2) evidencia diferentes mecanismos de apreciar e definir a qualidade de um produto numa rede de atores e, para se coordenar, aqueles são chamados a justificar as suas ações em referência a diversas “ordens de grandeza”, conforme referem Tibério e Cristóvão (2012), bem como normativas para a coordenação de comportamentos relacionados a determinados contextos (Matte, Waquil, Schneider & Tourrand, 2020), principalmente nas cadeias agroalimentares (Escobar-López *et al.*, 2021).

Quadro 2 - Formas de Coordenação ou Convenção

Forma de Coordenação ou Convenção	Referência	Descrição
Doméstica “ordem da confiança”	Resulta de ligações duráveis entre atores econômicos	Está preocupada com tradições, costumes e laços sociais; as ações são avaliadas e justificadas com base em sua confiabilidade. O teste é baseado em evidências orais. As empresas recorrem ao conceito de lealdade .
Mercantil “ordem da concorrência”	Resulta do funcionamento normal do mercado	Baseada em riqueza, preço e concorrência; as ações são avaliadas e justificadas em termos do seu impacto financeiro. O teste é construído por meio de negociações, e a evidência é fornecida pelo preço dos bens e serviços do mercado, incluindo o trabalho. As empresas se organizam em torno do conceito de competitividade .
Industrial “ordem da eficiência”	Referência a normas clássica/padrão	Baseada em competência, produtividade e desempenho; as ações são avaliadas e justificadas em termos de seu nível de eficiência. O teste é baseado em eficiência técnica e escalabilidade, funcionalidade adequada. As empresas evocam o conceito de produtividade .
Cívica “ordem do coletivo”	Adesão de um conjunto de atores a	Preocupada com a solidariedade, o interesse coletivo e a responsabilidade; as ações são avaliadas e justificadas com base em

⁶⁵ As explicações das ordens de valor originais (ver (Boltanski & Thévenot, 1991[2020]) foram complementadas com informações de Tibério (2004), Ponte (2016) e Swaffiel *et al.* (2018).

	um corpo de princípios sociais e valores públicos	sua preocupação com o bem comum. Os assuntos deste mundo são delegados, representantes e membro. O teste é alcançado por meio de reuniões e montagens, que produzem representação. As empresas referem-se à ideia de representação .
Opinião ou Reputação “ordem do renome”	Baseada na notoriedade, na confiança ou na marca	Está preocupada com celebridade, reconhecimento e reputação; as ações são avaliadas e justificadas com base nas opiniões de outros. Objetos qualificados são sinais de reconhecimento e o teste deve ser conhecido e visível. As empresas usam o conceito de reputação .
Inspiração “ordem da inovação”	Baseada na adesão, por parte dos atores, à emergência de ideias originais e inovadoras	Está preocupada com imaginação, criatividade e paixão; as ações são avaliadas e justificadas com base em sua originalidade. O teste, que escapa à medida, é a experiência vivida de aventura ou está ligado a um conjunto único de práticas que não podem ser certificadas por meio de auditorias formais. As empresas recorrem ao conceito de criatividade .

Fonte: Adaptado de Tibério (2004), Ponte (2016) e Swaffiel *et al.* (2018).

Boltanski e Thévenot (1991[2020]) também identificaram seis **princípios** comuns a cada um desses mundos (Quadro 2) e cuja presença simultânea garante a legitimidade das diferentes *cités*: i) humanidade comum – o princípio de não exclusão; ii) o princípio de diferença; iii) o princípio de dignidade ou igual acesso; iv) a existência de ordens de grandeza; v) a noção de investimento, em que a diferença é justificada pelo esforço ou sacrifício envolvido; vi) a noção de bem estar comum, onde todos se beneficiam. Tais princípios podem ser analisados na multiplicidade de formas de coordenação (Wilkinson, 1997), tanto no interior das organizações quanto entre elas, através dos conceitos de aprendizado coletivo, prioritariamente com a qualidade em todos os setores do sistema agroalimentar.

A Teoria das Convenções, numa perspectiva mais interdisciplinar (Wilkinson, 1997), leva em consideração, não somente atributos físicos e concretos, mas também atributos não tangíveis, como, por exemplo, a confiança nas relações consumidor-produtor (Thévenot, Moody & Lafaye, 2000). Nas últimas duas décadas, a TC tem sido amplamente aplicada na literatura acadêmica (Quadro 3), fornecendo a visão analítica e teórica para examinar a coordenação e a governança em cadeias agroalimentares com base na premissa de que objetos, processos e ações podem ser classificados e avaliados de maneiras diferentes, desde a produção até o consumo de alimentos (Diaz-Bone, 2011, 2016; Ponte, 2016; Wilkinson, 1997).

Quadro 3 - Pesquisas que recorreram à TC como abordagem metodológica

Autor	Ano de publicação	Journal/Boock	Foco	Localização da pesquisa
Boltanski e Thévenot	1991	Livro	Revisão teórica	França
Chiffolleau <i>et al.</i>	2019	Journal of Rural Studies	Múltiplos casos	França e Itália
Cidell e Alberts	2006	Geoforum	Chocolate	Europa
Coq-Huelva <i>et al.</i>	2012	European Urban and Regional Studies	Azeite	Espanha
Coq-Huelva <i>et al.</i>	2017	Journal of Rural Studies	Azeite	Espanha
Coq-Huelva <i>et al.</i>	2014	Geoforum	Azeite	Espanha
Diaz-Bone	2016	Historical Social Research	Revisão teórica	Suíça
Diaz-Bone	2011	Historical Social Research	Revisão teórica	Suíça
Escobar-López	2021	Sustainability	Mercados ecológicos	Espanha
Forssell e Lankoski	2017	Agriculture and Human Values	Múltiplos casos-varejistas	Finlândia e Reino Unido
Forssell e Lankoski	2017	Tese	Revisão teórica	Helsinki
Gibbon e Riisgaard	2014	Journal of Agrarian Change	Fazenda corte de flores	Kenya
Matte <i>et al.</i>	2020	Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento	Pecuária	Brasil
Migliore <i>et al.</i>	2015	Food Quality and Preference	Feira orgânica	Itália
Nakahara	2018	Journal of Economic Issues	Revisão teórica	na
Niederle e Wez Junior	2018	Livro	Revisão teórica	Brasil
Plumecocq <i>et al.</i>	2018	Ecology and Society	Revisão teórica	França
Ponte	2016	Journal of Rural Studies	Revisão teórica	na
Ponte	2009	Sociologia Ruralis	Vinho	África do Sul
Riisgaard e Gibbon	2014	Journal of Agrarian Change	Fazenda corte de flores	Kenya
Rosin e Campbell	2009	Journal of Rural Studies	Orgânicos	Nova Zelândia
Silva <i>et al.</i>	2017	Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade	Revisão teórica	Brasil
Swaffield <i>et al.</i>	2018	Geoforum	Múltiplos setores e empresas	Reino Unido
Thorsoe <i>et al.</i>	2017	European Planning Studies	Orgânicos	Dinamarca
Tibério	2004	Tese	Revisão teórica	Portugal
Tibério e Cristóvão	2012	Revista de Economia Agrícola	Múltiplos casos	Portugal
Truninger	2011	Journal of Consumer Culture	Processador de alimentos	Portugal
Vendrusculo <i>et al.</i>	2018	Estudos Sociedade e Agricultura	Agricultura familiar	BR, IT, FR
Wilkinson	1999	Ensaio FEE, Porto Alegre	Revisão teórica	na
Wilkinson	1997	Economy and Society	Revisão teórica	na
Wilkinson	2015	Global Food Security	Revisão teórica	na
Wilkinson	2011	Encyclopedia of Consumer Culture	Revisão teórica	Londres
Wills e Arundel	2017	Agriculture and Human Values	Múltiplos casos	Austrália/ Canadá

Fonte: Adaptado de Ponte (2016).

O primeiro artigo baseado na escola francesa da TC no campo dos estudos agroalimentares e rurais foi publicado em 1997, na revista *Economy and Society*, escrito por John Wilkinson, sociólogo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Cheyns & Ponte, 2018). Ao invés de focar na qualidade como um atributo do produto, no entendimento de Wilkinson (2011), a TC vê a qualidade como o resultado de um processo de qualificação que envolve a negociação de um acordo sobre os critérios que definem a qualidade do produto. Deste modo, as qualidades são entendidas como valores, o que implica a moralização generalizada da atividade econômica. Nesse contexto, a TC se conecta com as discussões sobre a dinâmica do consumidor em termos de movimentos sociais.

Na sociologia, a propagação da TC reflete a "preocupação com o pensamento das dimensões normativas da vida social de maneira ordinária, rotineira e prática"; na geografia, a TC tem sido aplicada nas discussões sobre normatividade e ética, e sobre como localizar a ação individual no contexto das práticas sociais; na geografia econômica e nos estudos regionais, as convenções foram usadas para caracterizar a combinação de diferentes orientações de mercado e processos de produção, ou "mundos de produção", que possuem elementos territoriais específicos; na economia política (internacional), a TC tem sido usada para integrar elementos normativos em análises estruturais de poder e distribuição desigual de valor na atividade econômica (Ponte, 2016).

A abordagem preconizada pela teoria das convenções tem sido usada para explicar tendências globais em setores específicos e novas áreas temáticas identificadas pela revisão de Ponte (2016), que usa a TC para considerar diferentes justificativas para determinada ação, por exemplo, as diferentes motivações para a (não) compra de alimentos orgânicos ou que olham para as múltiplas justificações pelas quais os indivíduos podem ou não se envolver em um comportamento sustentável. Neste caso, a TC está interessada nas razões pelas quais os indivíduos se podem engajar em atividade particular ou seguir um determinado curso de ação (Boltanski & Thévenot, 2000; Ponte, 2016).

Os resultados de pesquisa realizada por Ponte (2016) apontaram: a) empiricamente, a TC tem sido aplicada em estudos de casos individuais; b) tematicamente, a primeira aparição (1999) e a área mais popular da TC refere-se aos debates sobre o surgimento das redes alimentares alternativas, também, para examinar a coordenação e governança de cadeias de valor agroalimentares, inovação e mudança institucional. Novas áreas temáticas começam a aparecer

nos últimos anos, como a gestão ambiental e da terra, o consumo e abastecimento domiciliar de alimentos e a gestão do trabalho agrícola (Andersen, 2011).

Na aplicação empírica dessa abordagem, Cidell e Alberts (2006) usaram a Teoria das Convenções francesa a fim de mostrar como as associações locais constroem socialmente a qualidade do alimento; outra aplicação da TC ocorreu com Ponte, (2009) que analisa as convenções na cadeia de valor do vinho entre a África do Sul e Reino Unido, concluiu que as empresas são capazes de conduzir uma cadeia de valor apenas quando as convenções industriais e de mercado são dominantes, como no vinho de qualidade baixa. Coq-Huelva *et al.* (2012) analisam a cadeia de *commodities* do azeite na Andaluzia, Espanha, considerando as convenções doméstica e industrial como os elementos básicos na de qualidade do “trabalho diário” da cadeia. Por seu lado, Tibério (2004) e Tibério e Cristóvão (2012) analisam a qualidade dos alimentos agroalimentares tradicionais da região de Trás-os-Montes, Portugal, através do Modelo CQFD⁶⁶, com ênfase para as convenções doméstica, industrial e cívica (Tibério & Cristóvão, 2012).

Riisgaard e Gibbon (2014) usam esta teoria para descrever as restrições e oportunidades implícitas (para o trabalho) incorporadas em diferentes sistemas no Quênia, identificaram uma mistura das orientações industriais e cívicas como as convenções predominantes. Analisaram ainda de que forma certas convenções dominam em um contexto específico, no caso o setor de flores de corte (Gibbon & Riisgaard, 2014); Centemeri (2015) e Diaz-Bone (2011) reconhecem a pluralidade de ideais, conflitos e racionalidades legítimas para ações coordenadas; Wills e Arundel (2017) analisam a utilização de internet para a venda de alimentos orgânicos, onde a convenção da qualidade fornece perspectivas para o aumento do acesso dos consumidores às redes alimentares alternativas.

Thorsøe *et al.*, (2017) referem que a Dinamarca passou pela reconfiguração multidimensional do sistema alimentar nos últimos 20 anos, com ênfase em múltiplos aspectos de qualidade e diversificação da categoria de produtos. Para estes autores, as tendências alimentares não são invenção do produtor individual, mas servem como convenções comuns às quais os produtos podem ser relacionados; oferecem uma maneira de conceituar mudanças que não são econômicas, mas têm implicações em como a economia é moldada e organizada; Escobar-López *et al.* (2021) utilizaram a TC para analisar a percepção de organizadores, consumidores

⁶⁶ Proposto por Sylvander (1991) e enunciado pela primeira vez durante o colóquio da Sociedade Francesa de Economia Agroalimentar em Dezembro de 1991. C - Características dos produtos; Q - Qualidade percebida; F - Fatores de qualidade; D - Garantia de qualidade (Tibério & Cristóvão, 2012, p. 100)

e agricultores de mercados ecológicos da Espanha; e, Swaffield, Evans e Welch (2018) avaliaram possíveis respostas aos desafios sociais e ambientais enfrentados pelos sistemas agroalimentares locais, usaram as convenções cívico, mercado e opinião como base para seu compromisso com a redução do desperdício de alimentos no setor de varejo do Reino Unido.

Para Ponte (2016), grande parte das contribuições da TC relacionadas com a literatura sobre redes alimentares alternativas, concentram-se inicialmente nas mudanças dos sistemas agroalimentares e examinam o potencial transformador de convenções domésticas e cívicas no fortalecimento destas redes.

Em um trabalho recente, Cheyns e Ponte (2017), examinam as publicações sobre a teoria das convenções em estudos agroalimentares publicados na literatura anglófona e afirmam que “embora ainda tenha circulado pouco” permitiu a análise da pluralidade de avaliações das relações humanas e sua dependência do meio ambiente. Posteriormente, Cheyns e Ponte (2018), afirmam, primeiramente, que a TC gerou reflexões sobre diferentes concepções, operacionalizações e avaliações de organizações pela maneira como se coordenam; e, segundo, afastou a atenção da preocupação predominante com os custos de transação em explicar a dinâmica da produção, do intercâmbio e do consumo – para entendimentos mais pluralistas e sociológicos.

2.4 A Agricultura Apoiada pela Comunidade

2.4.1 Origem, princípios e conceitos

A Agricultura Apoiada pela Comunidade (AAC) ou *Community Supported Agriculture* (CSA) é um mecanismo organizacional que visa o desenvolvimento agrário sustentável, maioritariamente agroecológico, em que o escoamento da produção é realizado de forma direta do agricultor para o consumidor, de modo a aproximar quem produz os alimentos de quem os

consome. As bases do sistema CSA surgiram de duas experiências pioneiras entre o final dos anos 60 e início de 70, no Japão⁶⁷ e na Europa⁶⁸.

A experiência japonesa é denominada Teikei⁶⁹, cujo significado filosófico pode ser entendido como “alimento com a cara do agricultor”⁷⁰ (Henderson & Van En, 2007, p.20). Inspirado por dez princípios (Apêndice A), o sistema Teikei⁷¹ corresponde à criação de uma nova cultura, uma cultura não restrita ao lucro. Representa um sistema alternativo de distribuição, pois não depende do mercado convencional, tendo construído um sistema de distribuição direto onde ambos – agricultor e consumidor – fornecem trabalho e capital para suportar o sistema de entrega dos alimentos. Deste modo, o custo de produção, composto por valores de insumos e pagamento justo pelo trabalho, é dividido entre os membros do grupo de coagricultores.

A entrega da diversidade de alimentos da época viabiliza a produção em sistemas biodiversos⁷², não havendo perdas com colheita ou transporte (Peneireiro, 2016). Ao mesmo tempo, inspirados pelos ideais de Rudolf Steiner (2017)⁷³, surgem na Alemanha e na Suíça movimentos de consumidores organizados em resposta ao processo de industrialização da agricultura e preocupados com a segurança alimentar (Urgenci, 2016).

O movimento CSA começou nos anos 1980, nos Estados Unidos, por meio de conferências de agricultores biodinâmicos e orgânicos, instigadas pelo produtor Trauger Groh a partir de suas

⁶⁷Henderson (2010) refere o embrião do movimento Teikei, no ano de 1971, tendo como pano de fundo o cenário de desastres ambientais que alarmaram esta década - como a contaminação do lago de Minamata e os impactos dos usos de pesticidas denunciados na obra de Rachel Carson. Tragédias que impulsionaram, inclusive, o movimento da agricultura orgânica no Japão e em outros lugares do mundo. Quatro anos depois de contínuas experimentações agrícolas e debates entre seus companheiros, Kaneko, considerando que a produção de arroz, de vegetais e de trigo que dispunha em sua propriedade já era suficiente não apenas para o suprimento de sua família, mas de outras mais, propõe a seus vizinhos o estabelecimento de contratos para abastecimento de dez famílias, em troca de ajuda no financiamento de sua produção e no trabalho com a horta. Em pouco tempo o movimento Teikei, cuja expressão significa “parceria”, foi amplamente difundido nesse país, em especial entre mulheres japonesas das cidades preocupadas com alimentação de seus filhos.

⁶⁸Veja: <https://goo.gl/viNHrQ>

⁶⁹Unidade de corpo e alma adaptada para colocar o rosto do agricultor no alimento.

⁷⁰“Comida con la cara del agricultor en ella” (Henderson & Van En, 2007)

⁷¹Representa a Associação da Agricultura Orgânica do Japão (Japan Organic Agriculture Association – JOAA). JOAA foi fundamental na introdução do conceito de **coparceria** para agricultores e consumidores em todo o Japão e, com sua afiliação com a Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), foi capaz de apresentar o conceito de coparceria para partes interessadas em todo o mundo (Moen, 1997).

⁷²Biodiversidade é a grande variedade de formas de vida (animais e vegetais) que são encontradas nos mais diferentes ambientes. A palavra biodiversidade é formada da união do radical grego “bio” (que significa vida) mais a palavra “diversidade” (que significa variedade). <https://www.significados.com.br/biodiversidade/>

⁷³Rudolf Steiner (1861-1925) nasceu em Kraljevec (Áustria), que hoje pertence à Croácia, e era doutor em filosofia pela Universidade de Rostock. Em 1894 publicou “A filosofia da liberdade”, a obra fundamental para o desenvolvimento acadêmico e todo o seu pensamento posterior. Em 1913 fundou a Sociedade **Antroposófica**. Com amplos conhecimentos e especial capacidade de percepção da realidade, fez importantes contribuições no campo da Pedagogia, da Medicina, da Arquitetura, da Economia, da Agricultura, das Artes, da Farmacologia, da Ciência Política entre outros. Desenvolveu uma forma alternativa de agricultura para “curar a terra”, por meio de práticas agrícolas que resgatam as influências cósmicas no crescimento vegetal, na nutrição animal e nas cores florais; a adubação com elementos orgânicos e minerais locais; o equilíbrio vital entre a lavoura e a zootecnia; o papel e o trato biológico das pragas vegetais e animais, entre outras, a que denominou biodinâmica (R. Steiner, 2017). Este sistema orgânico de cultivar alimentos emergiu no período após a primeira Guerra Mundial, em que ocorreu o uso intensivo de defensivos hidrossolúveis na agricultura. Neste contexto, em 1924, em Koberwitz/Breslau, Alemanha, Rudolf Steiner ministrou o curso “Fundamentos espirituais e científicos para o progresso da agricultura”, organizado para um grupo de agricultores e profissionais que faziam parte da Sociedade Antroposófica. Posteriormente, as oito conferências proferidas por Steiner neste curso foram compiladas, dando origem ao livro “Fundamentos da Agricultura Biodinâmica: vida nova para a terra”, lançando as bases da agricultura denominada “biodinâmica” (Alexandre Baptista *et al.*, 2020).

experiências em Buschberghof, na Alemanha, estabelecendo-se a Temple-Wilton Community Farm em New Hampshire (Henderson, 2010). No banco de dados do *United States Department of Agriculture* (USDA, 2019) encontram-se os registros das CSA nos EUA. Posteriormente, nos anos 90, o conceito expandiu-se para a França, Canadá e Reino Unido e, na virada do milênio, se consolida em outras partes do mundo, somando mais de mil iniciativas, a maior parte em pequenas unidades produtivas de caráter familiar, que envolvem desde grupos com 30 a 50 membros, até grandes fazendas orgânicas, com mais de 3.000 associados (Henderson, 2010).

A denominação de CSA, dependendo do lugar, pode ser diferente - CSA, Teikei, AMAP, RECIPROCO, Agricultura Apoiada pela Comunidade -, mas a essência é a mesma (Henderson & Van En, 2007). O Apêndice B apresenta algumas nomenclaturas de CSA.

O movimento vem tomando características diferenciadas, de acordo com a realidade de cada país e impulsionado por uma procura crescente por alimentos de base ecológica e de origem local, bem como o desejo de reconectar agricultores e consumidores. As CSA, em todo o mundo, compartilham princípios básicos (Quadro 4), oriundos dos princípios do Teikei.

Quadro 4 - Princípios básicos da CSA

Princípios das CSA	Apoio mútuo – O apoio entre agricultores e coagricultores deve ser mútuo, pois, como as necessidades de alimentação estão sendo atendidas, as necessidades do organismo agrícola também devem ser atendidas.
	Diversificação de culturas – Na CSA os agricultores devem diversificar o máximo possível os alimentos cultivados e produzidos no organismo agrícola. O coletivo busca sair de uma monotonia alimentar para a diversificação das mais diferentes culturas.
	Aceitação – Os coagricultores devem entender que os alimentos são sazonais e, por isso, aceitar o que aqui foi produzido faz parte de respeitar e entender que há o tempo de cada alimento ser produzido e cultivado; além de ser difícil atender as expectativas de cada um, já que somos um organismo agrícola e que visa ao coletivo. Assim, os coagricultores recebem semanalmente o que a terra oferece naquele período.
	Apreço – Da cultura do preço para a cultura do apreço, pois deixa de enxergar o consumo de alimentos como um comércio, mas, sim, como colaboração mútua.
	Relações de amizade – Os relacionamentos de amizade são cultivados entre todos os membros da CSA, entre agricultores e coagricultores;
	Distribuição independente – A distribuição dos alimentos do organismo agrícola para o espaço de partilha de alimentos pelos coagricultores deve ser feita de maneira independente, na maioria das vezes, pelos próprios agricultores. A redistribuição dos alimentos nos espaços de partilha deve ser realizada pelos próprios coagricultores.
	Gestão compartilhada – Na CSA a gestão é compartilhada, entre agricultores e coagricultores. Normalmente existe um grupo coração para lidar com demandas específicas para cada CSA, e três Grupos de Trabalho (GTs): comunicação interna; comunicação externa e finanças. O ideal é que a participação no grupo de gestão seja rotativa com o tempo.
	Aprendizagem mútua – Cada CSA deve aprender com o próprio coletivo, mas também buscar a troca de experiências com outras CSA.

Escala apropriada – A manutenção da escala apropriada de operação da CSA é um aspecto importante. Deve-se ter em mente que o organismo agrícola e os agricultores irão produzir alimentos de qualidade para quantidades limitadas de pessoas. Também é de bom senso manter o tamanho adequado de cada espaço de partilha de alimentos da CSA.

Estabilidade – É importante que todos saibam que, no início, nem todos os princípios anteriores poderão ser atendidos, mas o ideal é buscar a estabilidade a longo prazo para que a CSA possa florescer e continuar operando.

Fonte: Adaptado de CSA Brasil (2020).

Destaca-se, no Quadro 4, o princípio da gestão compartilhada que visa ser o grupo que leva para todo o organismo aquilo que pulsa na iniciativa, distribuindo as atividades de forma que todos possam participar, de acordo com suas habilidades e competências. O princípio da parceria/apoio mútuo é geralmente formalizado como um contrato individual entre cada consumidor e o agricultor, e caracterizado por um compromisso mútuo – com dinheiro e alimentos - por um longo período de tempo, além de qualquer ato de troca. Os contratos, orais ou escritos, duram vários meses, uma temporada ou um ano (FAO, 2021).

As CSA são parte de uma abordagem ativa para realocar a economia. No entanto, “local” no movimento CSA, não se restringe a um significado geográfico. A ideia é que os agricultores locais estejam bem integrados ao seu entorno: seu trabalho deve beneficiar as comunidades que os sustentam (FAO, 2021). A iniciativa de formação de uma CSA pode surgir de uma só pessoa, seja um agricultor ou consumidor (este recebendo a denominação de “coagricultor”), ou até mesmo de um grupo de pessoas que estejam interessadas em produzir ou consumir alimentos orgânicos ou de base ecológica, estreitando relações de amizade, respeito e confiança, sem qualquer formalidade contratual (Sousa Junior & Junqueira, 2020).

O agricultor calcula o custo de produção de alimentos, incluindo o salário desejado, para um determinado grupo de pessoas durante um período, geralmente um ano. Todo o valor é dividido pelo número de coagricultores. Esses membros se comprometem antecipadamente com seu engajamento, às vezes por meio de um contrato, para financiar todo o ciclo de produção. Os coagricultores pagam uma parcela mensal ao agricultor, dividindo os possíveis custos da quebra de safra e compartilham os riscos da produção. Em troca, recebem uma cesta sazonal semanal com alimentos cultivados (Cechin *et al.*, 2021). Esta cesta ou “cota”⁷⁴ varia na quantidade e mesmo nas dimensões dos alimentos (Hayden & Buck, 2012).

⁷⁴ No contexto da CSA o termo “cota” tem semelhante significado que “cabazes ou cestas” em outras formas alternativas de comercialização.

Nesse sentido, a CSA se coloca como iniciativa que consegue alimentar uma comunidade de pessoas, na média, 30 famílias. Para a efetiva proximidade, isto é, que o agricultor saiba para quem ele está plantando, para que as relações sejam fortalecidas e entender as necessidades de cada um (Hayden & Buck, 2012). Conforme Fonte (2016), para os *Gruppi di Acquisto Solidari* (GAS), em Roma, o objetivo não é pagar o preço mínimo pela comida, mas pagar um preço que, além de ser justo para o agricultor e para o consumidor, leve em conta todos os gastos, a partir do meio ambiente e dos custos do trabalho. Assim, em algumas situações os consumidores ofertam serviços em troca da cota⁷⁵ (Watson, 2019). Os consumidores das CSA também podem variar, desde pessoas que consomem os alimentos diretamente, até restaurantes, mercados, escolas e outras instituições (Woods, Ernst & Tropp, 2017).

Quadro 5 - Conceitos de CSA

Autor	Conceito de CSA
Hinrichs (2000)	Criação e construção de comunidade como um todo; questões entrelaçadas com comida, terra e natureza.
Goland (2002)	Oportunidade para ajudar as pessoas a fazerem a ligação entre a comida que comem e o meio ambiente e a comunidade ao seu redor. Ao fazê-lo, as CSA podem realizar sua promessa de criar o tipo de sistema alimentar, um sistema alimentar local, que pode ajudar a corrigir os problemas ambientais e sociais, associados ao nosso atual sistema alimentar globalizado.
Feagan & Henderson (2009)	Ênfase nos valores ambientais e sociais sobre como os alimentos são cultivados, o que cresce, são cultivados e como os alimentos são distribuídos e consumidos.
Perry & Franzblau (2010)	Conexão entre um grupo de agricultores e clientes locais. É a união de dois conceitos básicos: cooperação entre agricultores e compromisso entre agricultores e clientes locais.
Toth, Rendall & Reitsma (2016)	Estimula resiliência por meio de redes de família, amigos, vizinhos e fé baseada organização.
Urgency (2018)	Parceria entre um grupo de consumidores e um ou vários agricultores por meio da qual os riscos, responsabilidades e recompensas das atividades agrícolas são compartilhados, por meio de acordo compartilhado informal. Geralmente operando em pequena escala, as CSA têm como objetivo fornecer alimentos de qualidade produzidos de maneira agroecológica.

Fonte: Elaboração própria (2019).

Partindo dos conceitos apresentados pelos diferentes autores (Quadro 5) podemos esboçar um conceito geral sobre CSA. Assim, CSA é uma nova forma de relacionamento harmoniosa entre campo e cidade, visto que os consumidores, maioritariamente urbanos decidem suportar uma

⁷⁵ Parcela mínima de definição das necessidades de um organismo agrícola.

ou mais famílias agricultoras, normalmente rurais, passam a estreitar vínculos. Cada CSA pode ser definida com uma parceria entre consumidores e agricultores para o cultivo local de alimentos, onde os riscos, responsabilidades e benefícios da agricultura são compartilhados entre todos, por meio de um acordo vinculativo de longo prazo. Mesmo assim, é importante destacar que Smith *et al.*, (2019) alertam que o termo, o conceito e o modo como evoluiu na prática a CSA, por vezes, foram mal utilizados e direcionados para fins de *marketing* comercial. Torna-se imprescindível reforçar que todos os envolvidos se dispõem a ter uma relação maior com aquele que cria/cultiva, com reconhecimento mútuo da importância de ambos e com base em alguns objetivos fundamentais: restaurar a soberania alimentar local, criar solidariedade entre produtores e consumidores para construir comunidades mais justas e socialmente sustentáveis; compartilhar riscos e benefícios com base na produção; defender a saúde e nutrição por meio da dieta; e desenvolver responsabilidade cívica (FAO, 2021).

Os coagricultores e agricultores estão associados, desenvolvem uma agricultura alimentar, compartilhando não somente as responsabilidades pela produção dos alimentos, mas também a conservação da paisagem e do solo; realizam mutirões e auxiliam com outras formas de trabalho; os coagricultores sustentam, por um período de tempo acordado, a responsabilidade, em termos financeiros, por este empreendimento agrícola e desenvolvem uma compreensão para a sua totalidade, pagando um preço justo, suficiente para que os agricultores e suas famílias mantenham seus organismos agrícolas e vivam com dignidade. Com isso preservam os seres humanos e o meio ambiente, ao mesmo tempo em que vivenciam o valor cultural de uma agricultura variada. Neste sentido, a CSA tem a possibilidade de transformar considerações teóricas em prática, nos âmbitos social, ecológico, econômico, espiritual, legal, cultural e pedagógico. Na comunidade existe um grupo, denominado “grupo coração”, constituído pelas pessoas do grupo que se dispõem a facilitar as relações entre coagricultores e agricultores. São estas pessoas que carregam o “ideal” da iniciativa e desenvolvem o papel de sustentação mútua (CSA Brasil, 2020).

2.4.2 Estudos sobre CSA

O movimento social da CSA ganha expressão como forma alternativa ao sistema agroalimentar dominante (Blättel-Mink *et al.*, 2017). Um dos indicadores para tal afirmação está no número de estudos realizados sobre essa temática. Assim, uma das primeiras publicações sobre a CSA numa revista indexada na área da agricultura ocorreu em 1997 (Kolodinsky & Pelch, 1997),

“*Factors influencing the decision to join a community supported agriculture (CSA) farm*”, *Journal of Sustainable Agriculture*), mas foi na primeira década de 2000 que os artigos sobre CSA começaram a aparecer em maior número⁷⁶.

No período de elaboração desta tese as investigações sobre esta temática são realizadas por investigadores de diferentes áreas científicas, maioritariamente ligados à agricultura, focando sobretudo na relação entre os agricultores e os consumidores, em busca de benefícios e recompensas mútuas. Pois, a gênese da área de investigação sobre CSA (Henderson & Van En, 2007) engloba temáticas iniciais em que se reproduzem as características motivacionais, se abordam questões como o perfil (Lass *et al.*, 2003), o papel da mulher (Cone & Myhre, 2000), e os benefícios da valorização da terra e do meio ambiente. Ou seja, a CSA pode caracterizar a visão alternativa positiva da terra e como nos relacionamos com ela, bem como um movimento ativista, além de representar um compromisso filosófico com o lugar (Schnell, 2007).

A finalidade de manter a qualidade e sazonalidade dos alimentos requer mudança de comportamento por parte dos acionistas quanto à aceitação e preparação dos alimentos; valores cívicos e espirituais (Andreatta *et al.*, 2008; Galt, 2013); assim como analisar se os custos de produção e estimativas são compensadoras, ou não, para os agricultores (Tegtmeier & Duffy, 2005) e para os membros/acionistas, pela diversidade dos alimentos que recebem (Cooley & Lass, 1998; Oberholzer, 2004), através de relações de confiança em uma perspectiva dos capitais comunitários com expectativas e benefícios em termos de fluxos ativos ambientais, culturais, humanos, políticos e financeiros.

Existem estudos sobre os fatores para ingressar em uma CSA (Brown & Miller, 2008; Cone & Myhre, 2000; Cooley & Lass, 1998; DeLind, 2011; Feagan & Henderson, 2009; Sproul & Kropp, 2015; Tegtmeier & Duffy, 2005), ou os primeiros passos para iniciar uma CSA (Henderson & Van En, 2007; Perry & Franzblau, 2010), que nos permitem ter um conhecimento sistemático do que já foi estudado dentro desta temática.

Há também revisões narrativas, por exemplo, o relato das dificuldades do ativismo acadêmico e do engajamento popular (DeLind, 1999); a auto exploração devido ao contexto político-econômico (Galt, 2013); o afeto e os efeitos em pertencer à CSA – não apenas monetário, mas também filosófico - com destaque para as relações sociais por meio da prática da ética e do

⁷⁶ Estudo mais completo sobre CSA: Soares, R. O., Tavares, P. V., Zan, F. R., Cristóvão, A. F. A. C., & Tibério, M. L. (2021). Uma abordagem bibliométrica sobre community-supported agriculture (CSA). *Desenvolvimento em Questão*, 19(57), 227–245. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2021.57.11913>

cuidado impulsionado pelas necessidades locais, em vez dos mercados internacionais (Hayden & Buck, 2012); as mudanças de atitude e comportamentos como os hábitos alimentares ou culinários modificados (Jarosz, 2011), maior consideração da sazonalidade dos alimentos e preferências dos membros por produtos sazonais (Lagane, 2015b; Ostrom, 2007) e uma valorização maior da agricultura (Russell & Zepeda, 2008; Worden, 2004).

Alguns categorizam a investigação existente por unidades de análise micro, meso e macro (Bloemmen, Bobulescu & Vitari, 2015; Galt *et al.*, 2019; Vassalos, Gao & Zhang, 2017), por mudanças de atitudes e comportamentos dos membros de uma CSA (Russell & Zepeda, 2008), e interesses, diferenças, relação com a segurança alimentar, assim como impactos para o desenvolvimento individual e comunitário decorrentes da participação (Brown & Miller, 2008).

Conforme os grupos evoluem, começa a haver a preocupação com a gestão de cada iniciativa, através da compreensão teórica e empírica do contexto do mundo real dentro do qual as CSA funcionam, por exemplo, custos, salário digno para os agricultores (bem como benefícios) e as infraestruturas físicas e naturais, em alguns casos, utilizando métodos de investigação como a etnografia (DeLind, 1999; Hayden & Buck, 2012) ou análise de conteúdos e de discurso (Feagan & Henderson, 2009).

Há, de forma geral, a percepção de que as CSA permanecem firmemente enraizadas nas relações de troca convencionais (Hinrichs, 2000), vistas principalmente como outra forma mais lucrativa de escoar a produção, com atividades de apoio e compartilhamento limitadas a circunstâncias específicas, até que, tanto os produtores quanto os membros, se adaptem aos seus próprios entendimentos e habilidades para a qualidade da experiência (Feagan & Henderson, 2009).

Russell e Zepeda (2008) analisaram diversos aspectos como a comunicação, a diversidade da produção de alimentos, a mudança de atitude dos membros, as motivações para ingresso e permanência no grupo, os custos de produção, os impactos da CSA no comércio local e regional, a preocupação ecológica e sustentabilidade da iniciativa. Normalmente as iniciativas têm sido instituídas, organizadas e coordenadas quase que exclusivamente por consumidores como suporte de um grupo de agricultores (Junqueira & Moretti, 2018).

A comunicação com os participantes pode beneficiar os gerentes de CSA, porque estimula um tipo reflexivo de compreensão que leva ao compromisso de longo prazo e à tolerância entre os membros, desenvolvendo redes e relacionamentos (Cox *et al.*, 2008). Assim, os acionistas com maior probabilidade de permanecerem comprometidos com a CSA são aqueles que ingressaram não apenas para obter um determinado tipo de produto, mas também por questões sociais e

ambientais (Cox *et al.*, 2008; Goland, 2002), sendo possível que o envolvimento na CSA venha a contribuir para o comportamento de mudanças relacionadas à sustentabilidade ambiental e ingestão de maior quantidade e variedade de alimentos frescos, como frutas e vegetais (Uribe *et al.*, 2012).

Outros estudos abordam o custo para as famílias e a participação em contratos de longo prazo com os agricultores locais, a fim de controlar mais a forma como seus alimentos são produzidos e obter o que desejam (Bougherara *et al.*, 2009). Outros, maioritariamente estudos de caso, analisam o sistema alimentar através das necessidades dos consumidores, o envolvimento das mulheres (DeLind & Ferguson, 1999; Jarosz, 2011) e o trabalho que o agricultor precisa realizar para suprir/satisfazer as demandas de produção com sustentabilidade. Neste grupo de artigos, os estudos de caso discorrem sobre os benefícios sociais, ambientais e econômicos para agricultores e consumidores (Matzembacher & Meira, 2019) referentes à produção e ao consumo em um determinado sistema alimentar. Entretanto, um terceiro grupo de artigos discorre sobre as formas de intervenção num contexto que aborda as práticas dos agricultores (Nost, 2014), os valores, as necessidades do agricultor e da propriedade, assim como a ética nas relações (Charles, 2011).

Em termos sociológicos, o movimento provoca um certo tipo de competição entre os agricultores participantes de uma CSA e os não participantes (Galt *et al.*, 2016; Galt, Bradley, Christensen & Munden-Dixon, 2019), além de gerar algum desconforto entre os membros, por exemplo, sobre o espaço de partilha dos alimentos, a conveniência de horários e os tipos de alimentos ofertados, já que nem sempre recebiam os grupos de alimentos⁷⁷ necessários para ter uma alimentação equilibrada, tendo que buscar em outros locais de compra (Peterson, Taylor & Baudouin, 2015).

Pole e Kumar (2015), filiadas à *Montclair State University*, realizaram o primeiro estudo que segmenta membros das CSA no Estado de Nova York, segundo suas motivações para ingressar em uma CSA, onde diferenciaram os grupos de membros (565) com base em seus dados demográficos, psicográficos e decisões de compra de alimentos. As autoras concluíram que cada grupo é diferente, de acordo com as características psicográficas, como atitudes em relação ao tratamento de animais, tratamento de trabalhadores agrícolas, uso de pesticidas, meio ambiente, quilometragem de alimentos e limitação de compras de fazendas industriais. Por isso,

⁷⁷ Grupo dos legumes e das verduras; grupo das frutas; grupo das leguminosas; grupo dos cereais; grupo das raízes e tubérculos; grupo das oleaginosas; grupo do leite e queijos; grupo da carne e ovos (Brasil, 2014)

ofereceram as recomendações aos agricultores para reter e atrair diferentes tipos de membros da CSA.

O conceito de valor percebido em um ambiente de CSA foi apresentado por Chen (2013). Em outro estudo, Matzembacher e Meira (2019) abordam as três dimensões da sustentabilidade de forma integrada, por meio da análise de iniciativas de CSA. Literatura baseada na economia solidária e comportamental, econometria e ecologia política foram utilizados para avaliar os impactos de participar da CSA e as mudanças no comportamento alimentar (Moellers & Bîrhală, 2014). Nesta mesma linha de pensamento, Rossi, Allen, Woods e Davis (2017) caracterizam a CSA como um movimento social (Blättel-Mink *et al.*, 2017), percebido pelo trabalho realizado pelos membros da iniciativa (Watson, 2019).

Em estudo sobre o significado de “comunidade”, conforme usado na frase “agricultura apoiada pela comunidade” (Haney *et al.*, 2015), foi sugerido que os agricultores, em resposta aos tempos de mudança, tenham em atenção formas de diferenciar seus membros e, assim, manter relacionamentos autênticos e saudáveis para ambos. Relativamente à utilização das mídias sociais numa relação agricultor/membro, alguns estudos analisam os impactos, como, por exemplo, para aprimorar os serviços e criar laços sociais mais fortes com os clientes (Tan & Chen, 2019). Logo, a motivação, as barreiras e os métodos de propaganda influenciam a dinâmica de participação da CSA (Chen *et al.*, 2019; Christensen *et al.*, 2018).

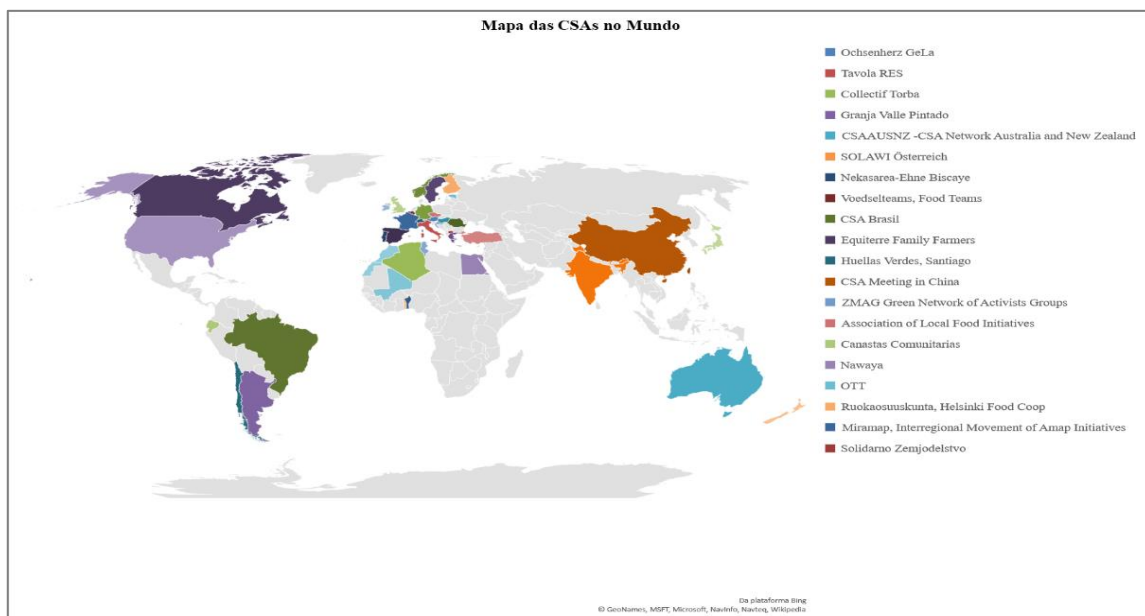
Na Europa, desde o final dos anos 70 e até os anos 80, apenas alguns projetos de CSA foram iniciados. Por volta da virada do milênio, no entanto, o movimento da CSA ganhou força. Desde então, novas CSA surgem a cada ano em um número crescente de países, e se espalharam por toda a Europa nos anos 2000. O Censo realizado pelo *European CSA Research Group* estimou o total de 2.783 na Europa, em 2015, produzindo alimentos para quase meio milhão de consumidores (474.455).

A Declaração Europeia sobre CSA, elaborada pelo *European CSA Research Group*, afirma que centenas de milhares de pessoas na Europa já provaram que a CSA funciona, criando uma variedade de iniciativas, redes e práticas baseadas em valores comuns. Estas práticas intensificam a solidariedade e assumem responsabilidade para criar sistemas alimentares socialmente inclusivos, economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis (Urgenci, 2016).

Numa parceria de confiança entre consumidores urbanos e agricultores, as Associações de Apoio à Agricultura Camponesa (*Association de Maintien de l'Agriculture Paysanne*), as

AMAP, começaram a se espalhar em França logo após o ano 2000 (Lagane, 2015b). O sistema francês AMAP é o mais organizado e desenvolvido de todos os sistemas CSA na Europa. A *Urban-Rural Network: Generating New Forms of Exchange Between Citizens*, conhecida pela sigla Urgenci⁷⁸, por meio da Rede Internacional de Agricultura Apoiada pela Comunidade (urgenci.net) defende uma abordagem inovadora para: i) apoiar a agricultura familiar e a soberania alimentar local; e ii) conectar os diferentes projetos que promovem parcerias locais, aproximando cidadãos, pequenos agricultores, ativistas e atores políticos (Stapleton, 2019).

A Urgenci⁷⁹, fundada em 2006, cuja missão é promover parcerias locais de solidariedade entre agricultores e consumidores (Henderson, 2010), facilita a troca de informações entre os participantes de CSA de diferentes países (Mapa 1) situados ao norte da África (Argélia, Egito, Marrocos, Tunísia), na Ásia (China, Índia, Japão e Taiwan), na Europa (Áustria, Bélgica, Croácia, República Checa, França, Macedônia, Alemanha, Grécia, Hungria, Itália, Luxemburgo, Romênia, Espanha, Suíça, Reino Unido, Portugal), no Médio Oriente (Egito, Líbano, Palestina, Turquia), na América do Norte (Estados Unidos e Canadá), e na América Latina (Brasil, Chile, Argentina, Equador). Ou seja, o movimento CSA⁸⁰ se desenvolve em todos os continentes do planeta, com suas diversas nomenclaturas de acordo com cada local.



Mapa 1 - CSA no mundo

Fonte: Adaptado de URGENCI (2016).

⁷⁸ Neste *link* é possível acessar informações sobre como iniciar uma CSA: <https://urgenci.net/>

⁷⁹ Veja: <https://goo.gl/zvw7R4>

⁸⁰ As CSA variam em tamanho, desde grandes hortas que fornecem para cinco ou seis famílias, a fazendas de várias centenas de acres, fornecendo ações para milhares de famílias (Henderson, 2010). Podem ser muito diversas e incluem uma ampla gama de empresas de produção de alimentos de escala e formas de trabalho variadas, e o que diferencia dos outros modelos, pois a relação é direta entre agricultores e consumidores, é a natureza do relacionamento (Charles, 2011; Darolt, 2012).

Por outro lado, a nomenclatura CSA é mais utilizada nos países de língua inglesa, como os Estados Unidos, Inglaterra, Austrália, Canadá (parte de influência inglesa). No entanto, movimentos similares de consumidores que apoiam agricultores se reproduziram em diversas partes do mundo⁸¹. Na página da *Urgenci* foram localizados 45 países com o registro de CSA (Apêndice B). Na China, a CSA teve início quando Shi Yan, estudante de doutoramento na Escola de Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural da Universidade Renmin, elaborou, juntamente com os seus professores, um plano para aprender sobre modelos de agricultura sustentável em pequena escala nos Estados Unidos. Em 2009 a atividade ganhou atenção da mídia, referindo que Shi Yan foi “aprender a ser um camponês na América”. A CSA se tornou um ponto focal para uma rede maior de organizações e profissionais que trabalham para promover a agricultura sustentável e a justiça social na China rural. No caso em questão, a confiança entre agricultores e consumidores é a forma de conhecimento dinâmico: “os estranhos se tornam pessoas conhecidas por meio da CSA e, no processo, eles se tornam membros de uma comunidade compartilhada” (URGENCI, 2020)⁸².

Li e Zhou (2020) apresentaram um estudo com seis casos de iniciativas de CSA na China, relatando a formação e expansão da comunidade. Com o recurso a dados primários – arquivos e entrevistas –, análise de todos os comunicados de imprensa e artigos de mídia, concluíram: i) que as iniciativas de CSA funcionam de três modos: lavouras de CSA, feiras de agricultores e empreendimentos sociais; ii) a existência de círculos baseados em diferentes *guanxi*⁸³; iii) a existência de sete tipos de atores – fundadores, equipe executiva, membros consumidores líderes, membros consumidores comuns, governo, mídia e universidade; iv) que o número de consumidores na iniciativa, em geral, é insuficiente para apoiar o desenvolvimento de uma agricultura sustentável; e v) que a CSA oferece um novo caminho para o desenvolvimento da agricultura sustentável⁸⁴, tanto na China quanto em outros países.

Em Taiwan, nomeadamente em Hualien, Wang Fu-yu, denominado de Da Wang (Grande Rei), desenvolveu uma espécie de CSA Cooperativa, onde, mensalmente, pagava para 40 agricultores que vendiam em sua loja, fornecendo cestas semanais regulares para 200 famílias e pedidos

⁸¹ Mapa com a localização e contatos das CSAs no mundo: <https://goo.gl/k8zwdA>

⁸² Disponível em: <https://urgenci.net/csa-in-china-an-introduction-by-caroline-merrifield-and-shi-yan/> Shi Yan é o atual vice-presidente da Urgenci e fundador da Shared Harvest Farm. Acesso: 20out2020.

⁸³ O termo chinês *guanxi* significa relacionamento, é um elemento importante na cultura chinesa e em termos comerciais se refere a rede de contatos e conhecimentos entre várias partes que cooperam e se apoiam (Li & Zhou, 2020).

⁸⁴ Aprimorar a própria “rede social” e utilizar os recursos existentes de vínculos de confiança interpessoais para formar o primeiro grupo de consumidores e aproveitar a mídia tradicional e as novas mídias para contar uma “história estimulante” sobre a iniciativa, foram as sugestões do estudo (Li & Zhou, 2020).

irregulares para outros 100 clientes (Henderson, 2015). Outro exemplo de atividade realizada por uma CSA é apontado por Martindale (2020), a qual cita a utilização de recursos como: publicação na mídias sociais, encontros nas fazendas, momentos de degustação, e implantação de inovações técnicas que destacassem abordagens da agricultura ecológica, com a finalidade de sensibilizar os consumidores para a qualidade dos alimentos, e assim despertar a confiança dos mesmos.

Em Cumbria, UK, Growing Weel é uma instituição de caridade que promove a recuperação da saúde mental e o bem-estar, que administra um esquema de partilha que abastece 100 famílias locais – de janeiro a maio, quinzenalmente; de junho a dezembro, semanalmente. O trabalho de horticultura é realizado por voluntários, muitos dos quais se recuperando de problemas de saúde mental, e são acompanhados por um agricultor em tempo integral empregado pela fazenda⁸⁵.

No Irão, Veisi *et al.* (2017), utilizaram a Teoria das Convenções para analisar as percepções relacionadas a motivos e desafios dos agricultores iranianos para a conversão à agricultura orgânica. Referem a iniciativa da CSA como um modelo de desenvolvimento local e ampliação da intensificação sustentável.

Na Índia, Bisht, Rana e Pal Ahlawat (2020), consideram que vincular a agricultura orgânica às iniciativas de CSA pode ser uma intervenção importante para o futuro da agricultura familiar e superar a barreira da venda de alimentos locais. Assinalaram que os tipos preferidos de CSA em todas as agroecologias foram: i) cooperativas de agricultores (onde os agricultores reúnem seus recursos para fornecer aos consumidores); ii) dirigido pelo agricultor (o agricultor organiza a CSA e toma a maioria das decisões de gestão, o acionista ou assinante tem envolvimento mínimo na propriedade); iii) orientado pelo consumidor; e, por último, iv) cooperativas agricultor-consumidor. Para os autores, o fato de as Cooperativas de Agricultores terem recebido a preferência mais elevada indica que a agricultura coletiva, ao reunir seus recursos, é a melhor forma de garantir que as demandas dos consumidores urbanos indianos são facilmente atendidas através dos agricultores familiares.

Os estudos sobre CSA no Brasil ainda estão numa fase incipiente. Foram localizadas, apenas, cinco⁸⁶ teses de doutoramento sobre o tema CSA (Apêndice C). No ano de 2016, Valeria da Veiga Dias trata a CSA na perspectiva da lealdade e relações de proximidade, abordando a

⁸⁵ Estudo de caso, disponível em: <https://communitysupportedagriculture.org.uk/what-is-csa/case-studies/growing-well/> Acesso em 23 out 2020.

⁸⁶ Pesquisa realizada até o mês de dezembro de 2020.

caracterização dos consumidores de alimentos orgânicos (Dias, 2016). Alanda Lopes Baptista Martins abordou o tema da relação campo-cidade pela ética da solidariedade (Martins, 2017). Potira Viegas Preiss caracteriza a CSA como alianças alimentares colaborativas na perspectiva internacional, enfatizando afetos, conhecimento incorporado e ativismo político (Preis, 2017). Vander Luiz Aguiar abordou as empresas sociais de agricultura urbana e a resiliência nas cidades (Aguiar, 2018). Caroline Mendonça Nogueira Paiva pesquisou as práticas de mercado que envolvem a CSA (Paiva, 2019). Outros estudos, como dissertações e trabalhos de conclusão de curso, são produzidos especialmente na Região Sudeste do país. Cechin *et al.* (2021) estimulam a publicação de novas pesquisas.

Em Portugal, foram localizadas duas dissertações de mestrado; i) Ana Paula Piedade Pedrosa, na Universidade de Lisboa, em 2019, publicou estudo sobre redes agroalimentares alternativas e suas implicações para a política social: as motivações dos consumidores das comunidades que sustentam a agricultura no Brasil (Pedrosa, 2019); ii) Rafaela Godoy Rössler analisou “O desafio de alimentar o mundo de maneira sustentável: circuitos curtos agroalimentares no Brasil e em Portugal”, na tese publicada no ano de 2020, na Universidade de Évora, a fim de compreender, pela visão dos produtores, as características e o dinamismo do Circuito Curto Agroalimentar (CCA) (Rössler, 2020). A tese de doutoramento de Eber Misael Quiñónez Hernández, defendida na Universidade de Coimbra, em 2020, intitulada “Os circuitos curtos de comercialização de bens agroalimentares: Um caminho para a construção de relações próximas e solidárias entre produtores e consumidores”, trata sobre tudo de circuitos curtos de comercialização que de alguma forma se inserem na lógica das CSA/AMAP - que são um tipo de rede alimentar alternativa – quando explora as relações solidárias entre produtores e consumidores (Hernández, 2021).

Os estudos referidos foram significativos para reforçar a relevância da pesquisa sobre as interações entre os atores no contexto da CSA, visto que abordaram temas como sustentabilidade, coletividade, dualidade agricultura moderna-convencional, relação campo-cidade, entre outros. Ressalta-se que a quase totalidade das pesquisas listadas utilizou métodos mistos para a recolha das informações, normalmente pela análise qualitativa, tais como o estudo de caso através da etnografia, a pesquisa *on-line*, os grupos focais, as entrevistas, a observação participante, a análise comparativa, a análise do discurso e a pesquisa orientada pelos atores.

2.4.3 Iniciativas CSA no Brasil

No Brasil, o grupo pioneiro a trabalhar com o modelo de CSA estabeleceu-se em 1997, em Fortaleza, por meio da fundação da Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica⁸⁷. Ao longo dos anos, no entanto, o grupo cearense passou por uma série de etapas e reformulações, configurando-se atualmente mais próximo do formato “feira” (Darolt, 2012).

Mais tarde, no ano de 2011, a partir do impulso do artista plástico alemão Hermann Pohlmann – cofundador da rede alemã de projetos *makeCSA* e da Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica -, e sua então companheira Cláudia Vivacqua, foi implantada a CSA Demétria no organismo agrícola⁸⁸ do agricultor Marcelo Veríssimo e sua família, em Botucatu/São Paulo⁸⁹, que desenvolve a agricultura biodinâmica e orgânica. Hoje são 300 famílias que sustentam o trabalho dos agricultores e, para realizar tal atividade, 15 pessoas da família Veríssimo trabalham na propriedade (Molina & Pohlmann, 2015).

No mesmo ano (2011) formou-se também a CSA Apanfé, em Maria da Fé-MG, e o conceito foi apresentado e estimado como de grande potencial de desenvolvimento no âmbito regional, alimentar e de agricultura orgânica, durante o Fórum Mundial Social, em Porto Alegre/RS. No ano de 2012, foi criada a CSA Campinas, na cidade de São Paulo (CSA Brasil, 2020).

Pohlmann (2011) propõe o entendimento da CSA como modelo aplicado de economia associativa (concebido por Rudolf Steiner) e possibilitou, em 2013, a criação da CSA Brasil, uma instituição não governamental. Em 2014, ocorreu a constituição jurídica da CSA Brasil, enquadrada como associação e com o objetivo de fomentar o surgimento de novos grupos de CSA no país (CSA Brasil, 2020).

Conforme levantamento no *site* CSA Brasil (2021), existem Comunidades que Sustentam a Agricultura em pelo menos 19 estados⁹⁰, somando mais de 160 unidades em funcionamento (Mapa 2), envolvendo cerca de 500 agricultores, mais de 200 espaços de partilha, cerca de 8.000 famílias. A CSA Brasil desenvolve o projeto “CSA-Saúde”, em colaboração com nutricionistas especializadas, que está focado na composição equilibrada dos alimentos nas comunidades

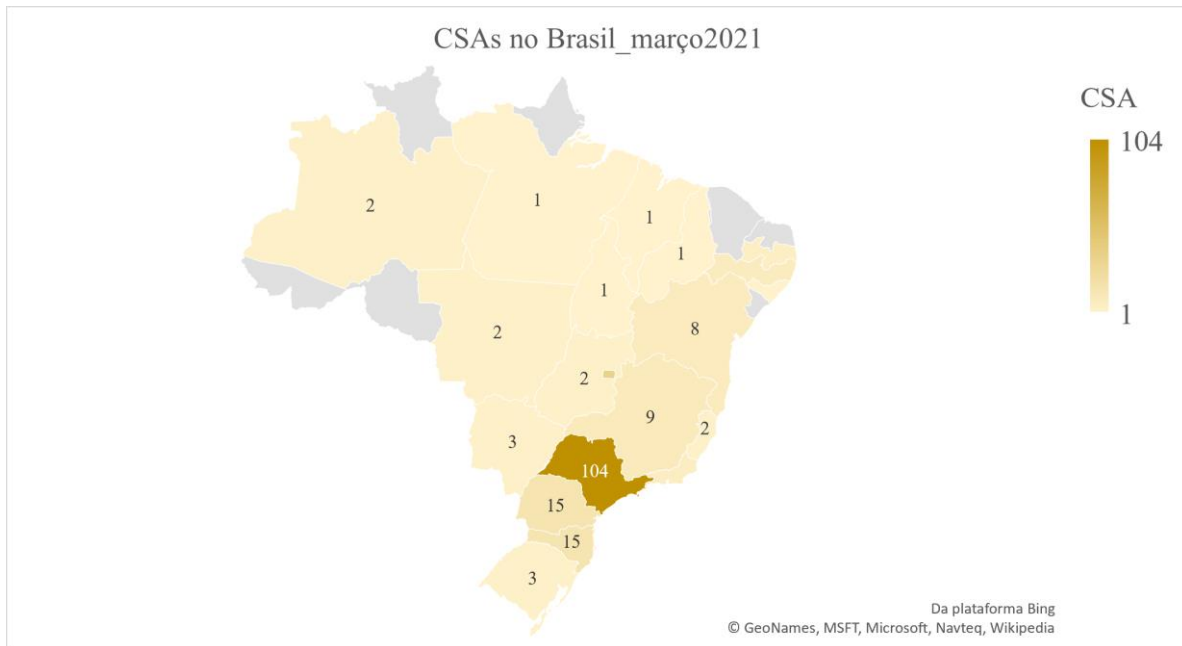
⁸⁷ Estudo de Yamamoto (2006) “Por que continuamos juntos?” Descreve a trajetória da ADAO.

⁸⁸ No mercado tradicional significa propriedade, fazenda. Na CSA, o termo organismo agrícola representa o local onde o agricultor cultiva os alimentos.

⁸⁹ Região da cidade de São Paulo, ocupada em 1974 por imigrantes alemães para a fundação da Estância Demétria, responsável pelo pioneirismo em Agricultura Biodinâmica no Brasil (BERTALOT-BAY, 2004).

⁹⁰ São Paulo, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraíba, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Alagoas, Maranhão, Pará, Piauí, Tocantins. Disponível em: <http://csabrasil.org>. Acesso em 30 dezembro 2020.

CSA. Para este fim, são emitidos boletins mensais com informações sobre plantas há muito tempo esquecidas, receitas, hábitos alimentares, entre outros (CSA Brasil, 2020).



Mapa 2 - Iniciativas CSA no Brasil

Fonte: Elaboração própria, adaptado de CSA Brasil (2021).

Um dos pontos fortes da rede CSA Brasil é compartilhar experiências desse movimento social. Quando uma CSA surge, esta recebe as informações das mais antigas. A primeira formação ocorreu em novembro de 2014, na sede da CSA Demétria em Botucatu-SP. Os cursos são divididos em dois módulos: filosófico e prático. A abordagem antroposófica (Neto & Torunsky, 2014) e artística constitui o conteúdo e instrumento de sensibilização para a organização de novas comunidades. Os cursos são ofertados regularmente duas vezes ao ano e, esporadicamente, quando há demanda. Foram realizadas formações, além de Botucatu/SP, na cidade de Nova Friburgo/RJ, Recife/PB e Brasília/DF (CSA Brasil, 2020).

A primeira CSA de periferia de São Paulo, ligada aos trabalhos realizados na Associação Comunitária Monte Azul⁹¹, a “CSA para todos”, é um projeto de apoio ao agricultor local voltado para pessoas que apresentam vulnerabilidade social. Outro exemplo de inserção da CSA na comunidade local se dá por hospitais que apoiam agricultores por meio de compras coletivas.

⁹¹ Uma organização não governamental, orientada pelo pensamento antroposófico, que atua prioritariamente pelo desenvolvimento integral do Ser Humano, nas áreas de educação, cultura e saúde. Mais informações: <https://www.montezul.org/pt-br/quem-somos/>

2.4.4 Projetos AMAP/CSA em Portugal

Em Portugal, a nomenclatura dos grupos, para uns, teve como referência o termo francófono de AMAP (mais ao Norte, as AMAP do Porto, Gaia, Guimarães e Famalicão; ao centro sul, Sado e Alvalade e Maravilha), outros adotaram a sigla anglófona das CSA, como a CSA Partilhar as Colheitas, do Freixo-do-Meio (Moreira, 2018). São terminologias diferentes para um objetivo comum, que é juntar produtores e consumidores em relações de compromisso e de longo termo para apoiar a pequena produção de proximidade. Conforme descreve Moreira (2018), a maioria dos produtores que integra a rede possui certificados de produção biológica, e um caso específico realiza o processo de conversão para a agricultura biodinâmica.

A Associação para Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP) é um esquema de agricultura apoiada pela comunidade em que os consumidores se comprometem a pagar antecipadamente a temporada completa de produção de um ou mais agricultores, recebendo cestas semanais de vegetais orgânicos certificados e outros produtos alimentícios⁹². Em Portugal, a primeira iniciativa de promoção e disseminação do conceito AMAP surge em 2003 com o projeto Re.Ci.Pro.Co - Relação de Cidadania entre Produtores e Consumidores - (Guerreiro & Guerreiro, 2008), a partir de experiências como o Cabaz da Horta⁹³, que apoia pequenos produtores que estão em zonas periféricas, com poucos meios de subsistência e acesso ao mercado, que ainda hoje persiste em Odemira, Sul do país.

Embora o processo Re.Ci.Pro.Co se tenha dissolvido como rede nos primeiros anos (Thirion, 2006), em 2015, o I Encontro Nacional das AMAP⁹⁴, organizado pela Associação *Moving Cause*⁹⁵, na cidade do Porto, juntou dezenas de pessoas e organizações que demonstraram vontade e disponibilidade para alavancar este conceito e práticas em Portugal. Neste sentido, um agricultor, iniciou, em 2006, o projeto de agricultura biológica em Vila Nova de Gaia, denominado Raízes Agricultura e Produtos Biológicos. Em 2011, participou do 2º Encontro Nacional das AMAP Francesas, organizado pela Miramap⁹⁶. Teve os primeiros contatos com o conceito de AMAP e, com o auxílio de Samuel Buton, organizaram a primeira AMAP na cidade

⁹² Disponível em: <https://amap.movingcause.org> Acesso em 19 dez 2020.

⁹³ A iniciativa do Cabaz da Horta é o mais antigo promotor conhecido do conceito das AMAP em Portugal (2003-2004). Foi proposta através da Organização, Cooperativa Intercooperação e Desenvolvimento, C.R.L. (INDE), por Samuel Thirion – francês radicado em Odemira e um dos fundadores da rede europeia Urgenci.

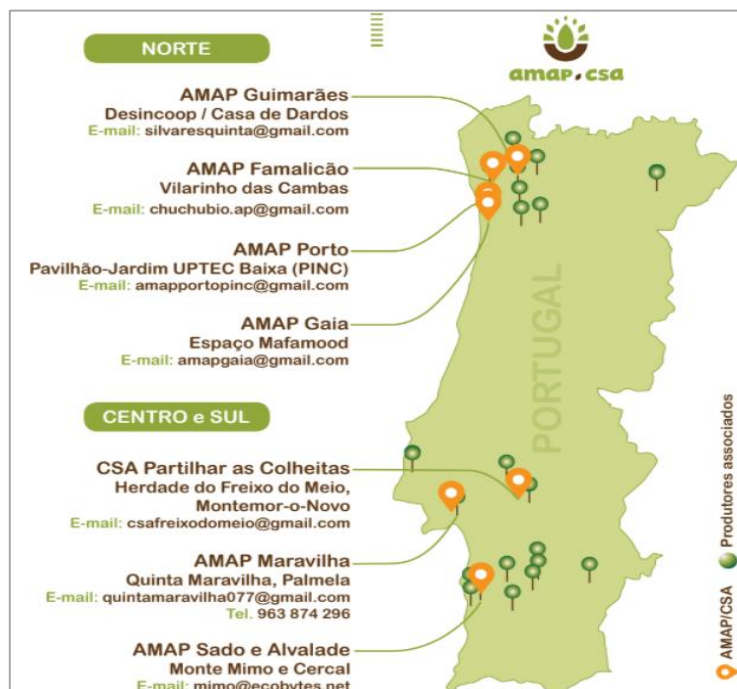
⁹⁴ Mais informações em: https://urgenci.net/wp-content/uploads/2016/02/CG_PT-declaration-report.pdf

⁹⁵ Disponível em: <https://movingcause.org/blog/2018/07/13/comunicado-novos-voos-para-a-amap/>; “O Som é a enxada”, registos e conversas sobre agricultura de proximidade: <http://somenxada.tumblr.com/tagged/amap>

⁹⁶ Criado oficialmente em fevereiro de 2010, o MIRAMAP é o movimento Inter-Regional da AMAP; o seu objetivo é fortalecer a coesão das AMAP através da partilha de uma ética comum, partilhar experiências e práticas e garantir a representação e desenvolvimento das AMAP em nível nacional. Disponível em: <https://miramap.org/2eme-Rencontre-Nationale-des-AMAP,702.html>

do Porto⁹⁷. Começaram com um grupo de pessoas que estavam alinhadas ao conceito, com o apoio da Associação Gato Vadio⁹⁸ e o espaço de partilha ocorria no Café Duas de Letra⁹⁹. Chegaram a envolver 20 coprodutores¹⁰⁰.

Desde então, foram criadas outras AMAP/CSA de Norte a Sul do país (Mapa 3) e, em dezembro de 2018¹⁰¹, após a participação no IV Encontro Europeu das AMAP, que teve lugar na Grécia, uniram-se na REGENERAR (Moreira, 2018). Trata-se de uma rede informal que une grupos locais de consumo e produção à escala nacional, fazendo a ponte com outras redes e movimentos internacionais em prol da agroecologia e da soberania alimentar (Espelt & Moreira, 2019).



Mapa 3 - Projetos AMAP/CSA em Portugal

Fonte: Elaborado pelo grupo de trabalho de Comunicação da rede das AMAP/CSA de Portugal. Colaboraram: Cynthia Luderer, Gloria Lino, Sama Moreira, Valeria de Pinho (2021)

Em outubro de 2019, a Rede REGENERAR contabilizou oito iniciativas ativas no país, envolvendo 24 produtores e alimentando cerca de 250 famílias (Moreira & Almeida, 2020). Na Assembleia Geral das AMAP, em 13 de dezembro de 2020, apurou-se um total de 28 produtores

⁹⁷ Matéria disponível em: <https://bit.ly/3iN9HQC> Acesso em 15 março 2021.

⁹⁸ Disponível em: <https://gatovadiolivraria.blogspot.com/>

⁹⁹ Disponível em: <http://duasdeletra.pt/sobre.php>

¹⁰⁰ No Brasil são denominados de coagricultores. Nas AMAP/CSA existe uma variedade de produtos transformados, por exemplo o azeite, o pão, o queijo, os embutidos, os cosméticos, entre outros, que o agricultor produz a matéria prima, e na transformação deixa de ser agricultor e passa a ser produtor. Motivo pelo qual preferem se autodenominar coprodutores.

¹⁰¹ Momento da minha primeira inserção com os produtores e alguns coprodutores das AMAP de Portugal.

e 295 coprodutores nacionais associados em oito iniciativas (Quadro 6). Os modelos de cabazes/cotas e os preços são diferenciados em cada grupo AMAP/CSA.

Quadro 6 - Iniciativas AMAP/CSA e número de envolvidos diretamente

Iniciativa-localidade	Ano da formalização	Nº produtores	Nº Coprodutores
AMAP Famalicão, Famalicão	2014	1	10
CSA Partilhar as Colheitas, Montemor-o-Novo	2015	4	180
AMAP Gaia, Santo Ovídio	2016	1	5
AMAP Porto PINC, Porto	2016	6	40
AMAP Guimarães, Guimarães	2017	4	20
AMAP Matosinhos, Porto	2018	-	3
AMAP Sado e Alvalade, Santiago do Cacém	fev/19	8	20
AMAP Quinta Maravilha, Palmela	01/06/2019	4	17
Total		28	295

Fonte: Elaboração própria (2020).

Os consumidores, ao se vincularem a uma AMAP/CSA, passam a ser denominados “coprodutores” (Figura 5), porque se tornam corresponsáveis pelas atividades do agricultor. No entanto, pessoas que adquirem produtos de qualquer outra maneira, por exemplo, compra *on-line*, nas lojas orgânicas, no supermercado, que não estejam cadastradas em algum grupo CSA ou AMAP, são consideradas “clientes”, o tradicional termo utilizado no modelo econômico convencional.

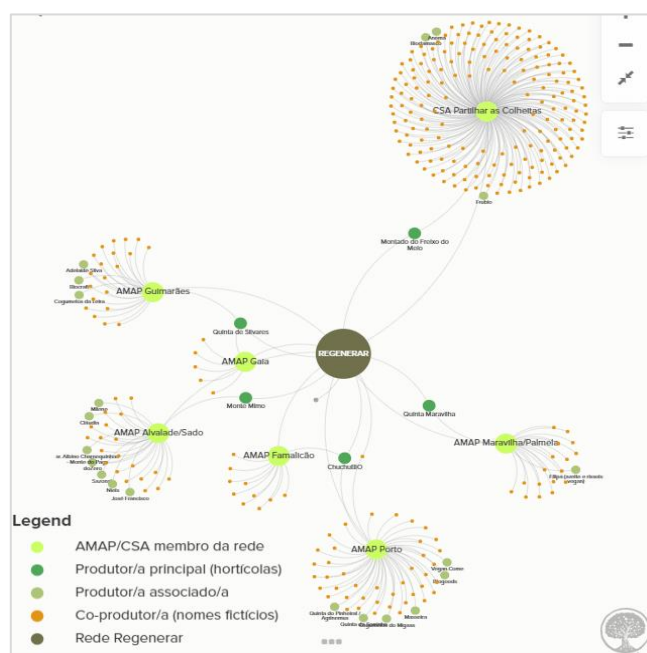


Figura 5 - Iniciativas AMAP e CSA vinculadas à Rede REGENERAR, 2020

Fonte: <https://amap.movingcause.org/rede-regenerar/> Acesso em 09 abr. 2021.

No país, para que qualquer grupo possa se definir como AMAP/CSA deve observar os três princípios fundamentais¹⁰² (Carta de princípios da AMAP/CSA, 2018):

1º Princípio: Agroecologia - princípio fundamental a respeitar para conseguir o direito à alimentação saudável para todos, a segurança alimentar e a soberania alimentar e o respeito aos ecossistemas naturais;

2º Princípio: A relação de escala humana (sem intermediários) - as AMAP/CSA terão de ser constituídas sem intervenção de agentes intermediários entre produtor e consumidor, havendo sempre uma relação de igualdade, de partilha, próxima e solidária; e,

3º Princípio: Alimentação como bem-comum (e não como mercadoria ou produto) - implica um princípio de corresponsabilidade entre todos os níveis: corresponsabilidade na partilha dos processos de produção e distribuição, permitindo o acesso a todos, corresponsabilidade no consumo, evitando todas as formas de desperdícios.

Os três princípios possuem uma forma diferente de organizar a alimentação. A sua aplicação deverá assegurar o direito à alimentação saudável para todos e à soberania alimentar ao nível de cada comunidade local e ao nível global¹⁰³. Iniciativas como estas, AMAP/CSA, têm tido um impacto bastante positivo, embora localizado, do ponto de vista social (com o estabelecimento de laços entre agricultores e consumidores, assim como com a inserção dos agricultores e a instalação de jovens), ambiental (com o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, a redução dos transportes e do consumo de embalagens e a produção de outros desperdícios), de saúde (com o aumento do consumo de produtos frescos e de qualidade, com a administração reduzida de produtos processados), económico (com o aumento da segurança financeira para os agricultores, comercialização de produtos de qualidade a um valor justo e a criação de empregos), patrimonial (com a revalorização das variedades locais) e pedagógico (com a sensibilização das populações urbanas para as questões do desenvolvimento rural) (Thirion, 2006).

¹⁰² O estudo de Soria (2016, p. 75) relata sobre a reunião para elaboração coletiva da Carta de Princípios da AMAP.

¹⁰³ Mais informações sobre a AMAP: <https://bit.ly/3fWiWy2>

2.5 Resultados do percurso teórico

Através da revisão de literatura e estudos anteriores sobre *Alternative food networks*, *Short food supply chain*, *Community supported agriculture* e *Convention theory*, foi possível a identificação de lacunas de pesquisa e temas a serem desenvolvidos. Foram consultadas fontes físicas como livros e revistas internacionais e material coletado (artigos e livros) via bases de dados como *Web Of Science* e *Scopus*, bem como o Google Scholar para localização de teses sobre o tema.

Tendo como fundamento a pesquisa bibliográfica e bibliométrica, o Quadro 7 apresenta os principais autores cujas obras deram apoio aos capítulos relativos à fundamentação teórica.

Quadro 7 - Autores consultados

Capítulo 2 Item 2.2	Redes Agroalimentares Alternativas (<i>Alternative Food Networks</i>) Allen <i>et al.</i> (2003); Bos e Owen (2016); Cucco e Fonte (2015); Darolt <i>et al.</i> (2016); DuPuis, Goodman e Harrison (2006); Flora e Bregendahl (2012); Fonte (2013); Fonte e Cucco (2019); Forssell e Lankoski (2015); Galt <i>et al.</i> (2016); Galt, Van Soelen Kim, <i>et al.</i> (2019); Goodman (2004); Goodman <i>et al.</i> (2012); Goodman (2016); Jarosz (2008); Lamine <i>et al.</i> (2019); Pascucci <i>et al.</i> (2016); Paul, 2019; Renting <i>et al.</i> (2003, 2012); Ribeiro <i>et al.</i> (2021); Rover <i>et al.</i> (2016); Thorsøe e Kjeldsen (2016); Tregear (2011); Watts, Ilbery e Maye (2005); Watts <i>et al.</i> (2018); Wills e Arundel, 2017; Zoll <i>et al.</i> (2018).
	Teoria das Convenções (<i>Convention Theory</i>) Boltanski e Thévenot (1991, 2000); Brunori, Rossi e Guidi (2012); Cheyns e Ponte (2017, 2018); Cidell e Alberts (2006); Coq-Huelva <i>et al.</i> (2012, 2014, 2017); Diaz-Bone (2016, 2011); Forssell (2017); Gibbon e Riisgaard (2014); Ilbery e Maye (2005); Migliore <i>et al.</i> (2015); Ponte (2009, 2016); Riisgaard e Gibbon (2014); Rosin e Campbell (2009); Tibério (2004); Tibério e Cristóvão (2012); Truninger (2011); Wilkinson (1997, 2011).
Capítulo 2 Item 2.4	Agricultura Apoiada pela Comunidade (<i>Community Supported Agriculture</i>) Abreu <i>et al.</i> (2012); Andreatta <i>et al.</i> (2008); Bougherara <i>et al.</i> (2009); Brown e Miller (2008); DeLind (2011); DeLind e Ferguson (1999); Feagan e Henderson (2009); Flora e Bregendahl (2012); Freedman e King (2016); Galt <i>et al.</i> (2016); Galt, Van Soelen Kim, <i>et al.</i> (2019); Henderson (2010, 2015); Henderson e Van Em (2007); Jarosz (2011); Kolodinsky e Pelch (1997); Lagane (2015b); Molina e Pohlmann (2014); Neto e Torunsky (2014); Peneireiro (2016); Peneireiro e Silva (2018); J. Rossi <i>et al.</i> (2017); Russell e Zepeda (2008); Tegtmeyer e Duffy (2005); Vassalos <i>et al.</i> (2017); Zepeda <i>et al.</i> (2014).

Fonte: Elaboração própria com base nos autores referenciados (2020).

A pesquisa bibliométrica suscitou cinco trabalhos: i) “Agricultura apoiada pela comunidade (CSA): Movimento social, ações colaborativas e tendências agroecológicas”, publicado nos Anais das XXIX Jornadas Hispano Lusas: emprendimiento, estrategia y conocimiento em Osuna, Espanha, que apresenta a CSA no contexto agroecológico (Soares *et al.*, 2019); ii)

“Relação consumidor-agricultor nas redes alimentares”, publicado nos Anais do 9º Fórum Internacional Ecoinnovar (Soares, Tibério, *et al.*, 2020); iii) “Feira da agricultura familiar: uma análise qualitativa da visão dos agricultores”, capítulo que utiliza a Teoria das Convenções para analisar as falas dos agricultores entrevistados na FEPRAF/RS e Mercado da Terra/Lugo (Soares, Tavares, Tibério, *et al.*, 2021); iv) “Uma Abordagem Bibliométrica Sobre Community-Supported Agriculture (CSA)”, que apresenta os artigos publicados na *Web of Science* no período de 1997 a 2019; e v) "Análise Bibliométrica das Cadeias Curtas de Abastecimento de Alimentos", publicados na revista *Desenvolvimento em Questão* (Soares, Tavares, Zan, *et al.*, 2021; Soares, Tibério, Tavares, Cristóvão, *et al.*, 2021).

A participação no programa IACOBUS possibilitou um primeiro contato com grupos de consumo e redes organizadas que realizam a economia participativa e colaborativa. O resultado dessa vivência originou dois artigos “A dinâmica de comercialização em circuito curto em Lugo, Galiza”, publicado na *Revista de Ciências Agrárias*, organizada pela Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal (Soares, Tavares, *et al.*, 2020) e “Impactos da política agroambiental para os produtores certificados pelo Craega, em Lugo (Espanha)”, publicado nos *Anais do VIII Congreso Latinoamericano de Agroecología 2020 – Memórias I* (Soares, Tibério, Cristóvão, Tavares, *et al.*, 2021).

CAPÍTULO 3
PERCURSO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

Na construção de qualquer trabalho de pesquisa, o caminho metodológico é a via que nos leva ao destino desejado. Nesta seção apresentam-se os procedimentos que foram usados para o desenvolvimento do estudo. O objetivo proposto na pesquisa foi analisar as formas de coordenação ou convenção observadas nas relações entre os atores envolvidos nas Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) do Rio Grande do Sul, Brasil, e na Associação pela Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP/CSA) de Portugal.

O Estado do Rio Grande do Sul está localizado no extremo sul do Brasil. É dividido em 497 municípios, e sua área total é de 281.707,149 Km². Com a população estimada de 11.422.973 habitantes (IBGE, 2020), aproximadamente 5,4% da população brasileira, é o sexto estado mais populoso do Brasil. Com uma renda *per capita* de 293,00¹⁰⁴ euros, registra uma densidade demográfica de 37,96 hab/Km², uma taxa de alfabetização superior a 95% e um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,746 (IBGE, 2020).

Portugal possuía uma população de 10.295.909 habitantes (INE, 2020), distribuídos em uma área de 92.225,61 Km² reunida em 3.092 freguesias, e uma densidade demográfica de 111,6 habitantes/Km². Considerado como um dos países europeus mais envelhecido e com mais grave fragilidade demográfica, em 2019 Portugal foi considerado o 3º país da UE28 com maior proporção de pessoas com mais de 65 anos (21,8%), sendo apenas ultrapassado pela Grécia (22%) e pela Itália (22,8%) (Oliveira, 2020, p.373). De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), a renda *per capita* é de 1.166,9 euros (INE, 2020).

3.1 O desenho da pesquisa

Para facilitar a compreensão do delineamento desta pesquisa, a Figura 6 apresenta o fluxo dos os procedimentos adotados para a realização deste trabalho de tese.

¹⁰⁴ Moeda real convertida para euro em dezembro 2020 (1 Euro = 6 Reais).

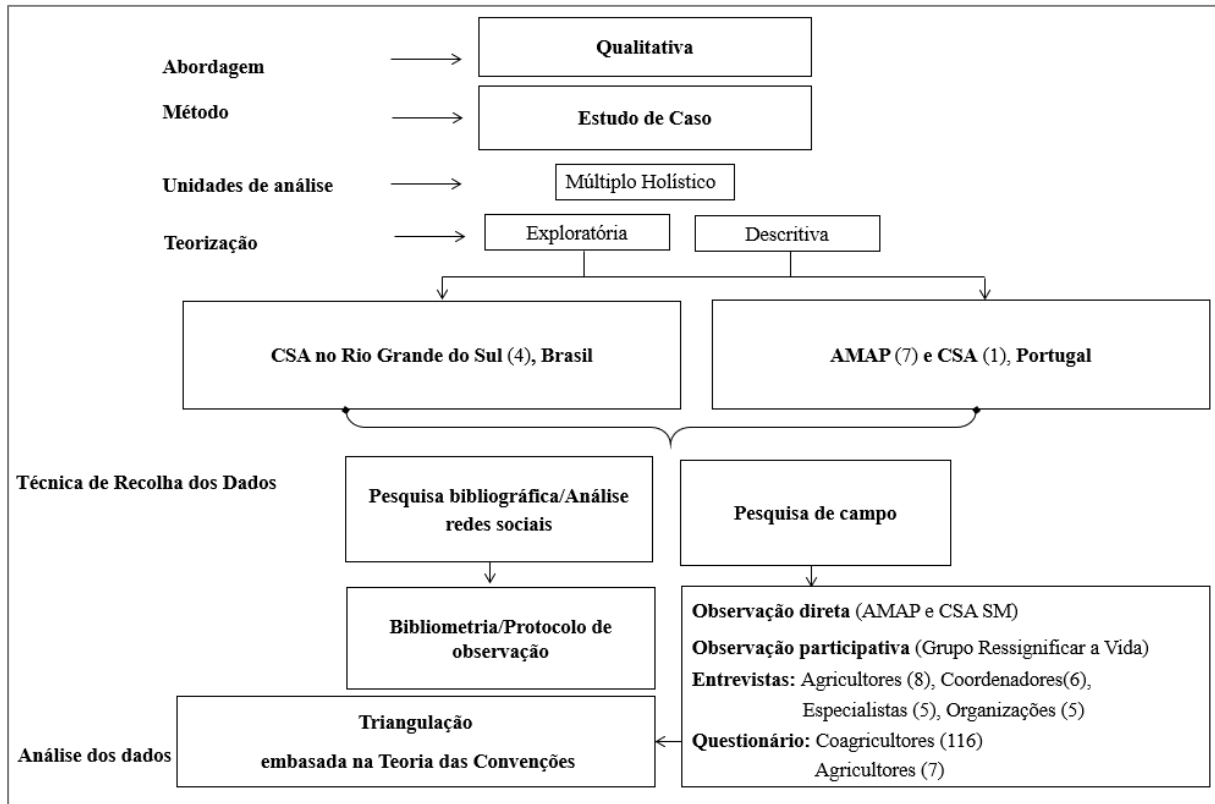


Figura 6 - Desenho da pesquisa
Fonte: Elaboração própria (2020).

Especificamente no que se relaciona com a estratégia, as iniciativas foram abordadas na perspectiva qualitativa. Para Minayo (2016, p. 21), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Logo, para compreender como elas estão se organizando no Rio Grande do Sul e em Portugal, admitiu-se que essas iniciativas sejam constituídas por processos.

De forma geral, primeiramente descreveu-se em separado cada iniciativa. Embora tenha se optado pela estratégia qualitativa de pesquisa, como ferramentas coadjuvantes utilizaram-se métodos quantitativos. Uma abordagem quantitativa permitiria mensurar a relação entre as variáveis, mas não contextualizaria essas relações.

A possibilidade de comparar a CSA RS e AMAP/CSA de Portugal, visto que são iniciativas consolidadas, em sua maioria formalizadas há mais de três anos, facilitaria as análises. Devido às limitações para coleta de informações, não se recorreu a critérios estatísticos para a identificação dos casos. Tanto as CSA RS quanto as iniciativas em Portugal foram escolhidas por conveniência. O método do estudo de caso holístico (Yin, 2015) implicou a análise das

iniciativas como instituições únicas, mesmo considerando que elas sejam constituídas por um grupo de agricultores, um grupo de coagricultores e unidades produtivas distintas.

Para a teorização, utilizou-se como técnica principal a explanação (Yin, 2015), por se tratar de pesquisa comparativa. Um estudo preliminar dos dados mostrou, além de algumas similaridades, diferenças significativas entre as iniciativas analisadas. Antes de comparar as iniciativas, descreveram-se individualmente as CSA RS, as AMAP e CSA Partilhar as Colheitas.

3.2 Os métodos e técnicas para recolha e análise de dados

Para cumprir o objetivo proposto à pesquisa e de acordo com os referenciais teóricos adotados, foram utilizadas técnicas de investigação e coleta de dados considerados apropriadas para o estudo.

O método é um processo racional que se segue para chegar a um fim, um modo ordenado de proceder ou conjunto de procedimentos técnicos e científicos (Cano, 2012). Para realizar a presente pesquisa, optou-se pelo método do estudo de caso. Para Yin (2015), estudo de caso “é a investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Outras características, como a coleta de dados e as estratégias de análise de dados, são relevadas posteriormente: “a investigação de estudo de caso enfrenta a situação unicamente técnica (...) e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, (...) e beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados” (Yin, 2015, p. 40). As características principais deste método são a intensidade, a flexibilidade e a medida qualitativa.

De acordo com Yin (2015), o estudo de caso pode ser único ou múltiplo. Esta pesquisa realizou um estudo de caso múltiplo holístico, pois busca entender o mesmo fenômeno em diferentes contextos. Para o autor, os estudos de casos múltiplos apresentam evidências mais convincentes e resultados gerais mais robustos. Assim, foram empregados a mescla de métodos de investigação e análise socioeconômicos de cunho qualitativo e quantitativo, a utilização de dados primários (gerados a partir da interação com os sujeitos por meio de entrevistas, observações, aplicação de questionários) e secundários de diversas fontes (a partir de acervos já existentes, tais como documentos, banco de dados, revistas, coleções) (Minayo, 2016). A

pesquisa de campo ocorreu no período de dezembro/2018 a julho/2019 em Portugal e dezembro/2019 a março/2020 no Brasil.

Foi valorizada a triangulação, estratégia de pesquisa que pode ser usada não apenas para examinar o mesmo fenômeno de múltiplas perspectivas, mas também para enriquecer nossa compreensão, permitindo que dimensões novas ou mais profundas surjam (Jick, 1979 p.609). A triangulação é usada na avaliação rural participativa, sociologia, análise de políticas e estudos de desenvolvimento, com mais regularidade nos métodos plurais e interdisciplinares para projetar intervenções de prática em segurança alimentar (Foran *et al.*, 2014). Nesta mesma linha de raciocínio, Feola *et. al.*, (2015) afirmam que o uso da estratégia de pesquisa de triangulação com métodos mistos permite compreender melhor sistemas socioecológicos complexos, como, por exemplo o estudo da dinâmica temporal sobre o comportamento dos agricultores.

Para Johnson, Onwuegbuzie e Turner (2007), a pesquisa de métodos mistos é o paradigma de pesquisa que: (a) se associa à filosofia do pragmatismo em uma de suas formas (esquerda, direita, meio); (b) segue a lógica da pesquisa de métodos mistos, incluindo a lógica do princípio fundamental e quaisquer outras lógicas úteis importadas de pesquisas qualitativas ou quantitativas que sejam úteis para produzir resultados de pesquisas defensáveis e utilizáveis; (c) depende de pontos de vista qualitativos e quantitativos, coleta de dados, análise e técnicas de inferência combinados de acordo com a lógica da pesquisa de métodos mistos para abordar a(s) questão(ões) de pesquisa; e, (d) é consciente, apreciativo e inclui realidades sociopolíticas locais e mais amplas, recursos e necessidades. Após apresentarem um breve resumo sobre definições recentes, os autores sintetizaram: a pesquisa de métodos mistos é o tipo de pesquisa em que um pesquisador ou equipe de pesquisadores combina elementos de abordagens de pesquisa qualitativa e quantitativa (por exemplo o uso de pontos de vista qualitativos e quantitativos, coleta de dados, análise, técnicas de inferência) para os propósitos amplos de amplitude e profundidade de compreensão e corroboração.

Para os autores citados, a pesquisa qualitativa baseia-se na visão construtivista-pós-estruturalista, crítica do processo de pesquisa; a pesquisa quantitativa de métodos mistos se baseia na visão pós-positivista do processo de pesquisa. Ambas, *quali* e *quant*, reconhecem que a adição de dados pode beneficiar (quantitativos) ou provavelmente beneficiará (qualitativos) a maioria dos projetos de pesquisa. Mesmo assim, embora se tenha optado pela estratégia qualitativa de pesquisa, como ferramentas coadjuvantes utilizaram-se também métodos quantitativos.

O percurso de pesquisa obedeceu a duas etapas, que abaixo se apresentam: i) exploratória e ii) fase descritiva.

3.2.1 Fase I – Exploratória

A primeira fase possibilitou explorar o tema e incluiu revisão de literatura sobre os temas e construtos em estudo, elaboração de roteiro de entrevista, análise de especialistas e pesquisa de campo.

Para a escolha das unidades de análise que integram esta pesquisa, partiu-se do critério de reconhecimento e relevância das iniciativas. No contexto do Brasil, utilizaram-se os dados da CSA Brasil (csabrasil.org) e em Portugal os dados da AMAP (amap.movingcause.org), que possuem o registro das iniciativas nacionais. A escolha desses locais deu-se pelo fato de que o RS, Brasil, é o estado de origem da pesquisadora e Portugal, o país onde realiza o doutoramento.

A pesquisa comparativa entre casos de países com diferenças estruturais, econômicas, culturais, políticas, entre outras, é um desafio. No entanto, a riqueza de dados e informações que os estudos proporcionam, a partir da realidade dos pequenos agricultores, técnicos e consumidores, justifica a realização da pesquisa. Os casos incluídos no conjunto podem, ou não, apresentar uma característica comum, e foram escolhidos porque permitem melhor compreensão sobre um conjunto maior de observações (Bardin, 2006).

Referente à técnica de recolha dos dados, inicialmente foram realizadas observações (participante, em alguns casos) (Hammer *et al.*, 2017; Mónico, Alferes, Parreira & Castro, 2017), entrevistas semiestruturadas e análise documental para identificar as percepções dos atores e seus discursos (Minayo, 2016). A observação participante e as entrevistas foram previamente estruturadas e definidas as dimensões a serem questionadas e ou observadas. “A primeira é feita sobre tudo aquilo que não é dito, mas pode ser visto e captado por um observador atento e persistente, a segunda tem como matéria prima a fala dos interlocutores” (p.63).

A entrevista é uma técnica em que o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Não se trata de uma conversa desprentensiva e neutra, uma vez que é um meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, como sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam determinada realidade que está sendo focalizada. Em uma entrevista, as informações construídas no diálogo com o entrevistado tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia. São dados subjetivos, tais como ideias, crenças, maneiras de atuar,

condutas, projeções para o futuro, razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos (Minayo, 2011, p. 65).

O roteiro de entrevista foi estruturado a partir da adaptação de roteiros previamente utilizados por outros pesquisadores, entre eles, Aguiar (2018), Preis (2017) e Tibério (2004). Antes da coleta de dados os roteiros de entrevista e observação, bem como o questionário, foram submetidos a revisão de dois investigadores do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento da UTAD (CETRAD). Posteriormente, foram submetidos à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal Farroupilha/Brasil - instituição onde a pesquisadora é servidora efetiva com dedicação exclusiva -, que avaliou os aspectos éticos da atividade de pesquisa realizada e emitiu o parecer consubstanciado favorável (Parecer 3.780.964, em 28 de dezembro de 2019) e a autorização ética de pesquisa (Anexo B).

Com o consentimento dos entrevistados (Apêndice D) as entrevistas foram gravadas e, depois, transcritas na íntegra. Durante a recolha das entrevistas os representantes das CSA e AMAP/CSA relataram, entre outros aspectos, sobre sua atuação no grupo do qual faziam parte, como percebiam a atuação dos demais atores, assim como as suas impressões sobre sua própria atuação. Mesmo com a existência de um roteiro (conforme é demonstrado no Apêndice E – para os coordenadores de grupo e representantes de organizações – CSA Brasil, CSA RS, COMSEA/SM, REGENERAR; e Apêndice F – para os agricultores), as entrevistas fluíram em um diálogo entre a pesquisadora e entrevistados, sendo acrescentados os elementos que emergiam naturalmente, os quais foram considerados nas análises, de acordo com a sua pertinência para o estudo em questão. Ou seja, parte das perguntas feitas no RS não se aplicava a Portugal. Por outro lado, algumas questões que não foram feitas para os gestores das CSA foram colocadas às AMAP/CSA.

A proposta das entrevistas tem como objetivo compreender como funcionavam os sistemas produtivos desses agricultores, e qual o significado de participar da iniciativa CSA/AMAP. As entrevistas (mais de 26 horas) foram transcritas pela autora, ocasião em que foi possível retomar aspectos que chamaram a atenção, durante as entrevistas, além de permitir destacar trechos e expressões significativas para a análise que se seguiria. Para caracterizar os entrevistados¹⁰⁵, especialmente nos Capítulos 4 e 5, aqueles foram classificados em quatro categorias:

¹⁰⁵ Seguindo o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia, em vigor desde maio de 2018, os nomes dos envolvidos na pesquisa foram suprimidos e categorizados por códigos.

Agricultores (Agri_Q1 a Agri_Q8), Coordenador de grupo (Co_id_1 a Co_id_6), Especialistas (Esp_1 a Esp_5) e Organizações (Org_1 a Org_5) (Quadro 8).

Quadro 8 - Qualificação dos respondentes da entrevista

Respondente	Função ou cargo	Data da entrevista	Localização da iniciativa	Nº de coagricultores	Meio de realização da entrevista	Duração da entrevista
Agri_Q1	Agricultor CSA Caxias	15/fev/20	Caxias/RS	20	Presencial	0:50
Agri_Q3	Agricultor CSA Taquara	16/nov/20	Taquara/RS		WhatsApp	0:35
Agri_Q6	Agricultor Grupo Resignificar	26/nov/20	Santa Maria/RS	28	Presencial	1:10
Agri_Q7	Agricultora CSA SM	25/jan/21	Santa Maria/RS	17	WhatsApp	0:45
Agri_Q8	Agricultor CSA SM	20/fev/21	Santa Maria/RS	17	Presencial	1:30
Co_id_1	Co-idealizador CSA Caxias	15/fev/20	Caxias/RS	15	Presencial	2:00
Co_id_2	Co-idealizador Grupo Resignificar	14/nov/19	Santa Maria/RS	20	Presencial	1:30
Co_id_3	Co-idealizador Grupo Resignificar	21/jul/20	Santa Maria/RS		WhatsApp	1:25
Co_id_4	Coordenador CSA POA	14/abr/20	Porto Alegre/RS	20	WhatsApp	0:53
Esp_1	Especialista	14/nov/19	Santa Maria/RS		Presencial	0:50
Esp_2	Especialista	30/jun/20	Santa Maria/RS	20	WhatsApp	0:50
Esp_3	Co-idealizador CSA Demétria	26/out/19	Botucatu/SP		Presencial	0:45
Esp_5	Especialista	18/jan/20	Osório/RS	20	Presencial	1:20
Org_1	CSA Brasil_W	25/out/19	Botucatu/SP		Presencial	2:00
Org_2	CSA Brasil_C	26/out/19	Botucatu/SP	20	Presencial	1:00
Org_3	CSA RS	02/abr/21	CSA RS		WhatsApp	1:10
Org_5	COMSEA/SM e Co-idealizador CSA SM	27/nov/20	Santa Maria/RS	20	WhatsApp	0:50
Agri_Q2	Agricultora AMAP Maravilha	01/jul/20	Palmela, PT		WhatsApp	0:32
Agri_Q4	Agricultora AMAP Sado e Alvalade	25/nov/20	Monte Mimo, PT	20	WhatsApp	0:45
Agri_Q5	Agricultora AMAP Sado e Alvalade	25/nov/20	Monte Mimo - Santiago do Cacém, PT	20	WhatsApp	0:30
Co_id_5	Coordenadora CSA Freixo do Meio	23/jun/20	Freixo do Meio, PT	180	WhatsApp	1:40
Co_id_6	Co-idealizadora AMAP do Porto	06/jul/20	Porto, PT	40	WhatsApp	1:00
Esp_4	Co-idealizador CSA Partilhar as Colheitas	01/nov/20	Freixo do Meio, PT	180	WhatsApp	1:30

Fonte: Elaboração própria (2021).

Procurou-se utilizar as mesmas fontes de evidências para as iniciativas dos dois países, conforme mostra o Quadro 9, que apresenta a quantidade de evidências e os atores que participaram do processo. Alguns consumidores, além de participarem das entrevistas,

responderam a um questionário. Também se recolheram dados sobre as iniciativas por meio de documentos. No conjunto, realizaram-se 24 entrevistas, aplicaram-se 124 questionários e utilizaram-se 22 fontes documentais específicas sobre os casos. Os dados foram estratificados por região de estudo. Assim sendo, identificaram-se 87 evidências para a CSA RS e 83 evidências para a AMAP/CSA, totalizando 170 evidências.

Quadro 9 - Distribuição das evidências por atores

Evidências	Atores	Frequências		Total
		CSA RS	AMAP/CSA PT	
Entrevistas	Coord. de grupo/Gestores	4	2	6
	Agricultores	4	4	8
	Especialistas	4	1	5
	Organizações	4	1	5
Questionários	Consumidores	47	69	116
	Agricultores	6	2	8
Documentos		18	4	22
Total		87	83	170

Fonte: Elaboração própria (2021).

Durante a observação das situações dos encontros, algumas anotações no diário de campo foram utilizadas. No período de novembro de 2019 a março de 2020¹⁰⁶ participou-se, ainda, das atividades coletivas relacionadas ao Grupo Resignificar a Vida, como reuniões e observação participante nos espaços de partilha dos alimentos.

A observação direta e participativa, “como metodologia para coleta de dados e realização de trabalho de campo”, é um método que propõe a participação do pesquisador na vida da comunidade de estudo, permitindo captar práticas habituais dos atores, por isso, fornece contexto e visão valiosos que não poderiam ser capturados de outra forma, complementando outros métodos qualitativos e informando o *design* (as perguntas usadas) e o processo (quem está fazendo as perguntas e quando) (Hammer *et al.*, 2017, p. 452). Desta maneira, o pesquisador identifica e obtém evidências dos diversos contextos que orientam os comportamentos (Mónico *et al.*, 2017). Yin (2015, p.193) refere que a oportunidade diferenciada da observação participativa está relacionada com a capacidade de obter acesso aos eventos ou grupos que, de outro modo, seriam inacessíveis ao estudo.

Para que se tenha um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, Yin (2015) sugere que a observação precisa ser sistemática, o que implicou a elaboração de um

¹⁰⁶ Período em que a pesquisadora foi oficialmente aceita no Grupo Resignificar a Vida como Coagricultora.

planeamento cuidadoso do trabalho que gerou um protocolo de observação, alinhado com os objetivos da pesquisa, que serviu como um guia. Foram observadas as práticas as quais foram definidas *a priori* como sendo: *layout*, *merchandising*, sonorização, iluminação, organização do espaço de partilha, relacionamento entre os envolvidos e as reações dos consumidores frente aos produtos e aos agricultores.

A participação da pesquisadora nas reuniões e demais atividades do grupo permitiu um olhar sobre as trocas espontâneas estabelecidas durante os encontros ocorridos naquele período de campo. Hammer *et al.* (2017) lembram que a análise não consiste em somente avaliar os outros, trata-se, sobretudo, de autoanálise constante. Portanto, o Quadro 10 mostra a participação da pesquisadora em diversos processos e fases das iniciativas observadas, desde a produção, a logística e eventos, que incluíram assembleias, formações e reuniões de trabalho. Quanto à observação direta, foram visitadas feiras de produtores e observados os locais em que as cotas¹⁰⁷ são entregues, tanto na CSA RS, como em Portugal. O registro das observações foi feito por meio de fotografias e apontamentos de campo.

Quadro 10 - Distribuição, em dias, das evidências por processos

Evidências	Processos	Frequências - dias de observação		Total
		CSA RS	AMAP/CSA PT	
Observação Participante	Produção	2	0	2
	Entregas	10	4	14
	Eventos	33	21	54
Observação Direta	Feira de Produtores	12	0	12
	Retiradas – espaços de partilha	77	4	81
Total		134	29	163

Fonte: Elaboração própria (2021).

A pesquisadora visitou duas unidades produtivas onde pôde acompanhar parte do manejo produtivo e a preparação e organização dos alimentos para a entrega nos espaços de partilha. A partir do mês de março de 2020, a logística da entrega das cotas precisou ser alterada para atender às normas de distanciamento social, ocasião em que teve a oportunidade de participar ativamente da entrega de algumas cotas de alimentos. Com esse processo, manteve maior aproximação com algumas famílias coagricultoras, o que lhe permitiu observar a relação das famílias com os alimentos e quais as suas expectativas com relação à CSA.

¹⁰⁷ Nesta tese, referenciamos o termo “cota” para designar o montante de alimentos ofertados do agricultor para o coagricultor.

A pesquisadora participou de 33 eventos na CSA RS e em 21 na AMAP/CSA portuguesa. Grande parte desta participação ocorreu de modo virtual, devido à necessidade de isolamento social pela ocorrência da pandemia do Covid-19. As atividades envolveram assembleias, cursos de formação, palestras, entrevistas em rádio, divulgação da pesquisa em duas instituições de ensino público e em eventos de nível internacional¹⁰⁸.

Na CSA RS, participou nas atividades de retirada dos alimentos nos espaços de partilha (77). Teve a oportunidade de dialogar com as pessoas responsáveis pelo processo de retirada das cotas, verificar e registrar as interações entre os consumidores e observar como eles retiravam as suas cotas. O espaço de partilha de uma das iniciativas da CSA RS era na Feira do Produtor, motivo pelo qual a doutoranda teve uma inserção na feira. A observação dos casos portugueses ficou comprometida devido à impossibilidade de retorno ao país por ocorrência do fechamento das fronteiras em função da pandemia.

3.2.2 Fase II - Descritiva

A fase quantitativa caracterizou-se como descritiva, de corte transversal (uma única coleta de dados). Este tipo de pesquisa é usado para descrever características de grupos relevantes, como consumidores, agricultores, vendedores, organizações ou mercados, e fazer previsões específicas.

Devido à impossibilidade da continuação do contato presencial, em decorrência da pandemia, no mês de março 2020 surgiu a necessidade de elaborar um questionário¹⁰⁹ - inspirado no trabalho de Tibério (2004), que determinava indicadores de análise da qualidade nas agroindústrias, composto por 24 afirmações, associados a escala Likert de cinco pontos, que foi enviado via Google Docs para os “pesquisados” (Apêndice G), prioritariamente aqueles que adquiriam os alimentos diretamente do agricultor.

O questionário eletrônico, composto por 45 questões fechadas e cinco questões abertas, foi encaminhado: i) para o representante da Rede Regenerar e da CSA Partilhar as Colheitas para disponibilizar o link aos membros das AMAP/CSA; e, ii) para o representante de cada iniciativa CSA do Rio Grande do Sul (CSA Porto Alegre, CSA Caxias, CSA FlorESer/Guandu e Grupo Ressignificar a Vida) que repassou aos membros do grupo, seguindo o critério de que as pessoas

¹⁰⁸ 9º Fórum Internacional Ecoinnovar, disponível em: <http://ecoinovar.com.br/>; e SLAEDR – Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://www.unijui.edu.br/eventos/ii-simpósio-latino-americano-de-estudos-de-desenvolvimento-regional-915>; Assembleia da Movingcause, disponível em: <https://bit.ly/3eX6UUw>; entre outros.

¹⁰⁹ O questionário foi organizado em quatro partes: Parte 1 - Conhecimento sobre a Iniciativa CSA/AMAP; Parte 2 – Motivo pelo qual o(a) Sr(a) participa da iniciativa CSA/AMAP (24 afirmativas para relacionar à Teoria das Convenções); Parte 3 -Relação coagricultor & agricultor; Parte 4 - Identificação do perfil do(a) coagricultor(a).

eram maiores de 18 anos e estavam dispostas a participar. Participaram 47 coagricultores das CSA RS e 69 coagricultores de Portugal. O questionário adaptado advém do artigo “A definição da qualidade em fileiras de produtos qualificados: uma aplicação do modelo CQFD e da Teoria das Convenções”, de Tibério e Cristóvão (2012).

O questionário foi dividido em quatro partes:

- **Parte 1** - Conhecimento sobre a Iniciativa – CSA/AMAP – Este bloco destinou-se a avaliar o conhecimento do coagricultor por meio de questões como “A que iniciativa pertence? Há quanto tempo? Quantos agricultores apoia? Que tipo de alimentos são ofertados? Com que frequência tem contato com o agricultor? Existe algum tipo de acordo entre os envolvidos?” (vide questões 1 a 18 – APÊNDICE G).
- **Parte 2** – Motivo pelo qual o (a) Sr. (a) participa da iniciativa CSA/AMAP – Este bloco apresenta afirmações sobre a iniciativa com o objetivo de conhecer a percepção do respondente sobre seu envolvimento no projeto CSA. Neste item as 24 afirmações estão relacionadas às convenções sociais de cada mundo (Doméstica, Cívica, Mercado, Industrial, Opinião e Inspiradas), itens que foram adaptados de acordo com vários trabalhos (Boltanski & Thévenot, 1991; Forssell, 2017; Ponte, 2016; Rosin & Campbell, 2009; Tibério, 2004; Truninger, 2014) (Quadro 11) e foram avaliados com escala Likert de cinco pontos (1 = discordo totalmente, 5 = concordo totalmente). Outros estudos utilizaram esta escala para mensurar percepções sobre agricultura orgânica, relacionamento consumidor-agricultor, concorrência, taxa de retenção, sustentabilidade, qualidade, entre outros (Chen, 2013; Galt, Bradley, *et al.*, 2019; Moellers & Bîrhală, 2014; Tan & Chen, 2019; Tibério & Cristóvão, 2012; Vassalos *et al.*, 2017) (vide questões 19 a 30 – APÊNDICE G).

Quadro 11 - Convenções avaliadas pelos coagricultores, para cada mundo

Convenção	Variável	Afirmações coagricultores
Doméstica	D1	Confio na origem dos alimentos/serviços.
	D2	Acredito nas informações que o agricultor disponibiliza, sem a necessidade de comprovações (selos, certificados, rótulos).
	D3	Identifico práticas de cultivo, manejo, cuidado e relações diferenciadas da produção convencional.
	D4	Existe uma relação de longo prazo entre os envolvidos.
	D5	Aproximação, valorização e redescoberta das culturas alimentares tradicionais e territoriais.

Mercantil	M6	A forma como são produzidos consome menos recursos (embalagens, energia, insumos).
	M7	Na CSA/AMAP, posso adquirir qualquer tipo de alimento a qualquer tempo.
	M8	Participar desta iniciativa me transmite <i>status</i> social perante as pessoas do meu convívio.
Industrial	IND9	A distância reduzida entre produção e ponto de entrega contribui para a redução da emissão de poluentes.
	IND10	Os produtos são geneticamente modificados, padronizados e produzidos em grande escala.
	IND11	Todos os produtos têm um selo oficial de qualidade.
Cívica	C12	Consigo identificar o seu percurso até o agricultor original.
	C13	Compro esses alimentos porque tenho os mesmos valores que o agricultor que os produziu.
	C14	Acredito que as remunerações foram justas desde a produção, processamento (se houver), distribuição, até chegar em minhas mãos.
	C15	Considero que os alimentos foram produzidos em harmonia com o meio ambiente (solo, ar, rios e matas/florestas).
	C16	Contribuo para o desenvolvimento econômico do local onde foi produzido.
Opinião	O17	Reconhecimento, valorização social e aumento do apreço pelo trabalho do agricultor e de seus produtos.
	O18	Os alimentos ofertados na CSA/AMAP possuem sabor, durabilidade e frescura, pois são colhidos pouco tempo antes da entrega.
	O19	Acredito que o agricultor possui qualidade de vida e de trabalho satisfatórias.
	O20	Esses produtos refletem o meu respeito por quem os produziu.
Inspiração	I21	Acrescentam algo de especial às nossas refeições.
	I22	Existem troca e partilha entre agricultor e coagricultor.
	I23	Compro esses produtos pela diversidade de alimentos disponibilizados.
	I24	São mais saudáveis do que os produtos alimentares industriais.

Fonte: Elaboração própria a partir da literatura (2020).

Parte 3 - Relação coagricultor - agricultor – este bloco identifica o tipo de relação entre coagricultor e agricultor, relacionamento social, influência ou mudança de hábitos (*vide* questões 31 a 42 – APÊNDICE G).

Parte 4 - Identificação do perfil do(a) coagricultor(a) – variáveis sociodemográficas, incluíram idade, sexo, estado civil, renda, escolaridade, residência, atividade principal (*vide* questões 43 a 50 – APÊNDICE G).

O representante da Rede Regenerar, da CSA Partilhar as Colheitas, e de cada CSA do RS recebeu o link para disponibilizar aos agricultores de AMAP/CSA o questionário online. No decorrer da pesquisa seis agricultores da CSA e dois das AMAP também responderam ao questionário on-line contendo 14 afirmações relacionadas às convenções sociais (Quadro 12 - APÊNDICE G)

Quadro 12 - Convenções avaliadas pelos agricultores, para cada mundo

Convenção	Variável	Afirmação agricultor
Doméstica	D_A_1	Tenho segurança do recebimento das quotas.
	D_A_2	Desenvolvo práticas de cultivo, manejo, cuidado e relações diferenciadas da produção convencional.
Mercantil	M_A_3	Facilidade de venda diretamente para os consumidores.
	M_A_4	Participar desta iniciativa me transmite status <i>social</i> perante as pessoas do meu convívio.
	M_A_5	Ao produzir os alimentos para a CSA/AMAP utilizo menos recursos (embalagens, energia, insumos).
Industrial	IND_A_6	A distância reduzida entre produção e ponto de entrega contribui para a redução da emissão de poluentes.
	IND_A_7	Os produtos são geneticamente modificados, padronizados e produzidos em grande escala.
Cívica	C_A_8	Participar da CSA/AMAP me possibilita qualidade de vida e de trabalho satisfatórias.
	C_A_9	Poderei contribuir para o desenvolvimento económico do local onde está o meu organismo agrícola.
	C_A_10	Participar da CSA/AMAP me possibilita realizar cursos e treinamentos em termos de práticas agrícolas.
Opinião	O_A_11	Disponibilizo alimentos frescos e de época.
	O_A_12	Reduz o espaço de tempo entre a colheita e a entrega do alimento no ponto de entrega.
Inspiração	ISP_A_13	Existem troca e partilha entre agricultor e coagricultor.
	ISP_A_14	Tenho a possibilidade de diversificar os tipos de alimentos cultivados.

Fonte: Elaboração própria a partir da literatura (2020).

Após o pré-teste da aplicação dos questionários, foram feitos ajustes semânticos, com substituição de algumas palavras, para deixar as questões e afirmações mais claras e com maior fluidez na leitura pelo respondente. O tempo médio de resposta foi de 20 minutos. Devido à intenção de proteção dos dados de cada iniciativa, o *link* do questionário foi disponibilizado para o responsável de cada grupo. Este repassou aos coagricultores. Em algumas iniciativas tivemos pronto retorno, ao contrário de outras em que precisámos de interceder diversas vezes para conseguir o aceite da participação¹¹⁰. O questionário ficou disponível entre julho e dezembro de 2020.

¹¹⁰ Talvez o entrave tenha se dado devido à necessidade de afastamento em função da pandemia, que não nos permitiu estar presencialmente em todas as iniciativas, logo, a sensibilização para com os coagricultores foi insuficiente.

Além das observações, das entrevistas e do questionário, também foram sistematizadas as imagens e falas postadas no WhatsApp dos Grupos Resignificar a Vida e CSA FlorEser/Guandu, bem como no Facebook da AMAP e CSA Partilhar as Colheitas. O período para a recolha destes materiais foi de março de 2020 a abril 2021.

3.3 Os locais de pesquisa

Para a seleção das iniciativas foi realizada a amostra por conveniência de acordo como os seguintes pré-requisitos: a) consumidores da CSA/AMAP maiores de 18 anos e dispostos a participar; b) o gestor/fundador de cada CSA/AMAP e esta ter sido constituída há pelo menos um ano; c) o agricultor que fornece os alimentos à CSA/AMAP.

No Rio Grande do Sul, existe a CSA RS, caracterizada como incubadora de novos projetos que visa proporcionar o desenvolvimento integral do ser humano e aproximar o homem urbano ao campo. Desenvolvida por um técnico agrícola e ambiental, mas simultaneamente agricultor biodinâmico e educador, a primeira iniciativa data de 2014, estando localizada na região metropolitana de Porto Alegre (CSA POA). As demais iniciativas do RS são: uma na cidade de Caxias do Sul (CSA Caxias), outra no Município de Taquara (CSA Recanto São Miguel Arcanjo) e na cidade de Santa Maria/RS (Grupo Resignificar a Vida). No primeiro semestre de 2020 foi formalizada a CSA FlorEser/Guandu¹¹¹, na cidade de Santa Maria, e, no segundo semestre, após curso de formação, foram constituídas as iniciativas de CSA Taquari, CSA Pouso Novo e CSA Lajeado¹¹², nos Municípios de Taquari, Pouso Novo e Lajeado, respectivamente.

Em **Portugal** existe sete iniciativas AMAP (Porto, Famalicão, Guimarães, Gaia, Matosinhos, Sado e Alvalade e Quinta Maravilha) e uma CSA denominada: CSA Partilhar as Colheitas, que fica localizada em Montemor-o-Novo, no sul do país.

O Quadro 13 apresenta uma síntese sobre as respostas obtidas dos coagricultores ao questionário em cada uma das iniciativas estudadas. De uma forma geral, o retorno foi de 58,75% nas CSA RS e 23,39% nas iniciativas portuguesas.

¹¹¹ Típico exemplo de iniciativa de base comunitária (Mourato & Bussler, 2019).

¹¹² Iniciativas com menos de um ano de atividade, motivo pelo qual não foram incluídas neste estudo.

Quadro 13 - Total de respostas obtidas pela aplicação do questionário *online*

Iniciativas em Portugal	Famílias de coprodutores	Nº de Respondentes	Respondentes (%)
AMAP Famalicão	10	0	23,4%
AMAP Porto PINC	40	16	
AMAP Sado e Alvalade	20	1	
AMAP Quinta Maravilha	17	6	
AMAP Guimarães	20	0	
AMAP Gaia S. Ovídio	5	1	
AMAP Matosinhos	3	0	
CSA Partilhar as Colheitas	180	45	
	295	69	
Iniciativas no RS, Brasil	Famílias de coagricultores	Nº de Respondentes	Respondentes (%)
Ressignificar a Vida	28	22	58,8%
CSA Caxias	12	9	
CSA POA	20	11	
CSA FlorEser/Guandu	20	5	
	80	47	

Fonte: Elaboração própria (2021).

3.4 O tratamento e análise dos dados

A análise dos dados foi realizada através da triangulação (Jick, 1979). Esta estratégia de pesquisa sugere uma combinação de metodologias no estudo do mesmo fenómeno. Neste caso, buscando reconhecer semelhanças ou diferenças nas percepções, nos discursos e nas práticas das CSA/AMAP.

Dessa forma, para analisar os dados obtidos e/ou coletados individualmente nas duas fases da pesquisa (Figura 7) e tecer as conclusões, foram utilizadas estratégias específicas para cada uma delas com a finalidade de dar voz aos investigados e compreender quais convenções se manifestavam nas relações dos envolvidos em cada iniciativa analisada.

Foi realizada a análise de conteúdo das entrevistas para identificar o que estava sendo dito a respeito do tema (Vergara, 2016). O material coletado foi organizado em pastas e, após a leitura flutuante, foi subcategorizado a partir da estrutura do referencial teórico proposto (Bardin, 2006). Itens como: localização, origem, cadeia de abastecimento, métodos de produção de alimentos, forma de encomenda e entrega, colaboração/aporte financeiro, consumidores, governança, entidade legal, interação agricultor-consumidor e rede de atuação foram organizados com base no quadro heurístico adaptado de Holloway *et al.*(2007).

Para a análise das falas do WhatsApp, após a organização e estruturação do material, este estudo utilizou o *software* IRaMuTeQ - *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* – que realiza análises de conteúdo, lexicometria e análise do discurso, ou seja, uma visão quantitativa das informações qualitativas dos depoimentos. Os questionários foram analisados com auxílio do *software* *Statistical Package Social Science* - SPSS Statistics, v.21.0, calculando as estatísticas descritivas (médias e os desvios padrões) das afirmações das escalas. Foram utilizadas as declarações de 24 pessoas entrevistadas para complementar as informações analisadas sobre as práticas sociais do estudo.

A Figura 7 descreve as duas fases da pesquisa e mostra os elementos que possibilitam executar a triangulação metodológica de métodos e entre métodos.

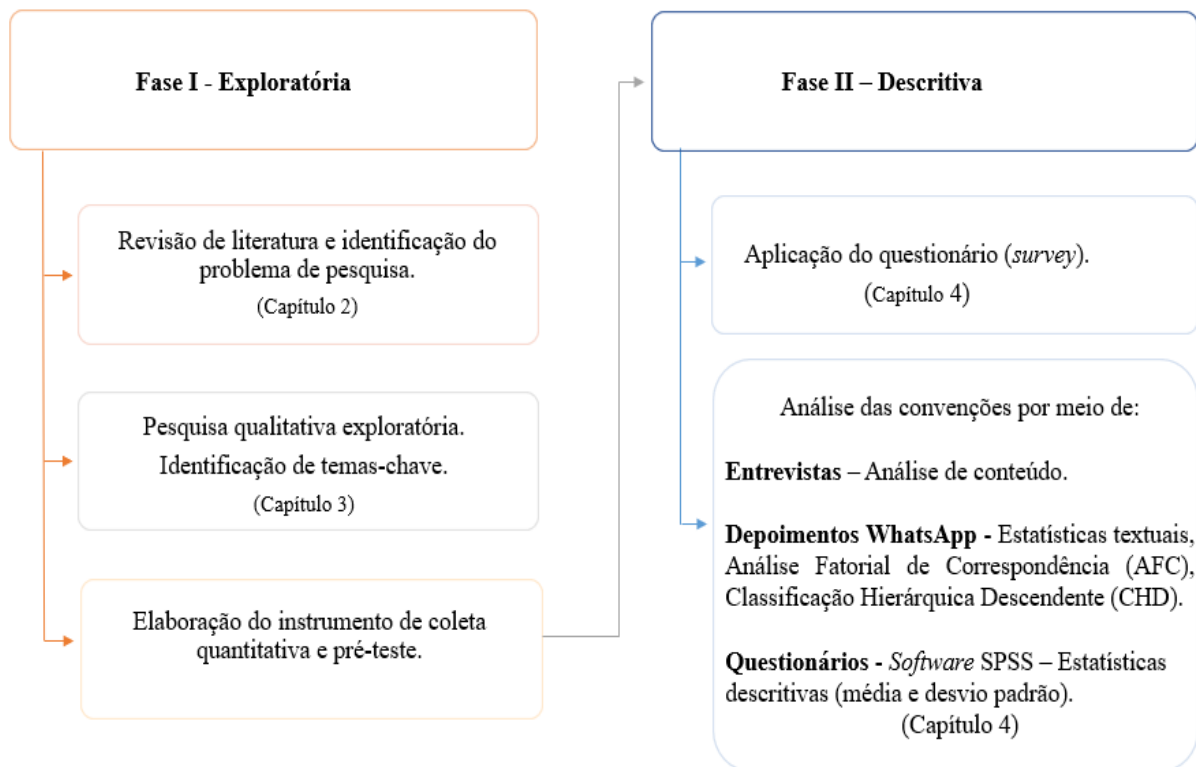


Figura 7 - Esquema das fases da pesquisa e capítulos da tese
Fonte: Elaboração própria (2020).

CAPÍTULO 4
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Resultados fase I: Identificação dos cenários

A apresentação dos resultados decorre em dois momentos, a Fase I “Identificação dos cenários” (pontos 4.1, 4.2 e 4.3) e a Fase II “Diagnóstico e análises das iniciativas (pontos 4.4. a 4.8). Inicialmente descrevemos as seis dinâmicas de abastecimento que compõem esta tese (Fase I): a) no Estado do Rio Grande do Sul (Brasil), que são: Grupo Ressignificar a Vida, CSA FlorEser/Guandu, CSA Caxias e CSA Porto Alegre; e b) em Portugal, que são: CSA Partilhar as Colheitas e AMAP. Para melhor contextualizar a análise, as quatro iniciativas brasileiras serão denominadas CSA RS. Posteriormente, na Fase II, faremos o diagnóstico e análises das iniciativas.

4.1 O quadro heurístico para explorar as iniciativas agroalimentares

Em todos os casos, agricultores e consumidores se unem e colaboram para concretizar acordos específicos entre si e em torno da produção e consumo de alimentos. Para cada experiência apresenta-se sua origem, dinâmica de funcionamento e práticas de atuação, envolvendo diferentes circunstâncias, culturas e lugares, identificando elementos comuns e dissonantes. Com a intenção de analisar as circunstâncias, os significados e as práticas envolvidas nas iniciativas, utilizou-se o quadro heurístico adaptado de Holloway *et al.*(2007) para explorar projetos alimentares.

Com base em uma análise de mais de 100 projetos no Reino Unido, os autores propõem uma série de campos heurísticos como uma ferramenta metodológica para descrever cada experiência, auxiliando na compreensão do funcionamento, das especificidades e circunstâncias em que se situam. Assim, devido a diferenças de escopo e objeto, os campos heurísticos foram adaptados para este estudo. Cada campo é brevemente apresentado a seguir.

- a) Localização: Este campo refere-se ao local onde os alimentos são comercializados, ou seja, onde a iniciativa está ativa em termos geográficos.
- b) Origem: Refere-se à forma como cada iniciativa se iniciou em termos temporais e as motivações que levaram os atores a se mobilizarem.
- c) Cadeia de abastecimento: Refere-se à forma como o alimento se move a partir do local de cultivo para o espaço de partilha onde os coagricultores o retiram. Pode ser

constituído por um único agricultor ou múltiplos fornecedores, que variam de: agricultores familiares (aqueles em que a propriedade e a força de trabalho agrícola são baseadas nas relações familiares, geralmente um processo de gerações); pequenos agricultores (aqueles envolvidos com atividades agrícolas, mas não restritos à força de trabalho familiar); cooperativas sociais e pequenas empresas (agroindústrias ou comércio de pequeno porte, como padarias, fábricas de massas caseiras, produtores de sucos e azeite, cosméticos, entre outros).

- d) Métodos de produção de alimentos: Refere-se à forma como os alimentos são cultivados e processados. Ocorre, entre todos os casos, uma forte valorização dos métodos de produção sem pesticidas, que são expressos de forma diferente para cada local (sem veneno, agroecológico, orgânico, biológico, biodinâmico). Para os alimentos que envolvem alguma preparação, como pães, queijo, azeite, as técnicas de produção artesanal e de pequena escala são as mais apreciadas.
- e) Forma de encomenda: Este campo refere-se à forma como o alimento é encomendado, o que pode acontecer por meio de interações interpessoais, como presencialmente e ligações telefônicas, ou ainda com auxílio de ferramentas *on-line*, como *softwares* especializados ou planilhas. Essa dinâmica ressalta as interações entre agricultores e consumidores e, também, a forma de governança.
- f) Forma de entrega: Refere-se à forma como o alimento é entregue. Existem principalmente duas maneiras: cotas fechadas ou pedidos conforme a unidade familiar. A primeira implica que os coagricultores montem¹¹³ sua cota conforme a disponibilidade da semana. Neste caso, os coagricultores não escolhem o que receberão. Na segunda forma, os coagricultores escolhem o que desejam consultando uma lista de produtos disponibilizada pelos agricultores. Neste caso, pode-se caracterizar como pedido extra.
- g) Colaboração/aporte financeiro: Refere-se ao período em que os coagricultores materializam a colaboração financeira para suportar o cultivo e a produção dos alimentos.
- h) Consumidores: Este campo apresenta uma estimativa quantitativa sobre quantos consumidores/coagricultores estão envolvidas na iniciativa. A medida usada refere-se a unidades familiares, que podem ser um grupo familiar ou ainda grupos de pessoas que

¹¹³ Na época de pandemia os coagricultores recebem a cota preparada por outra pessoa, sejam os agricultores ou um núcleo gerencial de consumidores. A forma de acondicionamento dos alimentos varia de caso a caso. Podem ser cestas, cabazes, sacolas, caixas ou bolsas de pano. Considerando que este elemento não afeta a análise dos dados, de forma a facilitar a apresentação, utilizaremos o termo “cotas”.

dividem uma mesma residência ou pessoas que vivem sozinhas.

- i) Governança: Apresenta a maneira como a iniciativa é governada, isto é, como ocorrem a divisão de tarefas e os processos de tomada de decisão.
- j) Entidade legal: Refere-se à existência ou não de uma entidade registrada conforme a legislação local. Este campo aborda as possibilidades de reconhecimento jurídico para estas iniciativas, podendo atuar de forma institucionalizada ou informal.
- k) Interação agricultor-consumidor: Destacam-se neste campo os pontos de encontro materiais e simbólicos, formais e informais entre agricultores e coagricultores. A interação pode ser face a face ou com o recurso das tecnologias de comunicação. Também envolve espaços físicos distintos que variam de residências, espaços públicos e privados, para fins distintos: dias de entrega das cotas, visita a agricultores, refeições compartilhadas, atividades educacionais e culturais, ações políticas.
- l) Rede de atuação: Refere-se à rede mais ampla de organizações e coletivos com quem os agricultores e coagricultores estão diretamente envolvidos, como uma ampla gama de movimentos sociais (indígenas, camponeses, pequenos agricultores, Agroecologia, *Slow Food*), universidade e a Igreja Católica. “Uma rede ou projeto alimentar nunca é simplesmente externo aos agricultores e coagricultores, mas, em simultâneo, produz e é produzido pelas pessoas envolvidas” (Holloway *et al.*, 2007, p.10)

Entendemos que, em conjunto, esses campos possibilitam trazer uma visão clara sobre o funcionamento destas iniciativas. Também auxiliam a revelar como são estabelecidos vínculos urbanos e rurais e em que dimensões sociais, ecológicas e econômicas do abastecimento alimentar se inter-relacionam. Para cada iniciativa, será apresentado um quadro fornecendo uma síntese dos campos analíticos heurísticos, seguida de uma descrição detalhada.

4.2 Os casos e seus papéis nas iniciativas observadas

Esta primeira interpretação para composição e descrição dos aspectos foi enviada aos representantes de cada iniciativa, tendo sido solicitados esclarecimentos sobre questões pendentes. Com base nos resultados preliminares foram elaborados os quadros-síntese e comparativos dos indicadores qualitativos dos aspectos analisados.

4.2.1 A CSA Porto Alegre

Nesta iniciativa CSA Porto Alegre (Quadro 14) estão envolvidos dois agricultores principais, um de Eldorado do Sul/RS @filhosdaterra_bioagroecológico e outro do Assentamento Itapui-Nova Santa Rita.

Quadro 14 - Campos analíticos heurísticos da CSA Porto Alegre

Campos analíticos heurísticos	CSA Porto Alegre
Localização	Porto Alegre/RS
Origem	Em 2015 e 2016, pelo apoio de coagricultores que viabilizam o cultivo de duas famílias de agricultores.
Cadeia de abastecimento	agricultura familiar
Métodos de produção de alimentos	Orgânica
Forma de encomenda	WhatsApp, aplicativo específico, presencialmente
Forma de entrega	Semanal
Colaboração/aporte financeiro	Até dia 10
Consumidores	20 unidades familiares
Governança	Existência de comissões: finanças, comunicação, gestão e acolhimento
Entidade legal	Nenhuma representação legal
Interação agricultor-consumidor	Dias de entrega, visita aos agricultores, atividades culturais
Rede de atuação	Movimento dos Trabalhadores sem Terra

Fonte: Elaboração própria (2021).

O primeiro agricultor faz parte da iniciativa desde 2015, o segundo, desde 2016. Cada agricultor é responsável pela organização do seu espaço de partilha (alimentos, horário, limpeza, entre outras atividades decorrentes do processo). Os locais de entrega são no bairro Bom Fim e no bairro Menino Deus, na cidade de Porto Alegre/RS (Figura 8).

Em média são ofertados entre oito e 12 itens na cota. O valor da cota variava entre R\$ 175¹¹⁴ (32 euros) e R\$ 300,00 (55 euros). A CSA Porto Alegre pode ser caracterizada como um espaço de militância em prol da agricultura familiar, da alimentação saudável e orgânica.

¹¹⁴ Em março de 2020, € 1 = R\$ 5,39.

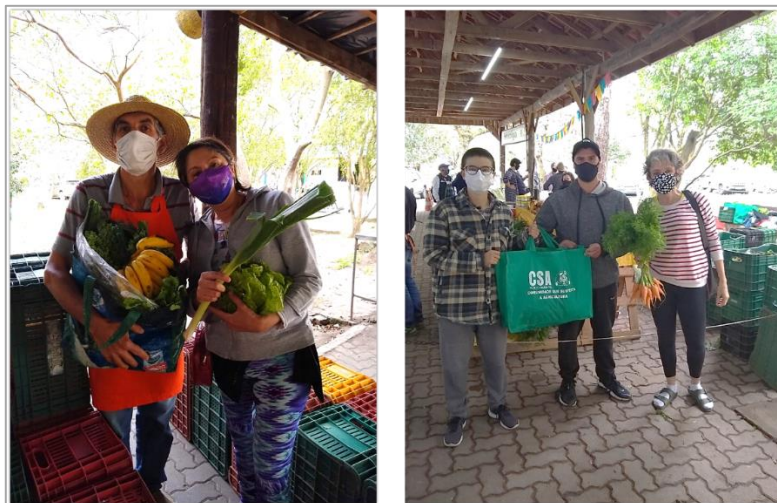


Figura 8 - Agricultores e Coagricultores em um espaço de partilha da CSA POA
Fonte: Imagens cedida pela Coagricultora Cici.

Existem quatro grupos de animação¹¹⁵ da CSA que se reúnem ao menos uma vez por mês para tratar assuntos diversos: i) finanças, responsáveis pelo controle dos pagamentos, com os valores indo direto para a conta dos agricultores; ii) comunicação, responsável pelas atividades e postagem nas redes sociais como Facebook e Instagram; iii) gestão, responsável por definir as pautas de assembleias; e iv) acolhimento, identifica os interessados em participar do projeto, repassa as informações básicas, entrega um documento base informando as atribuições, o valor das cotas¹¹⁶, o local de entrega, a Carta de Princípios da CSA, o *link* das redes sociais, formulário de adesão, entre outras.

Mensalmente é realizada reunião virtual para tratar as demandas do grupo. A movimentação do grupo se dá na base do voluntariado, pretende-se uma gestão horizontal com a participação solidária do coletivo composta por estudantes, casais, profissionais liberais, servidor público, entre outros. A definição do valor da cota mensal ocorre uma vez ao ano e é esse valor que se paga uma vez ao mês, ao optar por tornar-se um coagricultor.

A CSA é um aprendizado, é pedagógica, pessoas começam a participar e, com o passar do tempo, compreendem o espírito do projeto. Muitas pessoas entram pela causa, pela militância da agricultura familiar, alimentos orgânicos. No percurso da CSA, vão aprendendo valores que antes não compartilhavam, por exemplo, o voluntariado, o engajamento em participar. Tem uma discussão sobre onde vem o alimento, que não terá tomate o ano todo. Mas não adianta nenhuma pessoa entrar na CSA, por exemplo, se ela quer somente receber

¹¹⁵ Antes da pandemia havia a comissão de montagem das cestas que era responsável por organizar o espaço de partilha. Devido ao impedimento pela pandemia a tarefa ficou para os agricultores.

¹¹⁶ Denominação que o consumidor passa a utilizar ao ingressar na CSA POA. Passado o tempo e com a compreensão da iniciativa, o então coagricultor passa a utilizar a nomenclatura de cesta.

uma cesta em casa, não quer olhar para a cara do agricultor, não quer saber o que é, não se interessa de ir à propriedade conhecer, assim ela não vai ficar muito tempo no grupo (Co_id_4).

Os coagricultores colaboram com um valor adicional a título de fundo de reserva para utilização em situações emergenciais se porventura os agricultores necessitarem¹¹⁷. O valor da cota deve considerar as necessidades dos consumidores, da mesma forma que os custos de se produzir alimentos orgânicos (insumos, trabalhadores e transporte são os principais). O estabelecimento do valor da cota, embora seja uma discussão sobre aspectos operacionais da produção, é cheia de aprendizados para todos envolvidos.

4.2.2 A CSA Caxias

A iniciativa foi formalizada em 2017, por meio da ideia de consumidores que tinham vivência em outros projetos de CSA (Quadro 15).

Quadro 15 - Campos analíticos heurísticos da CSA Caxias

Campos analíticos heurísticos	CSA Caxias
Localização	Caxias do Sul/RS
Origem	Em 2017, pela iniciativa de consumidores com vivência em outras CSA.
Cadeia de abastecimento	Agricultura familiar
Métodos de produção de alimentos	Orgânica
Forma de encomenda	WhatsApp, presencialmente
Forma de entrega	Semanal
Colaboração/aporte financeiro	Até dia 10 de cada mês
Consumidores	30 unidades familiares
Governança	Há um núcleo de gestão.
Entidade legal	Sem representação legal
Interação agricultor-consumidor	Dias de entrega, visita aos agricultores, refeições partilhadas.
Rede de atuação	NC

Fonte: Elaboração própria (2021).

Existem duas famílias de agricultores que fornecem os alimentos orgânicos. Os agricultores entregam a cota juntos, entre 8 e 10 itens, semanalmente. O valor da cota variava entre R\$ 175,00 (32 €) e R\$ 190,00 (35 €). Cada agricultor é responsável por uma parte da cota,

¹¹⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/csaportoalegre>

como mencionado no início do projeto. O espaço de partilha dos alimentos é cedido por uma loja de orgânicos, onde os proprietários ficam responsáveis por receber os demais coagricultores e auxiliá-los na retirada dos alimentos.

As cotas ficam em caixas individuais à disposição dos coagricultores (Figura 9). São organizadas com o máximo de cuidados de higiene, com o mínimo de contato. A forma de encomenda ocorre com o recurso do WhatsApp ou presencialmente, para a retirada, semanalmente, dos alimentos. Os coagricultores fazem o aporte financeiro até o décimo dia de cada mês para a responsável pelo grupo que, posteriormente, repassa aos agricultores. Durante a pandemia não acontece visita às unidades produtivas.

Neste grupo, segundo um “cotista generoso”, por entender as dificuldades dos agricultores, desde o início da pandemia faz a sua contribuição em dobro, relata a coordenadora do grupo.



Figura 9 - Um dia de campo na unidade familiar de um dos agricultores da CSA Caxias e o espaço de partilha em uma loja de orgânicos

Fonte: Registro realizado durante pesquisa de campo (2020).

4.2.3 O Grupo Ressignificar a Vida

O Quadro 16 fornece alguns detalhes em relação aos campos analíticos do Grupo Ressignificar a Vida.

Quadro 16 - Campos analíticos heurísticos do Grupo Resignificar a Vida

Campos analíticos heurísticos	Grupo Resignificar a Vida
Localização	Feira Ana Primavesi em Santa Maria/RS, Brasil
Origem	Em 2014, por iniciativa de duas pessoas que mobilizaram o agricultor e outras famílias locais.
Cadeia de abastecimento	Agricultores familiares; fornecedores múltiplos, Feira em Casa- Alimentos Orgânicos
Métodos de produção de alimentos	Orgânico e biodinâmico - Organização de Controle Social (OCS)
Forma de encomenda	Presencialmente, telefone/WhatsApp
Forma de entrega	Semanal, por cota ou meia cota
Colaboração/aporte financeiro	Até a primeira entrega de cada mês, no caso, até a 1ª quarta-feira de cada mês
Consumidores	30 unidades familiares
Governança	Autogestão. Existem grupos de trabalho: GT Processos educativos, GT Crianças, GT Comunicação, GT Produção, GT Finanças.
Entidade legal	Nenhuma entidade jurídica
Interação agricultor-consumidor	Dias de entrega, visita a agricultores, reuniões sistemáticas, atividades culturais e educativas
Rede de atuação	Feira Ana Primavesi

Fonte: Elaboração própria (2021).

O Grupo Resignificar a Vida tem como referência, perspectiva e horizonte as práticas de uma CSA (Quadro 16). Atua na cidade de Santa Maria/RS, Brasil. Este Grupo foi formalizado em 2014, a partir da insatisfação com o crescente individualismo, disposto a buscar caminhos para a obtenção de alimentos saudáveis, no contexto de relações sociais mais humanas e solidárias. *Convidados por duas estudantes, para dialogar com o agricultor, que estivera um tempo na Alemanha, tinha experiência um tal de CSA, que falava de nova relação entre agricultores e consumidores de alimentos, reunimo-nos, em abril de 2014 em Itaara¹¹⁸, conta Co_id_3, coprodutor precursor do grupo e até o momento da entrevista, integrante. Na primeira reunião, Rodrigo citou a família Buske como uma boa referência para a caminhada. Na segunda reunião, com a presença do agricultor¹¹⁹, o Rodrigo, além de indicar fontes bibliográficas sobre CSA, relatou novamente suas experiências (Entrevista Co_id_3).*

¹¹⁸ Município limítrofe, distante 14 km de Santa Maria. População aproximada de 5.500 pessoas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/itaara.html> Acesso 10 abril 2021.

¹¹⁹ Prontamente a família Buske colocou a propriedade à disposição para visitação. Assim, os coprodutores conheceram as reais condições da unidade produtiva, bem como a integração das atividades relacionadas à produção de alimentos, associada à criação de animais, a disponibilidade de água, as condições do relevo, entre outros.

Após a realização de cinco encontros com um grupo de 12 famílias¹²⁰, e discutidas as possibilidades, a organização e as perspectivas, foram captados alguns aspectos do grupo:

- i) O princípio do grupo é a ressignificação da vida tendo como base os valores de solidariedade, de confiança e de dignidade.
- ii) O termo “coprodutor”¹²¹ foi preferido ao invés de “consumidor”, pois, na visão do grupo, deixam de ser consumidores, e participam conjuntamente das decisões e responsabilidades do grupo.
- iii) O papel dos “padrinhos/madrinhas” na indicação de novos coprodutores. Quem indica tem a responsabilidade de conhecer o indicado, dialogar com ele sobre os objetivos/princípios do grupo – companheiros e companheiras em cujo histórico de vida havia sensibilidade e práticas apontando para outro modelo de agricultura, para outro mundo possível.
- iv) A autogestão é o principal modelo de gestão.
- v) Definição do termo “cota” para indicar o montante mensal aportado ao agricultor.
- vi) O respeito às potencialidades da CSA, no entanto, o grupo almejava horizontes diferenciados¹²².

A primeira entrega de alimentos, arroz e banana, ocorreu na quinta reunião, em 2015. Inicialmente o processo de partilha seria somente com os alimentos disponíveis na unidade produtiva e, com o decorrer do processo, os coprodutores participariam na definição do que cultivar, respeitando as condições de clima e solo, disponibilidade de sementes e sazonalidade.

O espaço-tempo de entrega passou a ser um significativo momento de aprendizagem e crescimento. “Aprendemos a usar balanças, nossos valores individuais foram questionados” (Co_id_3). Houve aproximação na relação agricultor/coagricultor, novas relações de amizade, de convivência, novas relações sociais. O espaço de partilha se constituiu um local de aprendizagem.

¹²⁰ O coletivo inicial de coprodutores foi formado pelos participantes do processo, interessados e/ou possibilitados no engajamento. O grupo de 12 foram pessoas que tinham além de uma sensibilidade de uma alimentação mais saudável, eram pessoas que tinham como horizonte um outro modelo de organização social.

¹²¹ Termo utilizado pelo Grupo Resignificar a Vida.

¹²² Horizontes vislumbrados: 1.3.1. Ampliação quantitativa e qualitativa de produtores(as) e coprodutores(as) orgânicos, fomentando o surgimento de novos coletivos; 1.3.2. Processo vivenciado, no coletivo, fornecendo subsídios para a elaboração de Políticas Públicas para práticas alimentares/agrícolas; 1.3.3. “Sementes livres”: sementes gerando vida, não acumulação de capital; 1.3.4. Potencializar um novo modelo agrícola, pautado pela agricultura orgânica/agroecológica/biodinâmica; 1.3.5. Outra sociedade, outro mundo possível, marcado pelos valores como solidariedade, cooperação, confiança, dignidade, pela vida comunitária.

Na caminhada desses mais de cinco anos, por vários motivos, nem todas as pessoas que contribuíram no processo inicial permaneceram no grupo. No entanto, como avanços, pode-se destacar o horizonte vislumbrado no item “1.3.1” dos princípios do grupo - Ampliação quantitativa e qualitativa de produtores(as) e coprodutores(as) orgânicos, fomentando o surgimento de novos coletivos - em que o Grupo Resignificar a Vida beneficiou e foi beneficiado, mediante diálogos, visitas, participação em encontros, no seu crescimento e no surgimento de outros coletivos que têm como foco a busca de outros modelos de cultivo de alimentos, de promoção de vida. Destacam-se três iniciativas:

- a) O coletivo que surgiu, talvez como um desmembramento do Resignificar a Vida, em Itaara, cultivam alimentos orgânicos e a forma de distribuição desses é na modalidade de cestas entregues nas residências;
- b) No distrito de Pains/Santa Maria/RS, a produtora com dois de seus filhos, trabalha em dinâmica semelhante: entrega de cestas nas residências; e,
- c) Um terceiro espaço de interação consiste na Feira Ana Primavesi, integrando o projeto da Incubadora Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sendo uma de suas ações a referida feira – primeira de Santa Maria/RS com produtos orgânicos e certificados.

Dessa maneira, do Grupo Resignificar a Vida originaram-se coletivos que disponibilizam alimentos orgânicos certificados. Todo o processo consiste na interação entre os espaços, com troca e conhecimentos, e produtos. Diversas vezes a família Buske – que participa principalmente com a produção de arroz biodinâmico - troca com outros agricultores certificados os alimentos que disponibilizam na cota.

Inicialmente as entregas dos alimentos ocorria aos sábados, ocasião em que a família Buske trazia as cotas que, a cada semana, ficavam na residência de um coagricultor (Figura 10), e participava do Feirão Colonial. Posteriormente, as entregas passaram a ocorrer nas quartas-feiras, porque os agricultores mudaram o ponto de entrega e passaram participar da Feira Ana Primavesi¹²³, nas dependências da Universidade Federal de Santa Maria. Em ambas as situações, cada coagricultor retirava sua cota conforme a produção da semana¹²⁴. Com a pandemia¹²⁵ a situação precisou ser ajustada. Inicialmente as entregas eram feitas nas casas dos

¹²³ Mais informações sobre a feira, ver: <https://bit.ly/3oH6DZ7>.

¹²⁴ Era fixada na parece uma folha constando os itens correspondentes à cota e meia-cota. Os alimentos ficavam em caixas e cada coagricultor montava a sua cota.

¹²⁵ O agricultor teve mais trabalho: colher, limpar e preparar os alimentos; colocar em sacolas individuais observando se cota ou meia-cota; trazer até Santa Maria; distribuir em cada residência por um valor adicional.

coagricultores e, depois, alguns destes passaram a retirar os alimentos no salão do Santuário do Divino Espírito Santo, antiga Igreja do Amaral (Figura 10), na faixa velha, bairro Camobi/Santa Maria. Os coagricultores do centro se auto-organizaram em esquema de rodízio e a cada semana uma família vai até o espaço de partilha em Camobi, recolhe as cotas e as deixa no espaço de partilha do centro.



Figura 10 - Espaços de partilha dos alimentos e famílias agricultoras
Fonte: Registro realizado durante pesquisa de campo (2020/2021).

O princípio da solidariedade os levou a valores variáveis, dado que os integrantes do grupo têm condições financeiras muito diferentes (estudantes e professores universitários, por exemplo), logo, os valores das cotas variavam entre: a) meia cota, entre R\$ 120,00 e R\$ 200,00¹²⁶, e b) cota inteira, entre R\$ 180,00 e R\$ 300,00. A diversidade e quantidade de alimentos semanais variava conforme a produção. As encomendas de alimentos extras são realizadas presencialmente ou por telefone. Atualmente os alimentos são ofertados ao Grupo Ressignificar a Vida por dois irmãos da família Buske. Uma família, que reside no Município de Dona Francisca/RS, oferta, preferencialmente, o arroz biodinâmico. A outra, residente no Município

¹²⁶ Em março de 2020, € 1 = R\$ 5,39. Logo o valor da meia cota correspondia entre 22,26 e 37,11 euros; a cota inteira, entre 33,40 e 55,66 euros.

de Paraíso do Sul/RS, a partir de março de 2020 passou a disponibilizar as hortaliças para o grupo.

4.2.4 A CSA FlorEser/Guandu

O Quadro 17 fornece alguns detalhes em relação aos campos analíticos da CSA FlorEser/Guandu Agroecológico.

Quadro 17 - Campos analíticos heurísticos da CSA FlorEser/Guandu Agroecológico

Campos analíticos heurísticos	CSA FlorEser/Guandu
Localização	Santa Maria/RS, Brasil
Origem	Em 2020, pela articulação de um zootecnista que envolveu agricultores e demais participantes.
Cadeia de abastecimento	Múltiplos fornecedores: comunidades indígenas, agricultores familiares, associação
Métodos de produção de alimentos	Agroecológico e em transição para cultivo orgânico.
Forma de encomenda	Presencialmente, telefone/WhatsApp
Forma de entrega	Semanal; por cota
Colaboração/aporte financeiro	Até o dia 6 de cada mês
Consumidores	18 unidades familiares
Governança	Autogestão e revezamento entre os coagricultores para as entregas Reunião geral no penúltimo sábado do mês
Entidade legal	Nenhuma entidade jurídica
Interação agricultor-consumidor	Dias de entrega, visita a agricultores, reuniões sistemáticas, atividades políticas, atividades culturais e educativas em torno das questões sociais, ambientais e econômica que permeiam a agricultura
Rede de atuação	Projeto Esperança/Cooesperança, Movimento dos Pequenos Agricultores, EMATER, UFSM, COMSEA

Fonte: Elaboração própria (2021).

A CSA FlorEser/Guandu atua na cidade de Santa Maria/RS (Quadro 17). A iniciativa foi formalizada a partir da mobilização do zootecnista da UFSM, aqui denominado Org_5¹²⁷, militante de causas sociais e membro do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA-SM). O coidealizador afirma: *Continuo supondo ser injusto um pouco de um grupo tendo acesso a alimentos e nós não levarmos essa luta para que a comunidade tenha acesso. Acredito que temos que levar essa luta para todos, para a periferia.*

¹²⁷ Servidor da UFSM, em 2019, na 34ª edição da Jornada Acadêmica Integrada, recebeu o prêmio Destaque Extensionista, na categoria Servidor Técnico Administrativo em Educação, por seu trabalho com projetos/programas de extensão, entre os quais o projeto “Horta Comunitária Agroecológica Neide Vaz”.

No entendimento de Org_5, a agricultura urbana e periurbana é elementar e necessária para a soberania alimentar. Na visão do zootecnista o pessoal da periferia tem acesso apenas ao supermercado, logo, é necessário fortalecer a agricultura urbana e periurbana, fundamental para todo o envolvimento no processo de educação ambiental.

Em conversa com os agricultores do Grupo FlorEser Agroecológico, vinculado ao @mpa.brasil, que aos sábados vendem alimentos no Feirão Colonial de SM, e agricultores do Guandu Grupo Agroecológico, vinculado a @teiadospovos em Luta no RS, decidiram formalizar uma CSA em 2020. Tendo como meta principal a sustentabilidade e o fortalecimento da agricultura familiar de uma maneira geral, mas potencializando a agricultura de base ecológica para aproximar o alimento local e encurtar distâncias.

A seguir, uma breve descrição dos grupos de agricultores que fornecem alimentos para a CSA:

Guandu Grupo Agroecológico, localizado no Assentamento Carlos Marighella¹²⁸, localizado a 10 km da cidade de Santa Maria. Tem toda a organização de controle social através da certificação, produz uma diversidade de alimentos. Na época, o grupo era constituído por três famílias de agricultores que realizavam as atividades em conjunto, desde o planejamento, o cultivo, a colheita e organização dos alimentos para entrega à CSA. Em 2018 o grupo se ligou à Feira Ana Primavesi¹²⁹ que além da produção orgânica ou agricultura familiar, o grupo desenvolve a agroecologia. Sobre o grupo, o agricultor acrescenta: “partimos dos princípios de cooperação, solidariedade entre “os de baixo”, autoassociação e autogestão para construir mundos mais justos, ecológicos e que respeitem a vida”. Uma das estratégias do grupo é a realização de mutirões. O grupo não se considera agricultura familiar, são várias famílias e socializam a terra, sem vínculo de propriedade, motivo pelo qual se entendem realizar agricultura coletiva/campesina.

O Grupo iniciou um Sistema Agroflorestal (SAF) para reforçar as barreiras vivas, plantando árvores nativas. O desenvolvendo do SAF possibilitará a regeneração do solo

¹²⁸ O assentamento foi uma tentativa que o Movimento Sem Terra criou para experimentar o socialismo, onde a agroecologia surgiu como uma das bandeiras possíveis no campo. O assentamento quando fundado tinha a característica própria – agroecológico e comunidade -, sem trabalhar com a lógica individualista dos lotes (como ocorria nos demais assentamentos do Brasil). Após 4 anos de experiência somente dois, das 12 famílias iniciais, que enraizaram a ideia, conseguiram internalizar a proposta da agricultura agroecológica e vida em comunidade e permanecem trabalhando na terra, com agroecologia, produção orgânica e com espírito coletivo. O relato do agricultor Agri_Q8, oriundo do assentamento em São Gabriel – Comuna Pachamama – *vim para o assentamento com o objetivo de reviver/fortalecer o grupo*. Atualmente vivem 16 famílias no Assentamento, mas somente três estão envolvidas com o cultivo agroecológico do Guandu. Mais informações sobre a origem do Assentamento Carlos Marighella, disponível em: <https://bit.ly/3fItWxI>

¹²⁹ É a feira pioneira em alimentos exclusivamente orgânicos de Santa Maria/RS. Formalizada em 2017, fruto de um projeto desenvolvido numa parceria entre agricultores e agricultoras com apoio da Emater SM, a Pró-Reitoria de Extensão e o NEA da UFSM. Os agricultores são certificados em processos reconhecidos pelo Ministério da Agricultura (Viero, 2019), como a Organização de Controle Social (OCS) Coração Agroecológico e a Rede Ecovida de Agroecologia (<https://bit.ly/3oH6DZ7>).

e preservação da mata presente no território. Com o projeto Da semente ao prato¹³⁰, trabalham de forma coletiva possibilitando o cultivo de alimento e renda para os envolvidos.

O coletivo investiu na compra de um *freezer* para o Grupo Guandu. O *freezer* serve para armazenar alimentos de uma estação para outra¹³¹, e se comprometeu repor em alimentos o montante investido.

O Grupo FlorEser Agroecológico, localizado em Paraíso do Sul/RS, a 70 km de Santa Maria, foi constituído em 2017, após a participação na Chamada Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), ATER diversificação do tabaco¹³² e ATER Agroecologia, que incentivavam muitas famílias a substituir a produção de tabaco pelo cultivo de alimentos saudáveis.

Os camponeses começaram a comercializar no Feirão Colonial em Santa Maria/RS, e posteriormente no Município de Paraíso do Sul/RS. Ocasão em que iniciaram a caminhada na certificação orgânica, na modalidade Organização de Controle Social (OCS). Nas famílias envolvidas, umas são orientadoras das outras, ocorre um processo diferenciado de educação popular. O grupo utiliza a metodologia cubana “Campesino a Campesino” (Giraldo, 2018), *em que um camponês¹³³ que detenha um conhecimento, uma sabedoria ancestral e/ou uma semente crioula vai trocar esta sabedoria com os demais do seu grupo, e isso vai sendo trocado, vai aumentando* (Ludtke, 2016).

Em março de 2021 cinco famílias da associação FlorEser, já certificadas, realizavam a comercialização dos alimentos, outras três famílias estavam no processo de transição para a agroecologia. A camponesa relatou: *a maioria das nossas famílias já largaram a plantação do tabaco e estamos fazendo isso num processo coletivo, um processo desafiador da educação popular, de troca de saberes, de sabores, de sementes para conseguirmos superar esta sociedade individualista, que transforma tudo em mercadoria, inclusive a nossa vida.*

¹³⁰ Um projeto coletivo vinculado a @teiadospovos com o objetivo de abrir nosso território no Assentamento em Santa Maria/RS para que os indivíduos, famílias e comunidades periféricas da cidade possam ter acesso à terra, a fim de produzir de forma coletiva alimentos saudáveis e podendo se apropriar dos processos e de toda a cadeia produtiva de alimentos, desde a semente até chegar ao prato.

¹³¹ No momento da entrevista o agricultor Agri_Q8 relatou: *somente agora – fev. 2021 – terminamos o estoque de mandiocas da safra passada que estava armazenado no freezer.*

¹³² Chamada pública de ATER diversificação do tabaco é uma iniciativa do governo federal através do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, que beneficia famílias produtoras de tabaco na busca da diversificação produtiva. Na chamada pública podem concorrer entidades que prestam assistência técnica (Ludtke, 2016, p. 22).

¹³³ Mais informações sobre os processos de criação e implantação do Programa Camponês no RS, indicando suas principais características, resultados, limitações e desafios, consultar: Oderich (2020).

As famílias integrantes da associação fazem uma auto-organização para a logística da definição e organização dos alimentos que serão entregues na semana. Utilizam um carro cedido de uma cooperativa do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)¹³⁴ com um termo de comodato da prefeitura de Agudo/RS, anteriormente utilizado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹³⁵, e uma carreta cedida pela Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil Ltda. (Cooperfumos)¹³⁶, com caixas para armazenamento dos produtos, balança de pesagem, mesas e outros itens necessários para montar uma tenda de feira.

No organismo agrícola de um dos camponeses do grupo foi criada uma Casa de Sementes¹³⁷; em outra, o projeto “conservação em cultivo”¹³⁸ que consiste em manter o material genético das sementes em sistema de cultivo e não sob conservação *in vitro* (câmaras de conservação). O objetivo destes projetos permitir a manutenção da história, da tradição e da fonte de renda de pequenos agricultores por meio do resgate e preservação de sementes crioulas, com vistas à soberania alimentar.

Por ocasião da pandemia o grupo precisou de reinventar a forma de comunicação. Realizar reuniões presenciais era inviável e inseguro. Por isso, a partir de reuniões *online* fizeram os acordos coletivos e começaram as entregas de alimentos para 20 famílias de coagricultores que integram a experiência da CSA FlorEser/Guandu em Santa Maria/RS. Algumas destas famílias residem na região central da cidade e outras, no bairro de Camobi.

A primeira entrega dos alimentos da CSA ocorreu em 16 de maio 2020¹³⁹ nos pavilhões do Projeto Esperança/Cooesperança (Figura 11). Uma atividade autogerida na qual os coagricultores são responsáveis por toda a dinâmica da logística de entrega dos alimentos.

¹³⁴ O MPA se baseia no desenvolvimento rural sustentável, ou seja, em melhorias na qualidade de vida dos agricultores por meio da agroecologia (sementes crioulas, resgate da cultura, entre outros.), promoção da alimentação saudável e garantia da segurança alimentar e nutricional. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/plano-campones/> Acesso em 10 junho 2021.

¹³⁵ O PAA, criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, era uma das principais políticas de apoio e incentivo à agricultura familiar no Brasil. Por meio dessa iniciativa, agricultores, cooperativas e associações vendem seus produtos para órgãos públicos, com dispensa de licitação, e os destina, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

¹³⁶ Cooperativa vinculada ao Movimento dos Pequenos Agricultores, com o objetivo de diversificar as áreas cultivadas por tabaco. Os objetivos da cooperativa é diversificar a cultura do tabaco, possibilitando que estas famílias de camponeses introduzam outras culturas (milho, feijão, mandioca entre outros), para não depender somente do tabaco como renda para a unidade de produção, além incentivar para que as mesmas retomem o hábito de produzir sua própria alimentação (Pisoni, 2013).

¹³⁷ Os agricultores pegam emprestado da Casa uma quantidade “x” de sementes e devolvem em dobro (ou mais) tempos depois. “Nada envolve dinheiro, é somente troca, empréstimo e doação”.

¹³⁸ O projeto estuda a conservação das sementes crioulas de feijão em cultivo, preferencialmente em sistemas orgânicos em parceria com agricultores Agroecológicos.

¹³⁹ Nota sobre a primeira entrega de alimentos aos coagricultores, disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2020/05/20/em-santa-maria-sistema-participativo-fomenta-alianca-entre-a-cidade-e-o-campo>. Acesso em 18 fev 2021.

Destaca-se a alternância para buscar os alimentos do Grupo Guandu, no Assentamento Maringhella. Cada sábado um coagricultor se dirige até o assentamento, recebe do agricultor os alimentos, traz até o espaço de partilha no Feirão Colonial¹⁴⁰, incorpora com os alimentos do Grupo FlorEser e permanece na feira por aproximadamente duas horas, até que os demais coagricultores retirem suas cotas.

Caso alguma família esteja impossibilitada de ir buscar os alimentos no pavilhão colonial, em função dos cuidados decorrentes da pandemia, o coagricultor responsável por aquela entrega se disponibiliza a entregar a cota na residência. Na ocasião, um coagricultor fazia a entrega das cotas para quatro famílias no centro; os coagricultores de Camobi desenvolvem a autogestão entre eles. São em torno de sete famílias. Fizeram uma escala onde, a cada semana, uma família que mora em Camobi vai até o espaço de partilha, no centro, e retira as demais cotas dos coagricultores do bairro.



Figura 11 - Agricultores na primeira entrega de alimentos CSA FlorEser/Guandu

Fonte: Registro realizado durante pesquisa de campo (2020; 2021).

Um coagricultor é responsável pelo controle dos aportes financeiros, que são efetuados diretamente na conta de uma agricultora que repassa para o outro agricultor a parte correspondente. A transparência nas comunicações realizadas pelo WhatsApp é significativa,

¹⁴⁰ Conforme fala de Agri_Q7, os camponeses da Associação Campesina FlorEser realizam uma contribuição mensal de 8% de suas vendas para permanecer no espaço do Feirão Colonial. A CSA FlorEser/Guandu contribui com o Feirão no momento em que os coagricultores, ao estarem na feira para retirar a cota semanal, fazem a aquisição de outros produtos, ou mesmo através da participação nas campanhas de arrecadação financeira organizado pelo Projeto Esperança/Coesperança, tais como rifas e risotos beneficentes (Entrevista Agri_Q7).

grande parte dos membros do grupo interagem e as respostas são rápidas e claras, inclusive quanto à contribuição mensal no valor de R\$ 110,00 (20,50 euros), todos os membros têm ciência de quem efetuou o aporte e quando foi efetuado.

Os alimentos são bastante diversificados, produzidos sazonalmente, de acordo com a época do ano. O Grupo FlorEser disponibiliza quatro variedades de arroz, uma variedade de verduras, plantas alimentícias não convencionais e chás. O Grupo Guandu cultiva mandioca, batata, grãos, milho crioulo, farinha do milho crioulo, farinha de mandioca, pipoca, amendoim. São alimentos que nem sempre estão disponíveis no mercado convencional. O Grupo trabalha para o resgate e preservação de alimentos ancestrais.

Os camponeses têm apoio da EMATER e Prefeitura municipal de Paraíso do Sul, o Movimento dos Pequenos Agricultores, a Universidade Federal de Santa Maria por meio do projeto do cultivo de arroz sem veneno, o Projeto Esperança/Cooesperança pela cedência do espaço para comercialização, o COMSEA de Santa Maria/RS, o IF Farroupilha, *campus* São Vicente do Sul, e outros grupos de agricultura familiar.

A gestão participativa da CSA por parte dos coagricultores, respeita a cinco as áreas de atuação possíveis: Acolhimento de novos coagricultores; Convivência; Tesouraria; Comunicação; e Organização de encontros e reuniões. Foi proposto que houvesse uma espécie de rodízio das pessoas nas atividades. Sugeriu-se um período inicial de três meses.

Conforme parte da entrevista com Agri_G7: *O fundamental nessa CSA é que todas as pessoas que participam da iniciativa são sujeitos desse processo, tanto na organização do que vai ser produzido, de como vai ser produzido, mas também depois, no processo de distribuição dos alimentos. Todos participam efetivamente desse processo.* Esta CSA caracteriza-se como sistema participativo, que mobiliza a população urbana em apoio às iniciativas de agroecologia desenvolvidas por camponeses e camponesas.

Após um ano e meio de existência, o grupo deu mais um passo na caminhada por soberania alimentar e fortalecimento da agricultura camponesa agroecológica. Realizou o primeiro encontro presencial, um momento histórico de trocas e construção da CSA na região central do RS. O grupo aposta na construção e fortalecimento de redes de relações mais justas e de cadeias curtas de comercialização como um caminho possível por renda digna e acesso a alimentação saudável para todos.

4.2.5 As AMAP

A Rede Portuguesa de Agroecologia Solidária (REGENERAR)¹⁴¹, constituída em dezembro de 2018, reúne seis AMAP e uma CSA, localizadas em zonas urbanas de norte a sul do país¹⁴² (Quadro 18).

Quadro 18 - Campos analíticos heurísticos das AMAP em Portugal

Campos analíticos heurísticos	AMAP
Localização	Famalicão, Gaia, Porto, Guimarães, Matosinhos, Santiago do Cacém, Palmela
Origem	Entre 2014 e 2019, pela iniciativa de agricultores que mobilizou outros moradores locais
Cadeia de abastecimento	Agricultura familiar
Métodos de produção de alimentos	Agroecológica com certificação biológica e/ou Sistema Participativo de Garantia (SPG)
Forma de encomenda	Google Forms, Telefone, WhatsApp, <i>e-mail</i> e/ou presencialmente
Forma de entrega	Semanal, quinzenal ou mensal, conforme a unidade familiar
Colaboração/aporte financeiro	No final do mês; antecipado
Consumidores	Entre 3 e 40 unidades familiares
Governança	Produtor recebe encomendas e pagamentos e manifesta as necessidades. Assembleias anuais. Sociocracia ¹⁴³
Entidade legal	Nenhuma entidade jurídica
Interação produtor-coprodutor	Dias de entrega, visita aos produtores, refeições partilhadas, atividades culturais
Rede de atuação	REGENERAR, ONG Grupo Ação Intervenção Ambiental (GAIA)

Fonte: Elaboração própria (2021).

As AMAP, constituem-se como associação informal, sem personalidade jurídica, com relativa governança democrática. Ocorrem uma a duas reuniões por ano para apresentar resultados, refletir sobre a evolução do grupo e discutir planos. Alguns grupos promovem a autogestão nos pontos de entrega, embora a resposta de participação seja baixa (Espelt & Moreira, 2019). Conforme a Carta de Princípios das AMAP/CSA, os principais objetivos são: a) Manter e desenvolver a agricultura local de forma econômica e socialmente viável, sendo sustentável, justa, de baixo impacto ambiental, criando empregos, ligações pessoais e dinâmicas de coesão no território; b) Promover uma atitude responsável dos cidadãos para com os alimentos; c) Apoiar a economia local, justa e solidária; d) Promover a cidadania e modelos de economia

¹⁴¹ Constituída por um representante de cada AMAP, tem uma equipe dinamizadora e, por um ano, esta equipe vai organizar as atividades das AMAP.

¹⁴² Dados obtidos até dezembro de 2020.

¹⁴³ A sociocracia é um conjunto de princípios que delineiam a distribuição do poder de maneira a fluir com a vida. A sociocracia impede grandes acúmulos de poder e assegura que o fluxo de sua distribuição seja mantido (Koch-Gonzales & Rau, 2019). O objetivo é proporcionar clareza para se poder trabalhar, para que toda a equipe tenha segurança emocional e para que o processo ocorra.

solidária; e) Contribuir para a segurança e soberania alimentar (Moreira & Almeida, 2020, p. 76).

Todas as iniciativas das AMAP tiveram o incentivo inicial por parte dos agricultores. Para organizar os pedidos e planos de distribuição dos alimentos, as AMAP utilizam o recurso do Google Forms que permite fácil interação entre produtores e coprodutores. Uma iniciativa utiliza paralelamente a plataforma de código aberto Katuma da *Open Food Network* (Espelt & Moreira, 2019). O peso médio de cada cabaz varia entre 4 e 6 quilos, conforme a possibilidade de colheita de cada semana. Todas as iniciativas têm condições para aumentar o número de coprodutores. Quase todas as AMAP são da agricultura familiar e, quando necessário, contratam alguém para ajudar ou recebem voluntariado.

A maior parte das AMAP são de cultivo e produção em pequena escala, e possuem em média dois a três hectares. Alguns produtores que fornecem os alimentos para a iniciativa AMAP têm uma pequena empresa formalizada¹⁴⁴ e são certificados em modo de produção biológico. Nestes casos, a produção agrícola não é exclusivamente para a AMAP. Uma dessas empresas também tem a certificação no modo de produção biodinâmico. No entanto, outras duas utilizam Sistema Participativo de Garantia – SGP, como desenvolvido em outros países como o Brasil e alguns países europeus (Loconto & Hatanaka, 2018) para garantir a qualidade dos produtos e os modos de produção.

Uma das agricultoras utiliza a prática da permacultura¹⁴⁵ na unidade produtiva, permitindo uma visão mais holística de como curar o planeta, tocando, para além do como trabalhar à terra, também o cuidar das pessoas e a partilha justa de recursos, de saberes e de vivências¹⁴⁶.

Em todas as AMAP os alimentos são entregues na forma de cabaz. Na CSA, utiliza-se o termo “cota”¹⁴⁷. Devido à variedade de produtos que são entregues com diferentes frequências, os alimentos/produtos têm prazos para serem solicitados. Por exemplo, os legumes e hortaliças são entregues semanalmente, quinzenalmente chegam os ovos, e mensalmente, o azeite, mel, doces. Outros produtos ainda são entregues conforme a disponibilidade, especialmente frutas sazonais.

No que respeita à governança nas AMAP: i) o produtor recebe as encomendas e os pagamentos

¹⁴⁴ Agrinemus, ChuchuBio, BioSilvares, Quinta da Serrinha, Cogumelos do Migaas, entre outras.

¹⁴⁵ Desenhar, planejar e criar ambientes e ecossistemas em que haja uma boa relação entre homem e todos os outros seres que existem, envolve *design*, práticas agrícolas, ecoconstrução, consumo de energias renováveis, entre outros.

¹⁴⁶ Disponível em: <https://agrinemus.com/sobre-nos/2/>

¹⁴⁷ O termo “cota” pode estar relacionado ao fato de a CSA pertencer a uma cooperativa. Na cooperativa subscrevo uma cota e tenho direito a tanto (Entrevista com Org_4).

e manifesta as necessidades (ajuda no espaço de partilha, ajuda para colher abóboras, entre outras). Por outro lado, o coprodutor tem uma ideia, partilha no grupo e, havendo consentimento, implementa a proposta (criação do *site* das AMAP); ii) todas as iniciativas realizam ao menos uma assembleia anual para fazer o balanço do ano, discutir necessidades e avaliar sucessos e insucessos. Em outra AMAP todos os acordos são consentidos¹⁴⁸ de forma participativa com auxílio da ferramenta da Sociocracia «para já, está bom – é seguro, vamos tentar». Os coprodutores firmam um compromisso com os produtores por ciclos de consumo, algumas vezes trimestrais, outras semestrais.

São realizados momentos de avaliação que permitem integrar e evoluir nas aprendizagens. Essas aprendizagens são feitas com os produtores e os coprodutores, e assim se constrói a comunidade com as características do ecossistema que está ali presente. Uma iniciativa utilizou o recurso do mural para consultar os coprodutores sobre o tipo de alimentos que gostariam de receber no ciclo seguinte, e o “Barômetro da AMAP” para celebrar os sucessos e identificar as necessidades do grupo (Figura 12).

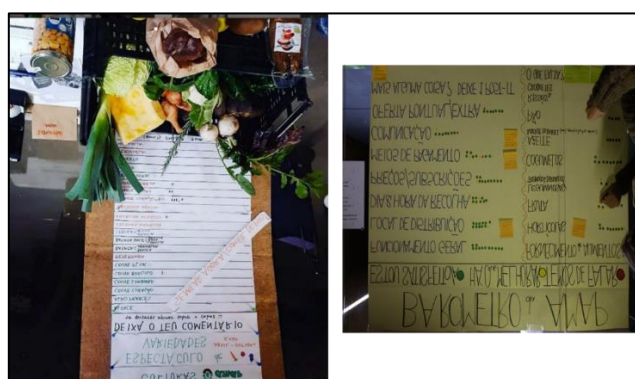


Figura 12 - Planejamento de culturas, 2020; Barômetro da AMAP, janeiro 2021

Fonte: <https://www.instagram.com/p/B7HHNm1p-3u/>; <https://bit.ly/36aJzJR>

A Figura 12 evidencia: i) o planejamento das culturas agrícolas a ser desenvolvida nos meses de abril a outubro de 2020; e ii) em janeiro de 2021, os itens pontuados na iniciativa, com destaque para o funcionamento geral, o local de entrega e atenção para a forma de pagamento e itens que podem ser mais bem trabalhados. Cada produtor tem papel essencial na AMAP e

¹⁴⁸ O consentimento é o método padrão de tomada de decisão na sociocracia. Nele, as propostas apresentadas são aprovadas quando ninguém tem uma objeção a elas (Koch-Gonzales & Rau, 2019, p. 9).

está presente no espaço de partilha semanalmente¹⁴⁹. *Houve uma grande evolução na iniciativa, pois efetivamente ocorre o contato produtor/coprodutor (C6).*

A AMAP_M envolve os agricultores do seu entorno e, conforme as possibilidades de cada um, fazem a troca de produtos e/ou serviços. Por exemplo, quando a vizinha tem disponibilidade de ovos, ela disponibiliza para a AMAP fazer a distribuição; outra contribuição da AMAP_M é que envolve os demais produtores da região e os auxilia, sensibilizando-os e acompanhando-os para que façam a reconversão de suas unidades produtivas convencionais para o modo de cultivo biológico. Também utiliza a ferramenta de WhatsApp para estudos sobre agrofloresta. Ainda, nesta iniciativa, se possibilita a atividade de voluntariado, situação semelhante à apresentada por Calheiros e Carvalho (2019).

Quanto à formação dos valores/preço nas AMAP, destaca-se a fala da agricultora Agri_Q2¹⁵⁰: *nunca me identifiquei com o preço dos biológicos, com os preços do convencional. Quando levava o produto aos mercados, tinha que fazer o preço que os meus colegas faziam para não competir com eles, aqui, na AMAP, construímos uma relação entre produtores e coprodutores e conseguimos estabelecer o que é melhor para cada um. Acredito que isso é mesmo revolucionário, porque ninguém fica de fora, (com muita emoção a agricultora continua) todas as pessoas têm direito a comida boa e saudável.*

Em Portugal existe pelo menos uma AMAP em que os consumidores (coprodutores) garantem o 13º mês aos agricultores, ou seja, anualmente realizam a oferta de uma cota a mais, sem a necessidade do retorno de alimentos, a título de contribuição aos produtores.

Uma AMAP faz agricultura biológica no modelo agroflorestal, isto é, tudo o que é cultivado pela iniciativa nasce dessa simbiose entre árvores e as outras culturas: *as hortícolas não consomem tudo aquilo que têm que consumir, vão buscar as árvores e vice-versa, e acontece a simbiose*, acrescenta Agri_Q4.

No âmbito geral, todas as AMAP estão ligadas à Rede REGENERAR. No entanto, cada iniciativa constrói a sua rede de atuação conforme a necessidade local. Em determinadas ocasiões realizam parcerias com Centros de Investigação e Universidades; outras têm uma

¹⁴⁹ Após o comunicado que a família fornecedora de hortícolas cessará a atividade agrícola, a partir de 2022, e deixará de fornecer produtos à AMAP os coprodutores se organizaram, passaram a sistematizar aspectos que poderiam ter sido melhor desenvolvidos. Discutidos os métodos e critérios para a entrada de novos produtores a AMAP. Os aspectos foram: certificação, disponibilidade para estar no espaço de partilha, número de semanas que consegue fornecer alimentos para 40 famílias, produção anual, número de variedades, pessoas envolvidas na exploração agrícola, proximidade, área produtiva, se tem estufa, condições de transporte, conhece os valores da AMAP, se estão habituados a trabalhar de forma associativa, ou seja, trabalhar em coletivo, qual a rotina do agricultor (dia da colheita, dia de distribuição, tipo de distribuição – porta-a-porta, mercado, distribuem produtos de outros produtores).

¹⁵⁰ Matéria disponível em: <https://www.facebook.com/PrimaverAE2021/videos/261528262326818> Como criar (não uma, mas) 5 AMAPs. Minuto (51:24) e (51:52)

relação estreita com o Grupo de Ação Intervenção Ambiental (GAIA). As parcerias podem ser locais ou mesmo internacionais.

4.2.6 A CSA Partilhar as Colheitas

Em Portugal, além das seis AMAP existentes, também faz parte da Rede REGENERAR a CSA Partilhar as Colheitas (Quadro 19).

Quadro 19 - Campos analíticos heurísticos da CSA Partilhar as Colheitas

Campos analíticos heurísticos	CSA Partilhar as Colheitas
Localização	Herdade do Freixo do Meio/Foros de Vale Figueira, Portugal
Origem	Em 2015, por iniciativa do agricultor que vislumbrou na CSA modelo de consumo e de produção alimentar biológica de proximidade, responsável e consciente.
Cadeia de abastecimento	Múltiplos fornecedores, pequenos agricultores, cooperativas sociais, pequenas agroindústrias
Métodos de produção de alimentos	Agroecológica, com certificação biológica.
Forma de encomenda	<i>Software on-line</i>
Forma de entrega	Semanal ou quinzenal. Cotas ou pedidos conforme a unidade familiar
Colaboração/aporte financeiro	Ao final de cada mês, em uma única fatura
Consumidores	180 unidades familiares
Governança	Existe uma coordenação central de gerenciamento e uma rede de colaboradores atuando em nove pontos de distribuição.
Entidade legal	Cooperativa
Interação agricultor-consumidor	Visita à Herdade, atividades educacionais e culturais, reuniões periódicas
Rede de atuação	Pequenos agricultores, REGENERAR, Universidade, Rede Portuguesa de <i>Slow Food</i> .

Fonte: Elaboração própria (2021).

A Cooperativa de Usuários do Freixo do Meio está localizada na região do Alentejo, conselho de Montemor-o-Novo, localidade de Foros de Vale de Figueira, com 600 hectares na Herdade do Freixo do Meio, baseado em dois grandes conceitos: o modelo de agrofloresta do Montado e agricultura regenerativa¹⁵¹.

A partir de 1997 converteu toda a área da quinta em agricultura biológica. A Cooperativa de Usuários Freixo do Meio¹⁵² é, desde janeiro de 2018, uma cooperativa integral de consumo

¹⁵¹ Matéria explicativa sobre os conceitos de agricultura regenerativa e agrofloresta, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f9cJHqawgDM> Acesso em 10 março 2021.

¹⁵² Matéria detalhada sobre a origem da Herdade Freixo do meio está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=keGPLXJy8Vk> Acesso em 10 março 2021.

protegida pela Lei Portuguesa de Economia Social¹⁵³. Em 2019 recebeu o prêmio de Mérito em Sustentabilidade atribuído pela Fundação INATEL¹⁵⁴.

A cooperativa busca o equilíbrio entre o homem e a natureza, entre o montado, o olival, os pomares, o pinhal e as produções de hortícolas e, assim, contribuir para uma soberania alimentar local¹⁵⁵. Por meio de práticas sustentáveis que repõem no solo tudo o que dele lhes retiram, conservando o ciclo natural dos nutrientes, a cooperativa produz alimentos saudáveis (Ferro, 2020). Dispõe de duas lojas físicas que vendem todos os produtos cultivados e transformados, através das sete micro fábricas existentes na Herdade¹⁵⁶. Possui uma loja *on-line* e uma categoria de economia planificada – CSA Partilhar as Colheitas.

Na Herdade, entre as atividades desenvolvidas¹⁵⁷, destacam-se três projetos: i) CSA “Partilhar as Colheitas” – modelo socioeconômico relativamente novo de produzir alimentos de boa qualidade, organizar a distribuição e as vendas de uma maneira mais social, cuidando do planeta; ii) Projeto LIFE¹⁵⁸ – ajuda a propostas de projetos relacionados ao meio ambiente e ações pelo clima; e, iii) *Slow Food* Oasis Colibri – rede de consumidores e produtores que vão de encontro ao que representa a comida *slow food* e promove uma nova filosofia que combina prazer e conhecimento (Rosa, 2018).

Através do Programa CSA Partilhar as Colheitas, um modelo de consumo e de produção alimentar biológica de proximidade, responsável e consciente: i) estabelece um compromisso mútuo entre consumidores e quem produz, ligado por valores de solidariedade e confiança, com preços fixos e assente no reconhecimento do alimento como *Bem Comum*; e, ii) consegue uma economia social com a produção local, com 35 cooperantes e seis agricultores interligados¹⁵⁹ que trabalham em permanência na Cooperativa para fornecerem 25% da alimentação (Figura 13) das 180 famílias coprodutores, com quem têm corresponsabilidade de cotas para os 6 meses do ciclo produtivo, com entregas semanais ou quinzenais (Ferro, 2020).

¹⁵³ Citação disponível na página *online* da Cooperativa de Usuários do Freixo do Meio em <https://bit.ly/3vjASrB>. Acesso em 10 março de 2021.

¹⁵⁴ Disponível em: <https://bit.ly/2QNRpVH> Acesso 10 março 2021.

¹⁵⁵ Mais informações: <https://www.arc2020.eu/letter-from-the-farm-welcome-to-the-herdade/?fbclid=IwAR38KcJuGUS9Qof7AUPWoieUSOIc-zM8zpDmhsANpkxX4TuXAPyPYyefQL8>

¹⁵⁶ Uma padaria, unidade de transformação de carne, uma charcutaria, uma sala de abate de aves, uma transformação de vegetais, uma cozinha e um lagar de azeite. Disponível em: <https://bit.ly/3fG7DZs> Acesso: 10 março 2021.

¹⁵⁷ A Herdade dispõe de: um Restaurante/Cantina, um Café-Esplanada, uma casa de hóspedes, Eco-hostel com cinco quartos, Casa da Malta com nove quartos, Escola com sala de convívio e biblioteca, Eco-camping, e uma Lavandaria comum. É uma Aldeia Solar desde 2017, produzindo grande parte da energia elétrica consumida. Disponível em: <https://bit.ly/3fG7DZs>

¹⁵⁸ A evolução deste projeto está disponível em: <https://www.facebook.com/events/218948612391846/> Acesso 10 março 2021.

¹⁵⁹ Disponível em: <https://bit.ly/2RHioTe> Acesso 10 março 2021



Figura 13 - Um espaço de partilha dos alimentos da CSA Partilhar as Colheitas

Fonte: Disponível em <https://www.facebook.com/CCLAV-Centro-Comunit%C3%A1rio-de-Linda-a-Velha-122319971123648/photos/pcb.3841381102550831/3841380852550856/>. Acesso em 11 março 2021.

As entregas ocorrem semanalmente¹⁶⁰ para os nove pontos de distribuição¹⁶¹ localizados no Alentejo, em Lisboa e na Margem Sul do rio Tejo. Os pontos de distribuição incluem lugares como residências, universidade e lojas. Devido ao número – em torno de 17 – e à diversidade de cotas¹⁶² a serem entregues, os dias de entrega foram sistematizados por região. Os coprodutores podem escolher livremente entre estas cotas (vegetais, fruta, carne, pão, leite, ovos, queijo, sopa, azeite). As cotas de um mês são pagas todas juntas, ao final do mês.

As famílias que desejam receber as cotas preenchem um formulário e enviam a inscrição por endereço eletrónico para a csafréixodomeio@gmail.com e abrem uma conta na loja *online*: <https://www.herdadedofreixodomeio.pt/register>. Desta maneira, o coprodutor, além de participar do programa CSA, pode, em qualquer momento, fazer compras na loja *online* para complementar a cota.

O agricultor Esp_4 destaca: *este movimento, inclusive da CSA - é essencialmente uma fórmula de esperança na regeneração dos ecossistemas e numa verdadeira sociedade nova. A questão da soberania alimentar ocorre em projetos efetivos onde as pessoas possam perceber*

¹⁶⁰ Em maio de 2020, foram entregues, por exemplo, 85 cabazes de vegetais distribuídas todas as semanas, 45 frangos, 160 caixas de ovos e 80 pães, entre outras cotas (informação obtida durante a entrevista com a Coordenadora da CSA Partilhar as Colheitas – Co_id_5).

¹⁶¹ Alentejo (Herdade do Freixo do Meio, Évora, Montemor-o-Novo); Lisboa (Loja da Avenida de Madrid, Campo d’Ourique, Faculdade de Ciências, Linda-a-Velha); Margem Sul (Almada, Azeitão); além das entregas ao domicílio mediante um custo adicional. Disponível em: <https://bit.ly/3uchPOI> Acesso em 10 março 2021.

¹⁶² Cotas de: Vegetais, Fruta, Ovos de Galinha, Leite Cru, Leite de Pasteurizado, Queijo Gouda Jovem, Sopa, Pão Alentejano, Pão Bolota, Carne de 1/2 Frango, Carne de 1 Frango inteiro, Carne de 1 Frango partido em 2, Carne Picada de Vitelão, Carne de Vitelão, Carne de Porco Preto, Quota Carne do Borrego Merino, Hambúrgueres Vegetarianos, Empadas Tradicionais, cota da Azeitona Galega. A oferta de cotas pode variar conforme a estação do ano (primavera-verão e outono-inverno).

*verdadeiramente as consequências do modo como se alimentam e possam participar de uma forma coletiva na construção de uma realidade em ecossistemas, seja lá de alterações climáticas, perda da biodiversidade e outras formas muito mais efetivas*¹⁶³. Afirmativa que reforça a reflexão do agricultor Esp_4 por meio do artigo “Os comuns no mundo a haver”, publicado em abril de 2020: *Nos Comuns o foco é o que precisamos não o que podemos vender; o resultado é a abundância e não a escassez. A governança é policêntrica, sociocrática e meritocrática; não sendo definidas pelo Estado/Mercado, as relações sociais e o poder são descentralizados, o acesso aos recursos materiais é definido por limites e regras escolhidas pelos usuários, sendo o acesso aos recursos não materiais* (Sendim, 2020).

Sobre olhar à terra como expressão do sagrado na sua obra da criação, Sendim (2019) fala: *o sagrado*¹⁶⁴ *implica um princípio que existem coisas que não fomos nós que criamos e que são absolutamente dependentes... é preciso compreender, aceitar e servir. A comida é o cordão umbilical que nos liga diariamente ao nosso ecossistema, a mãe natureza. Nascemos aqui e somos totalmente dependentes da criação, somos dependentes dos pássaros, das árvores, das plantas. Elas não estão cá para nós as usarmos; estão cá para fazer parte do mesmo sistema superinteligente. Exploramos a nossa mãe? O nosso planeta é a nossa mãe e como tal não devemos explorá-lo, o nosso cordão umbilical é a alimentação.*

4.3 Convergências e divergências

Os seis casos apresentam diferentes características que compõem práticas e discursos. No entanto, pontos de convergência são encontrados.

4.3.1 Localização

No que respeita à localização, estas iniciativas de abastecimento de alimentos são encontradas tanto em grandes centros urbanos, como Lisboa, Porto e Porto Alegre, quanto em cidades de médio e pequeno porte, como é o caso de Caxias e Santa Maria. Todos os casos podem desenvolver vínculos entre as áreas urbanas e rurais próximas através das iniciativas de

¹⁶³ Disponível em: <https://www.facebook.com/PrimaverAE2021/videos/261528262326818> minuto 32:00. Acesso em 9 abr. 2021.

¹⁶⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pa0GbipQDMM> Acesso em 10 março 2021.

abastecimento (Baltazar *et al.*, 2017; Junqueira & Moretti, 2018; Opitz *et al.*, 2017) que, além de valorizarem os produtos locais, apreciam as culturas e os ambientes que ali estão.

4.3.2 Origem

Nos casos da CSA RS, o passo inicial é dado por consumidores (Junqueira & Moretti, 2018). Em todos os casos de Portugal, as iniciativas foram estimuladas por produtores (Espelt & Moreira, 2019). Os produtores das AMAP/CSA tinham nível alto de educação em comparação com outros produtores da região do estudo.

Esta diferença no impulsionar das iniciativas (consumidores no Brasil e produtores em Portugal) pode impactar a sustentabilidade das próprias iniciativas. Num caso elas emergem “puxadas” pelo mercado, no outro (Portugal) são dirigidas/orientadas pela produção.

No entendimento de Paul (2019), o compromisso dos consumidores ao iniciar uma CSA para fornecer melhores meios de subsistência e oportunidades para os agricultores é materializado quando: i) possibilita o acesso à terra por meio de parcerias com suas comunidades; ii) fornece o capital de giro para as operações agrícolas antes da estação de plantio; iii) possibilita renda confiável e adequada para o agricultor; e, iv) compartilha os riscos e recompensas da unidade produtiva.

Sobre o período temporal, as iniciativas tiveram origem entre 2014 e 2020, com destaque para a CSA SM, que surgiu em meio à pandemia, no ano de 2020, a partir de grupos sociais e projetos vinculados a universidade.

4.3.3 Cadeia de abastecimento

Todos os casos são focados na oferta local, em que a comida vem de áreas próximas (Renting *et al.*, 2003), oriunda da agricultura familiar ou de pequenos agricultores, trazendo benefícios mútuos para agricultores e consumidores por eliminar intermediários, assim como atividades e materiais desnecessários (longos períodos de armazenagem, rótulos, embalagens, entre outros) (Chiffolleau *et al.*, 2016, 2019; Marsden *et al.*, 2000). Pelo motivo da curta distância territorial desde a origem até a entrega dos alimentos, os legumes são frescos, grande parte colhidos no mesmo dia da entrega.

4.3.4 Métodos de produção de alimentos

Os métodos de produção utilizados são principalmente de baixo impacto ambiental, como manejo orgânico, agroecológico ou biodinâmico (Lamine, Darnhofer, *et al.*, 2019; Magda *et al.*, 2019; Moreira, 2018). A maioria das iniciativas realiza o modo de produção agroecológico e possui certificação orgânica, biológica ou um selo denominado Sistema Participativo de Garantia (SPG) (Loconto & Hatanaka, 2018; Soares, Tavares, *et al.*, 2020). A CSA SM e as AMAP Sado e Alvalade auxiliam no processo de transição agroecológica dos agricultores locais. Em todos os casos, a preferência por produtos artesanalmente processados conserva os saberes locais e fomenta novas iniciativas (Cristóvão & Tibério, 2009; Tibério, 2004).

4.3.5 Forma de encomenda

As encomendas acontecem por meio de interações face a face ou por telefonemas. Além disso, todas as iniciativas utilizam a Internet através aplicativo do WhatsApp ou, no caso de algumas iniciativas portuguesas, um *software* específico para realizar os pedidos (Hinrichs, 2000; Martindale, 2020; Matzembacher & Meira, 2019).

4.3.6 Forma de entrega

A forma de entrega acontece basicamente semanal ou quinzenalmente. Essa periodicidade implica na rotina dos participantes (Henderson, 2010; Soria, 2016). Os agricultores organizam suas colheitas e a logística de entrega e, em quase todos os casos, estão presentes no espaço de partilha principal, com exceção da CSA Partilhar as Colheitas. Na CSA SM existe grande envolvimento dos coagricultores na logística de recolha dos alimentos na unidade produtiva, espera no ponto de entrega e, em casos especiais devido à pandemia, realizam a entrega de alguma cota na residência de outro coagricultor.

4.3.7 Colaboração/aporte financeiro

Normalmente o valor investido na unidade produtiva para apoiar o processo de cultivo e proporcionar a estabilidade do agricultor para desenvolver a atividade agrícola ocorre no início de cada mês, ou seja, o coagricultor faz o investimento antecipado para posteriormente receber a cota ou cabaz correspondente (Andreatta *et al.*, 2008; Freedman & King, 2016). Na maioria das iniciativas o valor é repassado diretamente para o agricultor, noutras existe um consumidor

responsável para receber os valores e repassar aos agricultores. Na CSA Partilhar as Colheitas o pagamento é realizado ao final do mês, em uma fatura única.

Quadro 20 - Valor da cota

Iniciativas	Itens ofertados (quantidade média)	Valor da cota	Responsável pelo recebimento da cota	Periodicidade da entrega dos alimentos
AMAP Porto PINC	10	€ 40,00	Agricultor	Semanal ou quinzenal
AMAP Sado e Alvalade	12	€ 55,00	Agricultor	
AMAP Quinta Maravilha	8	€ 29,00	Agricultor	
AMAP Guimarães	10	€ 40,00	Agricultor	
CSA Partilhar as Colheitas	**	**	Colaborador da CSA	
Ressignificar a Vida	7	€ 22,00 a 55,00	Agricultor	Semanal
CSA Caxias	10	€ 35,00	Coord. do Projeto	
CSA POA	8	€ 32,00 a 55,00	Agricultor	
CSA Guandu e FlorEser	5	€ 20,00	Agricultor	

* O valor em real foi convertido para euros na proporção de 1€ = R\$ 5,39 (valor convertido em março de 2020).

** Iniciativa disponibilizava 17 tipos de cotas, portanto o valor variava de acordo com o pedido de cada cotista.

Fonte: Elaboração própria (2021).

O Quadro 20 apresenta o valor que cada coagricultor colabora mensalmente para suportar o trabalho dos agricultores. Os valores diferem de acordo com a realidade de cada iniciativa pois depende dos custos de produção e do número de coagricultores envolvidos. Total que, no entendimento dos agricultores, viabiliza a manutenção do organismo agrícola bem como as necessidades básicas da família agricultora.

Com a finalidade de fornecer uma alternativa viável à unidade produtiva (Paul, 2019), o suporte dos membros nas iniciativas analisadas foi demonstrada em momentos como: i) a mobilização do grupo para a compra de um freezer; ii) a realização de *crowdfunding* para aquisição de estufa; iii) a quitação do financiamento de uma máquina agrícola e, iv) alcance de recursos para o concerto de um açude para a criação de peixes.

4.3.8 Consumidores

O perfil sociodemográfico das iniciativas está caracterizado nos itens 4.4 e 4.5 desta tese. Em termos quantitativos, os casos de menor dimensão, as AMAP Matosinhos e Gaia, possuíam oito unidades familiares e a maior, a CSA Partilhar as Colheitas, 180 unidades familiares. As demais iniciativas tinham em média 20 unidades familiares. Logo, o tamanho do grupo influencia na

dinâmica de funcionamento e na capacidade dos atores de organizarem uma logística funcional para todo o processo.

Os consumidores participam das iniciativas por diversos motivos (Blättel-Mink *et al.*, 2017; Bougherara *et al.*, 2009; Flora & Bregendahl, 2012). Eis algumas razões: i) aquela família com filhos pequenos que deseja oferecer comida saudável e livre de venenos para suas crianças; ii) os neorrurais que já tiveram vivências em outras iniciativas similares e estão habituados a fazer parte de AMAP/CSA; iii) pessoas preocupadas com a alimentação saudável; iv) movidos pela curiosidade na proposta da iniciativa, envolvidos passam a gostar e permanecer no grupo; v) o preço é mais econômico para os consumidores, assim como os pagamentos são mais elevados para os agricultores; vi) acesso a alimentos diferenciados que normalmente não se encontram nos mercados convencionais; e, vii) origem e saudabilidade dos alimentos.

4.3.9 Governança

A forma de governança tem relação direta com o tamanho do grupo (Bobulescu, Le, Vitari & Whittingham, 2018; Moore, McCarty, Byrne & Ward, 2014). No caso das iniciativas analisadas e que havia um grande número de consumidores (180), ocorre uma gestão central. Nas iniciativas analisadas, independentemente do número de participantes, todos envolvem a participação dos agricultores que, geralmente, estão presentes no espaço de partilha dos alimentos. Num caso específico a gestão era realizada exclusivamente por uma produtora. “Esta gestão tem ocorrido desde sempre a mais de 90% pela Produtora. Eu pontualmente dava uma ajuda” (Co_id_6, WhatsApp).

Em alguns casos os consumidores realizam a autogestão e fazem revezamento para organizar e entregar os alimentos, também estabelecem grupos de trabalho em áreas prioritárias, como finanças, comunicação e acolhimento. Nas iniciativas menores, para o aceite de um novo membro, este é indicado por um coagricultor e apresentado em reunião geral. Todas as iniciativas realizam ao menos uma assembleia geral anual para apresentar o percurso e definir estratégias de continuidade. Noutra iniciativa, a governança ocorre de maneira rápida e pontual com o recurso da sociocracia.

CSA/AMAP não consiste em um sistema de compras coletivas de orgânicos ou em um serviço de entrega de cestas. A CSA se estabelece a partir do compromisso entre agricultor e coagricultores por um período determinado, geralmente seis ou doze meses nos quais dividem

tarefas de apoio da comunidade, como o cuidado com os pontos de convivência, a comunicação no grupo e o controle financeiro (CSA Brasil, 2020).

4.3.10 Entidade legal

Quase todas as iniciativas de AMAP/CSA observadas não possuem registro legal. Como mencionado em uma delas, alguns agricultores possuem o registro de seus empreendimentos, no entanto, as CSA que foram vinculadas operam em um ambiente mais informal, mesmo tendo relação com associações comunitárias ou cooperativas (CSA Brasil, 2020) .

4.3.11 Interação agricultor-consumidor

As iniciativas organizam atividades culturais e sociais, como visitas a unidades produtivas, palestras, almoços (Darolt, 2012; Darolt *et al.*, 2016). A combinação dos dias de entrega com outros momentos em que agricultores e consumidores interagem pode contribuir para o fortalecimento da relação, inclusive, entre os mundos urbano e rural, quando permite aos consumidores saber o que está acontecendo com os agricultores e se seus cultivos são afetados por diferentes circunstâncias. *Ir buscar os alimentos é quase uma colheita, porque os alimentos ou foram colhidos no mesmo dia, ou foram colhidos no dia anterior* (Org_3). As visitas às unidades produtivas dos agricultores desempenham um papel fundamental nesta relação, ocasião em que as amizades são estabelecidas e também porque os consumidores têm a oportunidade de ver o modo de vida dos agricultores e compreender as condições em que vivem e realizam as atividades agrícolas.

Existe um cuidado em promover espaços de socialização, oportunizando com que os consumidores percebam nas relações sociais uma das principais motivações para estar engajado nestas iniciativas (Peneireiro & Silva, 2018). Por exemplo, o envolvimento das crianças, tanto filhas e filhos dos agricultores quanto os filhos e filhas dos coagricultores, são as referências para sustentar a escolha em participar de uma iniciativa CSA/AMAP, ou seja, são a motivação inicial para muitas famílias participarem da iniciativa. Comunicação interna com os coagricultores para a conscientização e sensibilização sobre os princípios do movimento e comunicação externa com a finalidade de envolver mais pessoas que tenham o perfil de CSA.

Dar esse suporte a quem cultiva, não simplesmente produtos, é recolocar no centro das atenções as mais potentes capacidades humanas, é construir pontes que se reverberam nos dez Princípios como um guia sugestivo capaz de pautar a construção de comunidades onde coagricultores e

agricultores se interessem uns pelos outros.

4.3.12 Rede de atuação

Cada iniciativa, de acordo com sua realidade, constrói a sua rede de atuação (Molina & Pohlmann, 2015), normalmente, com os movimentos sociais e as ONGs, especialmente para aqueles que lutam pelo desenvolvimento rural, alimentação e agricultura. A categoria de movimento social com a qual as iniciativas estão conectadas reflete sua identidade e suas práticas. Por exemplo, o vínculo ao Movimento Campesino a Campesino e ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra, a Rede Portuguesa de Agroecologia Solidária, em determinadas ocasiões com projetos de universidades; O desenvolvimento das dinâmicas de ativismo alimentar tem um potencial cívico/político de transformação do ambiente, por meio da CSA/AMAP (Haney *et al.*, 2015; Henderson & Van En, 2007).

O Quadro 21 se destaca um breve resumo identificado em cada campo heurístico analisado, no tocante a semelhanças e diferenças das CSA RS e AMAP de Portugal.

Quadro 21 - Semelhanças e diferenças das iniciativas

Campos analíticos heurísticos	CSA RS	AMAP/CSA
Localização	Porto Alegre, Caxias, Santa Maria.	Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos; Guimarães, Famalicão, Montemor-o-Novo; Santiago do Cacém; Palmela.
Origem	Iniciada por consumidores (emergem puxadas pelo mercado). Entre 2014 e 2020.	Iniciada por produtores (orientadas pela produção). Entre 2014 e 2019.
Cadeia de abastecimento	Múltiplos fornecedores: agricultores familiares, pequenos agricultores, cooperativas sociais.	Múltiplos fornecedores, pequenos agricultores, cooperativas sociais, pequenas agroindústrias.
Métodos de produção de alimentos	Manejo orgânico, agroecológico ou biodinâmico. Certificação orgânica ou Selo SPG. Auxiliam no processo de transição agroecológica.	Produção agroecológico e certificação biológica.
Forma de encomenda	<i>Face to face; WhatsApp; Software on-line.</i>	Face to face; telefone; <i>Software on-line</i>
Forma de entrega	Semanal. Alimentos colhidos na semana. Recebem pedidos "extras".	Semanal, quinzenal ou mensal. Cotas ou pedidos conforme a unidade familiar.
Colaboração/aporte financeiro	No início de cada mês.	Ao final de cada mês, em uma única fatura.
Consumidores	Média de 20 unidades familiares.	AMAP, 17; CSA, 180 unidades familiares.

Governança	Participação dos agricultores nos espaços de partilha. Indicação de novo membro. Auto-gestão. GTs.	Participação dos produtores AMAP nos espaços de partilha. Na CSA, coordenação geral de gerenciamento. Assembleia Geral. Sociocracia.
Entidade legal	CSA são informais.	AMAP são informais, embora alguns agricultores possuem registro dos seus empreendimentos.
Interação agricultor-consumidor	Atividades culturais e sociais, como visitas a unidades produtivas, palestras, almoços.	Atividades culturais e sociais, dias de entrega, palestras, refeições partilhadas.
Rede de atuação	Movimentos sociais e ONGS: Movimento Campesino a Campesino; Movimento dos Trabalhadores sem Terra; Movimento dos Pequenos Agricultores; Universidade; EMATER; CONSEA.	REGENERAR; Universidade; Grupo de Ação e Intervenção Ambiental (GAIA); Rede Portuguesa de <i>Slow Food</i> .

Fonte: Elaboração própria (2021).

“Os agricultores também formam uma rede e passam a se ajudar, através da diversificação de alimentos, segurar os desafios, trabalhar como uma comunidade forte e poder atender aos coagricultores”, relata Org_3. O risco e/ou os benefícios de pertencer à rede são de todos, pois, através do apoio mútuo, traduz-se num movimento avesso à motivação para o lucro. O risco é coletivamente distribuído, na abundância e/ou na escassez, ao longo do ciclo anual. Portanto, a natureza de organização de cada CSA/AMAP é diferente, não existe um padrão único, existem diversos padrões. No caso concreto da CSA Partilhar as Colheitas, tratando-se de uma cooperativa que envolve um número de produtores maiores, ou seja, não há um produtor que esteja ligado a um grupo de consumidores. A natureza é diferente, existe uma relação entre um organismo cooperativo que comporta diversos produtores e um conjunto de consumidores e não uma relação entre um produtor e um grupo de consumidores.

Resultados fase II: Diagnóstico e análises das iniciativas

Dedicamos agora a atenção à Fase II “Diagnóstico e análises das iniciativas (pontos 4.4 a 4.10) do Capítulo 4 – Apresentação dos Resultados”. Serão tratados, em subitens separados, a descrição dos agricultores, dos consumidores, o conhecimento dos consumidores sobre a iniciativa de que participavam, os hábitos de consumo alimentar, a relação consumidor-agricultor, a relação entre os consumidores. O último subitem abordará a discussão e comparação entre os países estudados sobre os motivos de participar da iniciativa, cuja leitura será balizada pelos Princípios Teóricos da Teoria das Convenções.

4.4 Quem são os agricultores

Oito agricultores responderam, espontaneamente, ao questionário *on-line* (Apêndice F). Todos declararam que havia pelo menos seis meses ofertavam regularmente alimentos e, no momento em que participaram desta fase da pesquisa, estavam na AMAP do Porto (2), CSA Caxias (2) e FlorEser/Guandu (4). A maioria era do sexo feminino (um da AMAP e 4 da CSA RS).

No que refere à idade dos oito agricultores que responderam ao questionário, foi desde os mais jovens (18 a 29 anos) até os mais velhos (com mais de 60). Os respondentes da AMAP eram solteiros, residiam no espaço rural e desenvolviam a atividade rural de 5 a 10 anos; nas CSA, quatro eram casados, três estavam na atividade rural havia mais de uma década e dois, entre 5 e 10 anos. Os agricultores da AMAP tinham especialização ou pós-graduação; no caso das CSA, havia três com o ensino fundamental, dois com a pós-graduação completa e um cursando a pós-graduação. Todos afirmaram disponibilizar os alimentos em outros canais de comercialização, visto que menos de 25% da renda se originava da venda para a AMAP, no caso das CSA, entre 25 e 49%. Na AMAP, faziam a venda direta ou em lojas especializadas; nas CSA, vendiam diretamente ao consumidor e/ou em feiras locais, razão pela qual afirmaram ter disponibilidade para atender a novos cotistas. Todos os agricultores apontaram que a área utilizada para o cultivo e produção dos alimentos era própria, variando entre 0,5 e 5 hectares. Nas CSA um agricultor informou possuir 25 hectares.

O relacionamento social dos agricultores com os consumidores, por meio de ocasiões como festas, encontros, reuniões, dia de campo, ocorria algumas vezes. Na AMAP, a comunicação clara e empática, e, nas CSA, a troca de saberes, a compreensão das dificuldades e conquistas no campo e a compreensão da sazonalidade dos alimentos foram os itens mais referidos relacionados com a questão ligação agricultor-consumidor. Por outro lado, a relação entre os agricultores da AMAP ocorria, maioritariamente, para trocar informações sobre o manejo da produção; nas CSA, na melhoria da produção para diversificar os alimentos cultivados. Na percepção desses agricultores, os consumidores envolvidos nas iniciativas apresentam preocupação social e ecológica, bem como podem ser agentes transformadores da realidade em que estão inseridos.

Para os agricultores da AMAP nunca havia acontecido pesquisas externas ou diagnóstico sobre a iniciativa. Na opinião dos agricultores das CSA tal ocorreu raras vezes.

Os agricultores entendiam que a iniciativa da qual faziam parte pode contribuir para a melhoria da sociedade quando: i) ocorre mudança na forma de ver os agricultores e os alimentos; ii)

mantém o agricultor no campo; iii) existe comprometimento com os sistemas sustentáveis de produção; e, iv) desenvolve economia solidária e justa. Os depoimentos a seguir expressam tais afirmações:

“É um modelo contra hegemônico que dribla o mercado capitalista, aproxima quem produz de quem consome. É a extensão da mesa camponesa aos trabalhadores da cidade. Ocorre um processo de troca entre camponeses e coagricultores em todos os sentidos. Melhorias na produção, eles incentivam a produzir tais alimentos, trocas de receitas, consciência ambiental” (Agri_Q7).

“Aproxima os produtores dos consumidores criando consumidores mais informados, que fazem melhores escolhas pela sua saúde e ambiente. Permite uma remuneração mais justa aos produtores, pois corta intermediários” (Prod_2).

Os agricultores das CSA declararam que a comunidade contribui ou dá suporte para o desenvolvimento da agricultura familiar em situações específicas como: i) “recebem apoio da prefeitura municipal, Emater e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), além de nós mesmos proporcionar reuniões e encontros de formação” (Agri_Q3); ii) compra de um *freezer* para armazenamento da mandioca e o suporte da logística para entregas dos alimentos; e, iii) ocasiões quando ocorrem troca e resgate de saberes com os demais agricultores da comunidade, partilha de saberes sobre cuidados com saúde através das plantas medicinais, receitas antigas, insumos alternativos, sementes crioulas.

Em ambas iniciativas os agricultores/produtores afirmaram que as formas de compensação financeira e não mercadológica era vital para a subsistência da unidade produtiva.

Todos possuíam certificação antes de fazer parte da iniciativa, logo, na questão sobre a diferença entre produzir de forma convencional e produzir para a CSA, os agricultores relataram o seguinte:

“Muita diferença. Na CSA somos valorizados como Agricultores e assistidos quando necessário, eles vêm ver os seus alimentos e isso é muito legal” (Agri_Q1). *“Há menos desperdício de alimentos”* (Agri_Q2). *“Garantia de comercialização e relação de confiança”* (Agri_Q3). *“Oferecer alimentos saudáveis de qualidade”* (Agri_Q6).

De acordo com a necessidade, os agricultores faziam a troca de alimentos para suprir a demanda de outro agricultor. Desta maneira, evitavam o desperdício de alimentos e, quando ocorriam excedentes doavam aos projetos sociais vinculados à feira onde faziam a entrega dos alimentos.

Num depoimento específico, o agricultor ponderou “temos como princípio só comercializar os alimentos que temos no grupo, não queremos fazer o papel de atravessador. Pois queremos que outros se estimulem a iniciar outros processos” (Agri_Q7).

Grande parte dos produtores portugueses tinham empresa constituída antes de participar das AMAP, portanto as características empresariais de compra e venda se destacavam¹⁶⁵. Os agricultores brasileiros, tinham vivência em associações e coletivos comunitários, logo, estavam habituados a trabalhar de forma colaborativa.

4.5 Quem são os coagricultores

Com o intuito de identificar o perfil dos coagricultores/apoiadores foram analisadas as variáveis sociodemográficas, que incluíam idade, sexo, estado civil, renda, escolaridade, residência, atividade principal (vide questões 41 a 48 – APÊNDICE G)

Como descrito na seção sobre o percurso metodológico da investigação, 116 consumidores responderam espontaneamente ao questionário *on-line*, e oito agricultores. Todos os coagricultores declararam que havia pelo menos seis meses consumiam regularmente produtos orgânicos e, no momento em que participaram desta fase da pesquisa, estavam nas AMAP do Porto, Sado e Alvalade, Maravilha, Gaia ou CSA Partilhar as Colheitas em Portugal, e CSA POA, Caxias, FlorEser/Guandu e Grupo Ressignificar a Vida no RS, Brasil. A maioria era do sexo feminino (75,4% da AMAP e 57,4% da CSA RS). Desse total, 60,9% da AMAP se autodeclararam como a pessoa responsável pela compra dos alimentos consumidos em sua casa, porém 53,2% dos respondentes da CSA RS admitiram que, em algum momento, dividiam essa tarefa com o(a) esposo(a), namorado (a), companheiro(a).

Dos 116 consumidores que responderam ao questionário, 78,45%, encontravam-se na faixa etária entre 30 e 59 anos e afirmaram estar trabalhando. Destes, 32,76% tinham entre 30 e 39 anos; 36,21% entre 40 e 49 anos; 9,48% entre 50 e 60 anos. Dos demais respondentes, ou 21,55% do total, 3,45% tinham entre 18 e 29 anos e 18,10% com mais de 60 anos (Quadro 22). Essa distribuição pode estar relacionada com o poder de compra diferente, com mais tempo e mais disponibilidade, com maior escolaridade.

¹⁶⁵ Os produtores não têm experiência em trabalhar em coletivo neste formato de AMAP, este formato já é uma raridade [...] do que existe normalmente (Coprodutor PR).

Quadro 22 - Variáveis sociodemográficas categorizadas por país de origem das iniciativas

Variável	Categoria	CSA		AMAP	
		N	%	N	%
Gênero	Feminino	27	57,4	52	75,4
	Masculino	20	42,6	17	24,6
Idade (anos)	De 18 a 29	2	4,3	2	2,9
	De 30 a 39	13	27,7	25	36,2
	De 40 a 49	15	31,9	27	39,1
	De 50 a 59	8	17,0	3	4,3
	Maior de 60	9	19,1	12	17,4
Nível de estudos	Ensino médio completo (12º ano)	2	4,3	2	2,9
	Freq. Educ. Superior (profissionalizante)	1	2,1	1	1,4
	Graduação (Bacharelado, licenciatura)	14	29,8	23	33,3
	Freq. Pós-Graduação (Especialização)	4	8,5	14	20,3
	Pós-Graduação completa (Mestrado, doutorado)	26	55,3	29	42,0
Estado civil	Casado(a)	27	57,4	25	36,2
	União consensual	10	21,3	24	34,8
	Divorciado(a)	6	12,8	0	0,0
	Solteiro(a)	4	8,5	17	24,6
	Viúvo(a)	0	0,0	3	4,3
Atividade principal	Aposentado(a)	6	12,8	1	1,4
	Estudante	3	6,4	2	2,9
	Trabalhador por conta própria (Autônomo(a))	15	31,9	19	27,5
	Vínculo instituição privada	5	10,6	29	42,0
	Vínculo instituição pública	22	46,8	20	29,0
Residência Habitual	Cidade	43	91,5	66	95,7
	Espaço Rural	1	2,1	3	4,3
	Região metropolitana	3	6,4	0	0,0
Renda	Menos de 2 salários mínimos	3	6,4	11	15,9
	De 3 a 6 salários mínimos	13	27,7	41	59,4
	De 7 a 10 salários mínimos	9	19,1	17	24,6
	Mais de 11 salários	22	46,8	0	0,0
Número de crianças	Nenhum	19	40,4	37	53,6
	1-2	23	48,9	29	42,0
	3-4	5	10,6	3	4,3
	Mais de 4	0	0,0	0	0,0
Tempo na iniciativa	Mais de 24 meses	12	25,5	24	34,8
	De 18 a 24 meses	11	23,4	14	20,3
	De 12 a 18 meses	7	14,9	10	14,5
	De 6 a 12 meses	9	19,1	12	17,4
	Menos de 6 meses	8	17,0	9	13,0
Responsável compra de alimentos	Sim	22	46,8	42	60,9
	Divido esta tarefa	25	53,2	27	39,1

Fonte: Elaboração própria (2021).

Dando continuidade à caracterização dos respondentes, se, por um lado, apenas quatro dos 116 respondentes não tinham nível superior de ensino, de outro, mais de 60% detinham o título de Mestre e/ou Doutor, ou frequentavam a pós-graduação, convergindo com os estudos de Brehm e Eisenhauer (2008), Pole e Kumar (2015) e Escobar-López *et al.* (2021), ao referir o alto nível de instrução dos consumidores. Soma-se a isso que mais de 70% descreveram o estado civil como casados e/ou possuir união estável com seus pares.

Nas AMAP 42,0% dos respondentes possuíam vínculo com instituição privada e 29%, com instituição pública; por outro lado, 46,8% respondentes da CSA RS possuíam vínculo com instituição pública, seguido da atividade por conta própria (31,9%), residiam no meio urbano (95,7% e 91,5%), respectivamente. A maioria dos respondentes da AMAP (59,4%) possuía uma renda entre três e seis salários mínimos; na CSA RS, chegou a mais de 11 salários mínimos (46,8%). No grupo familiar dos respondentes da AMAP havia entre uma e duas crianças na família (42,0%). Tem-se famílias compostas por adultos, predominantemente sem filhos na residência. Na CSA RS, o número de crianças ou adolescentes variava entre um e dois filhos (48,9%), seguido de três a quatro (10,6%).

4.5.1 O conhecimento dos coagricultores sobre a iniciativa CSA/AMAP

A primeira parte do questionário teve o intuito de identificar o conhecimento do coagricultor por meio de questões como “A que iniciativa pertence? Há quanto tempo? Quantos agricultores apoia? Que tipos de alimentos são ofertados? Com que frequência tem contato com o agricultor? Existe algum tipo de acordo entre os envolvidos?” (vide questões 1 a 17 – APÊNDICE G).

Dos 116 respondentes ao questionário, 58,8% representam o total de coagricultores das CSA RS e 23,4%, das AMAP/CSA portuguesas. Em ambos os tipos de iniciativa (87%) afirmaram que no momento de ingresso no grupo existe um acordo, seja formal ou informal, entre o consumidor e o agricultor. No caso das CSA/AMAP o acordo de permanência é de no mínimo três meses.

Das iniciativas da CSA RS, 27,5% dos coagricultores são do Grupo Resignificar a Vida, 13,8% da CSA Porto Alegre, 11,3% da CSA Caxias e 6,3% da CSA FlorEser/Guandu. Dos coprodutores das AMAP/CSA, 14,92% faziam parte da CSA Partilhar as Colheitas, 5,42% da AMAP Porto e 2,03% da AMAP Maravilha. Os demais faziam parte da CSA Sado e Alvalade (0,68%) e AMAP Gaia (0,34%).

Não obtivemos resposta das AMAP Guimarães, Famalicão e Matosinhos, uma representatividade de 33 famílias (Figura 14). Ocorreram respostas onde os consumidores se identificaram como representantes, também, de organizações como “Recanto da Folha”, “Prove LXFactory” e “CSA Herdade do Freixo do Meio”. Na primeira referência, poderia se tratar de pessoas que desempenham um papel ativo na comunidade onde estão inseridas – agentes de

desenvolvimento local. Nesta última, talvez falte clareza sobre o conhecimento da nomenclatura correta da iniciativa da qual fazem parte, ou seja, CSA Partilhar as Colheitas.

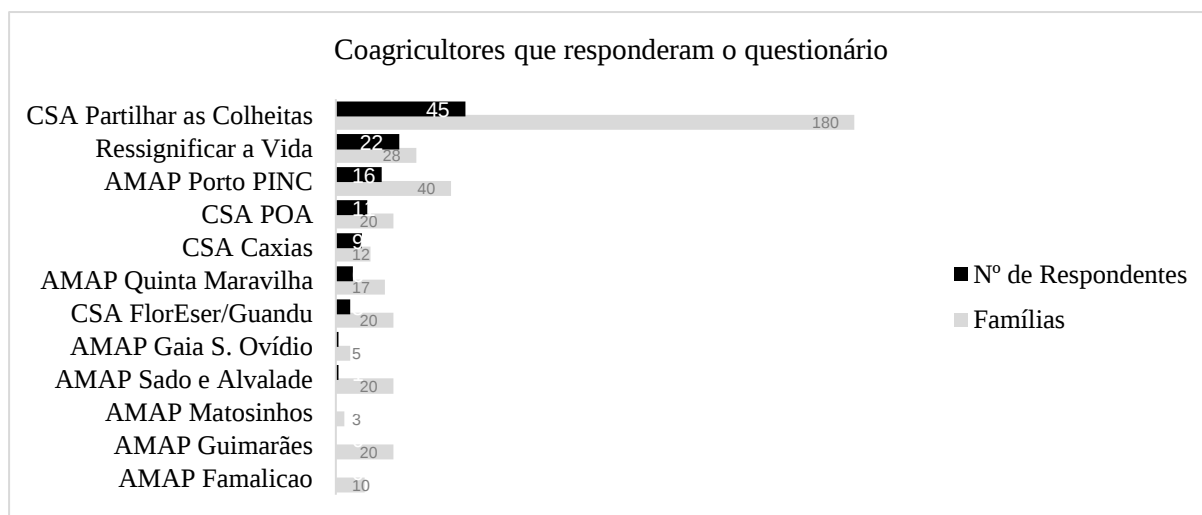


Figura 14 – Número de respondentes ao questionário *on-line*

Fonte: Elaboração própria (2021).

Sobre o número de agricultores que os consumidores das AMAP apoiavam, 23,2% afirmaram apoiar dez, e 13% dos consumidores apoiavam um agricultor, no entanto, 17,4% deixaram a questão em branco ou responderam que não sabiam o número de agricultores que apoiavam. Os respondentes que afirmaram desconhecer o agricultor fazem parte de uma iniciativa (CSA Partilhar as Colheitas) que possui grande número de associados e diversos pontos de distribuição dos alimentos, motivo pelo qual a lacuna na relação entre o co-produtor e o agricultor – base das CSA. Das CSA RS, as respostas foram mais definidas, sendo 53,2% para dois agricultores, e 17,0%, oito agricultores. Sobre estas diferenças, talvez a realidade de cada iniciativa, tal como o tamanho e a logística de entrega, tenha contribuído para o resultado apresentado.

Quanto à questão referente ao quantitativo de alimentos que recebiam na cota/cesta/cabaz, na AMAP, 48 (69,6%) afirmaram receber de oito a dez ou mais de dez itens na cesta. No caso das CSA RS, 22 (46,8%) recebiam entre cinco a sete itens, e 18 (38,3%), entre oito e dez. No entanto, 45 (65,2%) respondentes das AMAP e 28 das CSA (59,6%) precisavam adquirir mais alimentos em diferentes pontos de venda. A quantidade de alimentos recebida atendia às necessidades de 29% dos respondentes das AMAP e a 38,3% das CSA RS. Apenas quatro

respondentes das AMAP e um das CSA RS informaram não conseguir consumir toda a quantidade disponibilizada na cota.

4.5.2 Os coagricultores: hábitos e comportamento de consumo de alimentos

Entre o total de legumes e verduras consumidos na casa, mais da metade correspondia aos alimentos provenientes do agricultor da CSA/AMAP. No caso das iniciativas brasileiras, 34% referiram que de 50 a 74% dos alimentos consumidos na casa eram originários dos agricultores familiares. No caso das portuguesas, para 39,1% das famílias o cabaz representava entre 75 a 99% dos alimentos consumidos, e para 36,2% das famílias o cabaz representava entre 50 e 74%. Mesmo que os consumidores portugueses recebessem uma quantidade maior de alimentos no cabaz, em comparação com a cota recebida pelos brasileiros, ambos buscavam alimentos complementares como pão, arroz, queijo, azeite, fruta, ovo, leite, entre outros (Figura 15).



Figura 15 - Pedidos extras/complementares
Fonte: Elaboração própria (2021).

Na Figura 15 percebe-se diferenças interessantes que terão a ver com o tipo de alimentos disponíveis nas cestas/cabazes bem como com o tipo de alimentação em cada país/ região. Nas CSA, o arroz foi o item que mais se destacou entre os pedidos extras, seguido do pedido de ovos, leite, queijo, rúcula, beterraba, brócolis, tomate, morangos, bolo vegan e demais alimentos de época disponibilizados pelos agricultores. Nas AMAP, pão, frutas, azeite, cogumelo, tremoços, queijo, carnes, frutos secos, mel, ovos, além dos transformados e derivados, bem como congelados, alimentos veganos, produtos de higiene, entre outros.

Uma das propostas das CSA/AMAP é o contato direto dos consumidores com os agricultores. Nas CSA RS, a maioria dos respondentes (83%) considerava extremamente importante (46,8%) e muito importante (40,4%) o contato semanal com os agricultores que ofertam os alimentos para a iniciativa da qual fazem parte. Por outro lado, no contexto das AMAP, esse contato ocorre maioritariamente a cada 15 dias (37,7%) e/ou a cada três meses (34,8%), razão pelo qual 60,9% dos consumidores responderam como muito importante ainda que 18,8% respostas afirmaram manter contato semanal com os agricultores.

A definição do valor de cada cota/cabaz é uma atividade que pode envolver o conhecimento dos agricultores com as técnicas financeiras de alguns consumidores, situação em que, dos 69 respondentes das AMAP, 56,5% afirmaram conhecer como ocorre a formação do preço dos cabazes enquanto 43,5% desconheciam o processo.

No caso das CSA, 70,2% dos 47 afirmaram saber como acontecia a precificação da cota. Para grande parte dos respondentes, CSA (53,2%) e AMAP (72,5%), o preço praticado ajuda o agricultor a manter a sua atividade agrícola, no entanto, para outros consumidores da CSA (44,7%), o preço praticado auxilia, em parte, a manutenção da atividade agrícola.

Os consumidores afirmaram que antes de participar nas CSA (70,2%) e AMAP (63,8%), realizaram investimento de tempo em pesquisa e/ou financeiro, para adquirir conhecimento sobre a iniciativa. Diversos respondentes (CSA 63,8% e AMAP 24,6%,) informaram prestar alguma colaboração para o grupo ao qual pertencem (Figura 16).



Figura 16 - Colaboração dos coagricultores para o funcionamento das CSA/AMAP
Fonte: Elaboração própria (2021).

Sobre os termos que mais se destacam na caracterização desse envolvimento, “apoio”, “faço parte”, “auxílio”, “contribuo” e “colaboramos”, entendemos que todos têm o mesmo significado. Em determinadas iniciativas da CSA RS as pessoas que se envolvem mais

diretamente nas atividades de gestão passam a compor um grupo que, em alguns casos, é denominado “comissão”, em outros, “grupo de trabalho ou GT”, no caso da CSA Brasil, “grupo do coração”. A denominação CSA, em algumas iniciativas é chamada de “projeto”. O termo “ajudada” mencionado nas AMAP pode ter o mesmo sentido que “dia de campo” ou “mutirões” nas CSA RS.

O Quadro 23 apresenta situações em que os coagricultores nas CSA/AMAP demonstram o espírito colaborativo no grupo. Diversas atitudes foram caracterizadas por Woods *et al.* (2017), que conduziram uma pesquisa nacional em parceria com a Universidade de Kentucky e U.S. *Department of Agriculture* (USDA) e verificaram a realidade das iniciativas, com destaque para o potencial de cooperação dos gerentes de 495 CSA.

Quadro 23 - Respostas dos coagricultores sobre a cooperação com a iniciativa

CSA	AMAP
• Acolhimento inicial aos interessados pelo ingresso na CSA • Atenção e providências a necessidades dos agricultores e de outros coagricultores • “Auxílio em demandas administrativas” • Café e/ou almoço nos dias de entrega • Cogestão • Comissão de Organização (5) • Convite a novos participantes • Criação de um site • Distribuição • Dias de campo • “Desde a criação grupo, organização e funcionamento, contribuindo com as discussões grupo” • Divulgação CSA (4) • “Enviamos as podas do condomínio em que moro para recuperação do solo do Grupo Guandu” • Faço muita propaganda projeto para que mais gente adote essa ideia • Formador de novas iniciativas • “Frequento as reuniões deliberativas e ordinárias (3); atividades de convívio” • Gestão CSA (3). GTs (2) • GT Comunicação (2) • GT Finanças (4) • Logística, transporte, embalagens • Oferta de pó de café para adubo na propriedade	• Ajudada mensal (2) • Apoio com folhas de cálculo quando necessário • Apoio durante as férias dos produtores • Apoio jurídico • Apoio na cozinha e na horta nos dias mensais de ajudada com os coprodutores • Apoio no cuidado às crianças em momentos de necessidade de trabalho agrícola • Apoio no desenvolvimento comunitário da AMAP • Cargas e descargas • Comunicação, divulgação em redes sociais • Convite ao agricultor para partilhar a experiência • “Disponibilizo espaço de distribuição através do meu local de trabalho e faço a gestão dessa parceria, asseguro a entrega aos coprodutores deste ponto” • Distribuição rotativa dos cabazes (5) • Divulgação do projeto/grupo e princípios (3) • Doação de sementes e plântulas • Facilitação de processos coletivos • Mediação em processos de conflito de interesses distintos entre o casal da cota e uma família parte da AMAP, dando apoio emocional individual às partes • Participação em processos de decisão e autofinanciamento • Participação no grupo de estudo de agrofloresta • Participei como agricultora/produtora durante ano e meio • “Participo em reuniões da comunidade onde podemos partilhar opiniões, e trocas de saberes e sabores, duvidas e sonhos” • Produção de salsichas

- Organização de atividades na propriedade dos agricultores
- Organização e montagem das cestas (4)
- Recepção de novos coagricultores, informações para interessados
- Sugestões técnicas
- Trocas de sementes, pois tenho formação na área e atuo como pesquisador e docente
- “Contribuí na continuidade grupo, pois houve momentos difíceis, visto que exige uma mudança de mentalidade em relação à aquisição e consumo de alimentos e o relacionamento entre produtores e coagricultores”.
- Recolha de materiais para a horta/quinta.
- Tradução de textos para comunicação externa (2)
- Transporte logístico
- Visitas
- Voluntariado (pontual) na exploração agrícola/horta (2)
- “Facilito o processo de aprendizagem de um círculo criado para apoiar nos trabalhos da horta, propondo momentos variados de diálogo e de estudo sobre demais temas de agroecologia (temos a correr um círculo de estudos presencial/virtual, com caminhadas de aprendizagem na quinta, apanha de sementes em bosques vizinhos e rodas de diálogo depois da visualização de filmes inspiradores)”.

Fonte: Elaboração própria (2021).

* Os valores entre parênteses representam o número de vezes em que a dinâmica foi mencionada.

Em nossa pesquisa, uma iniciativa foi constituída exatamente no período de pandemia e, devido à crise sanitária mundial, ocorreram mudanças nos processos de funcionamento, conforme o relato dos coagricultores:

“Em tempos de pandemia, e por entrarmos a pouco tempo, ainda não tivemos a oportunidade de participar de mutirões e outras colaborações ao grupo”. “Estou em isolamento social, por isto que não estou ajudando no momento”. “Como entramos agora no CSA ainda não tivemos oportunidade de colaborar” (Coagricultores, CSA RS).

Naturalmente que a necessidade de adequação também ocorreu nas demais iniciativas observadas como o exemplo de uma CSA RS: os coagricultores que antes montavam individualmente sua cesta, a partir da relação de alimentos destinada para cada cota, passaram a retirar a cesta já montada por um coagricultor e/ou pelos agricultores; o ponto de recolha que antes se dava semanalmente na casa de um coagricultor passou a ter um ponto fixo; o agricultor passou a realizar a entrega de cestas para os coagricultores como comorbidades especiais; entre outras.

As redes alimentares alternativas têm maior possibilidade de se firmar no ambiente onde estão localizadas quando realizam parcerias com instituições ou organizações para, de maneira colaborativa, conquistar o espaço e atingir seus propósitos. No caso das CSA RS, os respondentes indicaram parcerias com outros grupos de agricultura familiar ou campesinos como o grupo Feira em Casa-Alimentos Orgânicos para o fornecimento e troca de alimentos cultivados, e com instituições como o IF Farroupilha, *campus* São Vicente do Sul, através de projeto de pesquisa sobre o cultivo e diversificação de sementes crioulas, em específico o feijão;

a UFSM, com a extensão inserida no Projeto Esperança/Cooesperança. No caso das AMAP, os respondentes indicaram a colaboração com outros produtores (mel, fruta, queijo) que ajudavam a compor o cabaz, e com instituições como o Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto (Uptec), outras universidades portuguesas, biólogos, associação Faisca Voadora, Centro Comunitário de Linda-a-Velha e Agrupamento de escuteiros 626 (Linda-a-Velha) para servir de apoio logístico na entrega dos produtos, incentivo à pesquisa e estudos científicos sobre o tema, divulgação das iniciativas.

4.6 Relação coagricultor-agricultor

Dar suporte a quem cultiva é muito superior a remunerar quem produz (Mota¹⁶⁶, 2021).

O fortalecimento, ou não, de uma iniciativa CSA/AMAP ocorre especialmente pelos tipos de relações construídas entre os participantes de cada grupo. Por meio destas relações os coprodutores compreendem o significado da sazonalidade dos alimentos (37%), desenvolvem uma forma de comunicação empática (33,3%), assim como fortalecem o entendimento das dificuldades e conquistas no campo (27,5%), com isso, trocam informações sobre a previsão de volume de produção (23,2%), ocasionando a troca de saberes (23,2%). Valores como amizade, confiança, apoio mútuo também foram mencionados pelos coprodutores das AMAP, bem como o entendimento da diferença entre os produtos frescos disponíveis no mercado dos recebidos no cabaz, além da assimilação sobre os impactos do nosso sistema econômico na natureza.

A troca de saberes (27,7%) foi a afirmativa mais destacada pelos coagricultores das CSA RS, seguida da apreensão da sazonalidade dos alimentos (25,5%), ou seja, o entendimento de que os alimentos têm o tempo e a estação adequados desde o plantio até a colheita e posterior consumo. Com situações que ocorrem devido à comunicação clara e empática (19,1%) que realizam, consequentemente, passam a entender as dificuldades e conquistas da atividade rural (19,1%). O trecho a seguir descreve o impacto da relação coagricultor e agricultor:

Mais do que apenas informações sobre o alimento que vem até minha mesa, aprendendo sobre biodinâmica, sobre a relação do agricultor com a terra, a família e a produção, aprendendo sobre uma realidade do meio rural que por crescer no centro da cidade eu nunca conheci (Coagri33_CSA RS).

¹⁶⁶ Daniel Pestana Mota, Presidente da Associação Comunitária CSA Brasil.

Quanto ao relacionamento social com os agricultores, 60,9% dos respondentes das AMAP e 70,2% das CSA RS afirmaram que, antes da pandemia, sucediam, com frequência, momentos como encontros, reuniões, dia de campo ou visitas à propriedade. Nove por cento de ambas as iniciativas responderam que raramente ocorre a interação com os agricultores. Nas AMAP esse fator pode ser decorrência do tamanho da iniciativa, pois os alimentos são retirados em ponto de recolha, sem a presença do produtor. Na CSA RS, 17% disseram nunca haver participado de qualquer categoria de interação social com os agricultores, fator que pode ser atrelado à entrada dos mesmos no período de pandemia.

Os coagricultores da CSA RS consideraram muito importante (48,9%) que o agricultor realize treinamento em práticas agrícolas antes de integrar uma iniciativa. Os coprodutores das AMAP registraram como importante (44,9%). No entanto, quando questionados sobre os coagricultores realizarem alguma formação antes de ingressarem em uma AMAP/CSA, ambos responderam ser importante (40,6% e 51,1%, respectivamente) conhecer os princípios e práticas desenvolvidas no contexto de cada iniciativa. Enquanto que 24,6% dos coprodutores das AMAP consideraram indiferente, 34% das CSA RS afirmaram ser muito importante o conhecimento prévio sobre práticas agrícolas.

No quesito conhecimento dos agricultores sobre o cultivo orgânico e comercialização dos alimentos, os respondentes, tanto das AMAP quanto das CSA RS, assinalaram como alto (47,8% e 42,6%) ou muito alto conhecimento (37,7% e 40,4%).

Toda e qualquer iniciativa se mantém através do nível de relações que desenvolve. A preocupação social e ecológica foi mencionada como um dos motivos pelos quais os coagricultores interagem (Figura 17), reconhecendo-se como agentes transformadores da sociedade em que vivem e se tornam corresponsáveis pelos processos da iniciativa.

Numa perspectiva comparativa, no tocante à percepção dos coagricultores: i) sobre o relacionamento entre os coagricultores; ii) o relacionamento entre os agricultores (Figura 17), em ambas as iniciativas, os coagricultores responderam que os membros participantes da CSA (27,7%) e AMAP (31,9%) estão preocupados com sociedade e com o meio ambiente. Motivo pelo qual foi pequena a diferença percentual dos coagricultores que se reconhecem como agentes transformadores da sociedade em que vivem, CSA (23,4%) e AMAP (23,2%). Diversos membros são ativistas sociais e militantes agroecológicos. Em terceiro lugar, os respondentes afirmaram corresponsabilidade pelos processos da iniciativa, CSA (21,3%) e AMAP (20,3%).

As respostas divergem um pouco mais nos itens como “amizade, confiança e cooperação (CSA, 21,3%; AMAP, 17,4%) e “troca de saberes” (CSA, 19,1%; AMAP, 14,5%) (Figura 17).

As respostas dos coagricultores sobre como eles percebiam a relação entre os agricultores apresentou diferenças mais significativas (Figura 17). As relações possibilitam sentimentos de amizade, confiança e cooperação (CSA, 31,9%; AMAP, 39,1%). Os respondentes percebiam que os agricultores cultivavam alimentos de qualidade e respeitando cada ciclo produtivo (CSA, 29,8%; AMAP, 36,2%), além de receberem a diversidade dos alimentos cultivados (CSA, 27,7%; AMAP, 31,9%). Cada grupo era composto por membros com habilidades e competências diferenciadas, de modo que ocorria aprendizagem e, por consequência, através da troca de experiências e manejos, percebiam melhorias e adequações nos processos de cultivo dos alimentos e manejo da unidade familiar dos agricultores (CSA, 25,5%; AMAP, 23,2%).

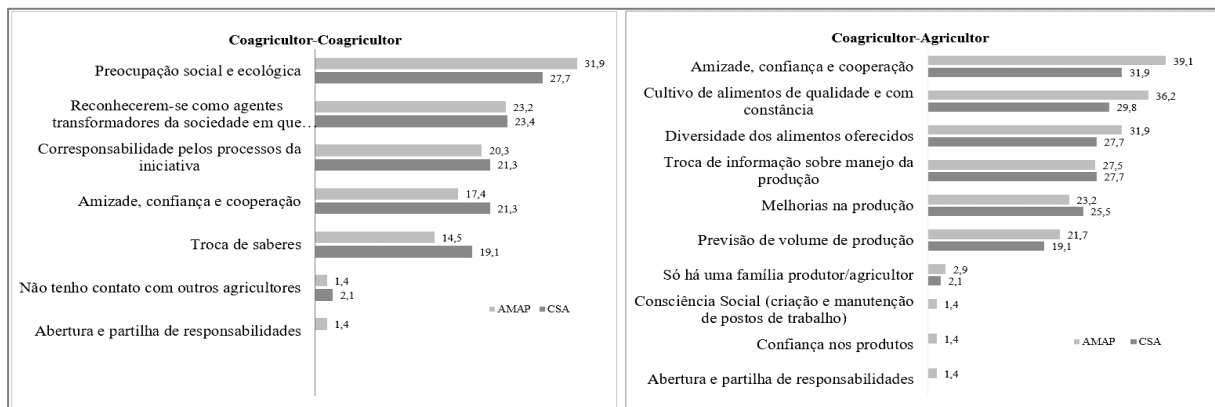


Figura 17 - Tipo de relação entre os coagricultores e agricultores

Fonte: Elaboração própria (2021).

A Figura 17, na visão dos coagricultores, apresenta motivos pelos quais os agricultores se relacionam, com destaque para valores como a amizade, a confiança e a cooperação, desta maneira, cultivam alimentos saudáveis e diversificados. Os agricultores trocam informações sobre manejos produtivos para realizarem melhorias no sistema de produção, assim, partilham responsabilidades e podem gerar postos de trabalho. No entanto, respostas como “Não tenho contato com agricultores e não posso opinar” ou “Esta pergunta não faz parte da minha relação com CSA” caracterizam a singularidade das iniciativas, em que nem sempre, embora tenha sido uma pequena porcentagem, contrariando a lógica da CSA/AMPA, ocorre a relação direta agricultor/consumidor. Tema apontado por Cone e Myhre (2000) e Zoll *et al.* (2018) ao referenciar motivação bastante baixa para a socialização.

Algumas vezes (56,5%) ou poucas vezes (15,9%) informaram os coprodutores das AMAP sobre o conhecimento da realização de pesquisa, avaliação ou diagnóstico da iniciativa da qual fazem parte. Nas CSA RS, algumas vezes (51,1%), porém, raramente ou nunca aconteceu (44,7%) foi a segunda resposta mais apontada pelos coagricultores.

Todos os 116 respondentes afirmaram que a iniciativa de que fazem parte provocou mudanças de hábitos e/ou percepções sobre o cultivo e consumo dos alimentos. Nas AMAP, os itens mais bem pontuados foram: consumo de alimentos de qualidade e que agredem menos o meio ambiente (88,4%), consumo de alimentos que utilizam pouco/nenhum agrotóxico (85,5%), consumo de alimentos com boa procedência (84,1%), mudança de consciência (ambiental, social, econômica) (75,4%), poder ajudar um agricultor (72,5%), proximidade com o meio rural (62,3%) e proporcionar melhor custo/benefício (46,4%). Fatores como introdução de novos ingredientes e saber como cozinhar, relação mais próxima com os alimentos e consumo de alimentos sazonais também foram relacionados.

Para os 47 respondentes das CSA RS, o aspecto mais pontuado foi poder ajudar um agricultor e consumo de alimentos que utilizam pouco/nenhum agrotóxico (93,6%), seguido de: consumo de alimentos que agredem menos o meio ambiente (91,5%), consumo de alimentos com boa procedência (89,4%), consumo de alimentos de qualidade (87,2%), mudança de consciência (ambiental, social, econômica) (80,9%), proximidade com o meio rural (61,7%) e proporcionar melhor custo/benefício (44,7%). Outros aspectos como participação comunitária, melhor aproveitamento dos alimentos e diversificação da dieta vegetariana foram mencionados.



Figura 18 - Contribuição da iniciativa para a agricultura familiar local
Fonte: Elaboração própria (2021).

Os respondentes relacionaram diversos aspectos sobre a ajuda ou suporte com que a CSA/AMAP contribui para o desenvolvimento da agricultura familiar, evidenciados nas

palavras da Figura 18, com destaque para “organização”, “grupo”, “agricultor”, “agricultura”, “csa”, “apoio”, “distribuição”, “rotativa”.

Seguem algumas afirmações dos respondentes sobre a maneira como a iniciativa faz a diferença no meio em que está inserida.

“Neste momento a comunidade suporta a agricultura familiar de um agregado, e dá um reforço no orçamento de outras 2 famílias”. (Coprod_51)

“Esta comunidade está a apoiar o desenvolvimento de um projeto agrícola com base familiar. Mas é um projeto aberto. Esse apoio é financeiro (embora se necessitem de mais coprodutores para garantir um rendimento seguro) e também com trabalho voluntário”. (Coprod_48)

“Promovemos em âmbito de Orçamento Participativo Municipal a criação de um espaço lúdico dedicado à agricultura familiar; a Quinta Urbana e Pedagógica de Linda-a-Velha, neste momento com cerca de 50 hortalãos”. (Coprod_43)

“A agricultura familiar tem muitas dificuldades de aporte financeiro, especialmente para produtos orgânicos. Nossa comunidade auxilia na desvinculação da família produtora do mercado financeiro e contribui com a manutenção da mesma no meio rural. Essa contribuição permite a circulação, comercialização e consumo de produtos de valor biológico superior”. (Coagri_3)

“Contribuiu para a criação da Feira Ana Primavesi, origem de uma rede de trocas e apoio entre produtores familiares”. (Coagri_12)

“Ao consumir alimentos de procedência local é possível colaborar com o fortalecimento das famílias agricultoras, a garantia de escoamento da produção permite maior segurança na hora de decidir o que produzir. Assim, a decisão de cultivar alimentos diversificados, que demandam grande empenho de trabalhadores, garante também perenidade de alimentos na mesa da família agricultora, além de garantir renda financeira com a comercialização dos excedentes. Dentre as ações organizadas dentro da CSA [...], é possível destacar a organização de uma estratégia financeira para subsidiar as culturas de primavera e verão 2019-2020, de modo evitar a dependência de instituições financeiras, cujas linhas de crédito estão sujeitas a relações externas às relações construídas no grupo da CSA”. (Coagri_19)

Dos 116 respondentes ao questionário, 78% descreveram como a iniciativa de que fazem parte pode contribuir para a melhoria da sociedade. Os depoimentos foram categorizados em seis princípios comuns e cuja presença simultânea garante a legitimidade das diferentes *cités* destacada na Teoria das Convenções (Boltanski & Thévenot (1991[2020]):

- i) Humanidade comum – O princípio de não exclusão - A CSA/AMAP é o ambiente familiar que possibilita relações entre consumidores e agricultores tendo como retorno alimentos saudáveis, preço justo, saúde das pessoas e do ambiente.
- ii) O princípio de diferença - Aproximação cidade e campo com responsabilidade e apoio às mudanças da sociedade através do despertar da consciência social e sustentabilidade.
- iii) O princípio de dignidade ou igual acesso - Trabalho justo com vista a melhor qualidade de vida e alimentar para o desenvolvimento de um sistema consciente através da empatia, do conhecimento e da cooperação entre os membros.
- iv) A existência de ordens de grandeza - As relações de proximidade e o apoio mútuo contribuem para a melhoria das práticas agrícolas realizadas pelos pequenos agricultores por meio da biodiversidade.
- v) A noção de investimento, em que a diferença é justificada pelo esforço ou sacrifício envolvido - A preservação dos ecossistemas e a conservação do agricultor no local de origem possibilitam a valorização dos produtos e aumento de renda familiar.
- vi) A noção de bem estar comum, onde todos se beneficiam - Solidariedade aos produtores, respeito dos consumidores e conscientização sobre as dificuldades e os impactos de suas ações no planeta.

No Quadro 24, e correlacionadas com as formas de coordenação propostas pela Teoria das Convenções, transcrevemos algumas percepções sobre o papel que a iniciativa representa para o local em que estão inseridos.

Quadro 24 - O papel das iniciativas lincada com a Teoria das Convenções

Forma de Coordenação ou Convenção	Referência	Descrição
Doméstica “ordem da confiança”	Resulta de ligações duráveis entre atores econômicos	(Re)Aproximação do ser humano com as práticas agrícolas. (Coprod_3) Tem o poder de re-enraizar as economias locais, pelas relações benéficas de proximidade que cria. (Coprod_41) Proporciona uma relação diferente com os alimentos, em variedade e qualidade, recuperando a necessidade e o prazer de cozinhar. (Coprod_41)
Mercantil “ordem da concorrência”	Resulta do funcionamento normal do mercado	Empreendimentos menores, como os de agricultura familiar geram mais empregos e as vezes melhor renda do que grandes corporações. (Coagri_40) Dar mais conforto e segurança financeira para os produtores realizarem seu trabalho. (Coagri_18)

		Uma nova forma de se fazer "negócios", que envolve empatia e cooperação. (Coagri_31)
Industrial “ordem da eficiência”	Referência a normas clássica/padrão	Evita o desperdício alimentar, [...] os seus produtos não são desperdiçados pois a produção da horta naquele dia é dividida pelo número de cabazes. (Coprod_26) Parcerias que fortalecem e estimulam policultivos agrícolas, diversificando a disponibilidade de alimentos e de nutrientes. (Coagri_19) Boas práticas de sustentabilidade para além da alimentação, passando pela escolha de cosméticos, produtos de higiene, separação do lixo. (Coprod_60)
Cívica “ordem do coletivo”	Adesão de um conjunto de atores a um corpo de princípios sociais e valores públicos	Tem o poder de dignificar as condições de trabalho dos agricultores, possibilitando um rendimento justo por um preço justo e acessível ao coprodutor se o produtor tiver o conhecimento das práticas e gestão de micronegócio agrícolas adaptado aos princípios das Amap para obter esse rendimento. (Coprod_41) Consciencializando as pessoas sobre as vantagens de uma alimentação mais saudável, mais sustentável e para a importância da remuneração nestas actividades ser justa. (Coprod_57) O valor e prazer que é contribuir para algo em que se acredita e que com o tempo se dissemina por tão boas razões. (Coprod_55)
Opinião ou Reputação “ordem do renome”	Baseada na notoriedade, na confiança ou na marca	Dar o exemplo aos filhos da importância de consumir localmente (Coprod_65). Sociedade mais autónoma e independente de determinações de empresas que têm outras finalidades e que nem sempre correspondem ao bem-estar e progresso dos agricultores. (Coagri_11) Mais Justiça "comercial" (não considero um CSA como uma relação comercial). (Coprod_43)
Inspiração “ordem da inovação”	Baseada na adesão, por parte dos atores, à emergência de ideias originais e inovadoras	Educação e recuperação da sintonia com a dinâmica cósmica vital. (Coagri_35) Conecta pessoas com interesses em comum: de deixar o mundo mais limpo, ou o corpo mais limpo. (Coagri_33) É uma célula de gestão coletiva. Isso materializa a possibilidade de uma economia solidária. É uma experiência formativa. (Coagri_17)

Fonte: Elaboração própria (2021).

O contexto da importância e abrangência das iniciativas AMAP/CSA está descrito em algumas considerações dos respondentes (Quadro 24) as quais correspondem com as afirmações de Plumecocq *et al.* (2018) por um modelo de agricultura mais sustentável, correlacionadas à Teoria das Convenções (Diaz-Bone, 2016). Nessas considerações, os indivíduos se referiam a princípios mais gerais quando tinham que justificar seus modos de classificação como forma de valorizar pessoas (Boltanski & Thévenot, 1991 [2020]) em determinada rede agroalimentar alternativa (Ponte, 2016).

No intuito de uma verificação mais precisa sobre as percepções dos consumidores, realizou-se a análise sobre as mensagens instantâneas via grupo de WhatsApp de duas iniciativas, descritas a seguir.

4.7 Relação entre os coagricultores

A interação face a face não é a única possibilidade de os consumidores se envolverem com os agricultores. A Internet oferece aos consumidores a possibilidade de se comunicarem com os agricultores, acessar suas apresentações em *homepages*, no Facebook ou Instagram e conhecer os fundamentos e valores dos agricultores (Thorsøe & Kjeldsen, 2016). Nas AMAP/CSA, a Internet é uma característica importante da rede como outra forma de interação das práticas e rotinas desenvolvidas.

Conforme Diaz-Bone (2016), ocorrem crescentes coleta e análise de dados para a classificação e quantificação das convenções implícitas nas atividades sociais cotidianas publicadas na Internet. Segue-se a descrição das análises das falas dos Grupos Ressignificar a Vida (março de 2020 a abril 2021) e CSA FlorEser/Guandu (janeiro a abril 2021), bem como de postagens no Facebook e Instagram das AMAP e CSA Partilhar as Colheitas.

A análise das falas dos grupos de Whatsapp foi realizada com auxílio do *software* Iramuteq. O *corpus* geral foi constituído por cinco textos, separados em 580 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 481 ST (82,93%). Emergiram 23.781 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 5.289 palavras distintas e 2.564 com uma única ocorrência. Das palavras ativas, as cinco mais frequentes foram: “pessoal” (n=339 vezes); “grupo” (n=280 vezes); “obrigar” (n=256 vezes); “bom dia” (n=248 vezes); “coagricultores” (n=224).

A Figura 19 apresenta o gráfico da Análise Fatorial de Correspondência (AFC). Essa análise aponta as principais ocorrências (palavras, formas, etc.) nos depoimentos, formando um modelo aglomerado, e estão descritas em cores distintas (roxo, verde, azul, cinza e vermelho). No entrelaçamento entre as cores azul e verde e cinza e vermelho as falas são semelhantes. Como diferenças, o roxo refere-se aos sentimentos expressados na iniciativa e no contexto da sociedade; o verde/azul, aos tipos de alimentos ofertados pelos agricultores para os consumidores; e o cinzento/vermelho, aos processos para o funcionamento da iniciativa.

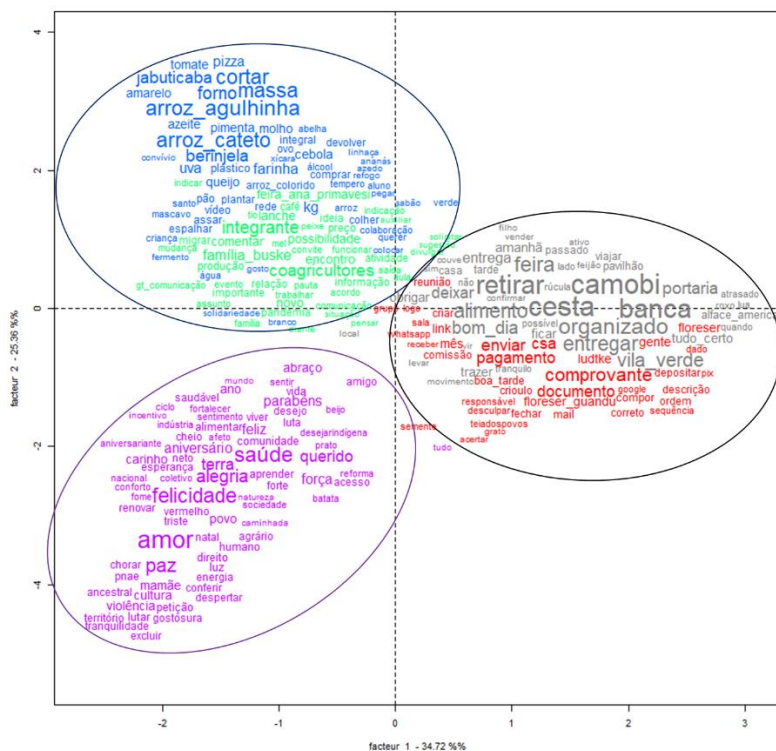


Figura 19 - Gráfico das Especificidades e Análise Fatorial de Correspondência
Fonte: Elaboração própria, com auxílio do *software* IRaMuTeQ.

A classificação hierárquica descendente (CHD) das palavras ativas produziu cinco classes lexicais. Num primeiro momento, o *corpus* “depoimentos”, foi dividido (1ª partição ou interação) em dois *subcorpus*. Num segundo momento um *subcorpus* foi dividido em dois (2ª partição ou interação), assim obteve-se a Classe 5 com 78 ST (16,22%). E, num terceiro momento, há mais partições, originando, de um lado, a Classe 1, com 93 ST (19,33%), e Classe 2 com 95 ST (19,75%); e, do outro, a Classes 3, com 151 ST (31,39%), e Classe 4, 64 ST (13,31%) (Figura 20).

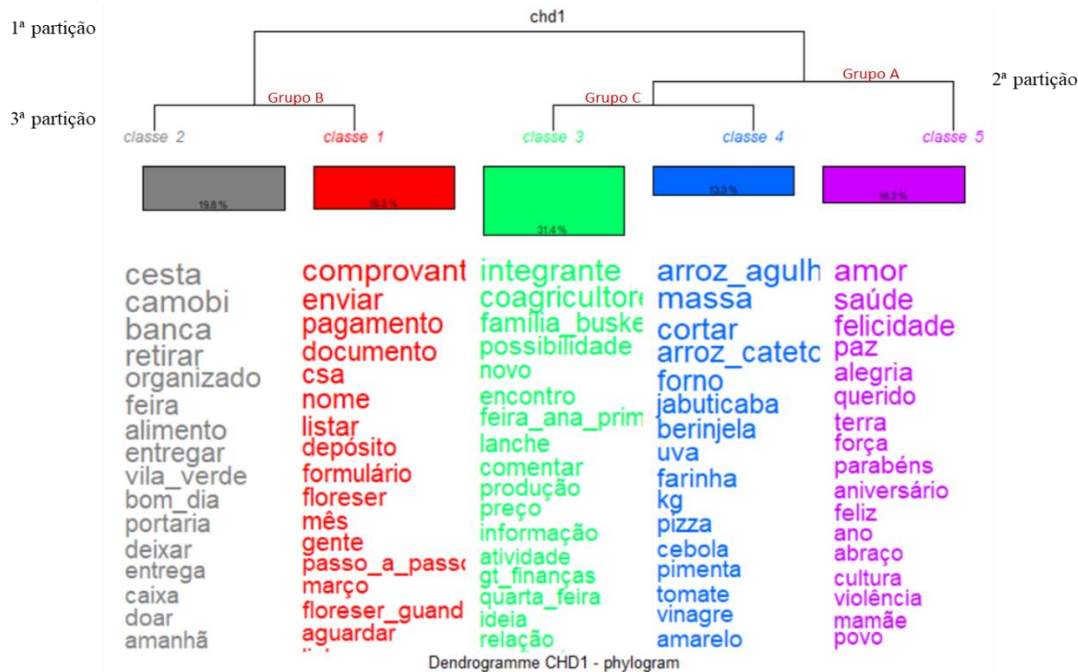


Figura 20 - Dendrograma CHD das palavras ativas advindas das contribuições dos depoimentos do WhatsApp e Facebook

Fonte: Elaboração própria, com auxílio do *software* IRaMuTeQ.

Conforme observado na Figura 20, o Grupo C foi o mais representativo, totalizando 44,7% dos segmentos de texto. Já a classe 3, compreendendo 151 (31,39%) segmentos de texto, resultou na mais representativa, seguida das classes 2, 1, 5 e 4, com 19,75%, 19,33%, 16,22% e 13,31%, respectivamente. Em todas as palavras de cada classe, foram obtidos qui-quadrados de Pearson superiores a $p < 0.0001$. As classes lexicais receberam as seguintes nomeações: classe 1: governança; classe 2: logística; classe 3: relações; classe 4: alimentos; e classe 5: sentimentos.

A análise de similitude emitida pelo *software* IRaMuTeQ apresenta a ligação entre as palavras do texto (*corpus* textual), onde é possível identificar a estrutura formada e os temas mais importantes. A seguir, cada conjunto será abordado com maior detalhamento, analisando a frequência das formas demonstradas na Figura 20.

a) Classe 1: Governança

Na classe 1 (Figura 20), as palavras são “comprovante” ($\chi^2 = 55,74$), “enviar” ($\chi^2 = 48,29$), “pagamento” ($\chi^2 = 42,76$), “documento” ($\chi^2 = 40,74$), “csa” ($\chi^2 = 40,58$) evidenciando que esta classe engloba palavras relacionadas com a forma como ocorre o controle administrativo da iniciativa, ao repasse de informações para fazer parte da iniciativa, aos procedimentos para o

ingresso, ao modo de efetuar a contribuição mensal, à informação sobre os agricultores que são apoiados pela iniciativa. A seguir, a descrição de alguns depoimentos enquadrados nesta classe.

“A pauta principal foi a leitura e discussão do documento intitulado “Regras de convivência para coagricultores”, o passo a passo para entrada e permanência de novos integrantes no grupo. Foram feitos alguns ajustes no texto. Dentre eles, o mais significativo é o que diz respeito ao fundo de reserva. Ficou acertado que o valor mensal extra pago de 10% não prevê contrapartida por parte dos agricultores; destina-se somente à qualificação da produção. [...]”

“Escala de distribuição dos alimentos CSA [...]”

“Conforme o combinado em reunião os comprovantes de depósito/transfêrencia devem ser enviado pra meu WhatsApp, para facilitar o controle! [...] A partir de hoje já estou recebendo em meu WhatsApp os comprovantes dos PAGAMENTOS, a lista dos pagamentos será composta pela ordem em que os comprovantes forem enviados.”

“Bom dia queridos e queridas, ja estou ba banca da CSA. Ficarei até as 11h. Depois disso, favor retirar na banca Flor e Ser. Se alguém precisar de entrega é só avisar.”

“Bom Dia, estão habilitados os 19 coagricultores para receberem as Cestas amanhã.”

Os supracitados depoimentos descrevem algumas características da grandeza doméstica que se manifesta com base no bom senso, expresso na gentileza e na prestimosidade, que facilitam as relações humanas (Boltanski & Thévenot, 1991[2020], p. 289), mesmo que na coletividade algumas atitudes ainda reflitam os padrões tradicionais do mercado capitalista pelo estabelecimento de regras e normativas.

b) classe 2: logística

Na classe 2 (Figura 20) aparecem os vocábulos como: “cesta” ($x^2 = 108,67$), “camobi” ($x^2 = 106,2$), “banca” ($x^2 = 103,76$), “retirar” ($x^2 = 96,98$), “organizado” ($x^2 = 73,65$), que caracterizam parte da logística, ou seja, a auto organização dos consumidores para buscar, na unidade produtiva do agricultor, disponibilizar os alimentos no espaço de partilha e, em algumas situações, realizar a entrega.

“Bom dia pessoal, eu já estou na banca para a distribuição dos alimentos.”

“[...] não tenho como entrar na escala de entregas, mas posso ficar na banca no próximo sábado. [...] podemos fazer uma associação? No dia que buscar os alimentos você fica na banca para distribuição?”

“Vou abrir mão da minha Cesta em favor dos Agricultores, em função disto serão 18 cestas a ser distribuídas neste final de semana”.

“Pode doar a nossa. Não vou conseguir ir”.

“Sobre a entrega. Acredito que podemos reduzir o tempo da banca na feira.” “Também acho que esse aspecto do horário de retirada pode ser melhorado, de modo que todos retirem os seus alimentos ainda na banca da CSA”.

“Pessoal de Camobi: sábado posso pegar os nossos alimentos, mas assim que der, podemos fazer uma escala nossa, né?”

A grandeza cívica fica explícita nesta classe 2, na medida em que são priorizadas as atividades em favor do coletivo. Boltanski e Thévenot (1991[2020]) referem que, no mundo cívico, os seres são as pessoas, uma vez que elas sejam passíveis de ter direitos e obrigações, isto é, quando são criadas ou autorizadas por um ato no qual se expresse a vontade de todos (p. 308).

c) classe 3: relações

Na classe 3, algumas palavras mais frequentes e significativas foram: “integrante” ($x^2 = 51,03$), “coagricultores” ($x^2 = 46,91$), “família buske” ($x^2 = 36,38$), “possibilidade” ($x^2 = 26,77$), “novo” ($x^2 = 26,42$) (Figura 20). Nesta classe ficam evidentes as relações entre os consumidores, a inserção de novos integrantes, as atividades integrativas com possibilidades de encontros, presenciais ou virtuais, o repasse de informações sobre as necessidades dos agricultores e a maneira como suportar as demandas.

“Em conversas com a família Buske e com sugestões de integrantes do grupo estabelecemos um protocolo de ingresso de novos coprodutores neste momento de pandemia.”

“O vídeo foi a maneira que encontramos para aproximar os novos integrantes da família, uma vez que as reuniões estão suspensas pela pandemia.”

“Gostaria de apresentar uma pessoa que tem interesse imediato em fazer parte da nossa CSA.”

“[...] o agricultor conversou com os integrantes do GT Finanças sobre uma surpresa que recebeu: cobrança adiantada de financiamentos (governo ou banco resolveram antecipar o que era para vencimento nos próximos meses). Diante da situação, a família está consultando os coprodutores quanto à possibilidade de adiantamento no pagamento de algum valor de cota.”

“Convidamos para roda de conversa sobre CSA e agricultura familiar camponesa. Com sarau de boas-vindas aos novos integrantes do grupo (para manter a arte viva!).”

“E desejo, em nome do GT Comunicação, boas-vindas aos novos integrantes. Ao mesmo tempo estamos à disposição para eventuais esclarecimentos sobre nosso grupo.”

“E precisamos organizar a dinâmica do ingresso. Minha sugestão é que a família que indica já tenha uma boa conversa explicativa com os que pretendem ingressar. Após, os indicados conversam com a família, por vídeo ou em uma quarta-feira, encontro breve, até pelas condições.”

A grandeza de renome favorece sua adoção como um critério de medida universal para valorizar as propriedades estruturais e relativistas do mundo social, expressadas, por exemplo, por ferramentas como convites, publicações, mensagens e reuniões (Boltanski & Thévenot, 1991[2020], p. 298).

d) classe 4: alimentos

Esta classe 4 (Figura 20) é constituída por vocábulos como “arroz agulhinha” ($x^2 = 72,29$), “massa” ($x^2 = 66,54$), “arroz cateto” ($x^2 = 65,51$), “forno” ($x^2 = 53,01$), “jabuticaba” ($x^2 = 46,28$). A informação disponibilizada pelos agricultores sobre os tipos de alimentos constituintes da cota semanal, a troca de receitas, principalmente, com a utilização de itens não tão comuns na cesta, como a berinjela ou farinha de arroz, ou itens, que devido à grande oferta, sugerem a diversificação de preparos.

“Tenho interesse em uma cota de arroz agulhinha”. “Participamos 20 kg de agulhinha branco e 10 kg de cateto - branco TB.”

“Podem fazer a berinjela como mini pizza, usa ela como massa...desidrata uns 10 minutos antes.... depois coloca tomate queijo e orégano... ou o recheio que preferir leva para assar por uns minutos só praticamente o tempo de derreter o queijo.”

“você pode substituir a massa da lasanha por berinjela, é só cortar ela "de comprido" e ferventar, dai monta e leva ao forno que nem uma lasanha normal.”

“Adorei a massa de pizza porque eu não posso comer glúten, e o arroz não tem.”

“Boa tarde, estes são os produtos da semana, cebola, pimenta dedo de moça, pimentão, salsa e caqui, queijo e farinha de arroz. Pessoal, não está indo verdes por causa das chuvas em excesso. Lembrando pedidos de arroz até amanhã de meio-dia. Abraço”; “[...] repolho, alface, chicória, rúcula, jabuticabas, queijo e arroz agulhinha.”

Esta classe 4, caracteriza-se pela grandeza industrial voltada para a transformação artesanal por meio dos alimentos de época e em pequena escala, e a qualidade dos alimentos recebidos diretamente dos agricultores. O potencial de atividade está no trabalho, que representa a colocação em prática da energia do homem de ação, como forma de dignidade das pessoas (Boltanski & Thévenot, 1991[2020], p. 329).

e) classe 5: sentimentos

Na formação da classe 5, destacam-se: “amor” ($x^2 = 88,97$), “saúde” ($x^2 = 70,05$), “felicidade” ($x^2 = 64,25$), “paz” ($x^2 = 62,34$), “alegria” ($x^2 = 53,07$) (Figura 20). Caracterizamos como os

valores intrínsecos expressados nos depoimentos dos membros de cada iniciativa das quais foram analisadas as conversas do WhatsApp ou postadas no Facebook ou Instagram.

“Que tudo de bom e gostoso que vocês plantam para nós, volte a você em bons momentos em seu novo ano de vida.”

“[...] temos muito orgulho de falar que a verdadeira orientação que recebemos nessa caminhada biodinâmica, o impulso para o amor que nutrimos por ela, vem de dois organismos agrícolas biodinâmicos, e um deles é a parte central deste grupo.”

“[...] um ser humano iluminado que faz da solidariedade e o amor ao próximo, um objetivo de vida e uma missão. Aprendi e sigo aprendendo contigo, meu amigo, o verdadeiro amor pelo próximo, a cada dia, a cada conversa, a cada ação. Obrigado por me dar o privilégio de fazer parte do teu círculo de amizades. Que Deus siga a te abençoar e te iluminar nesta tua caminhada. Um grande e fraterno abraço e um feliz aniversário.”

“[...] agradecer terra celebrar o alimento conforto comunidade meu despertar veganismo.”

“[...] abandonamos a área financeira e toda a vida que tínhamos construído na cidade para dar início a uma nova vida onde o apelo da terra e o sonho por um mundo melhor impera.”

“É o compromisso com uma vida mais digna para quem produz e que nos alimenta de uma forma sustentável e regeneradora dos ecossistemas.”

“o bom que é para mim, em ambiente urbano, poder contar com a valiosa presença deste grupo de jovens, amigos e amigas da terra, mesmo sendo só com dia e hora marcada. Todos precisamos de nos alimentar e tudo o que ingerimos repetidamente é determinante para a nossa saúde. Por isso sinto que o ser natural e a variedade são importantes e é nessa base que confio parte da minha saúde à AMAP.”

A classe 5, apresenta características das grandezas cívica, que “traz em si uma aspiração que os direciona para o que é comum, para o que une e os encoraja a romper o isolamento” (Boltanski & Thévenot, 1991[2020], p. 307), e opinião, porque se identificam com uma grandeza/filosofia maior.

4.8 O que apontaram os coagricultores sobre os motivos para participar do grupo

Para avaliar as percepções sobre a participação dos consumidores na iniciativa CSA/AMAP, procedeu-se à análise das médias e desvios padrões das 24 afirmações que estão relacionadas às convenções sociais de cada mundo (Doméstica, Cívica, Mercado, Industrial, Opinião e Inspirada).

Como a escala Likert utilizada variou de 1 a 5, a média acima do meio da escala é considerada uma boa avaliação (Hair *et al.*, 2009). As pontuações das convenções de cada mundo foram somadas e calculada a média de cada participante. Conforme Hair *et al.* (2009), se o desvio padrão for menor que 1, revela que os respondentes tendem a ter opiniões mais homogêneas sobre o assunto, se ele for maior que 1, significa que houve maior discordância entre si.

A apresentação das avaliações (médias e desvios padrões) dos participantes está dividida em duas etapas, conforme pode ser visto no Quadro 25.

Na primeira etapa, são apresentadas e discutidas as avaliações referentes a cada uma das 24 afirmações divididas nas convenções: Convenção doméstica (5 afirmações), Convenção mercantil (4 afirmações), Convenção industrial (3 afirmações), Convenção cívica (5 afirmações), Convenção opinião (3 afirmações) e Convenção inspiração (4 afirmações). Desse modo, nesta etapa, primeiro são apresentadas as avaliações dos participantes da iniciativa CSA. Após, apresentam-se as avaliações dos participantes da iniciativa AMAP.

Quadro 25 - Processos de análise das avaliações dos participantes

1ª etapa: Análise das 24 afirmações	
Convenção doméstica (5 afirmações)	
Convenção mercantil (4 afirmações)	a) CSA
Convenção industrial (3 afirmações)	b) AMAP
Convenção cívica (5 afirmações)	c) Comparação
Convenção opinião (3 afirmações)	
Convenção inspiração (4 afirmações)	
2ª etapa: Análise dos construtos/convenções	
Doméstica	
Mercantil	a) CSA
Industrial	b) AMAP
Cívica	c) Comparação
Opinião	
Inspiração	

Na sequência, na segunda etapa, procedeu-se à análise das avaliações (médias e desvios), levando em consideração a natureza de cada convenção. Nesta etapa procedeu-se ao cálculo da média dos constructos, conforme propõe Hair *et al.* (2009), através do cálculo da média das médias das variáveis que formam o constructo. Desse modo, procedeu-se ao cálculo e análise das estatísticas descritivas de cada convenção. Portanto, nesta etapa, primeiro apresentam-se as avaliações dos participantes da iniciativa CSA, após AMAP e, por fim, realiza-se uma comparação destas avaliações.

1ª etapa - Análise das 24 afirmações

Média e desvios padrões dos participantes das CSA

Nas CSA, a média mais elevada dentre as variáveis da convenção doméstica (Quadro 26) foi 4,92, na afirmação “confio na origem dos alimentos”, seguida de “práticas de cultivo, manejo, cuidado e relações diferenciadas da produção convencional”, com média de 4,83; após, a afirmação “acredito nas informações que o agricultor disponibiliza”, com a média de 4,77. Em penúltimo, “existência de relação de longo prazo entre os envolvidos”, com a média de 4,68, finalizando com “valorização e redescoberta das culturas alimentares tradicionais”, com média de 4,60.

O menor desvio (maior concordância) ocorre na afirmação D3 (DP = 0,427) e o maior desvio (menor concordância/divergência), na afirmação D2 (DP = 0,758).

Quadro 26 - Médias e desvios padrões da convenção Doméstica dos participantes das CSA

Convenção	Variáveis/Afirmações	CSA	
		Média	Desvio Padrão
Doméstica	D1 Confio na origem dos alimentos/serviços.	4,92	,432
	D2 Acredito nas informações que o agricultor disponibiliza, sem a necessidade de comprovações (selos, certificados, rótulos).	4,77	,758
	D3 Identifico práticas de cultivo, manejo, cuidado e relações diferenciadas da produção convencional.	4,83	,427
	D4 Existe uma relação de longo prazo entre os envolvidos.	4,68	,556
	D5 Aproximação, valorização e redescoberta das culturas alimentares tradicionais e territoriais.	4,60	,614

Na dimensão mercantil, a maior média foi encontrada na afirmação M6 (média 4,79), que

contempla a afirmação “a forma como ocorre a produção consome menos recursos”; em segundo, a afirmação “*status* social ao participar da iniciativa” (M8). Contudo, essa afirmação também apresentou o maior desvio padrão (1,371), indicando maior discordância entre as opiniões. A menor avaliação, com média de 1,92, foi para a afirmação “aquisição de qualquer tipo de alimento a qualquer tempo” (M7). A maior concordância (DP = 0,567), indicando menor desvio padrão. Esses dados podem ser visualizados no Quadro 27.

Quadro 27 - Médias e desvios padrões da convenção Mercantil

Convenção	Variáveis/Afirmações	CSA	
		Média	Desvio Padrão
Mercantil	M6 A forma como são produzidos consome menos recursos (embalagens, energia, insumos).	4,79	,567
	M7 Na CSA, posso adquirir qualquer tipo de alimento a qualquer tempo.	1,92	1,371
	M8 Participar desta iniciativa me transmite <i>status</i> social perante as pessoas do meu convívio.	1,98	1,308

O Quadro 28 descreve as afirmações apontadas pelos participantes das CSA em relação à convenção industrial, onde a afirmação “distância reduzida contribui para redução de emissão de poluentes”, com média 4,58, foi a de maior concordância (DP = 0,770). A afirmação que apresentou maior homogeneidade das respostas foi “produtos geneticamente modificados e produzidos em grande escala”, não havendo divergência nas respostas (DP = 0,000); “produtos com selo de qualidade”, com média 2,17, apresentou o maior desvio padrão (DP = 1,340).

Quadro 28 - Médias e desvios padrões da convenção Industrial

Convenção	Variáveis/Afirmações	CSA	
		Média	Desvio Padrão
Industrial	IND9 A distância reduzida entre produção e ponto de entrega contribui para a redução da emissão de poluentes.	4,58	,770
	IND10 Os produtos são geneticamente modificados, padronizados e produzidos em grande escala.	1,00	,000
	IND11 Todos os produtos têm um selo oficial de qualidade.	2,17	1,340

Na sequência, a convenção cívica, Quadro 29, teve como a maior média 4,87, que contempla a afirmação “contribuo para o desenvolvimento econômico do local onde foi produzido” (DP = 0,520); a seguir, a afirmação “alimentos produzidos em harmonia com o meio ambiente”, com

média de 4,81 (DP = 0,395); em terceiro, com média de 4,68, “identifico o percurso do alimento até o agricultor original” (DP = 0,695). Na sequência, a afirmação “tenho os mesmos valores que o agricultor que os produziu”, com média de 4,34 (DP = 0,891); e, por último, a afirmação “remunerações justas desde a produção, processamento (se houver), distribuição, até chegar em minhas mãos”, com média de 4,11. Esta última variável (C14) apresentou o maior desvio padrão (DP = 0,938), indicando maior divergência na opinião dos participantes respondentes.

Quadro 29 - Médias e desvios padrões da convenção Cívica

Convenção	Variáveis/Afirmações	CSA	
		Média	Desvio Padrão
Cívica	C12 Consigo identificar o seu percurso até o agricultor original.	4,68	,695
	C13 Compro esses alimentos porque tenho os mesmos valores que o agricultor que os produziu.	4,34	,891
	C14 Acredito que as remunerações foram justas desde a produção, processamento (se houver), distribuição, até chegar em minhas mãos.	4,11	,938
	C15 Considero que os alimentos foram produzidos em harmonia com o meio ambiente (solo, ar, rios e matas/florestas).	4,81	,395
	C16 Contribuo para o desenvolvimento econômico do local onde foi produzido.	4,87	,520

Em relação às variáveis da convenção opinião (Quadro 30), houve duas afirmações que obtiveram a maior média, que foi de 4,91, sendo nas afirmações que falavam sobre “reconhecimento e apreço pelo trabalho do agricultor” (DP = 0,458) e “produtos refletem respeito por quem os produziu” (DP = 0,450). A seguir, com média de 4,74, a afirmação “alimentos com sabor, durabilidade e frescor” (DP = 0,593); e, por último, a afirmação “agricultor com qualidade de vida e de trabalho satisfatórias”, com média de 4,18, sendo esta última afirmação (O19) a que apresentou a maior média de desvio padrão (DP = 0,974) e também maior divergência.

Quadro 30 - Médias e desvios padrões da convenção Opinião

Convenção	Variáveis/Afirmações	CSA	
		Média	Desvio Padrão
Opinião	O17 Reconhecimento, valorização social e aumento do apreço pelo trabalho do agricultor e de seus produtos.	4,91	,458
	O18 Os alimentos ofertados na CSA possuem sabor, durabilidade e frescor, pois são colhidos pouco tempo antes da entrega.	4,74	,593
	O19 Acredito que o agricultor possui qualidade de vida e de trabalho satisfatórias.	4,11	,974
	O20 Esses produtos refletem o meu respeito por quem os produziu.	4,91	,450

Na convenção inspiração (Quadro 31), com quatro variáveis, todos os participantes atribuíram a maior avaliação e não houve discordância entre as respostas na afirmação “mais saudáveis do que os produtos alimentares industriais” (DP = 0,000). Posteriormente, a afirmação “troca e partilha entre agricultor e consumidor”, com média de 4,83 (DP = 0,470), seguida por “acrescentam algo de especial às nossas refeições”, com média de 4,79 (DP = 0,657). E, por último, a afirmação “diversidade de alimentos disponibilizados”, com média de 3,85 e o maior desvio padrão (DP = 1,167), a que obteve maior divergência na opinião dos respondentes.

Quadro 31 - Médias e desvios padrões da convenção Inspiração

Convenção	Variáveis/Afirmações	CSA	
		Média	Desvio Padrão
Inspiração	ISP21 Acrescentam algo de especial às nossas refeições.	4,79	,657
	ISP22 Existem troca e partilha entre agricultor e coagricultor.	4,83	,470
	ISP23 Compro esses produtos pela diversidade de alimentos disponibilizados.	3,85	1,167
	ISP24 São mais saudáveis do que os produtos alimentares industriais.	5,00	,000

Média e desvios padrões dos participantes das AMAP

A média mais elevada dentre as variáveis da convenção doméstica (Quadro 32) foi na afirmação D1 (média 4,97), onde os participantes revelaram confiar na origem dos alimentos/serviços, seguida das afirmações “identificação das práticas de cultivo, manejo, cuidado e relações diferenciadas da produção convencional” (média 4,77), “acredito nas informações do agricultor sem necessitar comprovações” (média 4,72). Segue-se a afirmação “aproximação e redescoberta das culturas tradicionais” (média de 4,67) e, por último, o item menos mencionado foi “relação de longo prazo entre os envolvidos” (média de 4,52), em que houve mais divergência de opiniões, obtendo maior desvio padrão (0,779).

Quadro 32 - Médias e desvios padrões da convenção Doméstica dos participantes das AMAP

Convenção	Variáveis/Afirmações	AMAP	
		Média	Desvio Padrão
Doméstica	D1 Confio na origem dos alimentos/serviços.	4,97	,237
	D2 acredito nas informações que o agricultor disponibiliza, sem a necessidade de comprovações (selos, certificados, rótulos).	4,72	,616
	D3 Identifico práticas de cultivo, manejo, cuidado e relações diferenciadas da produção convencional.	4,77	,484
	D4 Existe uma relação de longo prazo entre os envolvidos.	4,52	,779
	D5 Aproximação, valorização e redescoberta das culturas alimentares tradicionais e territoriais.	4,67	,560

No que se refere à dimensão mercantil, observa-se, no Quadro 33, que a maior média foi encontrada na afirmação M6 (média 4,73), que contempla a afirmação “a forma como ocorre a produção consome menos recursos”; em segundo, a afirmação “*status* social ao participar da iniciativa” (média 2,31). Contudo, essa afirmação também apresentou o maior desvio padrão (DP = 1,305), indicando maior discordância entre as opiniões. A afirmativa que teve a menor avaliação, com média de 1,86, foi “aquisição de qualquer tipo de alimento a qualquer tempo” (DP = 1,138).

Quadro 33 - Médias e desvios padrões da convenção Mercantil

Convenção	Variáveis/Afirmações	AMAP	
		Média	Desvio Padrão
Mercantil	M6 A forma como são produzidos consome menos recursos (embalagens, energia, insumos).	4,73	,585
	M7 Na AMAP, posso adquirir qualquer tipo de alimento a qualquer tempo.	1,86	1,138
	M8 Participar desta iniciativa me transmite <i>status</i> social perante as pessoas do meu convívio.	2,31	1,305

Em relação à convenção industrial (Quadro 34), que contou com três afirmações, a afirmação “distância reduzida contribui para redução de emissão de poluentes”, com média 4,56, foi a de maior concordância entre os participantes (DP = 0,670). A afirmação que apresentou maior homogeneidade (menor desvio padrão = 0,119) das respostas foi “produtos geneticamente modificados e produzidos em grande escala”; “produtos com selo de qualidade”, com média 2,72, apresentou o maior desvio padrão (DP = 1,271), ou seja, a maior discordância nas respostas dentre as afirmações desta convenção.

Quadro 34 - Médias e desvios padrões da convenção Industrial

Convenção	Variáveis/Afirmações	AMAP	
		Média	Desvio Padrão
Industrial	IND9 A distância reduzida entre produção e ponto de entrega contribui para a redução da emissão de poluentes.	4,56	,670
	IND10 Os produtos são geneticamente modificados, padronizados e produzidos em grande escala.	1,01	,119
	IND11 Todos os produtos têm um selo oficial de qualidade.	2,72	1,271

Na sequência, a convenção cívica teve como a maior média 4,90, que contempla a afirmação “identificar a origem do alimento” (DP = 0,349); seguida da afirmação “alimentos produzidos em harmonia com o meio ambiente” (DP = 0,494) com média de 4,89; em terceiro, com média de 4,77, “contribuo para o desenvolvimento econômico do local onde foi produzido” (DP = 0,540). Em penúltimo lugar, a afirmação “tenho os mesmos valores que o agricultor que os produziu”, com média de 4,42 (DP = 0,695); e por último surge a afirmação “remunerações justas desde a produção, processamento (se houver), distribuição, até chegar em minhas mãos”, com média de 4,30. Esta última variável apresentou o maior desvio padrão (DP = 0,960), obtendo a maior divergência na opinião dos participantes respondentes. Esses resultados podem ser acompanhados no Quadro 35.

Quadro 35 - Médias e desvios padrões da convenção Cívica

Convenção	Variáveis/Afirmações	AMAP	
		Média	Desvio Padrão
Cívica	C12 Consigo identificar o seu percurso até o agricultor original.	4,90	,349
	C13 Compro esses alimentos porque tenho os mesmos valores que o agricultor que os produziu.	4,42	,695
	C14 Acredito que as remunerações foram justas desde a produção, processamento (se houver), distribuição, até chegar em minhas mãos.	4,30	,960
	C15 Considero que os alimentos foram produzidos em harmonia com o meio ambiente (solo, ar, rios e matas/florestas).	4,89	,494
	C16 Contribuo para o desenvolvimento econômico do local onde foi produzido.	4,77	,540

A média mais elevada dentre as afirmações da convenção opinião (Quadro 36), medida por quatro variáveis, foi na afirmação “reconhecimento e apreço pelo trabalho do agricultor”, com 4,91 (DP = 0,284). Depois, “produtos refletem respeito por quem os produziu”, com média de 4,87 (DP = 0,375), seguida da afirmação “alimentos com sabor, durabilidade e frescor”, com média de 4,63 (DP = 0,760). Por último, a afirmação “agricultor com qualidade de vida e de trabalho satisfatórias”, com média de 4,18 (DP = 0,961), sendo esta última afirmação a que apresentou a maior média de desvio padrão (DP = 0,961) e também maior divergência.

Quadro 36 - Médias e desvios padrões da convenção Opinião

Convenção	Variáveis/Afirmações	AMAP	
		Média	Desvio Padrão
Opinião	O17 Reconhecimento, valorização social e aumento do apreço pelo trabalho do agricultor e de seus produtos.	4,91	,284
	O18 Os alimentos ofertados na AMAP possuem sabor, durabilidade e frescor, pois são colhidos pouco tempo antes da entrega.	4,63	,760
	O19 Acredito que o agricultor possui qualidade de vida e de trabalho satisfatórias.	4,18	,961
	O20 Esses produtos refletem o meu respeito por quem os produziu.	4,87	,375

A última convenção (Quadro 37), é a inspiração, com quatro variáveis, e todos os participantes atribuíram a maior avaliação (média 5,00), não havendo divergências nas respostas (DP = 0,000) com a afirmação “mais saudáveis do que os produtos alimentares industriais”. Posteriormente, a afirmação “Acrescentam algo de especial às nossas refeições”, com média de 4,62 (DP = 0,545); em terceiro, com média de 4,45, “troca e partilha entre agricultor e consumidor” (DP = 0,628). E, por último, a afirmação “diversidade de alimentos disponibilizados”, com média de 3,89, a qual tem associado o maior desvio padrão (DP = 0,964), indicando maior divergência na opinião dos respondentes.

Quadro 37 - Médias e desvios padrões da convenção Inspiração

Convenção	Variáveis/Afirmações	AMAP	
		Média	Desvio Padrão
Inspiração	ISP21 Acrescentam algo de especial às nossas refeições.	4,62	,545
	ISP22 Existem troca e partilha entre agricultor e coagricultor.	4,45	,628
	ISP23 Compro esses produtos pela diversidade de alimentos disponibilizados.	3,89	,964
	ISP24 São mais saudáveis do que os produtos alimentares industriais.	5,00	,000

O Quadro 38 sintetiza as estatísticas descritivas, na tentativa de subsidiar o processo de análise dos atributos de relacionamento nas iniciativas CSA e AMAP.

Quadro 38 - Estatística descritiva

Construto	Variáveis	CSA		AMAP	
		Média	DP	Média	DP
Convenção Doméstica	D1	4,92	,432	4,97	,237
	D2	4,77	,758	4,72	,616
	D3	4,83	,427	4,77	,484
	D4	4,68	,556	4,52	,779
	D5	4,60	,614	4,67	,560
Convenção Mercantil	M6	4,79	,567	4,73	,585
	M7	1,92	1,371	1,86	1,138
	M8	1,98	1,308	2,31	1,305
Convenção Industrial	IND9	4,58	,770	4,56	,670
	IND10	1,00	,000	1,01	,119
	IND11	2,17	1,340	2,72	1,271
Convenção Cívica	C12	4,68	,695	4,90	,349
	C13	4,34	,891	4,42	,695
	C14	4,11	,938	4,30	,960
	C15	4,81	,395	4,89	,494
	C16	4,87	,520	4,77	,540
Opinião	O17	4,91	,458	4,91	,284
	O18	4,74	,593	4,63	,760
	O19	4,11	,974	4,18	,961
	O20	4,91	,450	4,87	,375
Inspiração	ISP21	4,79	,657	4,62	,545
	ISP22	4,83	,470	4,45	,628
	ISP23	3,85	1,167	3,89	,964
	ISP24	5,00	,000	5,00	,000

Ao analisar os atributos de qualidade dos relacionamentos valorizados pelos consumidores, baseados nas estatísticas descritivas do Quadro 38, nota-se que, com relação à convenção doméstica, o item D1 “Confio na origem dos alimentos/serviços” foi o item que apresentou as melhores pontuações de estatística descritiva, já que os resultados de média e desvio padrão estão muito próximos, especialmente nas AMAP. Conforme destacado na literatura, nesse contexto os consumidores sabem de onde vem o alimento que consomem, é sinal claro de confiança (Ponte, 2016; Thorsøe & Kjeldsen, 2016; Truninger, 2013).

Nas CSA, o item D3 “Identifico práticas de cultivo, manejo, cuidado e relações diferenciadas da produção convencional” obteve alta média, com desvio padrão de 0,427, nas AMAP o desvio padrão 0,484. O item D4 “Existe uma relação de longo prazo entre os envolvidos” apresenta maior média nas CSA, e o item D5 “Aproximação, valorização e redescoberta das culturas alimentares tradicionais e territoriais”, nas AMAP. Conforme Tibério (2004), os resultados deste construto demonstram que os consumidores valorizam as construções sociais em torno

dos conhecimentos locais tradicionais e proximidade entre os atores, caracterizada na convenção doméstica. Além desse, Chiffolleau *et al.* (2019) destacaram a confiança, transparência, reconhecimento mútuo e aprendizado vinculados às convenções doméstica e cívica nos dois estudos de caso analisados em França e Itália. O estudo de Escobar-López *et al.* (2021) apontou as percepções de consumidores e agricultores espanhóis e mostrou coincidências e divergências observadas em cada convenção.

No construto convenção mercado, os itens da escala, M7 e M8, na CSA, “Posso adquirir qualquer tipo de alimento a qualquer tempo” e “Participar desta iniciativa me transmite *status* social perante as pessoas do meu convívio”, foram considerados de pouca importância para o consumidor, com resultados de média bem abaixo do item M6, demonstrando que, geralmente, os consumidores não adquirem esses alimentos pelo *status* gerado (Henderson & Van En, 2007). Conforme Niederle e Wesz Junior (2018), neste tipo de prática os alimentos são consumidos para alimentar o corpo e não como símbolo de *status* e distinção social.

Em ambas as iniciativas, os consumidores compreendem o terceiro princípio do Teikei, “aceitação dos alimentos”, e entendem que os alimentos são sazonais, por isso, aceitam todos que foram cultivados de acordo com diálogos anteriores entre eles e os agricultores. Assim, os coagricultores recebem semanalmente o que a terra oferece naquele período; e sua alimentação deve depender, tanto quanto possível, desses alimentos. Entretanto, é consenso entre os canais que os consumidores não percebem *status* social ao adquirirem esses alimentos. O grupo focal realizado por Zepeda *et al.* (2014) concluiu que os consumidores, ao participarem da iniciativa, desenvolvem um significado simbólico e conferem *status* aos alimentos, e os membros mais contínuos demonstram percepções de avaliação e conferem *status* ao agricultor pela produção dos alimentos. O seguinte relato caracteriza este tipo de coordenação: *os valores que pagamos hoje não são os valores correspondentes aos produtos; pagamos basicamente para que a família consiga continuar a atividade agrícola. Nós, enquanto coletivo, assumimos algumas dívidas da família (Org_2); [...] a comunidade permite aos pequenos produtores (familiares) de ter um rendimento estável e digno (Coord_5).*

Semelhante análise dos consumidores ocorre no construto convenção industrial, nos itens IND10 e IND11, “produtos geneticamente modificados e produzidos em grande escala” e “todos têm selo de qualidade”. Eles representam médias baixas (1,01 e 2,72 para as AMAP e 1,00 e 2,17 para as CSA), significando que eles divergem da filosofia desses canais alternativos e que o consumidor observa a qualidade na produção e cultivo dos alimentos, independente de

rotulagem ou padronização dos mesmos. Conforme o entendimento do segundo princípio do Teikei, Henderson e Van Em (2007), “planejamento da produção”, em que os agricultores, por meio do diálogo com os consumidores, planejam a produção do máximo volume e variedade de alimentos, nas capacidades de suas unidades produtivas, por meio das referências da agroecologia.

Corroborando com a pesquisa de Ponte (2016), em que os modos de coordenação estão interligados e a análise de qualidade se manifesta conforme cada situação (Cidell & Alberts, 2006), a convenção industrial se manifesta nas seguintes falas: *O que quer para a CSA? Produzir alimento para o mundo inteiro ou produzir alimento de qualidade para este grupo de 100 pessoas aqui?* (Org_2); *se estivermos a procura de uma uniformização da AMAP então deixa de ser AMAP* (Agri_Q4).

No construto convenção cívica, os itens C12, C15 e C16, que se referem, respectivamente, às variáveis “Consigo identificar o seu percurso até o agricultor original”, “Considero que os alimentos foram produzidos em harmonia com o meio ambiente (solo, ar, rios e matas/florestas)” e “Contribuo para o desenvolvimento econômico do local onde foi produzido”, apresentaram médias altas no contexto das AMAP (4,90; 4,89; e 4,77). Entretanto, nas CSA os itens que apresentaram médias altas foram C16, C15 e C12 (4,87; 4,81; e 4,68). Para Migliore *et al.* (2015) os consumidores reconhecem esta relação como conseguindo gerar benefícios ecológicos, éticos e de sustentabilidade social, assim como o bem-estar dos agricultores (Riisgaard & Gibbon, 2014; Rosin & Campbell, 2009). Nesse caso, se corrobora com os estudos de Gibbon e Riisgaard (2014) e Riisgaard e Gibbon (2014), quando destacam que a remuneração justa e treinamento aos agricultores estão relacionados ao bem-estar (saúde e segurança), habilidades para a vida e promoção baseada na responsabilidade pessoal. Conforme entrevista com Agri_Q4: *Um momento fixe foi “S”, minha amiga. Escreveu uma candidatura para recebermos uma pessoa voluntária no monte. Quando ela acabou de escrever a candidatura foi o momento que ela percebeu o significado de ser coprodutora.*

Referente ao construto convenção opinião, tanto nas AMAP, como nas CSA, o item O17, “Reconhecimento, valorização social e aumento do apreço pelo trabalho do agricultor e de seus produtos”, obteve a maior média, com 4,91. Na sequência, os itens O20, O18 e O19, com médias 4,87, 4,63 e 4,18 para as AMAP e 4,91, 4,74 e 4,11 para as CSA. Sob este aspecto, Swaffield *et al.* (2018) afirmam a redução de desperdício, bem como referido por Escobar-López *et al.* (2021), a reputação dos produtos e a importância de promover os mercados

alternativos. A fala de Co_id_3: *eles – os agricultores – de alguma forma estão mostrando para os vizinhos que é possível produzir de forma alternativa [...] os vizinhos os boicotam porque eles fogem do padrão.*

Na convenção inspiração, o item I24, “São mais saudáveis do que os produtos alimentares industriais”, foi considerado de extrema importância pelos participantes. Contudo, o item I23, “Compro esses produtos pela diversidade de alimentos disponibilizados”, não foi considerado de extrema relevância. Em ambos canais, os participantes passam a compreender que os alimentos ofertados são da época e respeitam o tempo de cultivo. Em razão disso, Ponte (2016) refere esse tipo de coordenação como um conjunto único de práticas que não podem ser certificadas por auditorias formais, mas através da convergência generalizada de reconhecimento.

2ª etapa - Análise dos construtos/convenções

Na segunda etapa, ou seja, na análise das dimensões na totalidade (Quadro 39, p.167), constatou-se que a convenção doméstica foi a que registrou maior homogeneidade, apresentando o menor desvio padrão (DP AMAP = 0,27; DP CSA = 0,32), entre os participantes tanto das AMAP como das CSA, sendo esta a maior média (4,75), revelando que os participantes confiavam na origem dos alimentos/serviços e percebiam que as práticas de cultivo, manejo, cuidado e relações são diferenciadas da produção convencional.

A segunda maior média encontrada ocorre na convenção cívica (4,68), com resultado levemente superior nas AMAP (menor desvio padrão AMAP = 0,34; maior desvio padrão CSA = 0,38), revelando que os participantes conseguiam identificar o percurso do alimento até ao agricultor original e que as ações decorrentes da iniciativa contribuem para o desenvolvimento econômico do local onde foi produzido o alimento.

A convenção opinião apresentou a terceira maior média (média 4,66) (menor DP AMAP = 0,36; maior DP CSA = 0,40), enfatizando que os participantes reconheciam, valorizavam e desenvolviam apreço pelo trabalho do agricultor e os alimentos cultivados, além disso, passavam a respeitar o agricultor/campeano. A quarta maior média sucedeu na convenção inspiração (4,59), com resultado levemente superior nas CSA (DP = 0,40), revelando a existência de trocas e partilhas entre agricultor e participantes, além da percepção de que os alimentos recebidos tornam as refeições especiais.

Já a convenção mercantil alcançou a média 2,97 e também o maior desvio padrão (DP = 0,68 e 0,77), a industrial obteve média de 2,77, o que evidencia que os participantes entendiam que a forma como os alimentos são produzidos consome menos recursos (embalagens, energia, insumos), bem como a distância reduzida entre produção e ponto de entrega contribui para a redução da emissão de poluentes.

No contexto das AMAP as respostas foram identificadas na seguinte ordem de importância: doméstica, cívica, opinião, inspiração, mercantil e industrial; nas CSA, doméstica, opinião, inspiração, cívica, mercantil e industrial.

Esses dados revelam que, de modo geral, os respondentes acreditavam no agricultor, na origem, e que o modo de produção dos alimentos respeita o meio ambiente (solo, ar, água, florestas/matras). Assinala-se a unanimidade sobre a saudabilidade dos alimentos.

Esses resultados podem ser visualizados no Quadro 39.

Quadro 39 - Média e desvios dos construtos CSA e AMAP

Convenção	Média		Desvio Padrão	
	CSA	AMAP	CSA	AMAP
Doméstica	4,75	4,74	,32	,27
Mercantil	2,90	2,97	,77	,68
Industrial	2,57	2,77	,52	,51
Cívica	4,57	4,68	,38	,34
Opinião	4,65	4,66	,40	,36
Inspiração	4,59	4,49	,40	,37

Fonte: Elaboração própria (2021).

Analisados os grupos de resultados relacionados às formas de convenção doméstica, cívica, opinião e inspiração, pode-se verificar que os resultados podem ser considerados satisfatórios, haja vista que a maioria das questões, bem como os construtos, apresentaram médias superiores a quatro, o que demonstra a concordância dos respondentes quanto aos itens analisados. Nota-se, porém, que, apenas para as convenções mercantil e industrial, houve maior desvio padrão, o que demonstra que os respondentes possuíam percepções diferentes quanto às formas de coordenação mercantil e industrial.

Estes resultados podem ser avaliados à luz do título da tese “do preço para o apreço” corroborando com a ideia de que os envolvidos nas iniciativas analisadas tendem a desenvolver

características que vão além do processo mercantil de compra e venda, passam a cultivar as relações entre quem consome e quem planta, ou seja a interação entre os atores sociais é intensa e a relação com os agricultores é direta, sem intermediários. Desta maneira, quem recebe o alimento desenvolve o apreço e respeito às atividades realizadas pelo agricultor.

Neste estudo, considerando os resultados obtidos através da análise dos dados, verificou-se que não existem diferenças significativas entre CSA e AMAP. Apenas uma disposição maior da convenção cívica nas AMAP e inspiração nas CSA, corroborando com o quarto princípio do Teikei - o apreço. Quem decide participar de uma iniciativa CSA/AMAP não paga pelos alimentos/produtos que recebe e, sim, pelas necessidades para manutenção do organismo agrícola. Recebe o que necessita e contribui com o que pode.

CAPÍTULO 5
SÍNTESES DA PESQUISA E CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Síntese da Pesquisa

Neste item sintetizamos as informações coletadas no decorrer da pesquisa para a construção desta Tese. Destacamos aspectos metodológicos que consideramos relevantes em algumas etapas do processo: i) observação participante; ii) entrevistas; iii) visita a organismos agrícolas; iv) depoimentos do WhatsApp e Facebook; v) questionários. Embora tenhamos parametrizado alguns itens com a finalidade de comparar os canais de comercialização, CSA RS e AMAP, algumas diferenças se sobressaem:

Na amostra, a maioria dos agricultores respondentes era do sexo feminino. A faixa etária variava desde os mais jovens (18 a 29 anos) até os mais velhos (com mais de 60). Os brasileiros eram agricultores familiares, camponeses e/ou militantes de assentamentos da reforma agrária, mais de 67% casados, 50% com ensino fundamental e 16,7% estudantes de pós-graduação. Estavam na atividade agrícola havia mais de uma década. Alguns possuíam ligação a cooperativas ou grupos de agricultores. O valor para investir no organismo agrícola provinha, quase a totalidade, de recursos próprios. Definiam o tipo de cultivo para cada ciclo, o controle dos recebimentos e, em alguns casos, permaneciam no espaço de partilha para a distribuição dos alimentos.

Os produtores portugueses eram, em sua maioria, do sexo feminino, a faixa etária situava-se entre 30 e 49 anos, sendo, na metade, solteiros. Possuíam especialização ou pós-graduação, residiam no espaço rural, com 5 a 10 anos nas atividades agrícolas. Quase a totalidade possuía empresa registrada. O valor investido em suas quintas, normalmente, era oriundo de projetos financiados pela União Europeia ou *crowdfunding*. Realizavam a gestão dos cultivos, o controle dos recebimentos e permaneciam no espaço de partilha para a distribuição dos alimentos.

Todos os agricultores/produtores afirmaram ter bom conhecimento e desenvolviam práticas de cultivo orgânico. Além de cultivar os alimentos para ofertar aos coagricultores das AMAP/CSA, os agricultores comercializavam em outros canais, como feiras, de porta em porta e/ou em lojas especializadas.

Os coagricultores (consumidores) eram majoritariamente urbanos, na faixa etária entre 30 e 59 anos, do sexo feminino, casados, com pós-graduação (ou cursando). Na maioria, os consumidores da CSA eram vinculados a instituição pública e recebiam mais de dez salários mínimos mensais, participavam da iniciativa havia mais de dois anos e dividiam a tarefa da compra e retirada dos alimentos com seus companheiros. Nas AMAP, estavam vinculados a instituições privadas, recebiam entre três e seis salários mínimos mensais e participavam da

iniciativa havia mais de dois anos. Em ambas as iniciativas existia um número considerável de ingressantes novos (30,4% e 36,2%, respectivamente); 60,9% dos consumidores eram responsáveis pela compra dos alimentos.

Devido ao tamanho da iniciativa, o contato direto com os agricultores nem sempre ocorria, como, por exemplo, na CSA Partilhar as Colheitas. Motivo pelo qual não houve consenso sobre o número de agricultores que apoiavam. Nas iniciativas estudadas existia uma família agricultora responsável pela oferta dos alimentos, no entanto, para suprir a demanda e mesmo auxiliar outros agricultores/campeiros a escoar a produção, estabelecia parcerias que envolviam a troca de produtos e serviços.

Sobre o total de legumes e verduras consumido pelas famílias, mais de metade dos coagricultores (consumidores) afirmou ser da iniciativa da AMAP/CSA, embora manifestassem buscar alimentos complementares. A possibilidade de receber a cota integral ou meia cota facilita a permanência dos consumidores no grupo.

De certa maneira, os coagricultores relataram mudança nos hábitos de consumo ao receber alimentos que antes não faziam parte da rotina alimentar. Nas AMAP os consumidores enfatizaram a preferência pelo consumo de alimentos de qualidade com o mínimo de agressão ao meio ambiente; enquanto que, nas CSA, salientaram a ideia de suportar o agricultor familiar e consumir alimentos sem agrotóxicos.

O relacionamento com outros consumidores da mesma iniciativa possibilitou a troca de saberes e receitas para o aproveitamento total da cesta/cabaz semanal recebida. Alguns aprenderam a consumir a diversidade de alimentos recebidos, outros tinham mais dificuldade para se adaptar. No entanto, a grande maioria se adapta e, ao participarem mais ativamente, envolvem-se, sentem-se pertencentes, e compreendem o sentido de comunidade e apoio mútuo.

Participar de comissões ou grupos de trabalho, da logística para buscar alimentos no organismo agrícola e disponibilizar no ponto de entrega, da organização do espaço de partilha, da organização de reuniões, dos mutirões, e divulgação do projeto são exemplos de envolvimento dos consumidores.

Os consumidores que ingressaram recentemente na iniciativa, entre seis meses e um ano, ainda não haviam criado vínculos com os agricultores para além da coordenação, porque não tiveram a oportunidade de participar de outras atividades além da partilha das cotas e do grupo de

WhatsApp. Por motivo de segurança sanitária, durante a realização da pesquisa, os consumidores relataram a inexistência de relacionamento social presencial, no grupo.

Além disso, percebeu-se que, mesmo os consumidores que estavam envolvidos havia mais tempo e disseram ter participado de encontros proporcionados pelas iniciativas, sentiam necessidade de fortalecer e construir laços de trocas em ocasiões futuras. A relação entre os consumidores demonstra preocupação social e ecológica. Ao passo que os agricultores se relacionavam por questões de amizade, confiança e cooperação.

Observando as características de cada região, nas CSA os consumidores buscavam itens extras como arroz, ovos, leite e derivados, nas AMAP procuravam pão, frutas, azeite, carnes, entre outros alimentos de época disponibilizados pelos produtores. No contato agricultor-consumidor, a frequência variava desde semanalmente, no caso das CSA até quinzenal ou mensal, no caso das AMAP. Em ambas as iniciativas, a maioria dos consumidores afirmou ter ciência de como ocorria o processo de precificação da cota/cabaz, que auxilia, mesmo que em parte, o agricultor na sustentação do organismo agrícola.

Considera-se que os consumidores estão participando de um grande processo de conscientização sobre as suas ações acerca do consumo agroalimentar, por meio das AMAP/CSA, expresso nas afirmações “faço parte”, “contribuo” ou “apoio” para com a iniciativa ou parcerias com grupos sociais ou instituições distintas onde comungam dos mesmos princípios de solidariedade, ajuda mútua, construção coletiva, autogestão e corresponsabilidade.

Alguns consumidores investiram tempo na busca de informações sobre a filosofia da iniciativa antes de ingressar no projeto. Grande parte tinha conhecimento sobre agroecologia, preservação do ambiente e consumo consciente, fatores determinantes na decisão de pertencer ao grupo, onde ocorrem troca de saberes e a compreensão de alimentos de época.

Os agricultores estavam em constante aperfeiçoamento na busca de atualização de técnicas de cultivo ou processos de gestão do organismo agrícola, a maioria tinha alto nível de escolaridade. Procuravam informações nas associações, instituições de ensino e pesquisa, bem como com técnicos e especialistas. Estabeleceram relações de confiança e cooperação para cultivar alimentos com qualidade, diversificar as culturas e estimar o volume de produção.

A relação entre os consumidores manifestava-se pelo bom senso, expresso na gentileza e na pré-disposição em colaborar, mesmo que algumas atitudes ainda expressassem padrões

tradicionais, como estabelecimento de regras e normativas de convivência a favor da coletividade.

Grande parte dos produtores das AMAP possuía empresa certificada. Faziam a gestão de encomendas, preparação dos cabazes, transporte e controle dos recebimentos. Os consumidores não participavam, ou participavam muito pouco, do planejamento da produção, exceto na AMAP Maravilha. A distribuição dos produtos no espaço de partilha das AMAP era feita pelos produtores; na CSA Partilhar as Colheitas, por colaboradores.

As CSA eram constituídas por agricultores familiares, campestinos, certificados ou em processo de certificação em orgânico, que participavam de associação ou movimentos sociais. O espaço de partilha da CSA Santa Maria era gerido por coagricultores, na CSA Caxias, por colaboradores; na CSA POA e Grupo Ressignificar a Vida, pelos agricultores, que também faziam a gestão de encomendas extras, preparação das cestas, transporte e controle dos recebimentos.

As iniciativas tinham potencial de cultivo para ofertar alimentos a novos consumidores/coprodutores/coagricultores e utilizavam outros canais, como feiras locais e lojas especializadas, para escoar a produção, não sendo, portanto, a CSA/AMAP o canal exclusivo de comercialização. Os dois estudos de caso mostram que não existe uma única maneira certa de organizar a nova economia alimentar (Chiffolleau *et al.*, 2019), portanto, os elos da cadeia de valor são ativados em momentos distintos e de diferentes formas, de acordo com as necessidades.

As formas de coordenação predominantes neste tipo de iniciativa e que resultaram da pesquisa efetuada foram, no caso das CSA: doméstica, opinião, inspiração e cívica; e nas AMAP: doméstica, cívica, opinião e inspiração. Balizadas pela cultura tradicional e observadas as opiniões externas, ao mesmo tempo em que o despertar crítico e a abertura para o fazer diferente estão presentes em cada atividade realizada pelas iniciativas.

A predominância destas convenções está correlacionada a atividades em que o apreço observado nas relações entre os envolvidos, no cultivar os alimentos, no espaço de partilha, no cuidado com o preparo e manutenção dos alimentos, da terra e do meio ambiente que estão inseridos é preponderante nas relações que a eles dizem respeito. Relações que se constituem em um meio de compromisso, explicitado pela familiaridade entre os parceiros (evocação de memórias comuns). No compromisso, associado às convenções doméstica, cívica, opinião e inspiração, as pessoas mantêm uma disposição intencional orientada para o bem comum.

A qualidade das relações observadas entre os envolvidos nas CSA/AMAP não se decreta, constrói-se. Deste modo, o Quadro 40 apresenta nomenclaturas comumente mencionadas pelos atores que participaram desta pesquisa. Na primeira coluna, relacionamos as nomenclaturas tradicionalmente utilizadas no mercado “produtor”, “consumidor”, “produção” e “venda de produtos”; na terceira coluna, as nomenclaturas passam a ter outra simbologia no contexto de uma CSA/AMAP, como “agricultor”, “coagricultor”, “cultivo” e “partilha de alimentos”, respectivamente. Correlacionamos o sentido de cada palavra com a ideia central de cada ordem de grandeza na Teoria das Convenções.

Quadro 40 – Nomenclaturas utilizadas no mercado *versus* utilizadas na CSA/AMAP

Termos utilizados pelo mercado convencional	Convenção	Termos utilizados nas CSA/AMAP	Convenção
Agricultura familiar	Doméstica	Agricultura Camponesa/Agricultura Coletiva	Cívica
Associação de trabalhadores	Cívica/Doméstica	Coletivo	Cívica/Opinião
Auto-gestão	Doméstica	Sociocracia	Cívica/Inspiração
Celebridade (pessoas célebres)	Opinião	Bem comum	Cívica
Cliente/Consumidor	Industrial/Mercantil	Cidadão	Cívica
Compra/venda de produtos	Mercantil	Partilhar alimentos	Cívica
Convencer	Doméstica/Mercado	Conquistar	Inspiração/Opinião/ Cívica
Diretor Executivo	Mercantil/Industrial	Grupo do coração	Inspiração/Cívica
Funcionária do lar/doméstica/criada	Industrial/Doméstica	Direitos dos trabalhadores rurais	Cívica
Grupos de consumo	Doméstica/Mercantil	Comunidades que Sustentam a Agricultura	Cívica/Doméstica/ Inspiração
Opinião pública	Opinião	Tomada de consciência	Inspiração
Padronização	Industrial	Saberes tradicionais	Doméstica/Inspiração/ Opinião
Ponto de distribuição	Doméstica	Espaço de partilha	Cívica
Preço	Mercantil	Apreço	Inspiração
Produtor	Mercantil/Industrial	Agricultor	Doméstica/Inspiração
Produzir	Industrial	Cultivar	Inspiração
Profissional especializado	Industrial	Artesão	Inspiração/Doméstica
Propriedade rural/unidade produtiva	Doméstica/Mercantil	Organismo agrícola	Cívica/Inspiração
Ter princípios	Doméstica	Princípios fundamentais	Cívica
Trabalhador	Industrial	Cidadão	Cívica
Troca	Mercado	Partilha	Cívica/Inspiração

Fonte: Elaboração própria (2021).

O Quadro 40 faz um paralelo entre algumas nomenclaturas cotidianamente utilizadas no âmbito do mercado econômico atual e termos que passam a ser compreendidos no contexto das

CSA/AMAP, com predominância para as convenções doméstica, cívica e inspiração. Destaca-se que a utilização destes termos, no âmbito das iniciativas, gradualmente passa a ser assimilada pelos membros de acordo com o seu envolvimento e comprometimento. Cada iniciativa possui características diferenciadas, motivo pelo qual o tempo e a quantidade de palavras que passam a utilizar varia de acordo com a compreensão e o valor simbólico de cada expressão. Desta maneira, a iniciativa representa uma forma de aprendizagem mútua, ou seja, é “aprendente e ensinante”.

O Quadro 40 (pág 175) traz um breve contexto do paradigma que a CSA/AMAP veio romper. Portanto, dar suporte a quem cultiva é muito superior a remunerar quem produz (Mota, 2021). Superar a lógica do consumidor e do produtor é para as CSA/AMAP uma tarefa a ser cada vez mais perseguida e treinada.

Participar de uma comunidade que dá suporte, que sustenta a agricultura é um ato revolucionário. O desafio é lutar cotidianamente para transformar o que hoje, muitos veem como mera alternativa para que se transforme num grande movimento cultural que seja capaz de enraizar nas gerações futuras hábitos fraternos e humanos.

Qualquer pessoa pode participar de uma iniciativa CSA/AMAP e, de acordo com o seu envolvimento e troca de saberes, passa a ter novas percepções sobre o contexto em que está inserida. A mudança é gradual, respeitando o tempo de cada membro. Desta maneira, passam a valorizar outros aspectos relacionados aos processos de cultivar alimentos e toda a cadeia envolvida no processo. Logo, isso desperta o sentimento de apreço por quem cultiva a terra, o modo como o ambiente é tratado e pelos alimentos que oferta. Estas mudanças de perspectiva no âmbito alimentar, ou tomadas de decisões, estão correlacionadas a convenções doméstica, cívica e inspiração.

Nem sempre o coagricultor vai até o organismo agrícola “colocar a mão na massa”, porém, pode contribuir na recolha e distribuição dos alimentos, no transporte, na parte administrativa, na organização do espaço de entrega dos alimentos, na mobilização para mutirões e na sensibilização para angariar recursos para realização de benfeitorias no organismo agrícola. Esse movimento realizado pelos coagricultores desenvolve sentimentos de apreço, um caminho que parte do individualismo para o altruísmo, por meio da partilha através atitudes sociais e solidárias.

Como exemplos do envolvimento dos coagricultores com a finalidade de promover o bem estar e otimização das atividades realizadas pelas famílias agricultoras suportadas nas CSA/AMAP,

destacam-se: a auto-organização para angariar recursos para a construção de um poço artesiano para extração da água; a aquisição de uma estufa para manter o cultivo das hortaliças durante a estação de inverno; aquisição de um *freezer* para acondicionar os alimentos perecíveis; quitação de financiamento de trator e máquina para colher arroz; recursos para facilitar obras de reparo e conservação de um açude com a finalidade de criação de peixes; segurança para que os agricultores pudessem investir na construção de espaço para armazenar os alimentos colhidos; a oferta de material didático para auxiliar nos estudos da filha dos agricultores, entre outros.

Os agricultores/produtores das CSA/AMAP desenvolvem práticas de cultivo agroecológico, biodinâmico e alguns estavam em transição para cultivo orgânico. Muitos organismos agrícolas possuem certificação biológica e/ou Sistema Participativo de Garantia (SPG).

Nas iniciativas observadas, os agricultores foram efetivamente suportados pelos coagricultores. Os agricultores tiveram segurança no escoamento de suas colheitas, o que, por meio o aporte antecipado, proporcionou estabilidade para manter as atividades. Além da compensação monetária, o apoio e incentivo constantes do grupo foram essenciais, mesmo em tempos de distanciamento social e contato presencial limitado. O apreço era manifestado através de doações, empréstimo de materiais e também por meio do afeto.

5.2 Considerações Finais

Concluo esta parte da pesquisa com a sensação que muito tenho a aprender sobre os impulsos da CSA/AMAP. No entanto darei uma pausa nesta viagem.

O presente estudo abordou um canal alternativo do sistema agroalimentar. Identificou-se que havia escassez de estudos sobre as experiências das CSA RS e poucos registros de análises empíricas que pudessem confrontar a realidade destas com as iniciativas AMAP em Portugal. Para responder à questão “Que formas de coordenação ou convenção predominam nas relações entre os atores envolvidos nas CSA/AMAP?” estabeleceu-se como objetivo geral analisar as formas de coordenação ou convenção observadas nas relações entre os atores envolvidos nas Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) do Rio Grande do Sul, Brasil, e na Associação pela Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP/CSA) de Portugal. Para auxiliar a investigação, o processo de pesquisa agregou outros objetivos específicos.

O primeiro objetivo foi aprofundar aspectos teóricos sobre a Teoria das Convenções pelo viés

das inter-relações no contexto CSA/AMAP, como uma contribuição aos estudos de desenvolvimento, sociedades e territórios. Este objetivo foi alcançado através de revisão bibliométrica e bibliográfica nos principais bancos de dados científicos, como a *Web of Science*.

Foram destacados os pesquisadores e os temas pertinentes apresentados no Capítulo 2. Na tese foram discutidos três pontos-chave: redes alimentares alternativas, relação agricultor-consumidor e Teoria das Convenções. Estes assuntos formaram o tripé que sustenta a construção da pesquisa e o quadro conceitual de referência adequado para a compreensão de conceitos fundamentais, como comercialização de proximidade, redes e sistemas alimentares alternativos, agricultura orgânica e convenções.

O segundo objetivo alcançado foi a identificação dos cenários das iniciativas e o estabelecimento da metodologia apropriada, cujas técnicas de recolha de dados foram sendo ajustadas com o desenrolar do processo, influenciado pelo contexto pandêmico vivido. A descrição dos procedimentos adotados foi feita no Capítulo 3 desta tese; os cenários, no ponto 3.2.

O terceiro objetivo desta pesquisa foi descrever as iniciativas, analisando os papéis desempenhados pelos atores sociais envolvidos, bem como as ações que justificam seus posicionamentos. Este objetivo foi alcançado em duas etapas. Na primeira fase, o quadro heurístico exibiu um breve histórico de cada iniciativa e a descrição de características convergentes e divergentes. Na segunda fase, após a descrição das variáveis sociodemográficas, foram realizados o diagnóstico e análises das mesmas, a partir dos dados coletados por meio de entrevistas e observação direta, descritas no Capítulo 4. Nesta fase, foram ainda detalhadas as afirmações correspondentes aos motivos pelos quais os consumidores participavam da iniciativa e correlacionadas com a Teoria das Convenções.

Por fim, o quarto objetivo, analisar as dinâmicas e elementos que revelam a forma de coordenação ou convenção (doméstica; mercantil; industrial; cívica; opinião; inspiração) predominante em cada uma das CSA/AMAP, foi concretizado por meio da análise das médias e desvio padrão das variáveis de cada construto disponibilizadas no questionário *on-line* (Ponte, 2016; Swaffield *et al.*, 2018; Tibério, 2004). Observou-se que a maioria dos participantes deste estudo apresentou média alta nas afirmações relacionadas às convenções doméstica, cívica, opinião e inspiração pelo fato de que os consumidores suportavam agricultores familiares/camposinos/pequenos agricultores através de relações de conveniência relacionadas a cuidados com a saúde, facilidade de recolha, diversidade e saudabilidade dos alimentos.

Nas AMAP predominam as relações baseadas nas convenções doméstica, cívica e opinião. Nas CSA, as convenções doméstica, opinião e inspiração. Conforme Ponte (2009) esse tipo de convenções menos portáteis, são mais importantes na descoberta da qualidade, como nas CSA/AMAP, a cadeia de valor é muito mais fragmentada e menos direcionada. A pesquisa demonstrou a menor importância atribuída a formas de coordenação mercantil e industrial, que segundo Ponte (2009) são mais portáteis e, portanto, mais fáceis de transmitir de uma vez. Contrariamente a outros indicadores, variáveis como o preço dos produtos e outros indicadores caracterizadores destes mecanismos de coordenação eram menos valorizados pelos atores sociais participantes.

Somadas as particularidades de cada iniciativa, buscam na vivência de suas experiências, de acertos e aprendizagens, se aproximarem cada vez mais da autogestão, do pensamento coletivo, do consumo consciente e engajamento nas causas sociais, ambientais e solidárias em prol da valorização da vida, do alimento e do agricultor. A riqueza de cada iniciativa consiste no grupo, na troca de ideias e percepções, o alimento é apenas um elemento, deste modo, a prática da cultura do apreço é essencial para a construção de um mundo melhor.

Para os agricultores, participar da CSA/AMAP impacta em segurança, valorização e visibilidade do trabalho, auxílio nos processos de comunicação, distribuição e financeiro; ressignificação das relações. Para as pessoas coagricultoras, acesso a alimento de qualidade por um preço mais justo; alimentação diversificada e introdução a novos alimentos; auxílio no preparo e consumo dos alimentos; consciência sobre a redução e reutilização do uso de embalagens descartáveis; sentimento de pertencimento; possibilidade de atividades ao ar livre; e oportunidades de aprendizagem.

5.3 Contribuições da Tese

A primeira contribuição foi concorrer para a construção de uma nova dialética para investigar fenômenos relacionados ao consumo de alimentos com base na interconexão teórica entre a Teoria das Convenções e Redes Alimentares Alternativas. Esta articulação, conforme as bases consultadas no decorrer da revisão da literatura, até então, não havia sido feita e, como verificado pelos resultados da pesquisa empírica, demonstrou-se não só possível, como eficaz para auxiliar a responder a pergunta que moveu esta investigação, com a incorporação do conceito da Teoria das Convenções à articulação para estudar um fenômeno específico, no caso,

as relações entre diferentes atores intervenientes em cadeias curtas de comercialização agroalimentar.

Um outro contributo foi possibilitar aos envolvidos na pesquisa refletir sobre os processos desenvolvidos na iniciativa a que pertenciam, a contribuição dos mesmos para com o grupo, os agricultores e a sociedade onde estavam inseridos. Bem como a possibilidade da utilização desse material para discussões internas nos grupos, de modo a construir alternativas em busca do consumo e produção pautados na autogestão, solidariedade e preservação do meio ambiente.

Com isso, em resposta à questão central da pesquisa, que versou sobre que formas de coordenação ou convenção estão presentes nas relações entre os atores envolvidos nas CSA/AMAP, contribuiu para que, mesmo de forma restrita, uma lacuna inerente aos aspectos culturais e simbólicos ligados às relações entre consumidores de alimentos orgânicos pudesse ser preenchida, ou seja, entender quais convenções se destacam no contexto destas redes alimentares alternativas.

A pesquisa confirmou que as formas de coordenação ou convenção identificadas no funcionamento das iniciativas CSA/AMAP incorporam algo além do ato de compra e venda. Elementos como confiança, auto organização, envolvimento e solidariedade, promovem o desenvolvimento local num contexto que resgata a identidade do agricultor e beneficia o consumidor com alimentos nutritivos e cultivados de acordo com cada ciclo.

Incentivar a multiplicação de iniciativas vislumbrando um futuro com mais autonomia e resiliência alimentar, onde a pequena escala assuma o seu papel transformador, engajado na mudança social por meio de partilhas equilibradas e significativo apreço nas relações.

Consolidar paradigmas de Teoria Econômica voltados para lógicas distintas do mercado por meio da evolução das correntes da teoria econômica e da forma como olham para este processo da qualidade nas relações entre os envolvidos.

Dessa maneira, as conexões diretas possibilitam ampliação quantitativa e qualitativa de agricultores e coagricultores/coprodutores orgânicos, fomentam o surgimento de novos coletivos; logo, o processo vivenciado fornece subsídios para a elaboração de políticas públicas para práticas alimentares.

5.4 Limitações da pesquisa

A necessidade de confinamento devido à pandemia condicionou a abordagem metodológica planejada, impossibilitando a realização de pesquisas em campo, tais como visitas aos organismos agrícolas e aos espaços de partilha. Deste modo, das iniciativas identificadas inicialmente, houve a possibilidade de acompanhamento presencial efetivo em apenas dois casos. Isso limitou a realização de entrevistas com os agricultores e aplicação dos questionários para os consumidores, de modo presencial. Contudo, apesar dessas limitações, os resultados obtidos favorecerão a expansão de novas pesquisas.

O movimento acontece quando as pessoas estão prontas para fazer acontecer. No contexto da CSA/AMAP, os envolvidos estão conectados em rede que envolve além de produtos. No momento em que os princípios da iniciativa fazem sentido, existem a inclusão e permanência no grupo, e ao longo da participação no projeto são percebidos outros benefícios, como o estreitar das relações e, por consequência, as trocas cada vez mais benéficas.

5.5 Sugestões para investigações futuras

Os dois canais de estudo, CSA e AMAP, revelam uma diversidade em suas formas de funcionamento, critérios e princípios, razão pela qual se destacam alguns pontos para analisar os limites e as potencialidades.

Sugere-se o incentivo e desenvolvimento, nos diversos âmbitos, de projetos de educação para o consumo sustentável, orgânico e sem desperdícios, com a finalidade de estimular a confiança na produção local por meio do fortalecimento de redes colaborativas.

Promover a participação dos atores, através da continuidade, do investimento e tempo para que todos participem e, desta maneira, fomentar a produção e consumo do alimento como um bem comum através da participação ativa em todos os processos.

Assumir a alimentação como um fator cultural e territorial através de movimentos que incentivem as economias locais e projetos para destacar as boas práticas ecossistêmicas desenvolvidas pelos agricultores e citar pescadores apoiados pela comunidade.

Sustentabilidade das iniciativas; impacto das iniciativas para a economia local; empoderamento dos agricultores - avaliar se a CSA está fornecendo meios de subsistência sustentáveis para os

agricultores. Os meios de subsistência dos agricultores são complexos, pois envolvem mais do que apenas compensação monetária. Governança simples, evolução e profissionalização dos organismos agrícolas são tópicos que podem ser analisados no contexto de iniciativas CSA/AMAP.

A CSA/AMAP representa uma alternativa potencial ao regime alimentar com formas de agricultura cívica que podem garantir meios de subsistência justos e adequados para os agricultores e, desta maneira, fornece uma alternativa ao regime alimentar diferenciado da auto exploração do agricultor e da monocultura em larga escala. Fica clara a transformação da cultura do preço, na qual estão inseridos porque todas as ações oferecidas, além da troca dos alimentos, não envolvem o dinheiro.

A dinâmica de CSA/AMAP, impulso inovador, especialmente no período de pandemia, foi um momento de repensar a alimentação das famílias e um momento de organização, repensar o alimento como prevenção da saúde para garantia da segurança alimentar por meio da cooperação e economia solidária, para tanto poderá ser importante analisar: até que ponto as políticas públicas dão um contributo para o surgimento e o fortalecimento deste tipo de iniciativa, bem como, a participação dos agricultores/produtores, a participação dos consumidores, as formas de organização, as formas de produção das CSA/AMAP na sociedade em geral

REFERÊNCIAS

- Agroecológica, S. L. (2006). Manual básico de agricultura ecológica. In Comité Andaluz de Agricultura Ecológica (p. 91).
- Aguiar, V. L. (2018). *Empresas sociais de agricultura urbana: Um estudo nas comunidades que sustentam a agricultura em Belo Horizonte e Londres*. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- Allen, P., FitzSimmons, M., Goodman, M., & Warner, K. (2003). Shifting plates in the agrifood landscape: The tectonics of alternative agrifood initiatives in California. *Journal of Rural Studies*, 19(1), 61–75. [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(02\)00047-5](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(02)00047-5)
- Andersen, A. H. (2011). Organic food and the plural moralities of food provisioning. *Journal of Rural Studies*, 27(4), 440–450. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2011.07.004>
- Anderson, C. R., Bruil, J., Chappell, M. J., Kiss, C., & Pimbert, M. P. (2021). Conceptualizing processes of agroecological transformations: From scaling to transition to transformation. In *Agroecology Now!* (p. 29–46). Palgrave Macmillan, Cham. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-61315-0-3>
- Andreatta, S., Rhyne, M., & Dery, N. (2008). Lessons larned from advocating CSAs for low-income and food insecure households. *Southern rural sociology*, 23(1), 116–148.
- ATENS-UFSM. (2019). *Zootecnista Juarez Felisberto ganha prêmio destaque extensionista*. <http://www.atensufsm.org.br>
- Aubry, C., & Kebir, L. (2013). Shortening food supply chains: A means for maintaining agriculture close to urban areas? The case of the French metropolitan area of Paris. *Food Policy*, 41, 85–93. <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2013.04.006>
- Avila, J. C. de S. (2006). *Fundamentos para o estabelecimento de um organismo biológico-dinâmico*.
- Azevedo, E. de. (2017). Alimentação, sociedade e cultura: Temas contemporâneos. *Sociologias*, 19(44), 276–307. <https://doi.org/10.1590/15174522-019004412>
- Azevedo, E. de. (2018). Alimento saudável para que/m? *Geografares*, 25, 105–112. <https://doi.org/10.7147/GEO25.17377>
- Azevedo, E. de. (2019). Comer: Ato político. In *Piseagrama*.
- Baltazar, S., Rego, C., Ramos, I. J., Freire, C., & Dionísio, A. (2017). Ligações e percepções de desenvolvimento urbano-rural em Portugal. *Actas do IX Congresso Português de Sociologia, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia*, 1–15.
- Baptista, Alberto, Cristóvão, A., Rodrigo, I., & Tibério, M. L. (2014). Parcerias, acção coletiva e desenvolvimento de sistemas alimentares localizados: O projecto Prove em Portugal. *Perspectivas Rurales Nueva Época*, 23, 11–31.
- Baptista, Alexandre, Printes, R. B., Martins, J. A. N., Seferin, I., & Lima, J. B. de. (2020). Horta circular biodinâmica em sintonia com os planetas como pedagogia do fazer nas comunidades. *Cadernos de Agroecologia*, 15(2).
- Bardin, L. (2006). Análise de conteúdo. In L. A. Reto & A. Pinheiro (Trads.), *Edições 70*. (Obra original publicada em 1977).
- Barrios, E., Gemmill-Herren, B., Bicksler, A., Siliprandi, E., Brathwaite, R., Moller, S., Batello, C., & Tittonell, P. (2020). The 10 elements of agroecology: Enabling transitions towards sustainable agriculture and food systems through visual narratives. *Ecosystems and People*, 16(1), 230–247. <https://doi.org/10.1080/26395916.2020.1808705>
- Béné, C., Oosterveer, P., Lamotte, L., Brouwer, I. D., de Haan, S., Prager, S. D., Talsma, E. F., & Khoury, C. K. (2019). When food systems meet sustainability – Current narratives and implications for actions. *World Development*, 113, 116–130. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.08.011>
- Berti, G., & Mulligan, C. (2016). Competitiveness of small farms and innovative food supply chains:

- The role of food hubs in creating sustainable regional and local food systems. *Sustainability*, 8(7), 616. <https://doi.org/10.3390/su8070616>
- Bisht, I. S., Rana, J. C., & Pal Ahlawat, S. (2020). The future of smallholder farming in India: Some sustainability considerations. *Sustainability*, 12(9), 3751. <https://doi.org/10.3390/su12093751>
- Blättel-Mink, B., Boddenberg, M., Gunkel, L., Schmitz, S., & Vaessen, F. (2017). Beyond the market: New practices of supply in times of crisis: The example community-supported agriculture. *International Journal of Consumer Studies*, 41(4), 415–421. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12351>
- Blay-Palmer, A., Landman, K., Knezevic, I., & Hayhurst, R. (2013). Constructing resilient, transformative communities through sustainable “food hubs”. *Local Environment*, 18(5), 521–528. <https://doi.org/10.1080/13549839.2013.797156>
- Bloemmen, M., Bobulescu, R., Le, N. T., & Vitari, C. (2015). Microeconomic degrowth: The case of community supported agriculture. *Ecological Economics*, 112, 110–115. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2015.02.013>
- Blumberg, R., Leitner, H., & Cadieux, K. V. (2020). For food space: theorizing alternative food networks beyond alterity. *Journal of Political Ecology*, 27(1), 1–22. <https://doi.org/10.2458/v27i1.23026>
- Bobulescu, R., Le, N. T., Vitari, C., & Whittingham, E. (2018). Socio-economic and ecological transition in community supported agriculture: from the “transitional” to the “ideal” CSA. *International Journal of Agricultural Resources, Governance and Ecology*, 14(2), 122. <https://doi.org/10.1504/IJARGE.2018.093990>
- Boltanski, L., & Thévenot, L. (1991). *De la justification: les économies de la grandeur* (A. Werneck (Trad.)). ((2020) A justificação: sobre as economias da grandeza. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). Gallimard, Paris. Portuguese translation.
- Boltanski, L., & Thévenot, L. (2000). The reality of moral expectations: A sociology of situated judgement. *Philosophical Explorations*, 3(3), 208–231. <https://doi.org/10.1080/13869790008523332>
- Bouchard, M. J., Briand, L., Klein, J., Lévesque, B., Trudelle, C., Blondin, A. D., Longtin, D., Olivier-nault, J., & Pelletier, M. (2016). *Base de données sur les études de cas en innovation sociale produites dans le cadre des activités du CRISES: Présentation générale et manuel de codification*. Université du Québec à Montréal, Centre de recherche sur les innovations sociales, no ET1602.
- Bouchard, M. J., & Levesque, B. (2010). Économie sociale et innovation. L’approche de la régulation, au cœur de la construction québécoise de l’économie sociale. *Les Cahiers du CRISES Collection Études théoriques ET1103, February 2015*. <https://doi.org/10.13140/2.1.4869.7120>
- Bougherara, D., Grolleau, G., & Mzoughi, N. (2009). Buy local, pollute less: What drives households to join a community supported farm? *Ecological Economics*, 68(5), 1488–1495. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2008.10.009>
- Brandenburg, A. (2002). Movimento agroecológico: Trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 6, 11–28. <https://doi.org/10.5380/dma.v6i0.22125>
- Brasil. (2014). *Guia alimentar para a população brasileira*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saude, Departamento de Atenção Básica.
- Brehm, J., & Eisenhauer, B. (2008). Motivations for participating in community supported agriculture and their relationship with community attachment and social capital. *Southern Rural Sociology*, 23(1), 94–115.
- Brown, C., & Miller, S. (2008). The impacts of local markets: A review of research on farmers markets and community supported agriculture (CSA). *American Journal of Agricultural Economics*, 90(5), 1296–1302. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8276.2008.01220.x>
- Calheiros, A. R. de S., & Carvalho, N. M. dos S. (2019). *WWOOF Portugal: Dinâmica anfitrião-*

- voluntário em quintas biológicas e a sua influência no desenvolvimento local sustentável*. Instituto Politécnico de Coimbra.
- Cano, I. (2012). Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. *Sociologias*, 14(31), 94–119. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222012000300005>
- Canuto, J. C. (2017a). Agroecologia: Princípios e estratégias para o desenho de agroecossistemas sustentáveis. *Redes (St. Cruz Sul, Online)*, 22(2), 137–151. <https://doi.org/10.17058/redes.v22i2.9351>
- Canuto, J. C. (2017b). *Sistemas agroflorestais: Experiências e reflexões*. Embrapa.
- Caporal, F., & Dambros, O. (2017). Extensão rural agroecológica: Experiências e limites. *REDES: Revista do Desenvolvimento Regional*, 22(2), 275–297. <https://doi.org/10.17058/redes.v22i2.9352>
- Carta de princípios da AMAP/CSA*. (2018). <https://amap.movingcause.org/carta-de-principios/>
- Cechin, A., Araújo, V. da S., & Amand, L. (2021). Exploring the synergy between community supported agriculture and agroforestry: Institutional innovation from smallholders in a brazilian rural settlement. *Journal of Rural Studies*, 81, 246–258. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.10.031>
- Centemeri, L. (2015). Reframing problems of incommensurability in environmental conflicts through pragmatic sociology: From value pluralism to the plurality of modes of engagement with the environment. *Environmental Values*, 24(3), 299–320. <https://doi.org/10.3197/096327114X13947900181158>
- Charles, L. (2011). Animating community supported agriculture in North East England: Striving for a ‘caring practice’. *Journal of Rural Studies*, 27(4), 362–371. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2011.06.001>
- Chen, J., Gao, Z., Chen, X., & Zhang, L. (2019). Factors affecting the dynamics of community supported agriculture (CSA) membership. *Sustainability*, 11(15), 4170. <https://doi.org/10.3390/su11154170>
- Chen, W. (2013). Perceived value of a community supported agriculture (CSA) working share. The construct and its dimensions. *Appetite*, 62, 37–49. <https://doi.org/10.1016/j.appet.2012.11.014>
- Cheyns, E., & Ponte, S. (2017). L'économie des conventions dans la littérature anglophone des études agro alimentaires. In G. Allaire & B. D'Aviron (Orgs.), *Transformations et transitions dans l'agriculture et l'agroalimentaire* (Número October 2016). QUAE, Collection Synthèse.
- Cheyns, E., & Ponte, S. (2018). Convention theory in anglophone agri-food studies: French legacies, circulation and new perspectives. In *Ecology, Capitalism and the New Agricultural Economy* (Número November, p. 87–110). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781351210041-4>
- Chiffolleau, Y. (2012). Circuits courts alimentaires, dynamiques relationnelles et lutte contre l'exclusion en agriculture. *Économie rurale*, 332, 88–101. <https://doi.org/10.4000/economierurale.3694>
- Chiffolleau, Y., & Loconto, A. M. (2018). Social innovation in agriculture and food: Old wine in new bottles? *International Journal of the Sociology of Agriculture and Food*, 24(3), 306–317.
- Chiffolleau, Y., Millet-Amrani, S., & Canard, A. (2016). From short food supply chains to sustainable agriculture in urban food systems: Food democracy as a vector of transition. *Agriculture*, 6(4), 57. <https://doi.org/10.3390/agriculture6040057>
- Chiffolleau, Y., Millet-Amrani, S., Rossi, A., Rivera-Ferre, M. G., & Merino, P. L. (2019). The participatory construction of new economic models in short food supply chains. *Journal of Rural Studies*, 68, 182–190. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2019.01.019>
- Chiffolleau, Y., & Paturel, D. (2018). L'innovation sociale par les circuits courts alimentaires: Entre réseaux et individualités. In *Innovation et développement dans les systèmes agricoles et alimentaires* (Editions Q, p. 81–93).
- Christensen, L. O., Galt, R. E., & Kendall, A. (2018). Life-cycle greenhouse gas assessment of

- community supported agriculture in California's central valley. *Renewable Agriculture and Food Systems*, 33(5), 393–405. <https://doi.org/10.1017/S1742170517000254>
- Cidell, J. L., & Alberts, H. C. (2006). Constructing quality: The multinational histories of chocolate. *Geoforum*, 37(6), 999–1007. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2006.02.006>
- Compagner, M. (2015). *Democratic food citizenship within civic food networks - An analysis from a shifting food paradigm perspective*.
- Cone, C., & Myhre, A. (2000). Community-supported agriculture: A sustainable alternative to industrial agriculture? *Human Organization*, 59(2), 187–197. <https://doi.org/10.17730/humo.59.2.715203t206g2j153>
- Cooesperança. (2020). *Projeto Esperança/Cooesperança*. <https://bit.ly/3oyFjLh>
- Cooley, J. P., & Lass, D. A. (1998). Consumer benefits from community supported agriculture membership. *Review of Agricultural Economics*, 20(1), 227. <https://doi.org/10.2307/1349547>
- Coq-Huelva, D., García-Brenes, M. D., & Sabuco-i-Cantó, A. (2012). Commodity chains, quality conventions and the transformation of agro-ecosystems: Olive groves and olive oil production in two Andalusian case studies. *European Urban and Regional Studies*, 19(1), 77–91. <https://doi.org/10.1177/0969776411428560>
- Coq-Huelva, D., Sanz-Cañada, J., & Sánchez-Escobar, F. (2014). Conventions, commodity chains and local food systems: Olive oil production in “Sierra de Segura” (Spain). *Geoforum*, 56, 6–16. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2014.06.001>
- Coq-Huelva, D., Sanz-Cañada, J., & Sánchez-Escobar, F. (2017). Values, conventions, innovation and sociopolitical struggles in a local food system: Conflict between organic and conventional farmers in Sierra de Segura. *Journal of Rural Studies*, 55, 112–121. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2017.08.002>
- Corezola, F., Oliveira, C. D., & Almeida, M. G. (2010). Desafios da governança territorial nos territórios incorporados ao programa territórios da cidadania. *Raízes*, 28, 87–96.
- Cox, R., Holloway, L., Venn, L., Dowler, L., Hein, J. R., Kneafsey, M., & Tuomainen, H. (2008). Common ground? Motivations for participation in a community-supported agriculture scheme. *Local Environment*, 13(3), 203–218. <https://doi.org/10.1080/13549830701669153>
- CPA. (2020). *Relatório de autoavaliação institucional Campus Júlio de Castilhos: ano base 2019*.
- Cristóvão, A., & Tibério, M. L. (2009). Comprar fresco, comprar local: Será que temos algo a aprender com a experiência americana? In L. Moreno, M. M. Sanches, & O. Simões (Orgs.), *Cultura, Inovação e Território: O agroalimentar e o rural* (p. 27–34).
- CSA. (2020). *Princípios da CSA*. CSA Brasil. <https://bit.ly/3ug4vsV>
- CSA Brasil. (2020). Comunidades que Sustentam a Agricultura. <http://www.csabrasil.org/csa/>
- Darolt, M. R. (2012). Conexão ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores. In *Instituto Agrônomo do Paraná*.
- Darolt, M. R., Lamine, C., Brandenburg, A., Alencar, M. de C. F., & Abreu, L. S. (2016). Alternative food networks and new producer-consumer relations in France and in Brazil. *Ambiente & Sociedade*, 19(2), 1–22. <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC121132V1922016>
- David, M. L., & Guivant, J. S. (2020). Além dos supermercados: novas estratégias no mundo dos alimentos orgânicos no Brasil. *Política & Sociedade*, 19(44), 87–116. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2020v19n44p87>
- Delgado, C. org. (2020). *Alimentar boas práticas: Da produção ao consumo sustentável 2020*. CICS.NOVA.
- DeLind, L. B. (1999). Close encounters with a CSA: The reflections of a bruised and somewhat wiser

- anthropologist. *Agriculture and Human Values*, 16(1), 3–9. <https://doi.org/10.1023/a:1007575521309>
- DeLind, L. B. (2011). Are local food and the local food movement taking us where we want to go? Or are we hitching our wagons to the wrong stars? *Agriculture and Human Values*, 28(2), 273–283. <https://doi.org/10.1007/s10460-010-9263-0>
- DeLind, L. B., & Ferguson, A. (1999). Is this a women's movement? The relationship of gender to community-supported agriculture in Michigan. *Human Organization*, 58(2), 190–200. <https://doi.org/10.17730/humo.58.2.lpk17625008871x7>
- Deverre, C., & Lamine, C. (2010). Les systèmes agroalimentaires anglophones en sciences sociales. *Économie rurale. Agricultures, alimentations, territoires*, 317, 57–73.
- Dias, V. da V. (2016). *Lealdade e relações de proximidade: Uma caracterização dos consumidores de alimentos orgânicos*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Dias, V. da V., Schuster, M. da S., Talamini, E., & Révillion, J. P. (2016). Scale of consumer loyalty for organic food. *British Food Journal*, 118(3), 697–713. <https://doi.org/10.1108/BFJ-09-2015-0332>
- Diaz-Bone, R. (2011). The methodological standpoint of the “économie des conventions”. *Historical Social Research*, 36(4), 43–63. <https://doi.org/10.12759/hsr.36.2011.4.43-63>
- Diaz-Bone, R. (2016). Convention theory, classification and quantification. *Historical Social Research*, 41(2), 48–71. <https://doi.org/10.12759/hsr.41.2016.2.48-71>
- Duminicioiu, R. (org). (2018). *Informe de la sociedad civil acerca del uso y la aplicación de las directrices sobre el derecho a la alimentación*. Grupo de Trabajo sobre Monitoreo del Mecanismo de la Sociedad Civil (MSC) para las relaciones con el Comité de Seguridad Alimentaria Mundial (CSA). <https://bit.ly/3pNz5Ij>
- Dupré, L., Lamine, C., & Navarrete, M. (2017). Short food supply chains, long working days: Active work and the construction of professional satisfaction in French diversified organic market gardening. *Sociologia Ruralis*, 57(3), 396–414. <https://doi.org/10.1111/soru.12178>
- DuPuis, E. M., Goodman, D., & Harrison, J. (2006). Just values or just value? Remaking the local in agro-food studies. *Research in Rural Sociology and Development*, 12, 241–268. [https://doi.org/10.1016/S1057-1922\(06\)12010-7](https://doi.org/10.1016/S1057-1922(06)12010-7)
- EEB. (2021). A 10 + 13 agroecology approach shape policies and transform EU food systems. In *Joint Policy Paper* (Número January).
- Egartner, S., Ayrault, J., & Niedermayr, J. (2020). Development of community supported agriculture in Austria and France: A comparative analysis in the context of social innovation. *Austrian Journal of Agricultural Economics and Rural Studies*, 29, 28. <https://doi.org/10.15203/OEGA>
- Escobar-López, S. Y., Amaya-Corchuelo, S., & Espinoza-Ortega, A. (2021). Alternative food networks: Perceptions in short food supply chains in Spain. *Sustainability*, 13(5), 2578. <https://doi.org/10.3390/su13052578>
- Espelt, R., & Moreira, S. (2019). The role of digital platforms in agroecology food consumption collaboration. A comparison between Porto and Barcelona. *Sharing Society*, May, 44–57.
- Ettouzani, Y., Yates, N., & Mena, C. (2012). Examining retail on shelf availability: Promotional impact and a call for research. *International Journal of Physical Distribution & Logistics Management*, 42(3), 213–243. <https://doi.org/10.1108/09600031211225945>
- FAO. (2019). *Council. 163rd session. The ten elements of agroecology. Document CL 163/13 rev. 1.*
- FAO. (2021). *Facilitando sistemas alimentarios sostenibles: Manual para innovadores*. <https://doi.org/10.4060/ca9917es>
- Feagan, R., & Henderson, A. (2009). Devon acres CSA: Local struggles in a global food system.

- Agriculture and Human Values*, 26(3), 203–217. <https://doi.org/10.1007/s10460-008-9154-9>
- Feicoop. (2020). *Feira Internacional do Cooperativismo, da Economia Solidária e da Agricultura Familiar*. Projeto Esperança/Cooesperança. <https://bit.ly/3oyFjLh>
- Feng, K., Siu, Y. L., Guan, D., & Hubacek, K. (2012). Assessing regional virtual water flows and water footprints in the Yellow River Basin, China: A consumption based approach. *Applied Geography*, 32(2), 691–701. <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2011.08.004>
- Feola, G., Lerner, A. M., Jain, M., Montefrio, M. J. F., & Nicholas, K. A. (2015). Researching farmer behaviour in climate change adaptation and sustainable agriculture: Lessons learned from five case studies. *Journal of Rural Studies*, 39, 74–84. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2015.03.009>
- Fernandez, S. M., & Wives, D. G. (2016). Produção e consumo: Alimento saudável em redes locais sustentáveis. In L. J. Reichert, P. S. Neumann, & L. de A. Miguel (Orgs.), *Anais do XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção* (Vol. 11, p. 1819–1833).
- Ferreira, D. dos S., Chaves, V. F., & Sant’Anna, L. da S. (2018). Agricultor familiar e produtor rural no Brasil: os efeitos jurídicos de sua formalização como empresários individuais. *Revista Jurídica da Presidência*, 20(120), 170–196. <https://doi.org/10.20499/2236-3645.RJP2018v20e120-1248>
- Ferro, M. I. T. (2020). *Sistema alimentar de proximidade e economia circular de base social. O caso de Montemor-o-Novo*.
- Fleury, P., Lev, L., Brives, H., Chazoule, C., & Désolé, M. (2016). Developing mid-tier supply chains (France) and values-based food supply chains (USA): A comparison of motivations, achievements, barriers and limitations. *Agriculture*, 6(3), 36. <https://doi.org/10.3390/agriculture6030036>
- Flora, C. B., & Bregendahl, C. (2012). Collaborative community-supported agriculture: Balancing community capitals for producers and consumers. *International Journal of Sociology of Agriculture & Food*, 19(3), 329–346.
- Fonte, M. (2013). Food consumption as social practice: Solidarity purchasing groups in Rome, Italy. *Journal of Rural Studies*, 32, 230–239. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2013.07.003>
- Fonte, M. (2016). As cinco dimensões da sustentabilidade: A visão dos grupos de compra solidária em Roma, Itália. In F. T. Cruz, A. Matte, & S. Schneider (Orgs.), *Produção, consumo e abatecimento de alimentos: desafios e novas estratégias* (Número August, p. 125–152). Editora da UFRGS.
- Fonte, M., & Cucco, I. (2019). The centrality of food for social emancipation: Civic food networks as real utopias projects. In J. L. Vivero-Pol, T. Farrando, O. de Schutter, & U. Mattei (Orgs.), *Handbook of Food as a Commons* (p. 342–355). Routledge.
- Foran, T., Butler, J. R. A., Williams, L. J., Wanjura, W. J., Hall, A., Carter, L., & Carberry, P. S. (2014). Taking complexity in food systems seriously: An interdisciplinary analysis. *World Development*, 61, 85–101. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.03.023>
- Forssell, S. (2017). *Perspectives on the sustainability promise of alternative food networks* (Número 1). University of Helsinki.
- Forssell, S., & Lankoski, L. (2015). The sustainability promise of alternative food networks: an examination through “alternative” characteristics. *Agriculture and Human Values*, 32(1), 63–75. <https://doi.org/10.1007/s10460-014-9516-4>
- François, M. (2000). Comercializar os produtos locais: Circuitos curtos e circuitos longos. *Inovação no meio rural. Caderno 7. Observatório Europeu LEADER*.
- Franzoni, G. B., & Silva, T. N. da. (2016). Inovação social e tecnologia social: O caso da cadeia curta de agricultores familiares e a alimentação escolar em Porto Alegre/RS. *Desenvolvimento em Questão*, 14(37), 353–386. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2016.37.353-386>
- Freedman, M. R., & King, J. K. (2016). Examining a new “Pay-as-You-Go” community-supported agriculture (CSA) model: A case study. *Journal of Hunger & Environmental Nutrition*, 11(1), 122–

145. <https://doi.org/10.1080/19320248.2015.1045671>
- Friedmann, H. (2007). Scaling up: Bringing public institutions and food service corporations into the project for a local, sustainable food system in Ontario. *Agriculture and Human Values*, 24(3), 389–398. <https://doi.org/10.1007/s10460-006-9040-2>
- Galt, R. E. (2013). The moral economy is a double-edged sword: Explaining farmers' earnings and self-exploitation in community-supported agriculture. *Economic Geography*, 89(4), 341–365. <https://doi.org/10.1111/ecge.12015>
- Galt, R. E., Bradley, K., Christensen, L. O., & Munden-Dixon, K. (2019). The (un)making of “CSA people”: Member retention and the customization paradox in Community Supported Agriculture (CSA) in California. *Journal of Rural Studies*, 65, 172–185. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2018.10.006>
- Galt, R. E., Bradley, K., Christensen, L., Van Soelen Kim, J., & Lobo, R. (2016). Eroding the community in community supported agriculture (CSA): Competition's effects in alternative food networks in California. *Sociologia Ruralis*, 56(4), 491–512. <https://doi.org/10.1111/soru.12102>
- Galt, R. E., Van Soelen Kim, J., Munden-Dixon, K., Christensen, L. O., & Bradley, K. (2019). Retaining members of community supported agriculture (CSA) in California for economic sustainability: What characteristics affect retention rates? *Sustainability*, 11(9), 2489. <https://doi.org/10.3390/su11092489>
- Garcez, D. L., Haigert, C. G., Batalha, D. V., & Uberti, H. G. (Orgs.). (2018). *IFFar 10 anos: ensaios dessa trajetória*.
- Garcia, M. R., González de Molina, M., & Casado, G. I. G. (2020). La convencionalización de la producción ecológica y el papel de las políticas públicas. In D. Simón, X; Pérez-Neira, D; Copena (Org.), *Políticas alimentarias para a sustentabilidade* (p. 202–211).
- Gibbon, P., & Riisgaard, L. (2014). A new system of labour management in African large-scale agriculture? *Journal of Agrarian Change*, 14(1), 94–128. <https://doi.org/10.1111/joac.12043>
- Giraldo, O. F. (2018). *Ecología política de la agricultura: agroecología y posdesarrollo*. El Colegio de la Frontera Sur.
- Giraldo, O. F., & Rosset, P. M. (2018). Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements. *The Journal of Peasant Studies*, 45(3), 545–564. <https://doi.org/10.1080/03066150.2017.1353496>
- Gliessman, S. (2010). The framework for conversion. In S. R. Gliessman & M. Rosemeyer (Orgs.), *The Conversion to Sustainable Agriculture: Principles, Processes, and Practices* (p. 3–14).
- Gliessman, S. (2018). Defining agroecology. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 42(6), 599–600. <https://doi.org/10.1080/21683565.2018.1432329>
- Gliessman, S. (2020). *Agroecoloxía: unha historia de resistencia aínda en proceso [palestra]*. UVigoTV-Congreso internacional de agroecología. <http://bit.ly/2KWuBjw>
- Goland, C. (2002). Community supported agriculture, food consumption patterns, and member commitment. *Culture & Agriculture*, 24(1), 14–25. <https://doi.org/10.1525/cag.2002.24.1.14>
- Goodman, D. (2003). The quality ‘turn’ and alternative food practices: Reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, 19(1), 1–7. [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(02\)00043-8](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(02)00043-8)
- Goodman, D., DuPuis, E. M., & Goodman, M. K. (2012). *Alternative food networks: Knowledge, practice, and politics*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203804520>
- Götsch, E. (2018). *Diferenças entre agricultura sintrópica e orgânica*. Agenda Gotsch. <http://bit.ly/2M5qrG8>
- Gow, H. R., & Swinnen, J. F. M. (1998). Up-and downstream restructuring, foreign direct investment,

- and hold-up problems in agricultural transition. *European Review of Agricultural Economics*, 25(3), 331–350. <https://doi.org/10.1093/erae/25.3.331>
- Grasseni, C. (2014). Food activism in Italy as an anthropology of direct democracy. *Anthropological Journal of European Cultures*, 23(1), 77–98. <https://doi.org/10.3167/ajec.2014.230105>
- Grimm, J. H., Hofstetter, J. S., & Sarkis, J. (2016). Exploring sub-suppliers' compliance with corporate sustainability standards. *Journal of Cleaner Production*, 112, 1971–1984. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.11.036>
- Guerreiro, H., & Guerreiro, T. (2008). Rede Nacional RECIPROCO. *VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais: Cultura, inovação e território*.
- Guzmán Casado, G., & Gonzáles de Molina, M. (2007). Agricultura tradicional versus agricultura ecológica. El coste territorial de la sustentabilidad. *Agroecologia*, 2, 7–19.
- Guzmán, G. I., López, D., Román, L., & Alonso, A. M. (2012). Participatory action research in agroecology: Building local organic food networks in Spain. *Journal of Sustainable Agriculture*, 37(1), 120904081413002. <https://doi.org/10.1080/10440046.2012.718997>
- Hair, J. J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados* (6^o ed). Bookman Editora.
- Hammer, B., Fletcher, F., & Hibbert, A. (2017). Participant observation: Enhancing the impact measurement in community based participatory research. *The Qualitative Report*, 22(2), 439–455.
- Haney, J., Ferguson, M., Engle, E., Wood, K., Olcott, K., Luloff, A., & Finley, J. (2015). Defining the “C” in community supported agriculture. *Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development*, 5(3), 27–43. <https://doi.org/10.5304/jafscd.2015.053.008>
- Hayden, J., & Buck, D. (2012). Doing community supported agriculture: Tactile space, affect and effects of membership. *Geoforum*, 43(2), 332–341. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2011.08.003>
- Henderson, E. (2010). The world of community supported agriculture. In *Keynote at Urgenci Conference on Community Supported Foods and Farming*.
- Henderson, E. (2015). The CSA in Taiwan (Province of China). In *Urgenci*.
- Henderson, E., & Van En, R. (2007). *Sharing the harvest: A citizen's guide to community supported agriculture*. Chelsea Green Publishing.
- Hernández, E. M. Q. (2021). *Os circuitos curtos de comercialização de bens agroalimentares: Um caminho para a construção de relações próximas e solidárias entre produtores e consumidores*. Doctoral dissertation, Universidade de Coimbra.
- Hinrichs, C. (2000). Embeddedness and local food systems: Notes on two types of direct agricultural market. *Journal of Rural Studies*, 16(3), 295–303. [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(99\)00063-7](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(99)00063-7)
- Holloway, L., Kneafsey, M., Venn, L., Cox, R., Dowler, E., & Tuomainen, H. (2007). Possible food economies: A methodological framework for exploring food production-consumption relationships. *Sociologia Ruralis*, 47(1), 1–19. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.2007.00427.x>
- Holt-Giménez, E., & Altieri, M. A. (2012). Agroecology, food sovereignty and the new green revolution. *Journal of Sustainable Agriculture*, 37(1), 120904081412003. <https://doi.org/10.1080/10440046.2012.716388>
- Hubert, C. (2019). *La Declaración de la ONU sobre los derechos de los campesinos y las campesinas: Instrumento de lucha por un futuro común*. Centre Europe-Tiers Monde (CETIM).
- IBGE. (2020). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Cidades*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>
- Ilbery, B., & Maye, D. (2005). Alternative (shorter) food supply chains and specialist livestock products

- in the Scottish–English borders. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 37(5), 823–844. <https://doi.org/10.1068/a3717>
- Ilbery, B., Maye, D., Kneafsey, M., Jenkins, T., & Walkley, C. (2004). Forecasting food supply chain developments in lagging rural regions: evidence from the UK. *Journal of Rural Studies*, 20(3), 331–344. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2003.09.001>
- IPES-Food. (2018). *Romper con los sistemas agrarios y alimentarios industriales: Siete experiencias de transición agroecológica*.
- Jarosz, L. (2008). The city in the country: Growing alternative food networks in metropolitan areas. *Journal of Rural Studies*, 24(3), 231–244. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2007.10.002>
- Jarosz, L. (2011). Nourishing women: Toward a feminist political ecology of community supported agriculture in the United States. *Gender, Place & Culture*, 18(3), 307–326. <https://doi.org/10.1080/0966369X.2011.565871>
- Jick, T. D. (1979). Mixing qualitative and quantitative methods: Triangulation in action. *Administrative Science Quarterly*, 24(4), 602. <https://doi.org/10.2307/2392366>
- JOAA. (2009). *Japan Organic Agriculture Association*. <https://bit.ly/3w6h3FM>
- Johnson, R. B., Onwuegbuzie, A. J., & Turner, L. A. (2007). Toward a definition of mixed methods research. *Journal of Mixed Methods Research*, 1(2), 112–133. <https://doi.org/10.1177/1558689806298224>
- Junqueira, A. H., & Moretti, S. L. A. (2018). Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): Tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 26(3), 517–538. <https://doi.org/10.36920/esa-v26n3-2>
- Kennedy, E. H., Johnston, J., & Parkins, J. R. (2018). Small-p politics: How pleasurable, convivial and pragmatic political ideals influence engagement in eat-local initiatives. *The British Journal of Sociology*, 69(3), 670–690. <https://doi.org/10.1111/1468-4446.12298>
- Koch-Gonzales, J., & Rau, T. J. (2019). Muitas vozes uma canção: Autogestão por meio da sociocracia. In *Traduzido por Sonzai Traduções Ltda. Curitiba: Voo*.
- Kolodinsky, J. M., & Pelch, L. L. (1997). Factors influencing the decision to join a community supported agriculture (CSA) farm. *Journal of Sustainable Agriculture*, 10(2–3), 129–141. https://doi.org/10.1300/J064v10n02_11
- Lagane, J. (2015a). Introduction to the symposium: Towards cross-cultural views on Community Supported Agriculture. *Agriculture and Human Values*, 32(1), 119–120. <https://doi.org/10.1007/s10460-014-9544-0>
- Lagane, J. (2015b). When students run AMAPs: Towards a French model of CSA. *Agriculture and Human Values*, 32(1), 133–141. <https://doi.org/10.1007/s10460-014-9534-2>
- Lamine, C., Darnhofer, I., & Marsden, T. (2019). What enables just sustainability transitions in agrifood systems? An exploration of conceptual approaches using international comparative case studies. *Journal of Rural Studies*, 68(January), 144–146. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2019.03.010>
- Lamine, C., Garçon, L., & Brunori, G. (2019). Territorial agrifood systems: A Franco-Italian contribution to the debates over alternative food networks in rural areas. *Journal of Rural Studies*, 68(April 2018), 159–170. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2018.11.007>
- Lamine, C., Renting, H., Rossi, A., Wiskerke, J. S. C., & Brunori, G. (2012). Agri-food systems and territorial development: Innovations, new dynamics and changing governance mechanisms. In *Farming Systems Research into the 21st Century: The New Dynamic* (p. 229–256). Springer Netherlands. https://doi.org/10.1007/978-94-007-4503-2_11
- Lanes, R. O. S. (2014). *Entraves e avanços na implantação das boas práticas de fabricação em pequenas agroindústrias familiares em Júlio de Castilhos/RS*. Ijuí, RS.

- Lang, K. B. (2010). The changing face of community-supported agriculture. *Culture & Agriculture*, 32(1), 17–26. <https://doi.org/10.1111/j.1556-486X.2010.01032.x>
- Lass, D., Bevis, A., Stevensom, G. W., Hendrickson, J., & Ruhf, K. (2003). Community supported agriculture entering the 21st century: Results from the 2001 national survey. In *Amherst: University of Massachusetts, Department of Resource Economics*.
- Lawson, R., Guthrie, J., Cameron, A., & Fischer, W. C. (2008). Creating value through cooperation. *British Food Journal*, 110(1), 11–25. <https://doi.org/10.1108/00070700810844768>
- Li, Y., & Zhou, L. (2020). Como o “GuanxiQuan” contribui para a formação da comunidade da CSA? Estudo de seis casos de iniciativas de CSA na China. In P. V Preiss & S. Schneider (Orgs.), *Sistemas alimentares no século 21: Debates contemporâneos [recurso eletrônico]* (p. 337–349). Editora da UFRGS.
- Lockie, S. (2009). Responsibility and agency within alternative food networks: Assembling the “citizen consumer”. *Agriculture and Human Values*, 26(3), 193–201. <https://doi.org/10.1007/s10460-008-9155-8>
- Loconto, A., & Hatanaka, M. (2018). Participatory guarantee systems: Alternative ways of defining, measuring, and assessing ‘sustainability’. *Sociologia Ruralis*, 58(2), 412–432. <https://doi.org/10.1111/soru.12187>
- Lopes, L. F. G., Bento, J. M. R. S., Cristovão, A. F. A. C., & Baptista, F. O. (2015). Exploring the effect of land use on ecosystem services: The distributive issues. *Land Use Policy*, 45, 141–149. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2014.12.008>
- López-García, D., Cuéllar-Padilla, M., de Azevedo Olival, A., Laranjeira, N. P., Méndez, V. E., Peredo y Parada, S., Barbosa, C. A., Barrera Salas, C., Caswell, M., Cohen, R., Correro-Humanes, A., García-García, V., Gliessman, S. R., Pomar-León, A., Sastre-Morató, A., & Tendero-Acín, G. (2021). Building agroecology with people. Challenges of participatory methods to deepen on the agroecological transition in different contexts. *Journal of Rural Studies*, February. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2021.02.003>
- Ludtke, R. C. (2016). *Iniciativas de diversificação ao cultivo do tabaco no município de Santa Cruz do Sul-RS: Um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal da Fronteira Sul (Campus Laranjeiras do Sul).
- Madrugá, D. de C. (2020). *Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica da Uergs em Tapes amplia atuação para outras regiões do estado*. UERGS. <https://bit.ly/3rUmR0J>
- Mafra, R. C. (2013). Produtor rural ou agricultor? In <https://bit.ly/3gqS9Zw> (Org.), *Academia Pernambucana de Ciência Agronômica* (Vol. 10, p. 90–91).
- Magda, D., Girard, N., Angeon, V., Cholez, C., Raulet-Croset, N., Sabbadin, R., Salliou, N., Barnaud, C., Monteil, C., & Peyrard, N. (2019). A plurality of viewpoints regarding the uncertainties of the agroecological transition. In *Agroecological Transitions: From Theory to Practice in Local Participatory Design* (p. 99–120). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-01953-2_6
- Maia, C. (2015). O protagonismo dos atores estatais e a importância de suas políticas agrárias como fundamentos da política agrária moderna. In O. M. Oliveira (Org.), *Relações internacionais, direito e poder* (Número II, p. 293–338).
- Maia, C., & Riedl, M. (2017). Agricultura e dinâmicas do desenvolvimento rural no contexto da globalização. *COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional*, 14(1), 169–191. <https://doi.org/10.26767/coloquio.v14i1.573>
- Marsden, T., Banks, J., & Bristow, G. (2000). Food supply chain approaches: Exploring their role in rural development. *Sociologia Ruralis*, 40(4), 424–438. <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00158>
- Marta-Costa, A. A. (2010). Agricultura Sustentável I: Conceitos. *Revista de Ciências Agrárias (Belém)*,

- 33(2), 61–74. <https://doi.org/https://doi.org/10.19084/rca.15872>
- Martindale, L. (2020). ‘I will know it when I taste it’: Trust, food materialities and social media in Chinese alternative food networks. *Agriculture and Human Values*, 0123456789. <https://doi.org/10.1007/s10460-020-10155-0>
- Martins, A. L. B. (2017). *Agricultura apoiada pela comunidade ou comunidade apoiada pela agricultura? A relação campo-cidade pela ética da solidariedade* (Vol. 2). Universidade Federal Fluminense.
- Matte, A., Waquil, P. D., Schneider, S., & Tourrand, J. F. (2020). Mercados da pecuária familiar no sul do Brasil: convenções e canais de comercialização da bovinocultura de corte. *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, 14(1), 41. <https://doi.org/10.18542/raf.v14i1.7730>
- Matzembacher, D. E., & Meira, F. B. (2019). Sustainability as business strategy in community supported agriculture. *British Food Journal*, 121(2), 616–632. <https://doi.org/10.1108/BFJ-03-2018-0207>
- Maye, D. (2013). Moving alternative food networks beyond the niche. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, 20(3), 383–389.
- McFadden, S. (2004). Community farms in the 21st century: poised for another wave of growth? *Rodale Institute*, 1, 1–4.
- McMichael, P. (2009). Banking on agriculture: A review of the world development report 2008. *Journal of Agrarian Change*, 9(2), 235–246. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2009.00203.x>
- Medeiros, C. B. de, Galvão, C. E. de S., Correia, S., Gómez, C., & Castillo, L. (2017). Inovação social além da tecnologia social: Constructos em discussão. *RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 16(3), 957–982. <https://doi.org/10.18593/race.v16i3.13606>
- Méndez, V. E., Caswell, M., Gliessman, S. R., & Cohen, R. (2017). Integrating agroecology and participatory action research (PAR): Lessons from Central America. *Sustainability (Switzerland)*, 9(5), 705. <https://doi.org/10.3390/su9050705>
- Meneses, B. G., Soares, R. O., Tibério, M. L., & Tavares, P. V. (2019, dezembro). Análise da FEPRAF - A feira da produção da reforma agrária da agricultura familiar de Júlio de Castilhos/RS. *Revista GeoNordeste - Edição Especial*, 119–135.
- Menezes, Sônia de S Mendonça, & Santos, L. M. (2020). Circuitos curtos de comercialização da produção agroalimentar/orgânica em Aracaju/SE. *Cadernos de Agroecologia*, 15(2).
- Migliore, G., Schifani, G., & Cembalo, L. (2015). Opening the black box of food quality in the short supply chain: Effects of conventions of quality on consumer choice. *Food Quality and Preference*, 39, 141–146. <https://doi.org/10.1016/j.foodqual.2014.07.006>
- Minayo, M. C. de S. (2016). Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. In *Série Manuais Acadêmicos*. Vozes.
- Moellers, J., & Bîrhală, B. (2014). Community supported agriculture: A promising pathway for small family farms in eastern Europe? A case study from Romania. *Applied Agricultural and Forestry Research*, 64(3/4), 139–150. https://doi.org/10.3220/LBF_2014_139-150
- Moen, D. G. (1997). The Japanese organic farming movement: Consumers and farmers united. In *Bulletin of Concerned Asian Scholars* (Vol. 29, Número 4).
- Molina, A. de A., & Pohlmann, H. (2015). Agricultura biodinâmica e community supported agriculture – CSA. *Sociedade Antroposófica no Brasil*, 8–10.
- Mónico, L. S., Alferes, V. R., Parreira, P. M., & Castro, P. A. (2017). A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. *Congresso Iberoamericano em investigação qualitativa - CIAIQ*, 3, 724–733.

- Montanari, M. (2008). *Comida como cultura*. SENAC São Paulo.
- Monteiro, A. (2019). O que é a inovação social? Maleabilidade conceitual e implicações práticas. *Dados*, 62(3), 1–34. <https://doi.org/10.1590/001152582019187>
- Moore, O., McCarthy, O., Byrne, N., & Ward, M. (2014). Reflexive resilience and community supported agriculture: The case that emerged from a place. *Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development*, 4(3), 1–17. <https://doi.org/10.5304/jafscd.2014.043.007>
- Moreira, S. (2018). Nasce uma rede de grupos de consumo agroecológico em Portugal. *Mapa* (22), 34–35.
- Moreira, S., & Almeida, F. (2020). AMAP - Associações para a manutenção da agricultura de proximidade. In *Alimentar boas práticas: Da produção ao consumo sustentável 2020* (p. 74–78).
- Mourato, J. M., & Bussler, A. (2019). Community-based initiatives and the politicization gap in socio-ecological transitions: Lessons from Portugal. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 33, 268–281. <https://doi.org/10.1016/j.eist.2019.08.001>
- Nakahara, T. (2018). Rethinking John R. commons's theory of collective action: The viewpoint of regulation and convention. *Journal of Economic Issues*, 52(2), 405–412. <https://doi.org/10.1080/00213624.2018.1469887>
- Neto, D. N. F., & Torunsky, F. (2014). Agricultura apoiada pela comunidade e a “economia viva” de Rudolf Steiner. *REDD-Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, 8(2), 12–15.
- Neumeier, S. (2012). Why do social innovations in rural development matter and should they be considered more seriously in rural development research? - Proposal for a stronger focus on social innovations in rural development research. *Sociologia Ruralis*, 52(1), 48–69. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.2011.00553.x>
- Niederle, P. A., & Wesz Junior, V. J. (2018). *As novas ordens alimentares*. Editora da UFRGS.
- Nost, E. (2014). Scaling-up local foods: Commodity practice in community supported agriculture (CSA). *Journal of Rural Studies*, 34, 152–160. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2014.01.001>
- Oberholzer, L. (2004). *Community supported agriculture in the Mid-Atlantic region: Results of a shareholder survey*. Small Farm Success Project. <https://www.wilson.edu/community-supported-agriculture-mid-atlantic-region-results-shareholder-survey>
- Oderich, E. H. (2020). O programa camponês no Rio Grande do Sul: Avanços, limites e desafios de uma política pública de transição agroecológica. In *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul* (Vol. 36, p. 131–137).
- Oliveira, Á. S., Soares, R. O., Ugalde, M. L., Bastos, T. H., & Menezes, B. G. (2018, julho). Feira da produção da reforma agrária e da agricultura familiar – FEPRAF/JC: Relato de experiência. *Cadernos de Agroecologia*, 13(1).
- Oliveira, C. R. (2020). Indicadores de integração de imigrantes: Relatório estatístico anual 2020. In C. R. Oliveira (Org.), *Imigração em números* (Vol. 1).
- Oliveira, H., & Penha-Lopes, G. (2020). Permaculture in Portugal: Social-Ecological inventory of a re-ruralizing grassroots movement. *European Countryside*, 12(1), 30–52. <https://doi.org/10.2478/euco-2020-0002>
- Opitz, I., Specht, K., Piore, A., Siebert, R., & Zasada, I. (2017). Effects of consumer-producer interactions in alternative food networks on consumers' learning about food and agriculture. *Moravian Geographical Reports*, 25(3), 181–191. <https://doi.org/10.1515/mgr-2017-0016>
- Ostrom, M. R. (2007). Community supported agriculture as an agent of change is it working? In C. Hinrichs & T. Lyson (Orgs.), *Remaking the North American food system* (Número January 2008, p. 99–120). Un of Nebraska Press.

- Padilha, L. R., Oliveira, Á. S., Ugalde, M. L., & Soares, R. O. (2018). Espaço rural como proposta de empreendedorismo: Estudo de caso Mundo Vivo - uma experiência sustentável na região central do estado do Rio Grande do Sul. In *Cadernos de Agroecologia*.
- Paiva, C. M. N. (2019). *Do Preço ao Apreço: Um estudo sobre a construção do mercado de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) no Brasil*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Lavras.
- Pascucci, S., Dentoni, D., Lombardi, A., & Cembalo, L. (2016). Sharing values or sharing costs? Understanding consumer participation in alternative food networks. *NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences*, 78, 47–60. <https://doi.org/10.1016/j.njas.2016.03.006>
- Paul, M. (2019). Community-supported agriculture in the United States: Social, ecological, and economic benefits to farming. *Journal of Agrarian Change*, 19(1), 162–180. <https://doi.org/10.1111/joac.12280>
- Pedrosa, A. P. P. (2019). *Redes agroalimentares alternativas e suas implicações para a política social: as motivações dos consumidores das Comunidades que Sustentam a Agricultura no Brasil*. Dissertação (Mestrado). Universidade de Lisboa.
- Peeters, A., Lefebvre, O., Balogh, L., Barberi, P., Batello, C., Bellon, S., Gaifami, T., Gkissakis, V., Lana, M., Migliorini, P., Ostermann, O., & Wezel, A. (2020). A green deal for implementing agroecological systems: Reforming the common agricultural policy of the European Union. *Sustainable Organic Agric Syst*, 70(2), 83–93. <https://doi.org/10.3220/EUBF1610123299000>
- Peneireiro, F. M. (2016). CSA na Aldeia do Altiplano: uma abordagem de economia solidária em SAF. *X Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais*.
- Peneireiro, F. M., & Silva, M. E. F. (2018). Comunidade que sustenta a Agricultura (CSA): Do preço para o apreço - aprendizagem coletiva na lógica do bem viver. *Cadernos de Agroecologia*, 13.
- Pérez, K. M. B., & Cartea, P. Á. M. (2020). Iniciativas colectivas de consumo ecológico en Galicia: Panorama actual, modelos e acción socioeducativa. *Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability*, 2, 1–17.
- Peronio, R., Bastos, A. P. C., & Dalbianco, V. P. (2017). Reforma agrária na produção agrícola: O caso dos assentamentos no município de Júlio de Castilhos - RS. In *Anais do 9º Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão- SIEPE*.
- Perry, J., & Franzblau, S. (2010). *Local Harvest : A multifarm CSA handbook*.
- Peterson, H. H., Taylor, M. R., & Baudouin, Q. (2015). Preferences of locavores favoring community supported agriculture in the United States and France. *Ecological Economics*, 119, 64–73. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2015.07.013>
- Pisoni, F. M. (2013). *Cooperfumos do Brasil e suas contribuições para o desenvolvimento rural sustentável em Santa Cruz do Sul* (p. 36).
- Ploeg, J. D. van der, Barjolle, D., Bruil, J., Brunori, G., Madureira, L. M., Dessein, J., Zbigniew, D., Fink-Kessler, A., Gasselin, P., Gonzalez de Molina, M., Gorlach, K., Jürgens, K., Kinsella, J., Kirwan, J., Knickel, K., Lucas, V., Marsden, T., Maye, D., Migliorini, P., ... Wezel, A. (2019). The economic potential of agroecology: Empirical evidence from Europe. *Journal of Rural Studies*, 71(September), 46–61. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2019.09.003>
- Plumecocq, G., Debril, T., Duru, M., Magrini, M.-B., Sarthou, J. P., & Therond, O. (2018). The plurality of values in sustainable agriculture models: Diverse lock-in and coevolution patterns. *Ecology and Society*, 23(1), art21. <https://doi.org/10.5751/ES-09881-230121>
- Pohlmann, H. (2021). *O que a CSA tem a ver com arte?* CSA Brasil. <https://www.youtube.com/watch?v=PquZY2g1F7c>
- Pole, A., & Gray, M. (2013). Farming alone? What's up with the “C” in community supported

- agriculture. *Agriculture and Human Values*, 30(1), 85–100. <https://doi.org/10.1007/s10460-012-9391-9>
- Pole, A., & Kumar, A. (2015). Segmenting CSA members by motivation: Anything but two peas in a pod. *British Food Journal*, 117(5), 1488–1505. <https://doi.org/10.1108/BFJ-12-2014-0405>
- Ponte, S. (2009). Governing through quality: Conventions and supply relations in the value chain for South African wine. *Sociologia Ruralis*, 49(3), 236–257. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.2009.00484.x>
- Ponte, S. (2016). Convention theory in the Anglophone agro-food literature: Past, present and future. *Journal of Rural Studies*, 44, 12–23. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2015.12.019>
- Portugal, A. C. M. da C. M. (2007). *O pensamento de Joseph Beuys e seus aspectos rituais em ação* [Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura)]. Pontifícia Universidade Católica, RJ]. <https://doi.org/https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.9546>
- Preis, P. V. (2017). *As alianças alimentares colaborativas em uma perspectiva internacional: Afetos, conhecimento incorporado e ativismo político*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Queiroga, R., Encarnação, M., & Horstink, L. (2020). *Análise da situação da agroecologia em Portugal 2020*. NAIK Agrárgazdasági Kutatóintézet.
- Renting, H., Marsden, T. K., & Banks, J. (2003). Understanding alternative food networks: Exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 35(3), 393–411. <https://doi.org/10.1068/a3510>
- Renting, H., Schermer, M., & Rossi, A. (2012). Building food democracy: Exploring civic food networks and newly emerging forms of food citizenship. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, 19(January), 289–307.
- Renting, H., & Wiskerke, H. (2010). *New emerging roles for public institutions and civil society in the promotion of sustainable local agro-food systems*. July, 1902–1912.
- Riisgaard, L., & Gibbon, P. (2014). Labour management on contemporary Kenyan cut flower farms: Foundations of an industrial-civic compromise. *Journal of Agrarian Change*, 14(2), 260–285. <https://doi.org/10.1111/joac.12064>
- Rocha, A. de C., Grigio, Ê., Sá, J. da S., & Lopes, M. M. (2018). 10 anos dos Institutos Federais: Trajetórias e conquistas do IFFar Campus Júlio de Castilhos. In *IFFar 10 anos: ensaios dessa trajetória* (p. 81–93).
- Rocha, S., & Albuquerque, C. (2017). A (in)sustentabilidade do futuro à mesa: Desafios, redes colaborativas e agendas comuns em torno do processo de realocação dos sistemas alimentares. In S. Baltazar, J. Saragoça, M. O. Santos, J. Fialho, & H. Arco (Orgs.), *Livro de Atas do 1º Congresso Internacional de Redes sociais-CIReS* (p. 462–482). Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.
- Rodet, D. (2015). L'économie solidaire comme mouvement social: Des dispositifs de qualité pour s'identifier, agir et mobiliser. *Revue Française de Socio-Économie*, n°15(1), 193–212. <https://doi.org/10.3917/rfse.015.0193>
- Rodrigues, T. S. (2019). Campesino a campesino: Voces de latinoamérica movimiento campesino a campesino para la agricultura sustentable SIMAS, Managua Nicaragua Food First Books, Oakland, California Eric Holt-Giménez. *Fluxos & Riscos-Revista de Estudos Sociais*, 5(4), 127–129. <https://doi.org/https://doi.org/10.31750/fr1801r01>
- Rosa, S. S. (2018). *Herdade Freixo do Medio. Un montado en Montemor-o-Novo. Portugal*.
- Rosin, C., & Campbell, H. (2009). Beyond bifurcation: Examining the conventions of organic agriculture in New Zealand. *Journal of Rural Studies*, 25(1), 35–47.

- <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2008.05.002>
- Rossi, A. (2017). Beyond food provisioning: The transformative potential of grassroots innovation around food. *Agriculture*, 7(1), 6. <https://doi.org/10.3390/agriculture7010006>
- Rossi, J., Allen, J. E., Woods, T. A., & Davis, A. F. (2017). CSA shareholder food lifestyle behaviors: A comparison across consumer groups. *Agriculture and Human Values*, 34(4), 855–869. <https://doi.org/10.1007/s10460-017-9779-7>
- Rössler, R. G. (2020). *O desafio de alimentar o mundo de maneira sustentável: Circuitos curtos agro-alimentares no Brasil e em Portugal*. Dissertação (Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas). Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais.
- Rover, O., de Gennaro, B., & Roselli, L. (2016). Social innovation and sustainable rural development: The case of a brazilian agroecology network. *Sustainability*, 9(1), 3. <https://doi.org/10.3390/su9010003>
- Russell, W. S., & Zepeda, L. (2008). The adaptive consumer: Shifting attitudes, behavior change and CSA membership renewal. *Renewable Agriculture and Food Systems*, 23(2), 136–148. <https://doi.org/10.1017/S1742170507001962>
- Saraiva, A., Fernandes, E., & Schwedler, M. (2021). The pro-environmental consumer discourse: A political perspective on organic food consumption. *International Journal of Consumer Studies*, 45(2), 188–204. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12611>
- Schneider, S., Salvate, N., & Cassol, A. (2016). Nested markets, food networks, and new pathways for rural development in Brazil. *Agriculture*, 6(4), 61. <https://doi.org/10.3390/agriculture6040061>
- Schnell, S. M. (2007). Food with a farmer's face: Community supported agriculture in the United States. *Geographical Review*, 97(4), 550–564. <https://doi.org/10.1111/j.1931-0846.2007.tb00412.x>
- Schnell, S. M. (2013). Food miles, local eating, and community supported agriculture: Putting local food in its place. *Agriculture and Human Values*, 30(4), 615–628. <https://doi.org/10.1007/s10460-013-9436-8>
- Sendim, A. C. (2020). *Os Comuns no mundo a haver*.
- Smith, D., Wang, W., Chase, L., Estrin, H., & Van Soelen Kim, J. (2019). Perspectives from the field: Adaptions in CSA models in response to changing times in the U.S. *Sustainability*, 11(11), 3115. <https://doi.org/10.3390/su11113115>
- Soares, R. O., Tavares, P. V., Tibério, M. L., & Cristóvão, A. (2021). Feira da agricultura familiar: uma análise qualitativa da visão dos agricultores. In Sônia de Souza Mendonça Menezes & M. G. de Almeida (Orgs.), *Vamos às feiras!: Cultura e ressignificação dos circuitos curtos* (p. 363–396).
- Soares, R. O., Tavares, P. V., Tibério, M. L., Cristóvão, A., Pérez Fra, M., & García Arias, A. I. (2020). A dinâmica de comercialização em circuito curto em Lugo, Galiza. *Revista de Ciências Agrárias*, 43(Especial 1), 26–35. <https://doi.org/10.19084/rca.19029>
- Soares, R. O., Tavares, P. V., Zan, F. R., Cristóvão, A. F. A. C., & Tibério, M. L. (2021). Uma abordagem bibliométrica sobre community-supported agriculture (CSA). *Desenvolvimento em Questão*, 19(57), 227–245. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2021.57.11913>
- Soares, R. O., Tibério, M. L., Cristóvão, A. A. C., & Tavares, P. V. (2019). Agricultura apoiada pela comunidade (AAC): Movimento social, ações colaborativas e tendências agroecológicas. *Anais do XXIX Jornadas Hispano Lusas de Gestión Científica: empreendimento, Estratégia Y Conocimiento*, 77–95.
- Soares, R. O., Tibério, M. L., Cristóvão, A., & Tavares, P. V. (2020). Relação consumidor-agricultor nas redes alimentares. *Anais do 9º Fórum Internacional Ecoinovar*, 9, 16.
- Soares, R. O., Tibério, M. L., Cristóvão, A., Tavares, P. V., García-Arias, A.-I., & Pérez-Fra, M. (2021). Impactos da política agroambiental para os produtores certificados pelo Craega, em Lugo

- (Espanha). In I. Gazzano & G. García (Orgs.), *Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Agroecología 2020 – Memórias I* (Vol. 1, p. 882–888).
- Soares, R. O., Tibério, M. L., Tavares, P. V., Cristóvão, A. F. A. C., & Zan, Fa. R. (2021). Análise bibliométrica das cadeias curtas de abastecimento de alimentos. *Desenvolvimento em Questão*, 19(57), 381–398. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2021.57.10305>
- Soria, I. A. M. (2016). *Aproximaciones a la agroecología en Portugal de la pequeña agricultura familiar y tradicional a la agricultura ecológica, de los canales cortos de comercialización a la soberanía alimentaria: prácticas, racionalidades y resistencias*. Masters dissertation. Universidad Internacional de Andalucía.
- Sousa Junior, E. S., & Junqueira, A. M. R. (2020). Comunidade que sustenta a agricultura(CSA): Inclusão socioeconômica e produção de base agroecológica. *Cadernos de Agroecologia*, 15(2).
- Souza, A. C. A. A., & Silva Filho, J. C. L. (2014). Dimensões da inovação social e promoção do desenvolvimento econômico local no semiárido cearense. *XXXVIII Encontro da ANPAD-EnANPAD, Rio de Janeiro, Anais EnANPAD 2014*.
- Sproul, T. W., & Kropp, J. D. (2015). A general equilibrium theory of contracts in community supported agriculture. *American Journal of Agricultural Economics*, 97(5), 1345–1359. <https://doi.org/10.1093/ajae/aav029>
- Stapleton, S. C. (2019). Urgenci: International network of community supported agriculture (urgenci.net). *Journal of Agricultural & Food Information*, 20(3), 196–205. <https://doi.org/10.1080/10496505.2019.1630788>
- Steiner, A., Aguilar, G., Bomba, K., Bonilla, J., Campbell, A., Echeverria, R., Gandhi, R., Hedegaard, C., Holdorf, D., Ishii, N., Quinn, K., Ruter, B., Sunga, I., Sukhdev, P., Verghese, S., Voegelé, J., Winters, P., Campbell, B., Dinesh, D., ... Zebiak, S. (2020). *Actions to transform food systems under climate change*. Wageningen, The Netherlands: CGIAR Research Program on Climate Change, Agriculture and Food Security (CCAFS).
- Steiner, P. (2006). Les marchés agroalimentaires sont-ils des “marchés spéciaux”. *Actes du Colloque Les Marchés Agroalimentaires*, 16–28.
- Steiner, R. (2017). *Fundamentos da agricultura biodinâmica: Vida nova para a terra [tradução Gerard Bannwart]* (5º ed). Antroposófica.
- Sumner, J., Mair, H., & Nelson, E. (2010). Putting the culture back into agriculture: Civic engagement, community and the celebration of local food. *International Journal of Agricultural Sustainability*, 8(1–2), 54–61. <https://doi.org/10.3763/ijas.2009.0454>
- Swaffield, J., Evans, D., & Welch, D. (2018). Profit, reputation and ‘doing the right thing’: Convention theory and the problem of food waste in the UK retail sector. *Geoforum*, 89(March 2017), 43–51. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2018.01.002>
- Tan, S., & Chen, W. (2019). Can members’ WeChat engagement affect relational outcomes in community-supported agriculture? Empirical evidence from China. *Agribusiness*, 35(1), 36–52. <https://doi.org/10.1002/agr.21590>
- Taylor, J. B. (1970). Introducing social innovation. *Journal of Applied Behavioral Science*, 6(1), 69–77.
- Tegtmeier, E. M., & Duffy, M. (2005). Community supported agriculture (CSA) in the midwest United States: A regional characterization. *Leopold Center Pubs and Papers*, 151.
- Thévenot, L., Moody, M., & Lafaye, C. (2000). Forms of valuing nature: Arguments and modes of justification in French and American environmental disputes. In *Rethinking Comparative Cultural Sociology: Repertoires of Evaluation in France and the United States* (p. 229–272). <https://doi.org/10.1017/CBO9780511628108.009>
- Thirion, S. (2006, julho). RECIPROCO: Relação de cidadania entre produtores e consumidores. *Pessoas*

- e Lugares, 46.
- Thorsøe, M. H., & Kjeldsen, C. (2016). The constitution of trust: Function, configuration and generation of trust in alternative food networks. *Sociologia Ruralis*, 56(2), 157–175. <https://doi.org/10.1111/soru.12082>
- Thorsøe, M. H., Kjeldsen, C., & Noe, E. (2017). It's never too late to join the revolution! – Enabling new modes of production in the contemporary Danish food system. *European Planning Studies*, 25(7), 1166–1183. <https://doi.org/10.1080/09654313.2016.1267112>
- Tibério, M. L. (2004). *Construção da qualidade e valorização dos produtos agroalimentares tradicionais: um estudo da região de Trás-os-Montes* (p. 541).
- Tibério, M. L. (2011). Os produtos locais e a sustentabilidade dos territórios rurais. *Revista da Cooperação LEADER “Territórios em Rede - Minha Terra”*, 2, 6–8.
- Tibério, M. L., Baptista, A., & Cristóvão, A. (2013). Sistemas agroalimentares locais e comercialização em circuitos curtos de proximidade. *Revista da Rede Rural Nacional*, 6–9.
- Tibério, M. L., & Cristóvão, A. (2012). A definição da qualidade em fileiras de produtos qualificados: Uma aplicação do modelo CQFD e da Teoria das Convenções. *Revista de Economia Agrícola*, 59(2), 99–114.
- Toth, A., Rendall, S., & Reitsma, F. (2016). Resilient food systems: A qualitative tool for measuring food resilience. *Urban Ecosystems*, 19(1), 19–43. <https://doi.org/10.1007/s11252-015-0489-x>
- Tregear, A. (2011). Progressing knowledge in alternative and local food networks: Critical reflections and a research agenda. *Journal of Rural Studies*, 27(4), 419–430. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2011.06.003>
- Truninger, M. (2013). As bases plurais da confiança alimentar nos produtos orgânicos: Da certificação ao “teste da minhoca”. *Ambiente & Sociedade*, 16(2), 81–102. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2013000200006>
- Truninger, M. (2014). A cidade e o campo: Memórias e práticas alimentares de um grupo de consumidores urbanos. In *Transação territorial: novas relações cidade-campo* (p. 61–74). Universidade do Minho.
- Urgenci. (2016). *Overview of Community-Supported Agriculture in Europe*.
- Uribe, A. L. M., Winham, D. M., & Wharton, C. M. (2012). Community supported agriculture membership in Arizona. An exploratory study of food and sustainability behaviours. *Appetite*, 59(2), 431–436. <https://doi.org/10.1016/j.appet.2012.06.002>
- USDA. (2019). *Community Supported Agriculture*. United States Department of Agriculture National Agricultural Library. <https://www.nal.usda.gov/afsic/community-supported-agriculture>
- Val, V., & Rosset, P. M. (2020). Campesina a Campesino: Educación campesina para la resistencia y la transformación agroecológica. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 5, 1–25. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e10904>
- Vassalos, M., Gao, Z., & Zhang, L. (2017). Factors affecting current and future CSA participation. *Sustainability*, 9(3), 478. <https://doi.org/10.3390/su9030478>
- Veisi, H., Carolan, M. S., & Alipour, A. (2017). Exploring the motivations and problems of farmers for conversion to organic farming in Iran. *International Journal of Agricultural Sustainability*, 15(3), 303–320. <https://doi.org/10.1080/14735903.2017.1312095>
- Vergara, S. C. (2016). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. Atlas.
- Vicini, M. S. (2014). Dimensões comunicacionais no conceito de escultura social na arte de Joseph Beuys. *Revista FAMECOS*, 21(2), 459. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2014.2.15393>
- Viegas, M. D. T., Rover, O. J., & Medeiros, M. (2017). Circuitos (não tão) curtos de comercialização e

- a promoção de princípios agroecológicos: Um estudo de caso na região da grande Florianópolis. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 42, 370–384. <https://doi.org/10.5380/dma.v42i0.50759>
- Viero, M. G. (2019). *Sustentabilidade no meio rural: Um estudo com agricultores orgânicos* (p. 33).
- Watson, D. J. (2019). Working the fields: The organization of labour in community supported agriculture. *Organization*, 27(2), 291–313. <https://doi.org/10.1177/1350508419888898>
- Watts, D., Little, J., & Ilbery, B. (2018). ‘I am pleased to shop somewhere that is fighting the supermarkets a little bit’. A cultural political economy of alternative food networks. *Geoforum*, 91(January 2017), 21–29. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2018.02.013>
- Wezel, A., Bellon, S., Doré, T., Francis, C. A., Vallod, D., & David, C. (2009). Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, 4(September 2014), 503–515. https://doi.org/10.1007/978-94-007-0394-0_3
- Wezel, A., Goette, J., Lagneaux, E., Passuello, G., Reisman, E., Rodier, C., & Turpin, G. (2018). Agroecology in Europe: Research, education, collective action networks, and alternative food systems. *Sustainability*, 10(4), 1214. <https://doi.org/10.3390/su10041214>
- Wilkinson, J. (1997). A new paradigm for economic analysis? *Economy and Society*, 26(3), 335–339. <https://doi.org/10.1080/03085149700000017>
- Wilkinson, J. (1999). A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares: Algumas considerações iniciais. *Ensaio FEE, Porto Alegre*, 20(2), 64–80.
- Wilkinson, J. (2011). Convention theory and consumption. In *Encyclopedia of Consumer Culture*. London: Sage (Número January 2011, p. 358–361).
- Wilkinson, J. (2015). Food security and the global agrifood system: Ethical issues in historical and sociological perspective. *Global Food Security*, 7, 9–14. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2015.12.001>
- Wills, B., & Arundel, A. (2017). Internet-enabled access to alternative food networks: A comparison of online and offline food shoppers and their differing interpretations of quality. *Agriculture and Human Values*, 34(3), 701–712. <https://doi.org/10.1007/s10460-017-9771-2>
- Woods, T., Ernst, M., & Tropp, D. (2017). Community supported agriculture: New models for changing markets. U.S. In *Department of Agriculture, Agricultural Marketing Service* (Número April). Web.
- Worden, E. C. (2004). Grower perspectives in community supported agriculture. *HortTechnology*, 14(3), 322–325. <https://doi.org/10.21273/HORTTECH.14.3.0322>
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de Caso: Planejamento e métodos*. Bookman.
- Zepeda, L., Reznickova, A., Russell, W. S., & Hettenbach, D. (2014). A case study of the symbolic value of community supported agriculture membership. *Journal of Food Distribution Research*, 45(2), 195–212.
- Zoll, F., Specht, K., Opitz, I., Siebert, R., Piore, A., & Zasada, I. (2018). Individual choice or collective action? Exploring consumer motives for participating in alternative food networks. *International Journal of Consumer Studies*, 42(1), 101–110. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12405>

APÊNDICES

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Dez princípios do Teikei _____	206
Apêndice B - Nomenclaturas de CSA vinculadas a Urgenci (2.4.1) _____	207
Apêndice C - Teses e Dissertações sobre CSA defendidas no Brasil de 2006 a 2020 e em Portugal 2019 e 2020 (2.4.2) _____	209
Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (3.1.1) _____	213
Apêndice E – Roteiro de entrevista para os gestores/responsáveis grupo (3.1.1) _____	214
Apêndice F - Roteiro de entrevista com os agricultores (3.1.1; 3.1.2; 4.4) _____	216
Apêndice G – Questionário para os coagricultores (3.1.2) _____	218

Apêndice A - Dez princípios do Teikei¹⁶⁷

Princípios	Explicação
1º Ajuda mútua	Agricultores e consumidores podem colaborar de acordo com suas capacidades. Os agricultores devem, por meio de consulta aos consumidores, ter a intenção de produzir a quantidade máxima e a variedade máxima de produtos dentro da capacidade do organismo agrícola.
2º Diversificação de culturas	Flexibilidade do agricultor e consumidor decidir o que será plantado, assim o coletivo busca sair de uma monotonia alimentar para a diversificação das mais diferentes culturas.
3º Aceitação dos alimentos de época	Os consumidores devem aceitar os alimentos que foram cultivados de acordo com consulta prévia entre os dois grupos, e sua dieta deve depender tanto quanto possível desses alimentos.
4º Apreço	A missão do agricultor é plantar para que tenhamos alimentos frescos e saudáveis. Para ele permanecer na terra o consumidor deve contribuir com um valor “X” que suporte todas as necessidades do organismo agrícola, independente do preço do mercado convencional.
5º Relações de amizade	No espaço de convivência se encontram – agricultores e consumidores – fazem parcerias construindo uma fraternidade dentro da comunidade.
6º Distribuição independente	O transporte dos alimentos deve ser realizado pelos grupos de consumidores ou pelo agricultor até o espaço de partilha, sem depender de intermediários. Na organização da CSA o principal capital é a criatividade onde cada ator colabora como pode para fazer o caminho do mato até o prato.
7º Organização compartilhada	Praticar a gestão democrática com responsabilidade compartilhada por todos (comunicação interna, comunicação externa, finanças). As condições particulares das famílias dos membros devem ser levadas em consideração com base no princípio da assistência mútua.
8º Aprendizagem mútua	Desenvolver interesse em estudar várias questões sociais e políticas relacionadas à agricultura orgânica e assim evitar que suas atividades acabem apenas na distribuição de alimentos seguros. Os consumidores aprendem com os produtores, porque todos têm a ensinar e todos tem o que aprender, inclusive entre as faixas etárias, desde os mais velhos até os mais jovens do grupo.
9º Cultivo e consumo local/manter a escala apropriada	Cada grupo deve-se manter em um tamanho apropriado. Em termos de membros deve ser promovido através do aumento do número de grupos e da colaboração entre eles. Ex.: uma colmeia quando fica muito grande, se separam e criam outro grupo. Assim deve ser a CSA.
10º Estabilidade	O grupo adquire estabilidade com o tempo. Perseverar com o objetivo final de alcançar o equilíbrio com a natureza e uma relação de igualdade entre os humanos, baseada na agricultura orgânica e no vínculo orgânico entre agricultores e consumidores.

¹⁶⁷ Disponível em: <https://urgenci.net/our-guiding-principles/> Acesso 02 fev 2021. A versão em português, de Portugal, está disponível em: <https://www.herdadedofreixodomeio.pt/blog/artigo/9/os-10-principios-do-movimento-teikei> Acesso em 10 março 2021.

Apêndice B - Nomenclaturas de CSA vinculadas a Urgenci (2.4.1)

Organização	País	Contato
Agroecopolis Hellas	Grécia	http://www.agroecopolis.org
Amap Togo	Togo	https://www.facebook.com/Amap-togo-503377056860790/
ASAT	Romênia	http://asatromania.ro
Asociace Ampí	República checa	http://www.asociaceampi.cz
Coopérative pour l'Agriculture de proximité écologique (CAPE)	Canadá	https://www.cape.coop
Community Alliance for Family Farmers (CAFF)	Estados Unidos	https://www.caff.org
CNABio	Burkina Faso	https://www.cnabio.net/
Coordination nationales des organisations pausannes (CNOP)	Mali	https://www.cnop-mali.org/
CSA Brasil - Comunidade que Sustenta a Agricultura	Brasil	http://csabrasil.org
CSA Ireland	Irlanda	http://www.communitysupportedagriculture.ie/
CSA Network Australia and New Zealand	Austrália/Nueva Zelândia	http://www.csanetworkausnz.org
CSA Network Nederland	Países Baixos	@CSANetwork
DEAFAL	Itália	https://www.deafal.org/homepage-en/
Dogal Besin, Bilinçli Beslenme Ağı (DBB)	Turquia	https://dogalbilincliBeslenme.wordpress.com/
Ecological Agriculture Development Association of Shunyi District of Beijing 北京市顺义区生态农业发展协会	China	http://csanetwork.cn/
Ecologistas en acción	Espanha	https://www.ecologistasenaccion.org/
FairShare Coalition	Estados Unidos	https://www.csacoalition.org/
Fédération romande d'Agriculture contractuelle de proximité (FRACP)	Suíça	https://www.fracp.ch/
Fundacja Ekorozwój (FER)	Polónia	http://fer.org.pl/en/
Réseau des Groupes d'achat solidaires de l'Agriculture pausanne (Gasap)	Bélgica	http://gasap.be
Japanese Organic Agriculture Association (JOAA)	Japão	https://www.1971joaa.org
Just Food New York City	Estados Unidos	https://www.justfood.org/
Kumppannuusmaatalous	Finlândia	https://www.omamaa.fi/ruokajasenyyss/
Mouvement interrégional des Amap (Miramap)	França	http://miramap.org
Nekasarea Ehne Biscaue	Espanha	http://www.ehnebizkaia.org/
Okologisk Norge, Organic Norway	Noruega	https://okologisknorge.no
Rede Portuguesa de Agroecologia Solidária (REGENERAR)	Portugal	https://amap.movingcause.org/
Solawi Netzwerk Solidarische Landwirtschaft	Alemanha	https://www.solidarischelandwirtschaft.org/de/startseite/
Réseau des initiatives agroécologiques au Maroc (RIAM)	Marrocos	http://reseauriam.org/fr/index
Soils Lebanon	Líbano	https://www.soils-permaculture-lebanon.com
Tavola RES	Itália	http://www.economiasolidale.net/tavola-res

Tudatos Vásárlók Egyesülete (TVE)	Hungria	http://tudatosvasarlo.hu/english
Torba Collective	Argélia	https://www.facebook.com/Collectif-Torba-1579123399009220/
UK CSA Network	Reino Unido	https://communitysupported agriculture.org.uk
Voedselteams, Food Teams	Bélgica	http://www.voedselteams.be
Zambra Balladre	Espanha	www.coordinacionbaladre.org/asc
ZMAG Green Network of Activist Groups	Croácia	http://www.zmag.hr/

Apêndice C - Teses e Dissertações sobre CSA defendidas no Brasil de 2006 a 2020 e em Portugal 2019 e 2020 (2.4.2)

Autor	Produção	Ano	Título	Local	Assunto	Localização das CSA analisadas
Caroline Mendonça Nogueira Paiva	Tese	2019	Do preço ao apreço: Um estudo sobre a construção do mercado de CSA (Comunidade que sustenta a agricultura) no Brasil	UF Lavras, MG - PPG em Administração	Práticas de mercado e CSA	07 CSA de SP, 01 CSA RJ, 01 CSA AM, CSA Brasil
Vander Luiz Aguiar	Tese	2018	Empresas Sociais de Agricultura Urbana: um estudo nas Comunidades que Sustentam a Agricultura em Belo Horizonte e Londres	Pontifícia Universidade Católica – MG – PPG em Administração	Agricultura Urbana, Empresa Social, CSA, Estudos Urbanos	CSA da Região Metropolitana de Belo Horizonte (CSA da RMBH) e as CSAs da Grande Londres (CSA da GL)
Alanda Lopes Baptista	Tese	2017	Agricultura Apoiada pela Comunidade ou comunidade apoiada pela agricultura? A relação campo-cidade pela ética da solidariedade	UF Fluminense, RS - PPG em Geografia	Relação campo-cidade e relações ético-solidárias	CSA em Botucatu e Bauru, SP e 6 CSA na Alemanha
Potira Viegas Preiss	Tese	2017	As alianças alimentares colaborativas em uma perspectiva internacional: afetos, conhecimento incorporado e ativismo político	UFRGS - PPG em Desenvolvimento Rural	Alianças alimentares colaborativas	2 grupos de consumo no Brasil; 2 no Equador; 4 Espanha; 4 Itália e 2 Holanda.
Valeria da Veiga Dias	Tese	2016	Lealdade e relações de proximidade: uma caracterização dos consumidores de alimentos orgânico	UFRGS - PPG em Agronegócio	Temática da lealdade para o consumidor de alimentos orgânicos	Entrevistas 24 consumidores e 17 produtores; 200 questionários p/ consumidores e feirantes orgânicos de POA
Ana Braga Dorneles	Dissertação	2020	Cultivando a pedagogia dos encontros: Experiências educativas da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) em Brasília- DF	Universidade de Brasília (UnB) – PPGE em Educação, da Faculdade de Educação	Pedagogia do encontro; processos educativos	02 CSA em Brasília. Caderno de campo, Observação direta grupo WhatsApp, entrevista.
Andreia Tonini	Dissertação	2020	A construção do conhecimento agroecológico: Os processos de trabalho dos agricultores da CA Nossa Horta	UFMG - PPG em Educação e Docência	Agroecologia. Transição agroecológica. Trabalho. Processos de trabalho. CSA.	CSA Nossa Horta, Belo Horizonte/MG

Autor	Produção	Ano	Título	Local	Assunto	Localização das CSA analisadas
Edimar dos Santos de Sousa Junior	Dissertação	2020	Comunidades que sustentam a agricultura no distrito federal: Histórico, caracterização e impactos	Universidade de Brasília (UnB) – PPG em Agronegócios, da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária	Agricultura familiar. Produção local. Agricultura orgânica. Análise de conteúdo.	14 CSA Brasília e 34 coagricultores
Flavia Torunsky	Dissertação	2019	Justificativas em torno das Comunidades que Sustentam a Agricultura: um estudo de caso da CA São Paulo/SP	USP - Escola Luiz De Queiróz - Centro de Energia Nuclear da Agricultura	CSA; teoria das justificações, circuitos curtos, agricultura familiar, economia associativa	CSA São Carlos/SP
Marcello Eduardo Varela Pacheco	TCC	2019	Uma análise da cadeia de suprimentos de uma Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) na cidade de Florianópolis - SC	UFSC - Curso de Administração	Cadeia de suprimentos	Entrevistas agricultores CSA Florianópolis, SC
Fernanda Antunes de Oliveira	Dissertação	2018	Comunidade que sustenta a agricultura: entendendo as CSAs de Belo Horizonte e analisando suas possibilidades e desafios	UFMG - PPG em Administração	Economia solidária; agricultura alternativa (MG); economia agrícola Belo Horizonte (MG)	02 CSA em BH: Minas e Nossa Horta
Gustavo Serra Santana	Dissertação	2018	Impactos ambientais e socioeconômicos do uso da água nas CSAs do DF	Universidade de Brasília – PPG em Agronegócio	Avaliação impactos uso da água nas CSA do DF	05 CSA em Brasília
Joana Ortega de Lima Amorin	Dissertação	2018	Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) em São Paulo e Agricultura Solidária (SoLaWi) na Alemanha: construindo indicadores sociais, econômicos e ambientais	Universidade Federal de São Carlos - Campus Araras – PPG em Agroecologia e Desenvolvimento Rural	Agroecologia; Economia solidária; CSA; Gestão; Organização	SoLaWi na Alemanha e CSA no estado de São Paulo (Demétria, SP, Itapê, São Carlos) Brasil
Maria Luiza de Andrade Benini	Dissertação	2018	Transição agroecológica na perspectiva do consumo: um olhar etnográfico em um grupo de CSA (Community Supported Agriculture)	Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Aplicadas – PPG em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	"Transição agroecológica" a partir da relação entre produção e consumo, em uma experiência de CSA (Community Supported Agriculture) no município de São Carlos/SP.	CSA São Carlos, SP
Camila Lombardi Torres	Dissertação	2017	Comunidade que sustenta a agricultura: a reaplicação da tecnologia social a partir dos casos pioneiros em Brasília	UNB - PPG em Design, Cultura e Sociedade	Reaplicação da tecnologia social	CSA Brasília - casos pioneiros - CSA Barbetta, CSA Aldeia do Altiplano e CSA Toca da Coruja

Autor	Produção	Ano	Título	Local	Assunto	Localização das CSA analisadas
Jéssica Aline Troiano	Dissertação	2017	Espaços de comercialização e perfis de consumo: impactos nas escolhas e estratégias produtivas de pequenos e médios produtores orgânicos do interior paulista	UNESP_Araquara_PPG em Ciências Sociais	Influência dos consumidores nas estratégias produtivas e de desenvolvimento de P e M produtores orgânicos	Consumidores orgânicos em 7 espaços de comercialização de São José do Rio Preto/SP.
Daniele Eckert	Dissertação	2016	A mercantilização em contramovimento: relações de reciprocidade e coesão social na agricultura sustentada pela comunidade em Minas Gerais	UFRGS - Mestrado em Administração	Agricultura Sustentada pela Comunidade (CSA). Cadeias curtas. Coesão social. Mercantilização da agricultura. Reciprocidade.	2 em Belo Horizonte/MG
Liliane Ubeda Morandi Rotoli	Dissertação	2016	Análise da relação entre produtor e consumidor vinculados a CSA do Estado de São Paulo sob a ótica da Economia dos Custos de Transação	UEPaulista - PPG Agronegócio e Desenvolvimento	Análise da relação de comercialização agricultores-consumidores + teoria da Economia dos Custos de Transação (ECT)	14 do estado de São Paulo
Rafael Madeira Silveira	TCC	2016	As principais práticas organizacionais de um grupo de community supported agriculture: em consonância com os princípios do movimento <i>slow food</i>	UFSC - Curso de Administração	Economia Solidária; Agricultura Familiar; Orgânicos; Agroecologia	1 CSA na região da Grande Florianópolis/SC.
Isis Leite Ferreira	Dissertação	2015	Redes alternativas de produção e consumo de alimentos: estudo de caso do movimento de integração campo-cidade	UFRRJ - PPG em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	Redes alternativas de produção e consumo de alimentos, tendo o MICC como objeto de análise	Análise documental e entrevistas repres. Instituto Kairós/SP.
Tatiana Tenorio Matuk	Dissertação	2015	Práticas alimentares (in)sustentáveis: participação, promoção da saúde e educação ambiental	USP_PPG Ambiente, Saúde e Sustentabilidade	Práticas alimentares, sustentabilidade, participação, promoção da saúde, educação ambiental.	Grupo focal com consumidores, agricultores e nutricionistas de Ibutuba/SP.
Morgane Isabelle Hélène Retière	Dissertação	2014	Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptação dos sistemas agrícolas	USP - Escola Luiz de Queiróz_Centro de Energia Nuclear da Agricultura	Arranjos desenvolvidos pelos agricultores em termos de sistema agrícola, de organização do trabalho e de relações sociais	Entrevista 33 agricultores de Piracicaba, Americana, São Pedro e Presidente Epitácio/SP.

Autor	Produção	Ano	Título	Local	Assunto	Localização das CSA analisadas
Camila Batista Marins Carneiro	Dissertação	2012	Compras coletivas de produtos orgânicos e participação política: um estudo de caso da rede ecológica	UFRJ - PPG Ciências Sociais e Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	Experiência da Rede Ecológica do Rio de Janeiro	Rede Ecológica/RJ.
Maria Elisa Von Zuben Tassi	Dissertação	2011	Certificação participativa e compra coletiva de alimentos ecológicos: redes locais construindo mercados	UFScar - PPG em Ciências Agrárias	Análise sobre circuitos curtos em Campinas, em que foram incluídos alguns aspectos da iniciativa Trocas Verdes	Entrevistas em feiras e produtores rurais de Campinas, Indaiatuba e outros/SP.
Arthur Yamamoto	Dissertação	2006	Por que continuamos juntos? Reciprocidade, mudança cultural e relações de poder entre o urbano e o rural.	UFC_PPG Sociologia	Relações sociais estabelecidas entre consumidores urbanos e produtores rurais no Norte Ceará	Observações diretas, pesquisas na Internet e entrevistas com os agricultores da ADAO
Portugal						
Ana Paula Piedade Pedrosa	Dissertação	2019	Redes agroalimentares alternativas e suas implicações para a política social: as motivações dos consumidores das Comunidades que Sustentam a Agricultura no Brasil	ISCSP_Universidade de Lisboa	Desenvolvimento sustentável, redes agroalimentares alternativas, segurança alimentar e nutricional, políticas sociais, Brasil, ambiente	11 entrevistas coagricultores CSA de Brasília, BR
Rafaela Godoy Rössler	Dissertação	2020	O desafio de alimentar o mundo de maneira sustentável: Circuitos curtos agroalimentares no Brasil e em Portugal	Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais	Sistema alimentar; circuito curto agroalimentar; segurança alimentar; sustentabilidade; Brasil; Portugal	10 produtores brasileiros e 6 produtores portugueses

Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (3.1.1)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a responder às perguntas deste questionário, de forma totalmente voluntária. Ele faz parte da pesquisa de doutorado denominada **“Do preço para o apreço: novas relações entre atores em processos de agricultura apoiada pela comunidade”**.

O objetivo da pesquisa é observar, captar e analisar as formas de coordenação ou convenção presentes nas relações entre os atores envolvidos nas Comunidades que Suportam a Agricultura – CSA do Rio Grande do Sul, Brasil, e Associação para a Manutenção da Agricultura de Proximidade – AMAP, de Portugal. Como contribuição, a presente pesquisa procura e analisar, de uma forma mais restrita, a interação consumidor-agricultor, a reaproximação campo-cidade e como ocorrem as relações de troca e regulação no contexto supracitado, assim como quais são as diferenças, as potencialidades e as principais mudanças e transformações ocorridas (até o momento 2019).

Serão previamente agendados a data, o local e horário para as perguntas para os sujeitos com maioridade civil, utilizando questionário e entrevistas realizadas no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e em Portugal.

Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder o questionário, é muito importante que o(a) senhor(a) compreenda as informações e as instruções contidas neste documento. A pesquisadora deverá responder a todas as suas dúvidas antes que decida participar. O(A) senhor(a) tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem que isso lhe acarrete qualquer constrangimento.

O(A) senhor(a) não terá despesas nem será remunerado(a) pela participação na pesquisa. Todas as despesas decorrentes de sua participação serão ressarcidas. Em caso de dano durante a pesquisa, será garantida a indenização. A participação nesta pesquisa não oferece riscos, por envolver apenas respostas a algumas questões. Mas, na possibilidade da ocorrência de qualquer risco, o mesmo será gerido com o objetivo de eliminá-lo. Para eliminar riscos, a pesquisadora se compromete com a gestão deste processo para garantir o sigilo do(a) pesquisado(a). Por isso, a sua identidade será preservada, pois cada indivíduo será identificado por um número aleatório e, no final de cinco anos, todos os materiais coletados serão destruídos.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo e pesquisa são: contribuir para ampliar o conhecimento do funcionamento da iniciativa; conhecer a importância da iniciativa para o desenvolvimento local e regional; conhecer as formas de relações existentes nas quais os(as) pesquisados(as) estejam inseridos(as); entre outras.

As pessoas que farão a supervisão e o acompanhamento tanto da aplicação do questionário e da entrevista, quanto na análise dos resultados serão os seguintes pesquisadores/orientadores:

- Dr. Paulino Varela Tavares – Docente do Instituto Federal Farroupilha e coorientador da pesquisa – colaborador do projeto - paulino.tavares@iffarroupilha.edu.br
- Dr. Manuel Luis Tibério – Docente na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Portugal – orientador da pesquisa – colaborador do projeto - mtiberio@utad.pt
- Dr. Artur Fernando Arêde Corrêa Cristóvão - Docente na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Portugal – coorientador da pesquisa – colaborador do projeto - acristov@utad.pt

Solicitamos a sua autorização para o uso dos dados fornecidos na produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não identificação do seu nome, a identificação será feita por meio de um codinome ou número.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é feito em duas vias, uma delas ficará em poder do pesquisador e a outra com o participante da pesquisa.

Nome da pesquisadora para contato: **Rosângela Oliveira Soares**
 Contato: **+55 (55) 997 327 843**

Apêndice E – Roteiro de entrevista para os gestores/responsáveis grupo (3.1.1)

Parte 1 - Identificação do perfil do coordenador

Qual é a sua idade e gênero?

Qual é o seu estado civil?

Contando consigo, quantas pessoas fazem parte do seu grupo familiar?

Habilitação acadêmica?

Neste momento, qual é a sua atividade principal?

Residência Habitual: Cidade Região Metropolitana Espaço Rural

Parte 2 - Conhecimento sobre a Iniciativa - CSA

1. Conte sobre o início da atividade da CSA no Estado.
2. Que diferença faz participar de uma CSA?
3. Como o(a) Sr.(a) acredita que os coagricultores que participam deste projeto veem o consumo de alimentos orgânicos/biodinâmicos?
4. Como se dá a participação de novas pessoas na CSA? Existe algum tipo de contrato ou comprometimentos a serem assumidos na CSA? Quais?
5. Como se dá o desligamento de algum coagricultor?
6. Como ocorre a gestão das CSA do RS? Existe alguma ferramenta de gestão específica (sociocracia, por exemplo)?
7. Existe algum canal de comunicação exclusivo para alguma comissão (e-mail próprio, grupo de WhatsApp, outro)?
8. Quais mídias são usadas para divulgar as atividades da CSA?
9. Em que medida o(a) Sr.(a) acredita que as ações e escolhas dos coagricultores relacionadas ao consumo de alimentos orgânicos impactem na vida social e econômica do agricultor?
10. Percebeu algum tipo de mudança de hábitos e costumes depois que começou a participar da CSA? Sim (); Não (). Se a sua resposta for Sim, aponte quais são essas mudanças.
11. A sua Comunidade ajuda ou contribui ou dá suporte para o desenvolvimento a agricultura familiar? Sim (); Não (). Se a sua resposta for Sim, poderia descrever essas ajudas ou suportes ou contribuições?
12. O(A) Sr.(a) acredita que a CSA pode contribuir para a melhoria da sociedade? Sim (); Não (). Se a sua resposta for Sim, então, descreva quais são essas melhorias que a CSA pode trazer à sociedade.
13. CSA pode ser considerada uma escultura social? Porquê?
14. O termo inovação se enquadra para uma CSA? De que forma?

Parte 3 - Relação coagricultor-agricultor

15. O(A) Sr.(a) consegue identificar a existência de uma relação entre Coagricultores e Agricultores na CSA a que pertence? Como o(a) Sr.(a) caracteriza essa relação?
 - a) Entre agricultores e coagricultores?
 - b) Entre os agricultores?
 - c) Entre os coagricultores?

Parte 4 – Motivo pelo qual o(a) Sr.(a) participa como coordenador da iniciativa CSA

De acordo com a escala de concordância a seguir, pedimos a sua opinião quanto às afirmações sobre a iniciativa à qual pertence. Não existem respostas corretas, pelo que agradecemos que nos diga aquilo que realmente pensa, pois o que se pretende é conhecer a sua percepção e envolvimento neste tipo de iniciativa – CSA.

Para cada afirmativa, utilize a escala para responder: desde (1) discordo totalmente, até (5) concordo totalmente.

COORDENADOR

	Afirmações	Discordo totalmente	Discordo em parte	Nem discordo nem concordo	Concordo em parte	Concordo totalmente
1	Confio na origem dos alimentos/serviços.	1	2	3	4	5
2	Acredito nas informações que o agricultor disponibiliza, sem a necessidade de comprovações (selos, certificados, rótulos).	1	2	3	4	5
3	Identifico práticas de cultivo, manejo, cuidado e relações diferenciadas da produção convencional.	1	2	3	4	5
4	Existe uma relação de longo prazo entre os envolvidos.	1	2	3	4	5
5	Aproximação, valorização e redescoberta das culturas alimentares tradicionais e territoriais.	1	2	3	4	5
6	A forma como são produzidos consome menos recursos (embalagens, energia, insumos).	1	2	3	4	5
7	Na CSA, posso adquirir qualquer tipo de alimento a qualquer tempo.	1	2	3	4	5
8	Participar desta iniciativa me transmite status social perante as pessoas do meu convívio.	1	2	3	4	5
9	A distância reduzida entre produção e ponto de entrega contribui para a redução da emissão de poluentes.	1	2	3	4	5
10	Os produtos são geneticamente modificados, padronizados e produzidos em grande escala.	1	2	3	4	5
11	Todos os produtos têm um selo oficial de qualidade.	1	2	3	4	5
12	Consigo identificar o seu percurso até o agricultor original.	1	2	3	4	5
13	Compro esses alimentos porque tenho os mesmos valores que o agricultor que os produziu.	1	2	3	4	5
14	Acredito que as remunerações foram justas desde a produção, processamento (se houver), distribuição, até chegar em minhas mãos.	1	2	3	4	5
15	Considero que os alimentos foram produzidos em harmonia com o meio ambiente (solo, ar, rios e matas/florestas).	1	2	3	4	5
16	Contribuo para o desenvolvimento econômico do local onde foi produzido.	1	2	3	4	5
17	Reconhecimento, valorização social e aumento do apreço pelo trabalho do agricultor e de seus produtos.	1	2	3	4	5
18	Os alimentos ofertados na CSA possuem sabor, durabilidade e frescura, pois são colhidos pouco tempo antes da entrega.	1	2	3	4	5
19	Acredito que o agricultor possui qualidade de vida e de trabalho satisfatórias.	1	2	3	4	5
20	Esses produtos refletem o meu respeito por quem os produziu.	1	2	3	4	5
21	Acrescentam algo de especial às nossas refeições.	1	2	3	4	5
22	Existem troca e partilha entre agricultor e coagricultor.	1	2	3	4	5
23	Compro esses produtos pela diversidade de alimentos disponibilizados.	1	2	3	4	5
24	São mais saudáveis do que os produtos alimentares industriais.	1	2	3	4	5

Apêndice F - Roteiro de entrevista com os agricultores (3.1.1; 3.1.2; 4.4)

Parte 1 - Conhecimento sobre a Iniciativa

1. A qual iniciativa CSA/AMAP o(a) Sr.(a) pertence?
2. Há quanto tempo o(a) Sr.(a) entrega alimentos para a CSA?
3. No início da atividade entregava alimentos para quantas famílias?
4. Quantas famílias de coagricultores o(a) Sr.(a) atende hoje?
5. Quantos alimentos, aproximadamente, são ofertados atualmente na cota/cabaz?
6. Qual a frequência com que ocorre a entrega de alimentos para a CSA?
7. Sobre a quantidade de alimentos que cultiva:
8. Produzo o suficiente para atender os quotistas.
9. Posso/poderia acrescentar mais alimentos às quotas existentes.
10. Tenho disponibilidade para atender novos quotistas.
11. Existe diferença em produzir de forma convencional e produzir para a CSA? Pode dar um exemplo?
12. Existe possibilidade de troca de alimentos? Por quê?
13. Existem excedentes na produção? Se sim, o que é feito com os alimentos?
14. Existe a comercialização de algum alimento agregado (adquirido à parte da cota em sistema similar à compra coletiva)?
15. O(A) Sr.(a) fez algum investimento (de tempo em pesquisa, financeiro) para adquirir conhecimento para poder participar da CSA?
16. Existem instituições ou organizações parceiras que desenvolvem atividades colaborativas com a CSA? Se sim, por favor, especifique.
17. Existe acordo (formal ou informal) entre o(a) Sr.(a) e os coagricultores da CSA?
18. O(A) Sr.(a) acha que o preço praticado na CSA ajuda o agricultor a manter a sua atividade agrícola?

Parte 2 – Motivo pelo qual o(a) Sr. (a) participa da iniciativa CSA/AMAP

De acordo com a escala de concordância a seguir, pedimos a sua opinião quanto às afirmações sobre o motivo que o(a) levou a comercializar com a CSA/AMAP. Não existem respostas corretas, pelo que agradecemos que nos diga aquilo que realmente pensa, pois o que se pretende é conhecer a sua percepção e envolvimento neste tipo de iniciativa. Para cada afirmativa, utilize a escala para responder: desde (1) discordo totalmente, até (5) concordo totalmente.

	Afirmações	Discor do totalm ente	Discor do em parte	Nem discordo nem concordo	Concordo em parte	Concordo totalmente
1	Tenho segurança do recebimento das quotas.	1	2	3	4	5
2	Desenvolvo práticas de cultivo, manejo, cuidado e relações diferenciadas da produção convencional.	1	2	3	4	5
3	Facilidade de venda diretamente para os consumidores.	1	2	3	4	5
4	Participar desta iniciativa me transmite status social perante as pessoas do meu convívio.	1	2	3	4	5
5	Ao produzir os alimentos para a CSA utilizo menos recursos (embalagens, energia, insumos).	1	2	3	4	5
6	A distância reduzida entre produção e ponto de entrega contribui para a redução da emissão de poluentes.	1	2	3	4	5
7	Os produtos são geneticamente modificados, padronizados e produzidos em grande escala.	1	2	3	4	5
8	Participar da CSA me possibilita qualidade de vida e de trabalho satisfatórias.	1	2	3	4	5

9	Poderei contribuir para o desenvolvimento econômico do local onde está o meu organismo agrícola.	1	2	3	4	5
10	Participar da CSA me possibilita realizar cursos e treinamentos em termos de práticas agrícolas.	1	2	3	4	5
11	Disponibilizo alimentos frescos e de época.	1	2	3	4	5
12	Reduz o espaço de tempo entre a colheita e a entrega do alimento no ponto de entrega.	1	2	3	4	5
13	Existem troca e partilha entre agricultor e coagricultor.	1	2	3	4	5
14	Tenho a possibilidade de diversificar os tipos de alimentos cultivados.	1	2	3	4	5

Parte 3 - Relação Agricultor-Coagricultor

- 19.Existem ocasiões, como festas, encontros, reuniões, dia de campo, que fazem com que o(a) Sr.(a) mantenha um relacionamento social com os coagricultores da CSA?
- 20.O quão importante o(a) Sr.(a) considera a realização de cursos e treinamentos em termos de práticas agrícolas para o Agricultor integrar a CSA?
- 21.Na CSA, que tipo de relação o(a) Sr.(a) identifica entre agricultores e coagricultores?
- 22.Na CSA, que tipo de relação o(a) Sr.(a) identifica entre os Agricultores?
- 23.Na CSA, que tipo de relação o(a) Sr.(a) identifica entre os Coagricultores?
- 24.São realizadas pesquisas ou diagnósticos ou avaliações junto aos membros da CSA, sejam eles coagricultores ou agricultores?
- 25.O(A) Sr.(a) acredita que a CSA pode contribuir para a melhoria da sociedade? Se a sua resposta for Sim, descreva quais são as melhorias que a CSA pode trazer para a sociedade.
- 26.A sua Comunidade ajuda ou contribui ou dá suporte para o desenvolvimento da agricultura familiar? Se a sua resposta for Sim, descreva essas ajudas ou suportes ou contribuições.

Parte 4 - Identificação do perfil da unidade agrícola

- 27.A propriedade que o(a) Sr.(a) utiliza para produzir alimentos para CSA é:

Própria
Arrendada
Outro
- 28.A aquisição da propriedade foi com:

Recursos próprios
Recursos próprios e herança
Somente herança
- 29.Qual o tamanho da propriedade onde se cultivam os alimentos para a CSA?
- 30.O(A) Sr.(a) delimita uma área específica da sua propriedade para cultivar alimentos para a CSA?
- 31.Qual a porcentagem da área da propriedade destinada à produção dos alimentos vendidos para a CSA?
- 32.Os alimentos que produz são: orgânicos, convencionais, biodinâmicos?
- 33.O(A) Sr.(a) investiu em certificação especificamente para inserir-se na CSA?
- 34.Quais alimentos frescos são cultivados para a CSA atualmente?
- 35.Quais alimentos são processados/transformados para a CSA atualmente?
- 36.Que canais utiliza para a venda de seus alimentos/produtos?

Parte 5 - Identificação do perfil do(a) Agricultor(a)

- 37.Qual é a sua idade? Qual é o seu estado civil? Quantas pessoas fazem parte do seu grupo familiar? Formação? Residência Habitual?
- 38.Há quanto tempo atua na atividade rural?
- 39.Qual porcentagem da sua renda é proveniente da comercialização com a CSA (ano de 2019)?
- 40.Caso a sua renda não seja proveniente da comercialização com a CSA, qual é ou quais são as outras fontes?

Apêndice G – Questionário para os coagricultores (3.1.2)

Pesquisa de doutorado sobre Comunidades que Sustentam a Agricultura – CSA

Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento

Estimado(a) Coagricultor(a)

Você está sendo convidado(a) a responder este questionário de forma totalmente voluntária. Ele faz parte do projeto de pesquisa denominado "Do preço para o apreço: novas relações entre atores em processos de agricultura apoiada pela comunidade", coordenado por Rosângela Oliveira Soares, doutoranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Sociedades e Territórios da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real, Portugal (rosangela.soares@utad.pt).

Estamos estudando as Comunidades que Sustentam a Agricultura – CSAs, e as Associações para a Manutenção da Agricultura de Proximidade – AMAPs, no Rio Grande do Sul e em Portugal.

Suas respostas nos permitirão conhecer melhor a importância dessas iniciativas para o desenvolvimento pessoal e local, o seu funcionamento e as relações entre as pessoas envolvidas.

A participação nesta pesquisa não oferece riscos, por se tratar de respostas a algumas questões. E a sua identidade será preservada.

Este estudo é orientado pelos pesquisadores:

- Dr. Paulino Varela Tavares (paulino.tavares@uffarroupilha.edu.br), do Instituto Federal Farroupilha, Brasil
- Dr. Manuel Luis Tiberio (mtiberio@utad.pt) e Dr. Artur Fernando Arêde Corrêa Cristóvão (acristovao@utad.pt), da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal.

Pedimos a gentileza que o conclua. O tempo estimado para a resposta ao questionário não supera os trinta minutos.

Obrigada por sua colaboração!

*Obrigatório

1. Você aceita participar da pesquisa? *

Marcar apenas uma oval por linha.

Sim	Não
☐	☐

Parte 1 - Conhecimento sobre a Iniciativa -CSA

2. A qual CSA o(a) Sr.(a) pertence? *

Marque todas que se aplicam.

CSA Porto Alegre	CSA Caxias	Grupo Ressignificar a Vida	CSA FlorEser/Guandu	Outra
☐	☐	☐	☐	☐

3. Cidade/localização:

Marque todas que se aplicam.

Porto Alegre/RS	Santa Maria/RS	Caxias/RS
☐	☐	☐

4. Há quanto tempo o(a) Sr.(a) é coagricultor(a) da CSA?

Marcar apenas uma oval por linha.

menos de 6 meses	de 6 a 12 meses	de 12 a 18 meses	de 18 a 24 meses	mais de 24 meses
☐	☐	☐	☐	☐

5. Quantos agricultores esta CSA apola?

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	10 ou mais
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

6. O(A) Sr.(a) é o responsável pela compra dos alimentos na sua casa?

Marcar apenas uma oval por linha.

Sim	Não	Divido esta tarefa com outra(s) pessoa(s).
☐	☐	☐

7. Quantos alimentos, aproximadamente, são ofertados atualmente na cesta?

Marcar apenas uma oval por linha.

Até 5	De 5 a 7	De 8 a 10	Mais de 10
☐	☐	☐	☐

8. Sobre a quantidade de alimentos da cesta:

Marcar apenas uma oval por linha.

Atende às minhas necessidades	Preciso adquirir mais alimentos em diferentes pontos de venda	Não consigo consumir toda a quantidade disponibilizada
☐	☐	☐

9. Entre o total de legumes e verduras consumidos na sua casa, qual a porcentagem que corresponde aos alimentos provenientes do agricultor da CSA?

Marcar apenas uma oval por linha.

	menos de 25%	25 - 49%	50 - 74%	75 - 99%	100%
-	☐	☐	☐	☐	☐

10. Com que frequência o(a) Sr.(a) tem contato direto com os agricultores?

Marcar apenas uma oval por linha.

	Semanalmente	A cada 15 dias	Mensalmente	A cada três meses	Nunca
-	☐	☐	☐	☐	☐

11. Para o(a) Sr.(a), qual é a importância desse contato direto com os agricultores? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada importante	Pouco importante	Ligeiramente importante	Muito importante	Extremamente importante
-	☐	☐	☐	☐	☐

12. O(A) Sr.(a) sabe como se dá a formação do preço das cotas na CSA?

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não
-	☐	☐

13. O(A) Sr.(a) acha que o preço praticado na CSA ajuda o agricultor a manter a sua atividade agrícola?

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não	Não sei	Em parte	Sim
-	☐	☐	☐	☐

14. O(A) Sr.(a) fez algum investimento (de tempo em pesquisa, financeiro) para adquirir conhecimento para poder participar da CSA?

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não
-	☐	☐

20. Parte 2 – Motivo pelo qual o(a) Sr.(a) participa da iniciativa CSA (1 de 6) *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo em parte	Concordo totalmente
3. Esses produtos refletem o meu respeito por quem os produziu.	☐	☐	☐	☐	☐
4. Acredito nas informações que o agricultor disponibiliza, sem a necessidade de comprovações (selos, certificados, rótulos).	☐	☐	☐	☐	☐

Parte 2 – Motivo pelo qual o(a) Sr.(a) participa da iniciativa CSA (2 de 6)

21. Parte 2 – Motivo pelo qual o(a) Sr.(a) participa da iniciativa CSA (2 de 6) *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1 - Discordo totalmente	Discordo em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo em parte	5 - Concordo totalmente
5. Compro esses alimentos porque tenho os mesmos valores que o agricultor que os produziu.	☐	☐	☐	☐	☐
6. Reconhecimento, valorização social e aumento do apreço pelo trabalho do agricultor e de seus produtos.	☐	☐	☐	☐	☐

22. Parte 2 – Motivo pelo qual o(a) Sr.(a) participa da iniciativa CSA (2 de 6) *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo em parte	Concordo totalmente
7. Identifico práticas de cultivo, manejo, cuidado e relações diferenciadas da produção convencional.	☐	☐	☐	☐	☐
8. Existe uma relação de longo prazo entre os envolvidos.	☐	☐	☐	☐	☐

Parte 2 – Motivo pelo qual o(a) Sr.(a) participa da iniciativa CSA (3 de 6)

15. O(A) Sr.(a) presta alguma colaboração para a CSA à qual pertence, além de consumir os alimentos? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não	Sim
-	☐	☐

16. Em caso afirmativo na resposta anterior, que tipo de colaboração presta para o grupo ao qual pertence?

17. Existem instituições ou organizações parceiras que desenvolvem atividades colaborativas com a CSA. Se sim, por favor, especifique.

18. Existe acordo (formal ou informal) entre o(a) Sr.(a) e os agricultores da CSA?

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não	Não sei
-	☐	☐	☐

Pular para a pergunta 19

Parte 2 – Motivo pelo qual o(a) Sr.(a) participa da iniciativa CSA

De acordo com a escala de concordância a seguir, pedimos a sua opinião quanto às afirmações sobre a iniciativa à qual pertence. Não existem respostas corretas, pelo que agradecemos que nos diga aquilo que realmente pensa, pois o que se pretende é conhecer a sua percepção e envolvimento neste tipo de iniciativa - CSA.

Para cada afirmativa, utilize a escala para responder: desde (1) discordo totalmente, até (5) concordo totalmente.

19. Parte 2 – Motivo pelo qual o(a) Sr.(a) participa da iniciativa CSA (1 de 6) *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1 - Discordo totalmente	Discordo em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo em parte	5 - Concordo totalmente
1. Confio na origem dos alimentos/serviços.	☐	☐	☐	☐	☐
2. Consigo identificar o seu percurso até o agricultor original.	☐	☐	☐	☐	☐

23. Parte 2 – Motivo pelo qual o(a) Sr.(a) participa da iniciativa CSA (3 de 6) *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1 - Discordo totalmente	Discordo em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo em parte	5 - Concordo totalmente
9. Existem troca e partilha entre agricultor e coagricultor.	☐	☐	☐	☐	☐
10. Participar desta iniciativa me transmite status social perante as pessoas do meu convívio.	☐	☐	☐	☐	☐

24. Parte 2 – Motivo pelo qual o(a) Sr.(a) participa da iniciativa CSA (3 de 6) *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo em parte	Concordo totalmente
11. Compro esses produtos pela diversidade de alimentos disponibilizados.	☐	☐	☐	☐	☐
12. Acredito que o agricultor possui qualidade de vida e de trabalho satisfatórias.	☐	☐	☐	☐	☐

Parte 2 – Motivo pelo qual o(a) Sr.(a) participa da iniciativa CSA (4 de 6)

25. Parte 2 – Motivo pelo qual o(a) Sr.(a) participa da iniciativa CSA (4 de 6) *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1 - Discordo totalmente	Discordo em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo em parte	5 - Concordo totalmente
13. Acredito que as remunerações foram justas desde a produção, processamento (se houver), distribuição, até chegar em minhas mãos.	☐	☐	☐	☐	☐
14. Aproximação, valorização e redescoberta das culturas alimentares tradicionais e territoriais.	☐	☐	☐	☐	☐

26. Parte 2 – Motivo pelo qual o(a) Sr(a) participa da iniciativa CSA (4 de 6) *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo em parte	Concordo totalmente
15 Acrescentam algo de especial às nossas refeições.	☐	☐	☐	☐	☐
16 São mais saudáveis do que os produtos alimentares industriais.	☐	☐	☐	☐	☐

Parte 2 – Motivo pelo qual o(a) Sr(a) participa da iniciativa CSA (5 de 6)

27. Parte 2 – Motivo pelo qual o(a) Sr(a) participa da iniciativa CSA (5 de 6) *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1 - Discordo totalmente	Discordo em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo em parte	5 - Concordo totalmente
17 A forma como são produzidos consome menos recursos (embalagens, energia, insumos).	☐	☐	☐	☐	☐
18 Considero que os alimentos foram produzidos em harmonia com o meio ambiente (solo, ar, rios e matas/florestas).	☐	☐	☐	☐	☐

28. Parte 2 – Motivo pelo qual o(a) Sr(a) participa da iniciativa CSA (5 de 6) *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo em parte	Concordo totalmente
19 A distância reduzida entre produção e ponto de venda contribui para a redução da emissão de poluentes.	☐	☐	☐	☐	☐
20 Contribui para o desenvolvimento económico do local onde foi produzido.	☐	☐	☐	☐	☐

32. Existem ocasiões, como festas, encontros, reuniões, dia de campo, que fazem com que o(a) Sr. (a) mantenha um relacionamento social com os agricultores que fornecem os alimentos da CSA?

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sempre	Algumas vezes	Raramente	Não existem
-	☐	☐	☐	☐

33. O quão importante o(a) Sr(a) considera a realização de cursos e treinamentos em termos de práticas agrícolas para o Agricultor integrar a CSA?

Marcar apenas uma oval por linha.

	Muito importante	Importante	Indiferente	Pouco importante	Nenhuma importância
-	☐	☐	☐	☐	☐

34. O quão importante o(a) Sr(a) considera a realização de cursos e treinamentos em termos de práticas agrícolas para o Consumidor integrar a CSA?

Marcar apenas uma oval por linha.

	Muito importante	Importante	Indiferente	Pouco importante	Nenhuma importância
-	☐	☐	☐	☐	☐

35. Na sua CSA, como o(a) Sr(a) avalia o grau de conhecimento dos agricultores sobre produção e comercialização dos alimentos?

Marcar apenas uma oval por linha.

	Muito alto	Alto	Médio	Baixo	Nenhum
-	☐	☐	☐	☐	☐

36. Na CSA, que tipo de relação o(a) Sr(a) identifica entre os coagricultores? *

Marque todas que se aplicam.

☐ Relação de amizade, confiança e cooperação
☐ Responsabilidade pelos processos da iniciativa
☐ Troca de saberes
☐ Preocupação social e ecológica
☐ Reconhecerem-se como agentes transformadores da sociedade em que vivem
 Outro:

Parte 2 – Motivo pelo qual o(a) Sr(a) participa da iniciativa CSA (6 de 6)

29. Parte 2 – Motivo pelo qual o(a) Sr(a) participa da iniciativa CSA (6 de 6) *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1 - Discordo totalmente	Discordo em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo em parte	5 - Concordo totalmente
21 Na CSA, posso adquirir qualquer tipo de alimento a qualquer tempo.	☐	☐	☐	☐	☐
22 Os produtos são geneticamente modificados, padronizados e produzidos em grande escala.	☐	☐	☐	☐	☐

30. Parte 2 – Motivo pelo qual o(a) Sr(a) participa da iniciativa CSA (6 de 6) *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo em parte	Concordo totalmente
23 Todos os produtos têm um selo oficial de qualidade.	☐	☐	☐	☐	☐
24 Os alimentos ofertados na CSA possuem sabor, durabilidade e frescor pois são colhidos pouco tempo antes da entrega.	☐	☐	☐	☐	☐

Pular para a pergunta 31

Parte 3 – Relação coagricultor & agricultor

31. Na CSA, que tipo de relação o(a) Sr(a) identifica entre agricultores e coagricultores? *

Marque todas que se aplicam.

☐ Troca de informações sobre a previsão de volume de produção
☐ Comunicação clara e empática
☐ Troca de saberes
☐ Compreensão das dificuldades e conquistas no campo
☐ Compreensão da sazonalidade dos alimentos
 Outro:

37. Na CSA, que tipo de relação o(a) Sr(a) identifica entre os agricultores? *

Marque todas que se aplicam.

☐ Troca de informação sobre manejo da produção
☐ Cultivo de alimentos de qualidade e com constância
☐ Previsão de volume de produção
☐ Diversidade dos alimentos oferecidos
☐ Melhorias na produção
☐ Relação de amizade, confiança e cooperação
 Outro:

38. São realizadas pesquisas ou diagnósticos ou avaliações junto aos membros da CSA, sejam eles coagricultores ou agricultores?

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Nunca aconteceu
-	☐	☐

39. Marcar apenas uma oval por linha.

	Algumas vezes	Poucas vezes	Raramente
Se a resposta for sim, com que frequência são feitas as pesquisas ou diagnósticos ou avaliações na CSA?	☐	☐	☐

40. A CSA influenciou mudanças na sua vida/hábitos? Quais são essas mudanças? *

Marque todas que se aplicam.

☐ Poder ajudar um agricultor
☐ Consumo de alimentos com boa procedência
☐ Consumo de alimentos de qualidade
☐ Consumo de alimentos que utilizam pouco/nenhum agrotóxico
☐ Consumo de produtos que agredem menos o meio ambiente
☐ Proximidade com o meio rural
☐ Proporcionar melhor custo/benefício
☐ Mudança de consciência (ambiental, social, económica)
 Outro:

41. A sua Comunidade ajuda ou contribui ou dá suporte para o desenvolvimento da agricultura familiar? Se a sua resposta for Sim, descreva essas ajudas ou suportes ou contribuições.

42. O(A) Sr(a) acredita que a CSA pode contribuir para a melhoria da sociedade? Se a sua resposta for Sim, descreva quais são as melhorias que a CSA pode trazer para a sociedade.

Pular para a pergunta 43

Parte 4 - Identificação do perfil do(a) coagricultor(a)

43. 4.1 Qual é a sua idade? *

Marcar apenas uma oval por linha.

18 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	> 60 anos
☐	☐	☐	☐	☐

44. 4.2 Gênero *

Marcar apenas uma oval por linha.

Feminino	Masculino
☐	☐

45. 4.2.1 Qual é o seu estado civil? *

Marcar apenas uma oval por linha.

Solteiro(a)	Casado(a)	Divorciado(a)	União consensual	Viúvo(a)
☐	☐	☐	☐	☐

46. 4.2.2 Quantas pessoas fazem parte do seu grupo familiar? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	0	1	2	3	4	5	>5
Crianças/Adolescentes	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Mulheres	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Homens	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

47. 4.2.3 Qual a renda mensal de sua família? *

Marcar apenas uma oval por linha.

menos de 2 salários mínimos	de 3 a 6 salários mínimos	de 7 a 10 salários mínimos	mais de 11 salários mínimos
☐	☐	☐	☐

48. 4.2.4 Escolaridade *

Marque todas que se aplicam.

Ensino fundamental (até a 8ª série) incompleto	Ensino fundamental (até a 8ª série) completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Frequenta Educação Superior	Concluiu a Graduação	Frequenta Pós-Graduação	Pós-Graduação completa
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

49. 4.5 Residência Habitual *

Marcar apenas uma oval por linha.

Cidade	Região Metropolitana	Espaço Rural
☐	☐	☐

50. 4.6 Neste momento, qual é a sua atividade principal? *

Marque todas que se aplicam.

Trabalhador por conta própria (Autônomo(a))	Vinculado(a) a uma instituição privada	Vinculado(a) a uma instituição pública	Desempregado(a)	Aposentado(a)	Estudante
☐	☐	☐	☐	☐	☐

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

Anexo A- Parecer do Conselho Científico da UTAD _____	226
Anexo B - Parecer do Conselho Científico do IF Farroupilha _____	227

Anexo A- Parecer do Conselho Científico da UTAD



Nº 1453-e-DSA-2018

PROCESSO 842258765

DATA 2018-12-14

ASSUNTO Projeto de tese| Nº 67173 - ROSÂNGELA OLIVEIRA SOARES | DOUTORAMENTO EM DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADES E TERRITÓRIOS

Exmo. Sr. Presidente da ECHS,

Junto se envia o projeto de tese para análise e decisão pelos órgãos da Escola. Relembramos que, nos termos do disposto no regulamento aplicável, no prazo de 15 dias úteis, o Diretor de Curso deverá emitir o seu parecer que será objeto de decisão pelo Conselho Científico que beneficiará do mesmo tempo para se pronunciar.

No prazo de 10 dias úteis após aprovação pelo Conselho Científico, o projeto e respetivo termo de deliberação são remetidos aos Serviços Académicos.

(Cristina Maria Lacerda Baptista)
Técnico Superior

PARECER

Solicita-se parecer da Direcção de Curso.

2018-12-14, Manuel Luis Tibério. (Presidente de Escola)

PARECER

O projeto de tese está conforme ao exigido no regulamento do curso de doutoramento em referência. O parecer é favorável ao seu registo.

2018-12-17, Livia Maria Costa Madureira

PARECER

Solicita-se parecer do Conselho Científico.

2018-12-17, Manuel Luis Tibério. (Presidente de Escola)

**PARECER**

Parecer favorável ao registo do projecto em reunião do CC de 9 de Janeiro de 2019.

2019-01-10, Maria Da Conceição Fidalgo Guimarães Costa Azevedo

Anexo B - Parecer do Conselho Científico do IF Farroupilha

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Novas relações entre atores em processos de agricultura apoiada pela comunidade

Pesquisador: Rosângela Oliveira Soares

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 26496019.1.0000.5574

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.780.964

Apresentação do Projeto:

De acordo.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De acordo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Parecer aprovado por Ad Referendum

Endereço: Rua Esmeralda, 355
Bairro: CAMOBI
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3217-0352 **E-mail:** cep@iffarroupilha.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA



Continuação do Parecer: 3.780.964

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1431518.pdf	12/12/2019 18:04:04		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ajustado_ROS.pdf	12/12/2019 17:54:28	Rosângela Oliveira Soares	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto_assinado_ROS.pdf	03/12/2019 12:07:07	Rosângela Oliveira Soares	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_detalhado_ROS.pdf	03/12/2019 11:39:17	Rosângela Oliveira Soares	Aceito
Parecer Anterior	Projeto_CSA_aprovado_Conseelho_Cientifico_UTAD.pdf	25/11/2019 11:53:37	Rosângela Oliveira Soares	Aceito
Cronograma	Cronograma_CSA.pdf	25/11/2019 10:30:46	Rosângela Oliveira Soares	Aceito
Outros	Declaracao_Orientadores_ROS.pdf	25/11/2019 10:23:43	Rosângela Oliveira Soares	Aceito
Declaração de Pesquisadores	ANEXO_I_Formulario_para_cadastro_de_projeto_de_pesquisa_ROS.pdf	25/11/2019 10:20:54	Rosângela Oliveira Soares	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 18 de Dezembro de 2019

Assinado por:
GIANCARLO BAZARELE MACHADO BRUNO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Esmeralda, 355
Bairro: CAMOBI
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3217-0352 **E-mail:** cep@iffarroupilha.edu.br